ESTADO DE MINAS

www.em.com.br

BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2022

● MG: R$ 2,50 ● NÚMERO 28.983 ● FECHAMENTO DA EDIÇÃO: 23H30

Amor em curta temporada

Encenada pela primeira vez em BH seis anos após a primeira temporada no Rio de Janeiro, a montagem brasileira da peça "Love, love, love", do Grupo 3 de Teatro, estreia hoje. Mas a oportunidade de assistir aos dilemas de diferentes gerações de uma mesma família vai só até domingo. CAPA

PENSAR

A marca de ROTH

Em coletânea de ensaios e outros textos de não ficção, o escritor Philip Roth (1933 - 2018) passa em revista os valores que nortearam sua trajetória como ficcionista e o levaram a criar alter egos como Nathan Zuckerman: "Um escritor necessita de seus venenos", afirmava o autor de romances consagrados, como "O complexo de Portnoy", "Indignação" e "A marca humana". PÁGINAS 2 E 3

'PACOTE DE BONDADES' VALE R$ 150 BILHÕES

Planalto anuncia conjunto de medidas populares com foco em crédito, geração de renda e consumo

Em ano eleitoral e de disputa por um segundo mandato, o presidente Jair Bolsonaro (PL) lançou ontem o chamado Programa Renda e Oportunidade, um pacote de medidas populares que se concentra em crédito, renda e estímulo ao consumo, reunindo projetos que já vinham sendo antecipados. Eles incluem a oportunidade de saque extraordinário de R$ 1 mil do FGTS, a partir do dia 15 do mês que vem, passando por empréstimo facilitado da Caixa com o mesmo valor-limite (sendo R$ 3 mil para MEIs) e pelo aumento da margem do consignado para aposentados (de 35% para 40%). Contemplam ainda a antecipação do 13º salário para beneficiários do INSS, que receberão em abril e maio, em vez de agosto e novembro.

O Ministério do Trabalho e Previdência estima que o pacote vá injetar cerca de R$ 150 bilhões na economia, com programas que vão atingir milhões de brasileiros. Do total, mais de R$ 70 bi são direcionados ao crédito consignado e ao microcrédito digital, para microempreendedores individuais, aposentados, pensionistas e beneficiários de programas assistenciais. Outros R$ 56,7 bi vão irrigar o mercado via antecipação do 13º salário, e até R$ 30 bi podem vir do saque no Fundo de Garantia. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o dinheiro virá de "sobra de caixa que vai se acumulando" com o aumento da arrecadação do governo federal, e sustenta que as medidas não representarão impacto fiscal. PÁGINA 3

CRÍTICAS A 'REBAIXAMENTO' DA PANDEMIA

PROFISSIONAIS ALERTAM QUE CLASSIFICAR COVID-19 COMO "ENDEMIA", COMO QUER MINISTRO, NÃO FAZ SENTIDO EM MEIO A REPIQUE DA DOENÇA EM VÁRIOS PAÍSES

PÁGINA 18

LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS

Apreensão após vazamento da AngloGold

Em mais um capítulo dos danos ambientais causados por mineradoras no estado, o Córrego Cuiabá *(foto)*, afluente do Rio das Velhas, ainda sofre consequências do vazamento de rejeitos de planta da AngloGold Ashanti em Sabará, no último fim de semana. A poluição, que tingiu de cinza o leito, preocupa ribeirinhos e pescadores que tiram das águas alguma renda, além de complemento da alimentação. Em ação judicial, o Ministério Público pede o bloqueio de R$100 milhões da companhia pelo incidente. A empresa sustenta que o material é classificado como "não perigoso" e não tem relação com sua barragem, que se encontra estável. PÁGINA 17

GUERRA NA EUROPA

EUA advertem chineses sobre apoio a "assassino"

Informações sobre novos bombardeios com vítimas civis na Ucrânia levaram os Estados Unidos a novamente elevarem o tom contra o líder russo Vladimir Putin, classificado ontem como "ditador assassino" pelo presidente dos EUA, Joe Biden. Como parte da reação, Washington deve advertir o governo chinês de Xi Jinping sobre represálias em caso de apoio aos ataques da Rússia ao país vizinho, incluindo eventual ajuda militar a Moscou. O secretário de Estado norte - americano, Antony Blinken, afirmou que a ofensiva contra alvos não militares constitui crime de guerra e acusou o Kremlin de não fazer esforços diplomáticos significativos para resolver o conflito. PÁGINA 4

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Ronaldo rebate conselheiros

Depois de a Mesa Diretora do Conselho Deliberativo do Cruzeiro considerar lesivas as condições para venda da SAF, Ronaldo Nazário *(foto)* defendeu a negociação e afirmou que a inclusão das duas unidades da Toca na transação protegeria o patrimônio do clube de ações de cobrança. PÁGINA 32

ENERGIA

Contas devem cair, mas alívio é temporário

Brasileiros devem sentir alívio, ao menos momentâneo, nos valores da energia com o fim da sobretaxa de escassez hídrica nas contas, anunciado ontem pelo presidente Bolsonaro. A medida foi possível graças à melhora dos níveis das hidrelétricas. Porém, as despesas com a luz devem voltar a subir, após a aprovação de empréstimos de R$ 10,5 bilhões para as distribuidoras, que terão de ser quitados pelos consumidores em duas parcelas, a partir de 2023. PÁGINA 12

TOMBAMENTO HÍBRIDO

DUPLA PROTEÇÃO PARA BENS DE SANTANA DOS MONTES

PÁGINA 29

ISSN 1809-9874

POLÍTICA

BAPTISTA CHAGAS DE ALMEIDA

>>baptistaalmeida.mg@diariosassociados.com.br

> "Por que esta lista toda? A Lei de Inelegibilidade estabelece que ministros que desejam concorrer devem deixar os cargos seis meses antes das eleições"

A debandada geral em busca de um mandato

O presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (PL), reuniu, ontem, ministros e presidentes de bancos públicos para um encontro na residência oficial do Palácio da Alvorada. Só que, antes, ele e a equipe participaram da cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional, no jardim do Palácio da Alvorada.

O que interessa mesmo é a debandada de boa parte de seus ministros, que já estão com mala e cuia para disputar as eleições deste ano. Afinal, a Lei de Inelegibilidade estabelece que ministros que desejam concorrer devem deixar os seus atuais cargos seis meses antes das eleições.

A contabilidade do Palácio do Planalto indica que cerca de oito dos seus 23 ministros sairão dos cargos. O ministro-astronauta de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, já anunciou que sairá do governo porque pretende ser deputado federal por São Paulo.

Já os ministros do Trabalho, Onyx Lorenzoni; da Infraestrutura, Tarcísio Freitas; e da Cidadania, João Roma, devem disputar os governos do Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, respectivamente.

Por outro lado, em busca de uma vaga no Senado, que é mais chique, estão os ministros do Turismo, Gilson Machado, e seu colega de Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina, sua colega da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, e ainda a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves.

O detalhe principal é que o ministro-general Walter Braga Netto, da Defesa, como não poderia deixar de ser, é o principal cotado, por enquanto, para concorrer como vice-presidente na chapa de reeleição de Jair Messias Bolsonaro.

Por que esta lista toda? A Lei de Inelegibilidade estabelece que ministros que desejam concorrer devem deixar os cargos seis meses antes das eleições. Para poupar a uma busca, valem as datas das eleições. O primeiro turno está marcado para 2 de outubro. Eventual segundo turno para presidente e governadores está previsto para 30 de outubro.

Mudando de assunto, tem o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), que agora se chama Progressistas: ele cobrou mais uma vez que a Petrobras reduza o preço dos combustíveis em razão da queda dos preços do petróleo e do dólar. De acordo com ele, é preciso que a estatal dê uma resposta rápida à população.

Questionado sobre o projeto que estabelece regras para combater as fake news, Lira afirmou que aguarda a análise de dois partidos (MDB e PL) para colocar a proposta em votação no Plenário. E foi direto: "É assunto delicado".

LUCAS BORGES/TCE

O livro do conselheiro

Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG), Durval Ângelo (**foto**) lança hoje, às 9h45, em evento na sede do colegiado, em Belo Horizonte, o livro "Palavras, atos e julgados de um conselheiro de Contas". No lançamento da obra, haverá uma palestra de Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), que escreveu o prefácio do livro. Na obra, Durval aborda questões da esfera do direito público e do direito administrativo, na perspectiva da atuação dos tribunais de Contas, e visa deixar uma fonte de estudos para pessoas ligadas à área.

Ex-deputado

O livro, coordenado e escrito por Durval Ângelo, foi produzido pelo Instituto Rui Barbosa (IRB) e pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Natural de Baixo Guandu, no Espírito Santo, Durval atua como conselheiro de Contas desde 2018, quando foi indicado pelo então governador mineiro Fernando Pimentel (PT). Antes, ele construiu uma longa carreira política. Entre 1989 e 1994, foi vereador de Contagem, na Grande BH. Já de 1995 a 2015, o político atuou como deputado estadual em Minas Gerais.

Ensino em casa

Um estudo do Banco Mundial estima que a "pobreza de aprendizagem", que define o percentual de crianças de 10 anos incapazes de compreender um texto simples, pode ter aumentado de 51% para 62,5% no Brasil. Isso significa que dois a cada três alunos não devem aprender a ler adequadamente um texto simples. Uma outra pesquisa do Instituto Península, com quase 3 mil professores, revela que 60% deles acreditam que os alunos não evoluíram bem no aprendizado remoto, e que só 28% dos alunos estariam motivados a fazer as atividades escolares em casa.

Anote na agenda

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Antônio Anastasia vai falar sobre os desafios da transição de governo no 11º Congresso Consad de Gestão Pública, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília. Na ocasião, o ministro, que já foi governador de Minas Gerais, estará ao lado de Natasha Nunes, advogada e diretora jurídica da Conexis, e Fabrício Marques, presidente do Consad. Este time todo para discutir os desafios da gestão pública como inovações, gestão de pessoas, transição de governo e vários outros temas. Será em 24 de março.

Esquema ilegal

A Polícia Federal (PF) deflagrou, ontem, a Operação Res Capta, para desarticular um esquema de arrendamento ilegal de terras indígenas em Mato Grosso. A PF informou entre os envolvidos estão fazendeiros, líderes indígenas e servidores da Fundação Nacional do Índio (Funai)."Além da propina aos servidores, os 15 arrendamentos geraram repasses perto de R$ 900 mil por mês à liderança indígena Xavante". Entre os atos ilícitos em áreas protegidas estão queimadas para formação de pastagem, desmatamento e construção de infra-estrutura para a atividade agropecuária.

PINGAFOGO

- Em tempo, ainda sobre o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira: "Ela não pode ficar com sua política com valores defasados, mas quando baixam o petróleo e o dólar, não recuar nos preços é uma incapacidade da Petrobras de dar uma resposta ao povo brasileiro". Óbvio que é a Petrobras.

EVARISTO SÁ/AFP

- Os senadores Carlos Portinho (PL-RJ), Romário (PL-RJ), Flávio Bolsonaro (**foto**) (PL-RJ) e Eduardo Girão (Podemos-CE), da Comissão Externa sobre Petrópolis, sobrevoaram o município atingido pelas enxurradas, mês passado, para avaliar as causas do desastre e evitar esse tipo de tragédia.
- Além do sobrevoo e da visita ao 32º Batalhão de Infantaria Motorizada, os senadores andaram nas ruas atingidas pela tragédia e se encontraram com o prefeito de Petrópolis, Rubens Bomtempo, na sede do Executivo municipal.
- Era uma promessa que foi cumprida. Sendo assim, basta esperar os últimos capítulos. FIM!

POLÍCIA FEDERAL

Nomeado em fevereiro, Márcio Nunes de Oliveira substitui chefe do setor de Investigação e Combate à Corrupção da PF, responsável pela apuração que envolve a família Bolsonaro

Novo diretor troca delegado

VICTOR CORREIA

Brasília – O delegado Caio Rodrigo Pellim foi nomeado para coordenar o setor de Investigação e Combate à Corrupção da Polícia Federal (PF), substituindo Luis Flávio Zampronha. A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial da União (DOU), assinada pelo novo diretor-geral da PF, Márcio Nunes de Oliveira, nomeado no último dia 25. Pellim atuava como superintendente regional da PF no Ceará desde julho de 2021. E já coordenou as delegacias da PF em Rondônia e no Rio Grande do Norte. O setor é responsável por conduzir as diligências em investigações que apuram fake news e financiamento de atos antidemocráticos. Ele também investiga parlamentares suspeitos de desviarem recursos dos cofres públicos.

São alvos de investigação pelo setor o presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus filhos, o vereador Carlos Bolsonaro (Republicanos) e o senador Flávio Bolsonaro (PL), entre outros. Na hierarquia da Polícia Federal, esse é considerado o setor de maior repercussão.

Antes de assumir o setor de Investigação e Combate à Corrupção, o delegado Caio Rodrigo Pellim ocupava, desde julho de 2021, o cargo de superintendente regional do Ceará. Ele também já atuou como coordenador das delegacias da PF em Rondônia e no Rio Grande do Norte. O setor é o de maior repercussão na hierarquia da PF. A Coordenação de Inquérito nos Tribunais Superiores (Cinq), por exemplo, é vinculada à Diretoria de Investigação e Combate à Corrupção. O Cinq investiga políticos em inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Márcio Nunes é o quinto diretor-geral da PF nomeado no governo Bolsonaro. Ele substituiu Paulo Maiurino, que ficou menos de um ano no posto. O novo diretor-geral da PF atuava como secretário-executivo do Ministério da Justiça, segundo principal posto na hierarquia da pasta. Foi professor na Academia Nacional de Polícia e superintendente regional da PF no Distrito Federal de 2018 a 2021. Entre outros cargos, comandou o Serviço de Análise de Dados de Inteligência Policial da Divisão de Repressão a Crimes contra o Patrimônio e ao Tráfico de Armas e chefe da Divisão de Operações de Repressão a Entorpecentes da PF. **(Com agências)**

ISAAC AMORIM/MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Após três semanas como diretor-geral da PF, Nunes de Oliveira faz mudança estratégica

---

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE
COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **WILSON JOSE DA SILVA JUNIOR,** CPF/CNPJ nº 04323849605, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 8.659,60, em 28/05/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844442112159-0 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 39129, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE
COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **DANIEL MARQUES DA SILVA,** CPF/CNPJ nº 01520711646, **NATHALIA XAVIER MAGALHAES MARQUES,** CPF/CNPJ nº 06803230660, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 10.109,21, em 06/06/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 144440523888-9 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 28166, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE
COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **ANA PAULA DE FATIMA,** CPF/CNPJ nº 07555573601, **LAZARO MARTINS FERREIRA,** CPF/CNPJ nº 03206232627, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 36.125,05, em 09/07/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844441264779-7 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 38949, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Às vésperas da campanha eleitoral, Planalto lança programa que libera FGTS, antecipa 13º de aposentados e facilita empréstimo consignado e crédito para microempreendedores

PACOTE DO GOVERNO INJETA R$ 150 BILHÕES NA ECONOMIA

ROSANA HESSEL E CRISTIANE NOBERTO

Brasília – Como parte da agenda de reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) lançou o Programa Renda Oportunidade, mais um "pacote de bondades", ontem, voltado para estimular o consumo. O conjunto de medidas, apresentado em cerimônia no Palácio do Planalto, é focado em emprego e renda e tem poucas novidades, pois algumas delas, como a antecipação do 13º salário dos aposentados, já haviam sido ventiladas nos últimos dias. De acordo com o Ministério do Trabalho e Previdência, o governo espera injetar R$ 150 bilhões por meio do programa. Desse total, R$ 77 bilhões são direcionados ao crédito consignado e microcrédito digital, para microempreendedor individual (MEI), aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e pessoas que recebem benefício de prestação continuada (BPC) e pela Lei Orgânica de Assistência Social (Loas). Quem participa do Programa Auxílio Brasil também terá acesso a esse crédito.

Outros R$ 56,7 bilhões serão injetados na economia, com a antecipação do 13º salário dos aposentados. Outra medida prevista no pacote é uma nova rodada de saques de até R$ 1 mil no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Até 15 de dezembro, cada trabalhador poderá sacar até R$ 1 mil de suas contas do FGTS. A medida beneficiará 42 milhões de pessoas e deverá injetar R$ 30 bilhões na economia caso todos os trabalhadores retirem o dinheiro.

A autorização para a nova rodada de saques do FGTS consta de medida provisória assinada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. Segundo o Ministério do Trabalho e Previdência, o saque tem como objetivo diminuir o comprometimento de renda e o endividamento das famílias por causa da crise sanitária provocada pela COVID-19.

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, informou que o calendário de saques começa em 20 de abril e vai até 15 de junho. O dinheiro ficará disponível até 15 de dezembro, quando voltará para a conta vinculada do FGTS. Pedro Guimarães também informou que o pagamento ocorrerá por meio do aplicativo Caixa Tem, usado para o pagamento de benefícios sociais e trabalhistas nos últimos anos. O dinheiro será depositado numa conta poupança digital, podendo ser transferido posteriormente para uma conta-corrente por meio do celular.

A Caixa esclareceu que quem antecipou o saque aniversário do FGTS e ficou com o valor bloqueado na conta não poderá retirar o valor. Isso porque a nova rodada de saques só poderá ser feita para contas com recursos liberados. Assim como nas últimas rodadas, o calendário de pagamento foi definido com base no mês de nascimento do trabalhador.

CONSIGNADO O governo informou que a margem do crédito consignado, ou seja, o valor da renda que pode ser comprometido com o empréstimo, vai voltar a subir. Até dezembro de 2021, aposentados e pensionistas do INSS podiam comprometer até 40% de sua renda líquida. Em janeiro, o valor recuou para 35%. Agora, volta aos 40%, 35% no empréstimo pessoal e 5% para despesas e saques com cartão de crédito consignado. Além dos aposentados, quem recebe benefícios assistenciais (BPC/Loas) ou participa do programa Auxílio Brasil também terá acesso a essa modalidade de empréstimo. O consignado é um empréstimo em que a prestação é descontada diretamente do benefício previdenciário todos os meses. Aposentados e pensionistas do INSS, trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos podem pedir o benefício. Nesses dois últimos casos, as parcelas são descontadas do salário.

O "pacote de bondades" inclui também novas linhas de microcrédito para pessoas físicas e microempreendedores individuais (MEIs). O Programa de Simplificação do Microcrédito Digital para Empreendedores – SIM Digital tem duas operações, segundo o presidente da Caixa. Para pessoas físicas será emprestado até R$ 1 mil, com taxa de juros a partir de 1,95% ao mês e parcelamento em 24 meses. Essa modalidade vale para quem está com o nome sujo. Microempreendedores individuais (MEIs) poderão pegar até R$ 3 mil, com taxa de juros a partir de 1,99% ao mês e parcelamento em 24 meses. O programa deverá ter início em 28 de março.

Já a antecipação do 13º salário atingirá cerca de 30,5 milhões em todo o Brasil. O pagamento será feito em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do valor do benefício, será quitada em abril e com os benefícios dessa competência (de 25 de abril a 6 de maio). A segunda parcela será paga com os benefícios da competência de maio de 2022 (de 25 de maio a 7 de junho). Em geral, o pagamento do 13º salário ocorreria somente nas competências agosto e novembro.

ISAC NÓBREGA

Jair Bolsonaro e vários ministros lançaram, no Palácio do Planalto, o "pacote de bondades", com objetivo de beneficiar população com menor poder aquisitivo

PROGRAMA RENDA E OPORTUNIDADE

✓ Saque extraordinário do FGTS

- Saques de até R$ 1 mil serão liberados das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O calendário de saques começa em 15 de abril e vai até 15 de junho, mas o dinheiro ficará disponível até 15 de dezembro de 2022.

✓ Microcrédito digital

- Programa de Simplificação do Microcrédito Digital (SIM Digital) começa em 28 de março. O governo estima beneficiar cerca de 4,5 milhões de empreendedores com a medida já nos primeiros meses.
- Pessoas físicas: será emprestado até R$ 1 mil, com taxa de juros a partir de 1,95% ao mês e parcelamento em 24 meses. Vale quem está com o nome sujo. Empréstimo pelo celular, por meio do aplicativo Caixa Tem.
- Microempreendedores individuais (MEIs): até R$ 3 mil, com taxa de juros a partir de 1,99% ao mês e parcelamento em 24 meses. Empréstimo diretamente nas agências da Caixa.

✓ Empréstimo consignado

- Aposentados e pensionistas do INSS, beneficiários de programas assistenciais (BPC/Loas), inseridos no Auxílio Brasil terão ampliação da margem de empréstimo consignado dos atuais 35% do valor do benefício para até 40%. O governo estima beneficiar mais de 50 milhões de brasileiros.

✓ Antecipação do 13º salário

- A antecipação do pagamento do abono anual devido aos beneficiários do INSS contemplará cerca de 30,5 milhões de benefícios em todo o Brasil. O pagamento ocorrerá em duas parcelas. A primeira, correspondente a 50% do valor do benefício, será devida ainda em abril de 2022 e será paga com os benefícios dessa competência (de 25 de abril a 6 de maio). A segunda parcela será paga com os benefícios da competência de maio de 2022 (de 25 de maio a 7 de junho). Em geral, o pagamento do 13º salário ocorreria somente nas competências agosto e novembro.

Medidas com "sobra de caixa acumulado"

Brasília – Ao comentar sobre o pacote de medidas anunciados pelo governo para estimular o consumo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, confirmou que as quatro medidas vão injetar mais de R$ 150 bilhões com "sobra de caixa que vai acumulando" por conta do aumento da arrecadação do governo federal, para estimular o empréstimo até para pessoas negativadas. Ele e o ministro do Trabalho e Previdência, Ônix Lorenzoni, afirmaram que não haverá impacto fiscal nas medidas. E, no caso do saque do FGTS, o ministro garantiu que o governo está "protegendo o orçamento de saneamento e de infraestrutura", que são financiados pelo fundo do trabalhador. Segundo ele, apenas o saque de até R$ 1 mil do FGTS vai beneficiar 40 milhões de brasileiros e injetar R$ 30 milhões na economia, se todos os titulares do fundo fizerem o saque.

Na avaliação do ministro, as medidas buscam beneficiar os 38 milhões de "invisíveis" que passaram a receber o auxílio emergencial durante a pandemia e que passaram a ter contas digitais na Caixa para o pagamento do benefício, que contribuiu para estimular o consumo em 2020 e em 2021. O Brasil caiu menos durante a pandemia e já está com o déficit zerado. Estamos preparados para enfrentar os próximos desafios", garantiu Guedes. Ele disse ainda que "todas as medidas do pacote de medidas de estímulo ao consumo são as mesmas que já foram adotadas na pandemia e vão na direção de democratização do acesso ao crédito".

Entre elas, a ampliação do limite de acesso de 35% para 40% para o crédito consignado e a antecipação do 13º salário dos aposentados. "Fizemos lá atrás, na pandemia, e, agora, a mesma coisa. Se a comida subir de preço, vamos proteger os aposentados e deixar ele sacar o 13º. E vamos ter novas medidas lá na frente", afirmou. Um novo pacote de ações do Ministério da Economia será anunciado na semana que vem e inclui isenção do Imposto de Renda para investidores estrangeiros e incentivo à reciclagem, segundo fontes do governo.

Projeto prevê 13º a beneficiários do Auxílio Brasil

O senador Alexandre Silveira (PSD-MG) apresentou ontem o Projeto de lei 625/2022, que permite o pagamento do 13º salário aos beneficiários do Auxílio Brasil, como já ocorre com empregados de carteira assinada, aposentados, pensionistas e servidores públicos. "É um projeto que tem que ser abraçado por todos. O próprio presidente da República teve como uma de suas promessas de campanha fazer um pagamento extra, a título de 13º, para os beneficiários do Bolsa-Família", declarou Silveira.

Pela proposta, seriam entregues aos beneficiários 50% a mais em junho e 50% a mais em dezembro, dividindo o 13º pagamento em duas parcelas. O senador informou que essa medida ajudará a combater a pobreza, já que representa um acréscimo anual de quase 10%. "Espero que possamos aprovar logo essa proposta porque ela é muito positiva. Além de atender aqueles que mais precisam da ajuda do governo, vai colaborar também para a movimentação da nossa economia", afirmou Silveira.

JUAREZ RODRIGUES/EM/D.A PRESS

Senador Alexandre Silveira (PSD-MG) apresentou ontem a proposta na Casa

LUIZ CARLOS AZEDO

ENTRE LINHAS

"A ausência de um diretor de política econômica no Banco Central (BC) está sendo apontada como a principal causa da incoerência e inconsistência das análises do Copom"

>>E-mail para esta coluna: luizazedo.df@dabr.com.br

Mercado perde confiança na política monetária

Para o mercado financeiro, a principal âncora da economia, a política de juros, virou uma biruta de aeroporto na última reunião do Conselho de Política Monetária (Copom), que aumentou a taxa básica de juros de 10,75% ao ano para 11,75% ao ano, mas sinalizou que a Selic vai a 12,75% em maio. A expectativa gerada é de que o arrocho monetário não vai parar por aí e a economia pode mergulhar numa nova "grande depressão".

Essas preocupações decorrem do papel cada vez mais subalterno do ministro da Economia, Paulo Guedes, nas decisões econômicas do governo, o que se reflete inclusive na demora para aprovação de dois diretores do Banco Central (BC) pelo Senado. O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, senador Otto Alencar (PSD-BA), engavetou as duas indicações para os cargos de diretor de política econômica e diretor do sistema financeiro, com o argumento de que o governo está sem líder na Casa, desde a saída do senador Fernando Bezerra (MDB-PE) do cargo.

Diogo Abry Guillen, indicado para a Diretoria de Política Econômica, de 39 anos, é formado em economia pela PUC-RJ, onde concluiu mestrado. Tem doutorado pela Universidade de Princeton e atualmente é economista-chefe da Itaú Asset Management. Renato Dias de Brito Gomes, indicado para a Diretoria de Organização do Sistema Financeiro, de 41, também é formado em economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio (PUC-RJ), onde fez o mestrado. Concluiu o doutorado na Northwestern University, nos EUA.

Um trecho da ata da reunião do Copom de ontem acendeu a luz vermelha no mercado, quando afirma que "políticas fiscais que impliquem impulso adicional da demanda agregada ou piorem a trajetória fiscal futura podem impactar negativamente preços de ativos importantes e elevar os prêmios de risco do país". A adoção desse "cenário alternativo" para as projeções de inflação do Banco Central (BC) gerou inquietação entre os analistas.

O BC trabalha com a hipótese de o preço do barril do petróleo chegar a US$ 100 ao final de 2022. Com base nessa avaliação, acredita que a inflação neste ano chegará a 6,3%. Entretanto, essa avaliação está em contradição com o boletim Focus do próprio BC, que estima a inflação em 7,1% em 2022, com uma desaceleração para 3,4% em 2022. Quando fala em "impulso de demanda agregada", o BC está se referindo às medidas que estão sendo tomadas pelo presidente Jair Bolsonaro para estimular o consumo e reduzir o impacto da alta dos combustíveis no custo de vida.

Petróleo e juros

Depois da pandemia, que jogou a economia no chão e provocou a desorganização dos pequenos negócios, além de desemprego em massa, o governo se depara com uma nova variável que foge ao seu controle: a guerra da Ucrânia. As expectativas de que seria um conflito que duraria no máximo 10 dias não se confirmaram; as duríssimas sanções contra a Rússia também surpreenderam. Além disso, os juros nos Estados Unidos estão subindo, o que amplia o peso do cenário externo na economia brasileira.

A ausência de um diretor de política econômica no Banco Central (BC) está sendo apontada como a principal causa da incoerência e inconsistência das análises do Copom. A implicância maior é com o fato de as projeções estarem baseadas no preço dos combustíveis, que são muito voláteis, e não levarem em conta que o Federal Reserve (Fed), pelo mesmo motivo, possa ter que alterar a projeção de seis reajustes mensais da ordem de 0,25% nas taxas de juros dos Estados Unidos.

Há uma diferença fundamental entre os dois países: o Brasil está estagnado, enquanto os Estados Unidos crescem. Um dos motivos alegados pelo próprio presidente do Fed, Jerome Powell, para elevar os juros, foi justamente o aquecimento da economia norte-americana. Nós aqui estamos elevando os juros numa situação de baixíssimo crescimento. Lá a taxa estava próxima de zero, e aqui já subiu para 11,75%.

Essas pressões inflacionárias atrapalham os planos de reeleição do presidente Jair Bolsonaro, que imaginava entrar no processo eleitoral de vento em popa, com a economia em recuperação, gerando novos empregos, e relativo aquecimento da economia, em decorrência da injeção de recursos federais no orçamento das famílias, como o Auxílio Brasil, no valor de R$ 400. O impacto direto do programa nos bolsões de pobreza das grandes cidades e do interior totalizará R$ 90 bilhões em transferência de renda.

Bolsonaro pretende gastar muito na eleição: R$ 30 bilhões em saques antecipados do FGTS; R$ 56 bilhões do décimo terceiro adiantado para pensionistas e aposentados do INSS; R$ 120 bilhões de subsídios para os combustíveis; R$ 230 bilhões de renúncias fiscais. Os cortes de impostos e subsídios fiscais poderão chegar a R$ 230 bilhões. Essas medidas, porém, são consideradas inflacionárias pelos agentes econômicos.

Após novos bombardeios que mataram civis na Ucrânia, o presidente dos EUA chama Putin de "ditador assassino" e deve telefonar hoje a Xi Jinping para alertá-lo sobre ataques de Moscou

BIDEN AMEAÇA CHINA COM REPRESÁLIAS A APOIO RUSSO

Washington – Os Estados Unidos alertaram a China para qualquer tentativa de "apoiar a agressão russa" contra a Ucrânia, onde novos bombardeios deixaram mais de 20 mortos no Leste do país ontem. O presidente dos EUA, Joe Biden, que chamou o líder russo, Vladimir Putin, de "ditador assassino" e "marginal", ameaçará hoje seu par chinês, Xi Jinping, com represálias se o gigante asiático "apoiar a agressão russa" com uma ajuda militar, antecipou o secretário de Estado, Antony Blinken. O secretário estimou que os ataques da Rússia contra civis constituem crimes de guerra e acusou Moscou de não fazer "esforços significativos" na frente diplomática para resolver o conflito. Essas advertências são feitas após uma série de relatos de bombardeios contra alvos civis, que já deixaram centenas de mortos desde o início da invasão à Ucrânia, ordenada há três semanas pelo presidente russo, Vladimir Putin.

Kiev, onde o cerco das tropas russas é cada vez mais intenso, saiu ontem de um toque de recolher de 35 horas. O ministério russo da Defesa negou ter atacado um teatro na cidade portuária de Mariupol, Sudeste da Ucrânia, sitiada há mais de duas semanas pelas forças de Moscou. Segundo autoridades locais, havia mais de mil refugiados no teatro. A ONG Human Right Watch (HRW), que destacou a falta de dados, citou a presença de pelo menos 500 pessoas.

As informações chegam a conta-gotas e em ocasiões contraditórias. A Ucrânia e os países ocidentais acusam a Rússia, que atribui o ataque a milicianos de extrema-direita ucranianos. O teatro de Mariupol "foi fortemente bombardeado hoje, embora servisse como um abrigo bem conhecido e claramente identificado para civis, incluindo crianças", denunciou o chefe da diplomacia da União Europeia (UE), Josep Borrell, que também citou relatos de ataques russos contra a cidade de Mikolaiv.

"Esses ataques deliberados a civis e infraestruturas civis são vergonhosos, reprováveis e totalmente inaceitáveis", criticou Borrell, acrescentando que "os autores dessas graves violações e crimes de guerra, bem como líderes governamentais e comandantes militares, terão que prestar contas".

Cerca de 30 mil pessoas deixaram Mariupol na última semana, e outras 350 mil "continuam se escondendo em abrigos e porões" daquela cidade, segundo a prefeitura. Mais de 1.200 pessoas morreram em ações violentas em Mariupol desde o início da guerra, de acordo com fontes ucranianas. As pessoas que conseguiram fugir da cidade descrevem uma situação humanitária crítica e relataram que tiveram que beber neve derretida e fazer fogo para cozinhar a pouca comida disponível. "Piorava a cada dia. Não tínhamos energia elétrica, água ou comida. Não era possível comprar nada, em lugar nenhum", disse à AFP uma mulher que se identificou apenas como Darya.

"MARGINAL" Biden chamou Putin de "criminoso de guerra" na quarta-feira e ontem voltou a fazer duras críticas, chamando o líder russo de "marginal". Em discurso feito em comemoração ao Dia de São Patrício, Biden chamou Putin de "ditador assassino" também. "Meu ponto principal é que agora tem a Irlanda e a Grã-Bretanha se unindo contra um ditador assassino, um marginal que está travando uma guerra imoral contra o povo da Ucrânia". "Putin está pagando um preço alto por sua agressão. E eles são parte da razão pela qual os custos estão tão altos."

A resposta russa não demorou. "Consideramos inaceitável e imperdoável tal retórica do chefe de Estado cujas bombas mataram centenas de milhares de pessoas em todo o mundo", disse o porta-voz presidencial russo, Dmitri Peskov, na quarta-feira. Ontem, ele voltou a falar que as novas declarações de Biden também são inaceitáveis.

SAUL LOEB/AFP

O secretário de Estado, Antony Blinken, fez novo pronunciamento acusando "crimes de guerra" da Rússia

> "Meu ponto principal é que agora tem a Irlanda e a Grã-Bretanha se unindo contra um ditador assassino, um marginal que está travando uma guerra imoral contra o povo da Ucrânia"
>
> **Joe Biden**, presidente dos EUA

Zelensky fala em novo muro na Europa

Washington – O presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, denunciou que a Rússia está erguendo um novo "muro" na Europa, "entre a liberdade e a escravidão", em mensagem de vídeo transmitida na câmara baixa do Parlamento alemão. Zelensky também criticou a Alemanha, que, durante anos, resistiu a romper os laços econômicos, em particular no setor de energia, com a Rússia. A Otan rejeitou os pedidos da Ucrânia de envolvimento direto no conflito, pelo temor de provocar uma terceira guerra mundial entre beligerantes com enormes arsenais nucleares.

Até o momento, proporcionou ajuda militar. Joe Biden anunciou que os Estados Unidos também apoiarão a Ucrânia para adquirir novos sistemas de defesa antiaérea. Apesar desse cenário, Putin repetiu em uma reunião do governo que a operação se desenvolve "com sucesso". O chefe de Estado russo também condenou as sanções impostas pelos países ocidentais em resposta à invasão, depois que Moscou foi excluída da maior parte do sistema financeiro ocidental, e afirmou que as medidas fracassaram.

Em nível global, a guerra pode custar um ponto percentual ao crescimento mundial ao longo de um ano caso os efeitos sobre os mercados de energia e financeiros perdurem, advertiu a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE). A Europa será a região mais afetada pelas consequências econômicas da ofensiva, segundo a organização.

Mais de 3 milhões de pessoas fugiram do país, a maioria mulheres e crianças, segundo a ONU. Zelensky afirmou nesta quinta-feira que 108 crianças morreram na guerra. Representantes de Kiev e Moscou conversaram por videoconferência em várias ocasiões esta semana. O porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, afirmou que a delegação russa está "fazendo grandes esforços e está disposta a trabalhar dia e noite, mas que os ucranianos não mostram tanto afinco".

AFP

Volodymyr Zelensky visitou vítimas feridas por ataques russos

MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 08.343.492/0001-20

Relatório da Administração 2021

Senhores Acionistas,

Nos termos das disposições legais e estatutárias, a Administração da MRV Engenharia e Participações S.A. ("Companhia" ou "MRV"), submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Relatório da Administração

PLATAFORMA HABITACIONAL MRV&Co - **No ano de 2021 a MRV&Co se consolidou como a primeira e única Plataforma Habitacional Multinacional de origem brasileira.** Todas as linhas de negócios da MRV&Co registraram importantes avanços, confirmando a assertividade da estratégia de diversificação de produtos, fontes de funding e mercados de atuação implementada pela Companhia. **Com um total de R$ 8,1 bilhões (%MRV) em vendas no ano de 2021, sendo R$ 1,75 bilhão (%MRV) da AHS, nos EUA, a plataforma MRV&Co bateu, pelo segundo ano consecutivo, seu recorde histórico de vendas.** Já a Urba totalizou 3.110 unidades vendidas (100%) no ano, **representando um crescimento de 149% frente ao ano de 2020**, superando as expectativas e confirmando a força de sua sinergia com a MRV. No 4T21 **foi firmada uma importante parceria estratégica entre a Luggo e a Brookfield, que prevê a venda de aproximadamente 5.100 unidades, equivalentes a um total de R$ 1,26 bilhão**, no decorrer dos próximos anos. Os empreendimentos serão vendidos à medida que forem concluídos e o acordo assinado inclui a venda dos dois primeiros empreendimentos, em um total de R$ 106 milhões, já no quarto trimestre.

A Força da Plataforma Habitacional MRV&Co

AHS: Operação Norte Americana - A internacionalização da MRV&Co teve início em janeiro de 2020, com a aquisição da AHS Residential, uma companhia norte americana focada no desenvolvimento e construção de empreendimentos residenciais para a locação e posterior venda para investidores. Fundada no estado da Flórida, hoje a AHS atua em um total de 19 cidades, no sul da Flórida, no Texas e na Geórgia, com um land bank equivalente suficiente para produzir 7.402 unidades, o equivalente a US$ 11,4 bilhões em VGV.

Desempenho da AHS em 2021: No ano de 2021, a AHS vendeu 7 empreendimentos, totalizando 1.486 unidades, com um VGV de R$ 350 milhões (100%). A grande demanda por ativos de Multifamily nos Estados Unidos permitiu que as vendas dos empreendimentos fossem realizadas com Cap Rates mais baixos do que o previsto nos estudos de viabilidade dos projetos o que, aliado à bem-sucedida estratégia de aumento de preço dos aluguéis, resultou em margens brutas elevadas, mesmo com a pressão de custos de produção observada nos Estados Unidos.

Empreendimento	Valor de Venda (US$ mil)	Data da Venda	Margem Bruta	Yield on Cost	Cap Rate
Mangonia Lake	57.000	30/06/2021	19%	5,6%	4,5%
Lake Osborne	21.500	30/06/2021	32%	6,9%	4,6%
Tamiami Landings & Banyan Ridge *	123.000	29/09/2021	27%	6,7%	4,8%
Princeton & Pine Groves *	95.000	21/12/2021	37%	7,6%	4,3%
Lake Worth	54.000	28/12/2021	51%	8,3%	3,5%
Total/Média	350.500		32%	7,0%	4,4%

*Empreendimentos com venda realizada em conjunto

YoC x Cap Rate - Vendas AHS 2021

Yield on Cost: 5,6% · 6,9% · 6,7% · 7,6% · 8,3%
Cap Rate: 4,5% · 4,6% · 4,8% · 4,3% · 3,5%

Evolução da operação AHS: Atualmente, a AHS conta com 9 empreendimentos em construção, nos estados da Flórida, Geórgia e Texas, **totalizando 3.869 unidades, equivalentes a US$ 864 milhões em VGV potencial:**

Somando o empreendimento Coral Reef, já lançado e em negociação para venda, aos atuais 9 empreendimentos em construção, **a AHS possui um total de 3.244 unidades a serem vendidas, equivalentes a um VGV potencial de US$ 915 milhões, ou R$ 5,1 bilhões.**

VGV Potencial AHS (100%) - Projetos em Construção / Estabilização US$ milhões

Incorporação da AHS pela MRV

	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
Total	416	421	422	608	620	652	650	915
VGV Projetos em Estabilização (vermelho)	105	105	107	107	107	139	200	50
VGV Projetos em Estabilização (preto)	155	161	199	141	203	168		
VGV Projetos em Construção	156	155	116	359	309	345	450	864

US$ 915 milhões x R$ 5,58¹ = R$ 5,1 bilhões

¹Considera a PTAX de 31/12/2021

Esperamos que as vendas dos empreendimentos da AHS ocorram em um ciclo mais curto do que o inicialmente projetado, em função do aquecimento do mercado norte americano e da alta demanda por ativos multifamily, especialmente voltados para o workforce.

O plano de negócios atual supera fortemente a tese de investimento da AHS: Buscando dar o máximo de transparência possível, o valuation da AHS será periodicamente atualizado utilizando-se o mesmo método de valoração dos ativos da Companhia (NAV), como feito na proposta de aquisição aprovada pelos acionistas:

NAV AHS (valores em US$)	2T19	4T20	4T21*
Operação	109.853.896	120.582.366	26.295.200
Construção	27.979.811	110.781.647	303.813.643
Land bank	19.850.000	35.289.082	112.118.403
Holding	18.249.995	1.047.059	31.867.407
Aumento de capital @jul/19	10.000.000	-	-
Total	185.933.702	267.700.154	474.094.653

US$ 474 milhões x R$ 5,58 = R$ 2,6 bilhões

Luggo: Com produtos desenvolvidos para a locação, e posterior venda para investidores, com a Luggo mantendo a administração das propriedades, essa linha de negócios diversifica ainda mais as fontes de funding para a venda dos produtos da MRV&Co, além de acessar um novo mercado, composto por uma parcela da população que não tem interesse ou condições de comprar um imóvel e opta pela locação.

Acordo de Investimentos com a Brookfield Asset Management: No 4T21 **foi assinado um Acordo de Investimentos** com a BPG IV Multifamily Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, **um veículo de investimentos da Brookfield Asset Management, para a aquisição de empreendimentos da Luggo**, firmando uma importante parceria estratégica entre as partes e criando mais uma sólida avenida de diversificação de funding para a venda dos produtos da MRV&Co. O acordo regula **a aquisição de aproximadamente 5.100 unidades, equivalentes a um VGV (Valor Geral de Venda) estimado de R$ 1,26 bilhão**, divididos entre as seguintes fases:

- **FASE 1:** Engloba os empreendimentos com alvará de construção expedidos, valor alvo de aluguel em fase final de definição e cap rate já definidos pelas partes (**1.842 unidades e R$ 453 milhões de VGV estimado**).
- **FASE 2:** Engloba os empreendimentos sem alvará de construção (a serem obtidos até dezembro de 2022), com valor alvo de aluguel a ser definido pelas partes e cap rate já acordado (**aproximadamente 2.550 unidades e R$ 630 milhões de VGV estimado**).
- **FASE 3:** Engloba os terrenos destinados a empreendimentos da Luggo, com alvará de construção a serem obtidos após 2022 e com valor alvo de aluguel e cap rate a serem acordados entre as partes (**aproximadamente 710 unidades e R$ 175 milhões de VGV estimado**). A efetiva aquisição das propriedades se dará após a expedição do Habite-se e conclusão de cada propriedade, quando ocorrerá o pagamento e transferência do ativo. Após cada venda, **a Luggo permanecerá na condição de administradora das propriedades. No 4T21, foi feita a primeira venda de empreendimentos da Luggo dentro do acordo de investimentos firmado com a Brookfield**, o Luggo Cabral e o Luggo Piqueri, localizados em Contagem/MG e São Paulo/SP, respectivamente, **pelo Valor Geral de Venda ("VGV") de R$ 106 milhões**, representando um **Recebimento Líquido de R$ 56 milhões** e um **Lucro Bruto de R$ 30 milhões.**

Luggo Cabral + Luggo Piqueri	
Valor de Venda	R$ 105.907.097
Custo do Empreendimento	R$ 75.583.218
Resultado Bruto	R$ 30.323.879
Margem Brura (%)	29%

URBA - **Em 2021, a Urba alcançou a marca de 3.110 unidades vendidas** (vendas líquidas, visão 100%), representando um **aumento de 149% frente ao ano de 2020**. O VGV de vendas líquidas do ano de 2021 totalizou **R$ 455 milhões** (100%), um **crescimento de 210% no comparativo com 2020**. A Urba segue expandindo suas elevadas margens, tendo atingido, em 2021, **43% de margem bruta e 17% de margem líquida**.

Vendas Líquidas Urba - R$ milhões (100%)

2020: 147 · 2021: 455

O sucesso do conceito de produto Smart Urba ficou evidenciado pela alta velocidade de venda dos dois primeiros empreendimentos, o Smart Urba Vila Profeta e o Smart Urba Dunlop, lançados em Campinas/SP, **que atingiram uma VSO de 64% e de 83%**, respectivamente. Os bairros Smart Urba oferecem infraestrutura de alta qualidade, ciclovias, praças, áreas de lazer completas com espaços recreativos em bairros abertos para todas as idades, tais como playground, quadras esportivas e academia, além de buscar parcerias para oferta de facilidades como wi-fi em áreas públicas, circuito fechado de televisão e fibra ótica.

Imagens ilustrativas do bairro e da sede da Associação de Moradores – Smart Urba Dunlop

PRESSÃO DE CUSTOS E EFEITOS NA MARGEM BRUTA - Com o início da pandemia do COVID-19, no 1T20, ainda em um ambiente de incertezas sobre os efeitos esperados na economia global, a MRV optou por adotar uma política comercial agressiva, oferecendo descontos e buscando preservar o volume de vendas. O que se observou, entretanto, foi uma demanda muito forte, que resultou em um volume de vendas que bateu recordes sucessivos no 1T20, 2T20 e 3T20. **O modelo de negócios de incorporação da MRV envolve o repasse dos clientes ao banco financiador durante a construção, o chamado "Repasse na Planta"**. A grande vantagem desse modelo é um fluxo de caixa mais otimizado, além da impossibilidade de distrato por parte do cliente, após o repasse. **Por outro lado, após o repasse não há qualquer reajuste do valor financiado pelo banco, o que cria uma possível exposição em caso de aceleração da inflação (INCC)**. A partir do 3T20, houve uma crescente e intensa pressão inflacionária, que atingiu seu pico no 4T21, quando se estabilizou em patamares elevados, como pode ser observada no gráfico abaixo:

INCC-DI - Acumulado

Fonte: Fundação Getulio Vargas, Conjuntura Econômica - IGP (FGV/Conj. Econ. - IGP)

No momento em que a pressão inflacionária se provou superior às estimativas de INCC originalmente consideradas nos orçamentos, a Companhia iniciou, tempestivamente, um processo de revisão dos orçamentos de seus empreendimentos, que resultou na compressão da margem bruta ao longo desse período.

Margem Bruta - MRV Incorporação

4T19	1T20	2T20	3T20	4T20	1T21	2T21	3T21	4T21
29,7%	28,1%	28,0%	28,2%	28,4%	27,9%	24,9%	24,5%	22,4%

26,3% – Efeito da venda da carteira no 3T21

Com isso, a MRV possui uma safra de produtos vendidos com preços baixos, já repassados aos bancos financiadores, portanto sem possibilidade de reajuste pela inflação (INCC), e sendo produzidos em um momento de aumento recorde de custos. Isso faz com que a margem bruta permaneça comprimida enquanto essa safra de produtos é produzida, havendo espaço para recuperação à medida que as novas safras de vendas ganharem maior relevância no resultado. **No 4T21 foi registrado um INCC de 1,88%, um movimento inflacionário não correspondido integralmente pelo aumento nos preços dos produtos**, de forma que, com a revisão orçamentária dos empreendimentos, **houve uma compressão de 2,1 p.p. de margem bruta frente ao 3T21, na operação de incorporação brasileira** (considerando-se a margem bruta ex efeitos não recorrentes da venda da carteira, equivalentes a 1,8 p.p.). A Companhia estima um período prolongado de margem bruta comprimida nos produtos do Casa Verde e Amarela. Desta forma a MRV&Co deverá capitalizar nas demais iniciativas de sua plataforma e o crescimento de volume e de lucro líquido da operação virá das subsidiárias e não da incorporação dentro do Programa CVA.

ESG - **A MRV&Co é líder na agenda ESG no setor e uma das principais referências do país**, possuindo um longo histórico de investimentos em importantes projetos ligados à Sustentabilidade, Governança Corporativa e à preservação do Meio Ambiente, a MRV&Co seguiu atuando fortemente nessas pautas durante 2021. **Signatária do Pacto Global da ONU desde 2016,** a estratégia de sustentabilidade da MRV está conectada aos **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** e aos 10 Princípios do **Pacto Global**. Além disso, a companhia é a única construtora que, há seis anos consecutivos, participa da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), que avalia a performance das grandes empresas que estão listadas na B3.

GOVERNANÇA - A MRV&Co busca sua constante atuação com ética e transparência, tendo sido a primeira construtora e incorporadora premiada com o selo Pró-Ética 2020/2021, o maior reconhecimento à integridade e à ética no meio corporativo. O objetivo dessa premiação é incentivar a adoção voluntária de medidas de integridade e de prevenção da corrupção no setor empresarial, a MRV&Co foi um destaque desta edição, em razão de possuir um programa de integridade efetivo e dos compromissos voluntários que tem assumido junto a várias entidades, que se baseiam em condutas pautadas pela integridade, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. A Companhia também foi reconhecida como a Melhor Empresa do país em Governança Corporativa pelo Anuário Época Negócios 360°.

SOCIAL

Trainee para Pessoas Negras

Reafirmando seu compromisso social, em 2021 a MRV&Co anunciou o primeiro Programa de Trainee exclusivo para Pessoas Negras em cargos de liderança, buscando ativamente ser uma Companhia mais diversa e inclusiva. A Companhia atua em diversas frentes dentro do Programa de Diversidade, dentre as iniciativas sociais promovidas pela MRV&Co estão as Lives de Letramento, ampliação da Licença Paternidade, contratação de pessoas com síndrome de Down, criação da Cartilha de Pais e Grupos de Diversidade.

Mercado de Capitais

Nossas ações são negociadas na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") desde 2007 no mais alto nível de governança – Novo Mercado. As ações MRVE3 encerraram o ano cotadas a R$ 12,00, um Market Cap de R$ 5,79 bilhões, com volume financeiro negociado de R$ 69,2 milhões (média/dia). Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía 482.875.033 ações, sendo que 1.348 ações estavam em tesouraria.

Retorno ao Acionista - Conforme deliberação em AGOE, ocorrida em Abril de 2021, foi aprovado o pagamento de dividendos ordinários pela companhia, equivalentes a R$ 130.658.407,34 (aproximadamente R$ 0,27 por ação). Em 01 de dezembro de 2021 foi aprovado pelo Conselho de Administração o pagamento de dividendos extraordinários no valor de R$ 78.395.044,41 (aproximadamente R$ 0,16 por ação). Ao todo, foram distribuídos R$ 0,433 por ação em dividendos, referentes ao ano de 2020 (somando os dividendos obrigatórios e os extraordinários) e R$ 0,547 por ação, referentes ao ano de 2019. Conforme proposta da Administração da Companhia, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos de 2021 serão como segue:

Dividendos Propostos (R$ milhões)	2021	2020	2019
Mínimos Obrigatórios	191	131	164
Dividendos Extraordinários	-	78	100
Totais Propostos	191	209	264

Dividendos Propostos por ação (R$)	2021*	2020	2019
Mínimos Obrigatórios	0,396	0,271	0,340
Dividendos Extraordinários	-	0,162	0,207
Dividendos Totais (R$)	0,396	0,433	0,547

* Ações Ex. Tesouraria em 14/03/2022 : 483.231.441

Desempenho Operacional

Nota: Todos os valores incluídos neste relatório consideram a participação atribuída aos acionistas da Companhia, exceto quando mencionado o contrário.

Indicadores Operacionais (%MRV)	2021	2020	2019	Var. 20201 x 2020	Var. 2021 x 2019
MRV&Co					
Land Bank (R$ bilhões)	72,9	63,8	52,5	14,2% ↑	38,9% ↑
Número de Unidades	347.254	348.926	331.621	0,5% ↓	4,7% ↑
Lançamentos (R$ milhões)	9.442	7.559	6.901	24,9% ↑	36,8% ↑
Número de Unidades	44.651	36.658	41.817	21,8% ↑	6,8% ↓
Vendas Líquidas (R$ milhões)	8.101	7.492	5.405	8,1% ↑	49,9% ↑
Número de Unidades	38.758	45.667	35.404	15,1% ↓	9,5% ↑
Unidades Produzidas	40.409	35.752	39.660	13,0% ↑	1,9% ↑
Unidades Concluídas	31.735	35.395	34.049	10,3% ↑	6,8% ↓
Unidades Repassadas	37.456	44.367	33.539	15,6% ↑	11,7% ↑
Estoque a VM (R$ milhões)	9.209	7.560	9.009	21,8% ↓	2,2% ↑

Banco de Terrenos - Com um *land bank* total de R$ 72,9 bilhões (%MRV), a plataforma habitacional da MRV&Co já está preparada para intensificar suas operações e alcançar o patamar de 80 mil unidades anuais, dentro dos próximos anos. Estrategicamente a MRV&Co está buscando aquisições de terrenos com o objetivo de adequar o *land bank* a sua plataforma habitacional multifunding.

Lançamentos - **A MRV&Co bateu seu recorde histórico de Lançamentos, registrando um total de R$ 9,44 bilhões (%MRV) lançados no ano**, com importantes lançamentos em todas as suas linhas de negócios. A AHS registrou um lançamento total de R$ 1,58 bilhão lançado no ano, representando um avanço de 3,1% frente ao ano de 2020. No decorrer do ano a Urba lançou um total de sete empreendimentos, totalizando 1.313 unidades (%MRV), equivalentes a um VGV de R$ 194 milhões (%MRV), um crescimento de 311% frente ao ano de 2020.

Vendas Contratadas - A estratégia de diversificação de produtos e *fundings* da MRV&Co segue evoluindo a cada trimestre, aumentando a atuação da Companhia em outros segmentos. **No 4T21, as vendas (LTM) fora do programa Casa Verde e Amarela totalizaram 46,1%, sendo que 21,7% das vendas vieram do mercado norte americano, com a AHS**.

Abertura das Vendas Líquidas LTM

No 4T21, foi feita a primeira venda de empreendimentos da Luggo dentro do acordo de investimentos firmado com a Brookfield, o Luggo Cabral e o Luggo Piqueri, localizados em Contagem/MG e São Paulo/SP, respectivamente, pelo Valor Geral de Venda ("VGV") de R$ 106 milhões, representando um Recebimento Líquido de R$ 56 milhões e um Lucro Bruto de R$ 30 milhões. Para a Urba, o ano de 2021 foi marcado por um significativo crescimento nas vendas, que totalizaram 3.110 unidades vendidas (100%), representando um aumento de 149% no comparativo de 2020, quando foram vendidas 1.182 unidades (100%). Na visão consolidada (%MRV), a Urba totalizou 1.063 unidades vendidas, que representam R$ 146 milhões vendidos no ano. No ano, a MRV reportou 35.885 unidades vendidas no seu *core business* (incorporação no Brasil) equivalentes a R$ 6,1 bilhões de VGV. Com a evolução da implementação do processo de Vendas Garantidas, que alcançou a marca de 89% das vendas no 4T21, um total de 2.067 vendas classificadas como Vendas Garantidas foram assinadas com os clientes, mas não repassadas ao banco financiador dentro do próprio trimestre. **Com isso, o volume total de vendas registradas no trimestre foi aquém do volume efetivamente vendido no período, que totalizou 10.731 unidades.**

Vendas Garantidas: No processo de Vendas Garantidas, uma venda efetuada só é contabilizada após o efetivo repasse do cliente ao banco financiador, o que remove qualquer possibilidade de distrato. No 4T21, 89% das vendas realizadas foram dentro deste processo. O avanço na implementação desse processo de vendas tem se refletido em uma constante redução nos níveis de distrato da Companhia, que alcançou a marca de 4,2% no 4T21.

Geração de Caixa - A Companhia implementou, em 2021, uma estratégia de antecipação de compra e estocagem de alguns materiais necessários para a produção, com o intuito de garantir os preços em um momento de grande pressão inflacionária, além de normalizar o fornecimento e evitar atrasos nas obras. Com isso, houve um consumo de caixa adicional de R$ 185 milhões no ano. Além da estocagem de materiais, dois outros fatores contribuíram para a queima de caixa reportada em 2021: a alteração no normativo da Caixa Econômica Federal, que passou a condicionar o recebimento da medição da obra ao registro do Financiamento à Construção, que causou um impacto de R$ 141 milhões no decorrer do ano; e o atraso observado na averbação do Habite-se, em função dos efeitos da pandemia do COVID-19, que resultou em um montante de R$ 75 milhões não recebidos.

Desempenho Econômico e Financeiro Consolidado

Nota: As informações contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, exceto quando mencionado o contrário.

Indicadores Financeiros Consolidados - MRV&Co (em R$ milhões)	2021	2020	2019	Var. 2021 x 2020	Var. 2021 x 2019
Receita Operacional Líquida Total	7.118	6.646	6.056	7,1% ↑	17,5% ↑
Lucro Bruto	1.841	1.874	1.842	1,8% ↑	0,1% ↓
Margem Bruta (%)	25,9%	28,2%	30,4%	2,3 p.p. ↓	4,6 p.p. ↓
Margem Bruta ex. juros (%)	27,9%	30,9%	33,4%	3,0 p.p. ↓	5,5 p.p. ↓
Despesas comerciais	(642)	(649)	(592)	1,1% ↓	8,5 % ↑
Despesas comerciais / ROL (%)	9,0%	9,8%	98%	0,7 p.p. ↓	0,8 p.p. ↓
Despesas comerciais / Vendas contratadas líquidas (%)	7,9%	8,7%	11,0%	0,7 p.p. ↓	3,0 p.p. ↓
Despesas gerais e administrativas	(503)	(433)	(352)	16,1 % ↑	43,1% ↑
Despesas G&A / ROL (%)	7,1%	6,5%	5,8%	0,6 p.p. ↑	1,3 p.p. ↑
Despesas G&A / Vendas contratadas líquidas (%)	6,2%	5,8%	6,5%	0,4 p.p. ↑	0,3 p.p. ↓
EBITDA	1.419	1.007	1.009	40,9 % ↑	40,5 % ↑
Margem EBITDA (%)	19,9%	15,2%	16,7%	4,8 p.p. ↑	3,3 p.p. ↑
Lucro Líquido	805	550	690	46,3 % ↑	16,6 % ↑
Margem Líquida (%)	11,3%	8,3%	11,4%	3,0 p.p. ↑	0,1 p.p. ↓
Lucro por Ação (R$)	1,667	1,149	1,561	45,1% ↑	6,8% ↑
Lucro Líquido Ajustado*	914	550	690	66,2% ↑	32,5% ↑
Margem Líquida* (%)	12,8%	8,3%	11,4%	4,6p.p ↑	1,4 p.p. ↑
Lucro por Ação* (R$)	1,894	1,149	1,561	64,9% ↑	21,3% ↑
ROE	13,7%	10,2%	14,5%	3,5 p.p. ↑	0,8 p.p. ↓
ROE ajustado*	15,6%	10,2%	14,5%	5,4 p.p. ↑	1,1 p.p. ↑
Receita Bruta de Vendas a apropriar	2.034	2.512	1.629	19,0% ↓	24,8% ↑
(-) Custo de Unidades Vendidas a apropriar	(1.334)	(1.527)	(976)	12,7% ↓	36,7% ↑
Resultado a Apropriar	700	985	653	28,9% ↓	7,2% ↑
% Margem do Resultado a apropriar	34,4%	39,2%	40,1%	4,8 p.p. ↓	5,7 p.p. ↓
Geração de Caixa	(554)	75	(183)	-	203,4% ↓

* Lucro Líquido e ROE ajustado em 2021, desconsiderando-se os impactos do Equity Swap e da marcação a mercado (MtM) dos Swaps IPCA/CDI no resultado da Companhia.

Receita Operacional Líquida - A Companhia reportou uma Receita Operacional Líquida recorde no ano de 2021, impulsionada pela recuperação da produção, totalizando R$ 7,12 bilhões no ano. Cabe ressaltar que as vendas realizadas pela AHS e pela Luggo **não passam pela ROL, mas sim na linha de Outras Receitas, por se** tratar de Propriedades Para Investimento (PPI). **Margem Bruta** - O modelo de negócios de incorporação da MRV envolve o repasse dos clientes ao banco financiador durante a construção, o chamado "Repasse na Planta". A grande vantagem desse modelo é um fluxo de caixa mais otimizado, além da impossibilidade de distrato por parte do cliente, após o repasse. Por outro lado, após o repasse não há qualquer reajuste do valor financiado pelo banco, o que cria uma possível exposição em caso de aceleração da inflação (INCC). No momento em que a pressão inflacionária se provou superior às estimativas de INCC originalmente consideradas nos orçamentos, a Companhia iniciou, tempestivamente, um processo de revisão dos orçamentos de seus empreendimentos, que resultou na compressão da margem bruta ao longo desse período. No 4T21 foi registrado um INCC de 1,88%, um movimento inflacionário não correspondido pelo aumento nos preços dos produtos, de forma que, com a revisão orçamentária dos empreendimentos, houve uma compressão de 2,1 p.p. de margem bruta frente ao 3T21, na operação de incorporação brasileira (considerando-se a margem bruta ex efeitos não recorrentes da venda da carteira).

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (SG&A) - A operação de incorporação da MRV&Co apresentou, em 2021, diluição das Despesas Comerciais e Gerais e Administrativas (SG&A/ROL), no comparativo com o 2020. Devido ao atual momento de crescimento da AHS, houve um aumento nas despesas Gerais e Administrativas desta operação, conforme previsto no plano de expansão nos Estados Unidos.

LAJIDA - O LAJIDA consolidado (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização ou EBITDA em inglês)

EBITDA (R$ milhões)	2021	2020	2019	Var. 2021 x 2020	Var. 2021 x 2019
MRV&Co					
Lucro Antes do IR e Contribuição Social	1.180	761	878	55,1% ↑	34,4% ↑
(+) Depreciações e Amortizações	129	112	89	15,2% ↑	45,5% ↑
(-) Resultado Financeiro	39	47	137	17,5% ↓	71,8% ↓
(+) Encargos Financeiros apropriados ao resultado	148	181	180	18,2% ↓	17,7% ↓
EBITDA	1.419	1.007	1.009	40,9% ↑	40,5% ↑
Margem EBITDA	19,9%	15,2%	16,7%	4,8 p.p. ↑	3,3 p.p. ↑

Dívida Líquida Consolidada

Dívida Líquida (R$ milhões)	dez/21	dez/20	dez/19	Var. Dez/21 x Dez/20	Var. Dez/21 x Dez/19
MRV&Co - Operação Consolidada					
Dívida Total	5.364	4.652	3.202	15,3% ↑	67,5% ↑
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa e TVMs	(2.750)	(2.695)	(2.085)	2,0% ↑	31,9% ↑
(-) Instrumentos Financeiros Derivativos	(55)	(53)	(45)	202,1% ↓	221,7% ↓
Dívida Líquida	2.669	1.904	1.072	7740,2% ↑	148,9% ↑
Total do Patrimônio Líquido	6.599	6.035	5.109	9,4% ↑	29,2% ↑
Dívida Líquida / PL Total	40,4%	31,5%	21,0%	8,9 p.p. ↑	19,4 p.p. ↑
EBITDA 12 meses	1.419	1.007	1.009	40,8% ↑	40,4% ↑
Dívida Líquida / EBITDA 12 meses	1,88x	1,89x	1,06x	0,4% ↓	77,2% ↑

Relacionamento com auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03 informamos que os nossos auditores independentes - KPMG Auditores Independentes ("KPMG") – não prestaram durante o ano de 2021 serviços além dos relacionados à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Cláusula Compromissória

Conforme art. 48 do capítulo VIII – Juízo Arbitral, do Estatuto Social da Companhia: A Companhia, seus acionistas, Administradores e membros do Conselho de Administração, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, o Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação do Novo Mercado.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Agradecimentos

A Administração da MRV agradece aos acionistas, aos clientes e fornecedores e às instituições financeiras pelo apoio e confiança, e aos seus colaboradores pela dedicação e empenho, responsáveis, em grande parte, pelos resultados alcançados.

Belo Horizonte, 16 de março de 2022.

A Administração

continua... 1/7

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**947.928**	1.080.705	**308.053**	485.346
Títulos e valores mobiliários	5	**1.492.808**	1.599.644	**1.055.908**	1.365.000
Clientes por incorporação de imóveis	6	**2.273.322**	1.840.376	**1.202.726**	1.040.242
Clientes por prestação de serviços e aluguéis	6	**2.128**	3.446	**1.063**	1.318
Imóveis a comercializar	7	**4.319.247**	3.741.278	**2.277.141**	2.270.677
Tributos a recuperar	16	**112.659**	78.280	**62.048**	53.986
Despesas antecipadas		**87.739**	100.980	**40.833**	52.918
Instrumentos financeiros e derivativos	25 (b)	**22.368**	-	**22.368**	-
Outros ativos		**150.056**	119.386	**130.079**	119.351
		9.408.255	8.564.095	**5.100.219**	5.388.838
Propriedade para investimento - Ativos não circulantes mantidos para venda	9	**174.134**	-	-	-
Total do ativo circulante		**9.582.389**	8.564.095	**5.100.219**	5.388.838
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	5	**309.131**	14.284	**253.327**	14.243
Clientes por incorporação de imóveis	6	**1.640.593**	1.641.094	**789.447**	817.674
Imóveis a comercializar	7	**4.847.627**	4.860.581	**3.546.995**	3.665.977
Créditos com empresas ligadas		**68.227**	60.123	**974.938**	822.810
Despesas antecipadas		**43.955**	50.405	**24.079**	29.170
Instrumentos financeiros derivativos	25 (b)	**28.281**	67.090	**28.275**	66.754
Outros ativos não circulantes		**403.359**	156.557	**275.361**	110.544
Total do ativo realizável a longo prazo		**7.341.173**	6.850.134	**5.892.422**	5.527.172
Participações em investidas	8	**190.530**	121.002	**2.865.321**	2.295.412
Propriedades para investimento	9	**2.319.080**	1.797.960	**281.937**	173.075
Imobilizado	10	**614.443**	564.393	**514.301**	494.158
Intangível	11	**177.344**	164.431	**167.236**	148.771
Total do ativo não circulante		**10.642.570**	9.497.920	**9.721.217**	8.638.588
Total do ativo		**20.224.959**	18.062.015	**14.821.436**	14.027.426

	Nota explicativa	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Fornecedores		**716.428**	467.929	**362.851**	297.181
Contas a pagar por aquisição de investimento		**26.634**	6.135	**19.646**	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	**859.817**	687.520	**694.126**	554.243
Contas a pagar por aquisição de terrenos	13	**768.854**	1.189.205	**520.020**	848.854
Adiantamentos de clientes	14	**227.884**	254.011	**125.742**	170.826
Obrigações sociais e trabalhistas	15	**178.370**	142.155	**93.309**	86.611
Obrigações fiscais	16	**120.369**	90.477	**86.103**	66.079
Provisão para manutenção de imóveis	17	**46.367**	41.647	**24.520**	19.733
Impostos diferidos passivos	26	**79.056**	64.480	**40.128**	35.253
Dividendos propostos		**194.205**	131.986	**191.174**	130.658
Passivo a descoberto - Investimentos	8	**375.103**	287.580	**188.669**	163.681
Outras contas a pagar		**323.202**	252.685	**92.924**	92.449
		3.916.289	3.615.810	**2.439.212**	2.465.568
Empréstimos, financiamentos e debêntures - Ativos não circulantes mantidos para venda	12	**131.142**	-	-	-
Total do passivo circulante		**4.047.431**	3.615.810	**2.439.212**	2.465.568
Passivo não circulante					
Contas a pagar por aquisição de investimento		**21.001**	13.310	**13.193**	-
Instrumentos financeiros derivativos	25 (b)	**105.156**	13.709	**105.156**	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	**4.372.960**	3.964.011	**2.777.309**	2.685.392
Contas a pagar por aquisição de terrenos	13	**4.029.933**	3.624.906	**2.795.360**	2.646.694
Adiantamentos de clientes	14	**328.848**	360.645	**186.967**	251.504
Provisão para manutenção de imóveis	17	**160.195**	124.252	**90.865**	71.083
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18	**94.677**	102.144	**63.384**	71.706
Impostos diferidos passivos	26	**176.513**	66.734	**30.192**	31.504
Outras contas a pagar		**289.747**	141.909	**200.292**	130.644
Total do passivo não circulante		**9.578.030**	8.411.620	**6.262.718**	5.888.527
Total do passivo		**13.625.461**	12.027.430	**8.701.930**	8.354.095
Patrimônio líquido					
Capital social	20 (a)	**4.615.171**	4.609.424	**4.615.171**	4.609.424
Ações em tesouraria		**(388)**	(1.120)	**(388)**	(1.120)
Reservas de capital		**71.969**	59.502	**71.969**	59.502
Reservas de lucros		**1.358.777**	843.521	**1.358.777**	843.521
Dividendo adicional proposto		-	78.395	-	78.395
Ajuste de avaliação patrimonial		**73.977**	83.609	**73.977**	83.609
Patrimônio líquido atribuível a acionistas da controladora		**6.119.506**	5.673.331	**6.119.506**	5.673.331
Participações não controladoras	20 (g)	**479.992**	361.254	-	-
Total do patrimônio líquido		**6.599.498**	6.034.585	**6.119.506**	5.673.331
Total do passivo e patrimônio líquido		**20.224.959**	18.062.015	**14.821.436**	14.027.426

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação

	Nota explicativa	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Receita operacional líquida	22	**7.118.400**	6.646.359	**3.783.319**	3.719.834
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	23	**(5.277.356)**	(4.772.021)	**(2.892.112)**	(2.646.726)
Lucro bruto		**1.841.044**	1.874.338	**891.207**	1.073.108
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas	23	**(642.309)**	(649.261)	**(418.365)**	(424.605)
Despesas gerais e administrativas	23	**(503.390)**	(433.410)	**(370.365)**	(359.175)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	**498.313**	(31.191)	**(51.893)**	(91.922)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(52.349)**	(46.741)	**861.923**	391.532
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**1.141.309**	713.735	**912.507**	588.938
Resultado financeiro:					
Despesas financeiras	24	**(224.531)**	(108.529)	**(170.860)**	(55.659)
Receitas financeiras	24	**140.692**	60.872	**99.533**	49.282
Receitas financeiras provenientes dos clientes por incorporação de imóveis	24	**122.604**	94.669	**60.824**	44.364
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**1.180.074**	760.747	**902.004**	626.925
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	26	**(160.106)**	(126.216)	**(95.268)**	(68.025)
Diferidos	26	**(117.291)**	(13.539)	**(1.791)**	(8.760)
	26	**(277.397)**	(139.755)	**(97.059)**	(76.785)
Lucro líquido do exercício		**902.677**	620.992	**804.945**	550.140
Lucro líquido atribuível a:					
Acionistas controladores		**804.945**	550.140		
Acionistas não controladores		**97.732**	70.852		
		902.677	620.992		
Lucro líquido por ação (em R$):					
Básico	20 (h)	**1,66704**	1,14884	**1,66704**	1,14884
Diluído	20 (h)	**1,65943**	1,14321	**1,65943**	1,14321

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Valores expressos em milhares de reais - R$

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Lucro líquido do exercício	**902.677**	620.992	**804.945**	550.140
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes de conversão de moedas	**49.413**	85.755	**43.441**	74.943
Reserva de hedge de fluxo de caixa	**(53.073)**	12.929	**(53.073)**	12.568
Total de resultados abrangentes do exercício	**899.017**	719.676	**795.313**	637.651
Resultados abrangentes atribuíveis a:				
Acionistas controladores	**795.313**	637.651	**795.313**	637.651
Acionistas não controladores	**103.704**	82.025	-	-
	899.017	719.676	**795.313**	637.651

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
MÉTODO INDIRETO - Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		**902.677**	620.992	**804.945**	550.140
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		**129.009**	109.731	**95.512**	77.357
Opções outorgadas reconhecidas	23	**12.807**	10.142	**11.872**	9.698
Baixa na venda de imobilizado		**23.184**	3.132	**8.543**	1.726
Resultados financeiros		**(72.957)**	(9.906)	**(37.341)**	(30.849)
Resultado de equivalência patrimonial	8	**52.349**	46.741	**(861.923)**	(391.532)
Resultado na venda de ativos / empreendimentos	23	**(642.246)**	(88.294)	**(26.004)**	-
Provisão para manutenção de imóveis		**104.242**	91.594	**56.360**	50.595
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		**120.176**	133.873	**76.613**	83.572
Provisões para risco de crédito		**92.995**	134.077	**42.719**	68.989
Amortização de despesas antecipadas		**166.839**	161.855	**86.060**	86.767
Resultado com instrumento financeiro derivativo		**36.709**	(7.089)	**46.877**	(20.833)
IRPJ e CSLL diferidos	26	**117.291**	13.539	**1.791**	8.760
PIS e COFINS diferidos		**8.434**	16.781	**1.772**	9.362
		1.051.509	1.237.168	**307.796**	503.752
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
(Aumento) redução de clientes		**(405.435)**	(800.940)	**(115.704)**	(499.440)
(Aumento) redução de imóveis a comercializar		**(390.449)**	772.063	**(108.784)**	461.143
(Aumento) redução de despesas antecipadas		**(146.263)**	(193.822)	**(68.884)**	(94.409)
(Aumento) redução de outros ativos		**(176.652)**	33.170	**(68.758)**	35.658
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Aumento (redução) de fornecedores		**242.903**	155.134	**65.670**	81.198
Aumento (redução) de obrigações sociais e trabalhistas		**35.842**	(1.173)	**6.698**	5.693
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições		**161.195**	125.799	**89.522**	64.437
Aumento (redução) de adiantamentos de clientes		**37.908**	32.144	**67.455**	74.842
Aumento (redução) de outros passivos		**38.838**	(27.725)	**(29.401)**	13.595
Juros pagos		**(320.333)**	(270.285)	**(209.586)**	(198.485)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(131.897)**	(112.163)	**(69.963)**	(56.251)
Valores pagos de manutenção de imóveis	17	**(134.225)**	(108.515)	**(75.087)**	(57.455)
Valores pagos por riscos cíveis, trabalhistas e tributários	18	**(143.718)**	(150.921)	**(95.948)**	(96.309)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		**(280.777)**	689.934	**(304.974)**	237.969
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento em títulos e valores mobiliários		**(6.268.008)**	(4.584.720)	**(3.716.731)**	(3.248.461)
Redução em títulos e valores mobiliários		**6.181.377**	4.421.092	**3.869.260**	2.964.150
Adiantamentos a empresas ligadas		**(103.064)**	(60.366)	**(1.289.721)**	(1.082.810)
Recebimentos de empresas ligadas		**97.010**	42.812	**1.139.329**	941.173
Redução (aquisição/aporte) em investimentos	8	**40.396**	24.360	**456.720**	429.019
Pagamento por aquisição de participação em investidas		**(37.817)**	6.396	**(32.607)**	-
Recebimento pela venda de controladas / empreendimentos		**1.796.891**	303.369	**97.095**	6.077
Aquisição de propriedades para investimento		**(1.882.491)**	(767.702)	**(125.782)**	(139.564)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		**(179.020)**	(179.957)	**(125.774)**	(131.766)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento		**(354.726)**	(794.716)	**271.789**	(262.182)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Recebimentos pela emissão de ações		**5.747**	956	**5.747**	956
Recebimentos pelo exercício de opção de ações		-	894	-	894
Valores recebidos (pagos) de financiamentos com empresas ligadas		**43.274**	1.793	**(31.231)**	19.275
Valores recebidos de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos		**2.937.078**	2.492.897	**949.915**	1.298.435
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures		**(2.170.057)**	(1.802.740)	**(782.213)**	(1.056.175)
Recebimentos (pagamentos) de instrumentos financeiros derivativos		**17.340**	7.042	**21.317**	7.042
Transações de capital		**6.987**	3.305	**1.410**	(811)
Dividendos pagos		**(310.381)**	(163.933)	**(309.053)**	(163.933)
Aportes de (distribuições a) acionistas não controladores	20 (g)	**(35.002)**	(28.374)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento		**494.986**	511.842	**(144.108)**	105.683
Efeitos da variação das taxas de câmbio sobre o caixa e equivalentes de caixa		**7.740**	(1.272)	-	-
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**(132.777)**	405.786	**(177.293)**	81.470
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		**1.080.705**	674.919	**485.346**	403.876
No final do exercício		**947.928**	1.080.705	**308.053**	485.346
(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		**(132.777)**	405.786	**(177.293)**	81.470

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Valores expressos em milhares de reais - R$

	Nota explicativa	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
RECEITAS					
Receita operacional bruta		**7.341.382**	6.898.422	**3.894.654**	3.853.173
Outras receitas		**45.458**	5.114	**46.216**	5.057
Receitas relativas à construção de ativos próprios		**46.097**	46.964	**45.741**	46.288
Provisão para risco de crédito		**(92.995)**	(134.077)	**(42.719)**	(68.989)
		7.339.942	6.816.423	**3.943.892**	3.835.529
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos PIS e COFINS)					
Custos dos imóveis e dos serviços vendidos: materiais, terrenos, energia, serviços de terceiros e outros		**(4.275.757)**	(4.358.835)	**(2.955.499)**	(2.703.021)
VALOR ADICIONADO BRUTO		**3.064.185**	2.457.588	**988.393**	1.132.508
Depreciação e amortização		**(129.009)**	(109.731)	**(95.512)**	(77.357)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		**2.935.176**	2.347.857	**892.881**	1.055.151
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	8	**(52.349)**	(46.741)	**861.923**	391.532
Receitas financeiras		**287.991**	180.040	**175.468**	108.691
		235.642	133.299	**1.037.391**	500.223
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**3.170.818**	2.481.156	**1.930.272**	1.555.374
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:		**1.065.273**	869.545	**419.628**	377.669
Remuneração direta		**832.041**	687.174	**278.994**	265.139
Benefícios		**179.185**	138.573	**109.068**	87.310
FGTS		**54.047**	43.798	**31.566**	25.220
Impostos, taxas e contribuições:		**788.074**	591.612	**423.797**	370.040
Federais		**596.751**	420.729	**299.417**	253.360
Municipais		**190.270**	169.718	**123.446**	115.907
Estaduais		**1.053**	1.165	**934**	773
Remuneração de capitais de terceiros:		**414.794**	399.007	**281.902**	257.525
Juros		**281.266**	297.667	**186.741**	178.526
Aluguéis / Arrendamentos		**133.528**	101.340	**95.161**	78.999
Remuneração de capitais próprios:		**902.677**	620.992	**804.945**	550.140
Dividendos	20 (f)	**191.174**	209.053	**191.174**	209.053
Lucros retidos no exercício		**613.771**	341.087	**613.771**	341.087
Participação de acionistas não controladores	20 (g)	**97.732**	70.852	-	-
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		**3.170.818**	2.481.156	**1.930.272**	1.555.374

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
Valores expressos em milhares de reais - R$

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital: Gastos com emissão de ações	Reservas de capital: Opções outorgadas reconhecidas	Reservas de lucro: Legal	Reservas de lucro: Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial: Reserva de hedge de fluxo de caixa	Ajuste de avaliação patrimonial: Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Patrimônio líquido atribuível a acionistas da Companhia	Participações de acionistas não controladores	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	4.282.130	(4.786)	(26.309)	75.864	34.512	480.359	-	-	-	-	4.841.770	267.019	5.108.789
Efeito da Incorporação da MDI	326.338	-	-	-	-	(5.609)	-	-	-	-	320.729	41.517	362.246
Aumento de capital	956	-	-	-	-	-	-	-	-	-	956	-	956
Transações de capital	-	-	-	-	-	(9.471)	-	-	-	-	(9.471)	12.776	3.305
Aportes (distribuições) líquidas a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.374)	(28.374)
Ajuste de conversão de moedas	-	-	-	-	-	-	-	74.943	-	-	74.943	10.812	85.755
Reserva hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	3.902	8.666	-	-	-	12.568	361	12.929
Transferências de ações em tesouraria	-	2.772	-	-	-	(2.772)	-	-	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria alienadas para beneficiários de plano de opções	-	761	-	-	-	-	-	-	-	-	761	-	761
Reflexo de transferências de ações em tesouraria de controlada	-	133	-	-	-	-	-	-	-	-	133	-	133
Reflexo de retificação de erro em controlada	-	-	-	-	-	1.513	-	-	-	-	1.513	(13.709)	(12.196)
Opções de ações	-	-	-	9.947	-	-	-	-	-	-	9.947	-	9.947
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	550.140	-	550.140	70.852	620.992
Destinação do lucro líquido:													
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	27.507	-	-	-	(27.507)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(130.658)	-	(130.658)	-	(130.658)
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.395)	78.395	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	313.580	-	-	(313.580)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	4.609.424	(1.120)	(26.309)	85.811	62.019	781.502	8.666	74.943	-	78.395	5.673.331	361.254	6.034.585
Aumento de capital	5.747	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.747	-	5.747
Transações de capital	-	-	-	-	-	1.410	-	-	-	-	1.410	5.577	6.987
Aportes (distribuições) líquidas a acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(35.002)	(35.002)
Ajuste de conversão de moedas	-	-	-	-	-	-	-	43.441	-	-	43.441	5.972	49.413
Reserva de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(53.073)	-	-	-	(53.073)	-	(53.073)
Reflexo de exercício de bônus em controlada	-	732	-	-	-	75	-	-	-	-	807	-	807
Dividendos extraordinários	-	-	-	-	-	(100.000)	-	-	-	-	(100.000)	-	(100.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(78.395)	(78.395)	-	(78.395)
Opções de ações	-	-	-	12.467	-	-	-	-	-	-	12.467	-	12.467
Variação das participações indiretas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44.459	44.459
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	804.945	-	804.945	97.732	902.677
Destinação do lucro líquido:													
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	40.247	-	-	-	(40.247)	-	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(191.174)	-	(191.174)	-	(191.174)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	573.524	-	-	(573.524)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	4.615.171	(388)	(26.309)	98.278	102.266	1.256.511	(44.407)	118.384	-	-	6.119.506	479.992	6.599.498

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. Contexto operacional

A MRV Engenharia e Participações S.A. ("Companhia") e suas controladas ("Grupo") têm como atividade a administração de bens próprios e de terceiros, a incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros, a prestação de serviços de engenharia pertinentes às atribuições dos responsáveis técnicos, de serviços de consultoria imobiliária, intermediação do fornecimento de bens e serviços no segmento imobiliário residencial e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. O desenvolvimento dos empreendimentos de incorporação imobiliária e a construção dos imóveis são efetuados diretamente pela Companhia ou por outros parceiros. As controladas diretas e indiretas estão sumariadas na nota 8. A participação de parceiros ocorre de forma direta nos empreendimentos por meio de participação nas sociedades em conta de participação (SCP) e sociedades de propósitos específicos (SPE), para desenvolver os empreendimentos. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto, listada na B3 S.A. (B3), sob a sigla MRVE3, com sede na Avenida Professor Mário Werneck, nº 621, 1º andar, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.343.492/0001-20. Conforme descrito na nota 30, em 31 de janeiro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da AHS Residential LLC ("AHS"), sociedade de responsabilidade limitada, domiciliada na Flórida, Estados Unidos, com atuação no segmento de incorporação, locação de unidades residenciais e, a depender das condições de mercado, venda dos empreendimentos. Nessa linha, em dezembro de 2020, a AHS concluiu a primeira venda de um empreendimento, desde a aquisição feita pela Companhia, pelo valor de US$57 milhões (R$297 milhões). No decorrer de 2021, a AHS reclassificou propriedades para investimentos e seus respectivos financiamentos para a rubrica "Ativos não circulantes mantidos para venda", com perspectiva de venda no curto prazo, concluindo a venda de sete ativos pelo valor total de US$350 milhões (R$1,75 bilhões), com geração de caixa de US$170 milhões (R$924 milhões) e lucro líquido de US$112 milhões (R$612,4 milhões), registrados na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Em 29 de dezembro de 2021, a Companhia assinou acordo de investimentos com a BPG IV Multifamily Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um veículo de investimento da Brookfield Asset Management, para a venda de empreendimentos da Luggo no valor estimado de R$1,26 bilhão. A efetiva alienação das propriedades se dará após a expedição do habite-se e conclusão de cada propriedade, quando ocorrerá o recebimento e a transferência do ativo. Após cada venda, a Luggo permanecerá na condição de administradora das propriedades. Nesta mesma data, foi efetivada a primeira venda dos empreendimentos Luggo Cabral e Luggo Piquet pelo valor total de R$106 milhões, com geração de caixa e R$56 milhões e lucro líquido de R$26 milhões, registrado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". Em 30 de julho de 2021, a Companhia realizou a sua primeira operação de venda de recebíveis pró-soluto pós chave mediante a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, distribuídos pela securitizadora por meio de oferta pública com esforços restritos. O valor total da oferta correspondeu a R$241 milhões, ao qual foram aplicados descontos relativos às despesas e constituição do fundo de reserva e de despesas, sendo o montante líquido recebido à vista pela Companhia de R$198 milhões. A oferta contou ainda com a classificação de risco "AA (bra)" pela Fitch Ratings Brasil Ltda. Em 09 de dezembro de 2020, foi lançada a nova linha Sensia, voltada para empreendimentos de médio padrão, a serem financiados pelo SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), complementando assim o portfólio de atuação da Companhia e reforçando a plataforma habitacional MRV.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras: I. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária, registradas na CVM. Os aspectos relacionados à transferência de controle na venda de unidades imobiliárias seguem o entendimento da administração da Companhia, alinhado [illegible]

[illegible] obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita. O modelo de negócios da Companhia é predominantemente baseado em contratos de compra e venda de imóveis com "financiamento na planta" (aproximadamente 89%). Neste modelo, geralmente voltado à baixa renda, o cliente assina "contrato de compra e venda de imóvel na planta" com a incorporadora, já prevendo as condições de pagamento, conforme seguem: (i) Pagamentos direto à incorporadora; (ii) Financiamento bancário; (iii) Recursos provenientes do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (iv) Eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo. Os valores pagos diretamente à incorporadora (item (i) acima) representam aproximadamente de 10 a 15% do valor do imóvel, sendo o restante do valor proveniente de financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios (itens de (ii) a (iv) acima). Em seguida, o cliente firma contrato de financiamento bancário ("contrato particular, com caráter de escritura pública") com instituição financeira, contemplando os valores do financiamento bancário, recursos do FGTS e eventuais subsídios dos programas habitacionais do governo. A liberação destes recursos fica condicionada ao andamento das obras, de acordo com o percentual atestado no Relatório de Acompanhamento do Empreendimento, conforme o cronograma físico-financeiro aprovado pela instituição financeira. Este acompanhamento, para fins de liberação das parcelas, é efetuado pela área de engenharia da instituição financeira. No momento da assinatura do contrato de financiamento bancário, a titularidade do imóvel é transferida para o cliente, sendo fiduciariamente alienado à respectiva instituição financeira. Abaixo resumo dos contratos celebrados na modalidade "financiamento na planta", partes envolvidas, garantias e riscos existentes:

Contratos	Partes	Garantia real do imóvel	Risco de crédito	Risco de mercado	Risco de distrato
Compra e venda	Comprador e incorporadora (vendedora)	Incorporadora	100% da incorporadora	Comprador, incorporadora (em caso de distrato)	Incorporadora
Financiamento bancário	Comprador, incorporadora (vendedora) e instituição financeira (credora fiduciária)	Instituição financeira (IF)	10 a 15% da incorporadora e 85 a 90% da instituição financeira	Comprador e instituição financeira	Não aplicável. Em caso de inadimplemento, pelo cliente, a IF poderá consolidar a propriedade em seu nome para posterior alienação do imóvel a terceiros, conforme procedimentos previstos no art. 27 da Lei 9.514/97. O valor arrecadado terá como objetivo principal a quitação do saldo devedor do cliente para com a IF.

Adicionalmente, a Companhia também celebra contratos de compra e venda de imóveis com financiamento bancário no final da obra (aproximadamente 7%) ou financiamento próprio (aproximadamente 4%).

Modelo de cinco etapas para o reconhecimento da receita

Etapas	Critérios atendidos
1ª etapa: Identificação do contrato	Foram identificados os contratos acima detalhados como dentro do escopo da norma, uma vez que: • Possuem substância comercial; • É provável o recebimento da contraprestação; • Os direitos e condições de pagamento podem ser identificados; • Encontram-se assinados pelas partes e estas estão comprometidas com as suas obrigações.
2ª etapa: Identificação das obrigações de desempenho	Entrega da unidade imobiliária aos promitentes compradores.
3ª etapa: Determinação do preço da transação	Representado pelo valor de venda das unidades imobiliárias, explicitamente estabelecido nos contratos.
4ª etapa: Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho	Alocação direta e simples do preço da transação, uma vez que os contratos acima detalhados possuem apenas uma obrigação de desempenho (a entrega da unidade imobiliária).
5ª etapa: Reconhecimento da receita	Reconhecida ao longo do tempo.

Desta forma, as práticas adotadas para a apuração e apropriação do resultado e registro dos valores nas contas de receita de incorporação imobiliária, imóveis a comercializar, clientes por incorporação de imóveis e adiantamentos recebidos de clientes seguem os procedimentos acima descritos e detalhados conforme segue: • Nas vendas de unidades não concluídas, o resultado é apropriado com base nos seguintes critérios: (i) As receitas de vendas são apropriadas ao resultado à medida que a construção avança, uma vez que a transferência do controle ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o método "POC" (percentage of conclusion), que se refere ao cálculo da receita com base no "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada empreendimento. O método POC utiliza a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos e a receita é apurada multiplicando-se este percentual (POC) pelas vendas contratadas. O custo orçado total dos empreendimentos é estimado inicialmente quando do lançamento destes e revisado regularmente; eventuais ajustes identificados nesta estimativa com base nas referidas revisões são refletidos nos resultados do Grupo. Os custos adicionais relacionados a terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos. (ii) As receitas de vendas apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, incluindo a atualização monetária, líquidas das parcelas já recebidas, são contabilizadas como contas a receber, ou como adiantamentos de clientes, em função da relação entre as receitas contabilizadas e os valores recebidos. • Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento que a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, sendo as receitas mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida e a receber. • Os juros e os ajustes a valor presente são apropriados ao resultado. Os juros são apropriados no resultado na rubrica de receita de incorporação imobiliária, no período pré-chaves, e na rubrica de receitas financeiras, no período pós-chaves, observando o regime de competência, independentemente do seu recebimento. • As receitas de unidades imobiliárias permutadas são registradas conforme evolução da obra até a entrega das unidades concluídas, de acordo com os contratos. O Grupo reconhece como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, principalmente representados por comissões e corretagens necessários para a obtenção dos mencionados contratos. Estes custos estão registrados na rubrica "despesas antecipadas" e são amortizados pelo método de percentual de execução, descrito acima. As receitas e despesas são apropriadas ao resultado de acordo [illegible]

[illegible] reconhecido no resultado do exercício em que o imóvel é baixado. (d) Ativos não circulantes mantidos para venda: Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. (e) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Ativos financeiros: A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categorias / mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar as vendas dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

A seguir são demonstrados os principais ativos financeiros do Grupo, sendo a classificação destes ativos entre custo amortizado, VJR e VJORA apresentada na nota 25 (b): • Caixa e equivalentes de caixa: Inclui caixa, contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis em até noventa dias da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor. • Títulos e valores mobiliários: Os saldos representam aplicações em: (i) fundos restritos que incluem em sua carteira títulos públicos, privados (ambos pós fixados) e aplicações em fundos de investimentos abertos, que, por sua vez, aplicam principalmente em títulos de renda fixa; (ii) fundos não restritos (abertos); (iii) certificados de depósito bancário; (iv) aplicações vinculadas em poupança; (v) consórcio imobiliário, dentre outras. • Instrumentos financeiros derivativos: Instrumentos financeiros para proteção patrimonial, conforme descrito na nota 25 (b). • Contas a receber de clientes por incorporação de imóveis: Correspondem aos valores a receber pela venda das unidades imobiliárias, reconhecidos inicialmente conforme descrito no item "a" acima, atualizados pelas condições contratuais estabelecidas, líquidos do ajuste a valor presente, quando aplicável. • Créditos com empresas ligadas: Correspondem a valores a receber de controladas,

controladas em conjunto, coligadas e parceiros em empreendimento de incorporação imobiliária. Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. O Grupo baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. *Passivos financeiros:* São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros do Grupo, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores,

continua... 2/7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

obrigações com empresas ligadas e contas a pagar por aquisição de terrenos, com exceção de alguns empréstimos e debêntures, que se encontram mensuradas ao valor justo por meio do resultado, uma vez que foram designadas como itens protegidos, conforme a metodologia da contabilidade de *hedge*. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*: Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos continuam a serem mensurados pelos valores justos e as variações nos valores justos são registradas no resultado. No início da relação de *hedge*, o Grupo avalia se a relação de proteção se qualifica para a contabilização de *hedge*; caso positivo, documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item protegido. A avaliação sobre se a relação atende aos requisitos de efetividade de *hedge* é efetuada e documentada no início da relação de proteção, em cada data de relatório por ocasião de alteração significativa nas circunstâncias que afetam os requisitos de efetividade. São permitidos ajustes a relações de *hedge*, subsequentemente à designação, sem que seja considerado "descontinuidade" da relação de *hedge* original. O Grupo descontinua a contabilidade de *hedge* somente quando a relação de *hedge* (ou parte dela) deixar de atender à critérios de qualificação. Isso inclui casos em que o instrumento de *hedge* expira, é vendido, rescindido ou exercido. A descontinuação é contabilizada prospectivamente. *Hedge de valor justo*: O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos (swaps) para proteção da sua exposição à variação de índices ou taxas de juros decorrentes de certos empréstimos, financiamentos e debêntures ou com o objetivo de não ficar exposto à variação do valor justo de determinados instrumentos financeiros. Para evitar o descasamento contábil na mensuração destes instrumentos, optou pela contabilidade de *hedge* (designações classificadas com *hedge* de valor justo). Desta forma, as variações dos valores justos dos instrumentos financeiros derivativos e dos itens protegidos (dívidas contratadas) são reconhecidas no resultado. *Hedge de fluxo de caixa*: O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* para proteger pagamentos de juros de dívida em dólar dos Estados Unidos ou sujeitos a taxas flutuantes, designando-os formalmente como instrumento de hedge e os pagamentos de juros destas dívidas com itens protegidos, respectivamente, estabelecendo uma relação de proteção econômica entre eles, conforme metodologia da contabilidade de hedge. Esta designação foi classificada como *hedge* de fluxo de caixa, com os efeitos das variações no patrimônio líquido. *Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros*: O Grupo constitui provisão para perda esperada de crédito para todos os contratos de venda de unidades imobiliárias, com base em dados de perdas históricas, sendo os valores provisionados mensalmente em contraposição ao reconhecimento das respectivas receitas de incorporação. Quando os referidos contratos não apresentam a garantia real dos imóveis vendidos e os clientes se tornam inadimplentes com parcelas vencidas acima de trezentos e sessenta dias, o Grupo realiza o complemento da provisão para a totalidade dos saldos em aberto. Tal análise é realizada individualmente por contrato de venda. Esta abordagem simplificada está em linha com o item 5.5.15 do CPC 48 – Instrumentos Financeiros / IFRS 9. O Grupo apresenta como política a baixa dos valores correspondentes a contratos de vendas de unidades imobiliárias constantes na provisão para riscos de crédito que apresentem parcelas vencidas acima de dois anos. No entanto, as atividades de cobrança para recuperação destes valores continuam sendo realizadas periodicamente. O Grupo também constitui provisão para risco de crédito para outras contas a receber, principalmente relacionados com parceiros em empreendimento de incorporação imobiliária cuja recuperação é duvidosa, com base em análises individualizadas. O Grupo não identificou redução ao valor recuperável de aplicações financeiras. O Grupo revisa periodicamente suas premissas para constituição de provisão para risco de crédito, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas. (f) Custo de empréstimos: Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. Em decorrência de parte das atividades de financiamento serem coordenadas de forma centralizada na Companhia, os juros incorridos na referida empresa, referentes ao financiamento de ativos qualificáveis de suas investidas, são capitalizados e apresentados na rubrica de investimento (demonstrações individuais), líquido dos ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com os ativos qualificáveis. Nas demonstrações consolidadas, os valores referentes às controladas são reclassificados para a rubrica de "imóveis a comercializar". Nas demonstrações financeiras individuais os referidos custos são apropriados ao resultado, na proporção das unidades vendidas, deduzindo o resultado de equivalência patrimonial das investidas e, nas demonstrações consolidadas, são reclassificados para a rubrica "custos dos imóveis vendidos e serviços prestados". Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. (g) Participações em investidas: Nas demonstrações financeiras consolidadas, as informações financeiras das controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e seguindo as mesmas práticas contábeis da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, com base nas demonstrações financeiras levantadas pelas respectivas investidas nas mesmas datas-bases e seguindo as mesmas práticas contábeis da Companhia. Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre controladora e controladas em conjunto ou coligadas são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações de terceiros na investida. Os lucros e prejuízos resultantes das transações entre controladora e controladas são eliminados integralmente. O ágio resultante de uma combinação de negócios, classificados como de vida útil indefinida, é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Conforme orientação do ICPC 09, o ágio foi classificado no grupo de "investimentos" no balanço Individual e Consolidado por se tratar de uma transação envolvendo empresa controlada em conjunto. (h) Imobilizado: Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. As adições são classificadas como obras em andamento e transferidas para as categorias adequadas quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados já em uso. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Inclui ativos de direito de uso, conforme item (l) abaixo. (i) Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização quando de vida útil definida, e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as condições previstas no item 57 do CPC 04 / IAS 38 sobre ativo intangível. O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos. (j) Depreciação, amortização e baixa do imobilizado e do intangível: A depreciação/amortização é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado, com exceção do item "formas de alumínio", classificado na classe de imobilizado "Máquinas e equipamentos", cuja depreciação é calculada pelo método de utilização e terrenos e obras em andamento que não sofrem depreciação/amortização. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação/amortização são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é reconhecido prospectivamente. (k) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativo imobilizado, intangível e investimento: O Grupo avalia, ao menos anualmente, se há alguma indicação de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e intangível. Adicionalmente, o Grupo testa para *impairment*, ao menos anualmente, os ágios nas aquisições de investimentos. (l) Arrendamentos: *Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador* - O Grupo classifica os arrendamentos em financeiros ou operacionais. O arrendamento é classificado como arrendamento financeiro se transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente e classificado como operacional se não transferir substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Em janeiro de 2019, o Grupo iniciou a operação de uma nova linha de negócios, expandindo seu *share* de atuação no setor imobiliário, com a locação de imóveis residenciais próprios sob a marca "Luggo". As receitas dos arrendamentos operacionais são reconhecidas no resultado pelo método linear, durante o período de locação. O Grupo não possui contratos de arrendamentos nos quais é arrendador financeiro. *Arrendamentos em que o Grupo é arrendatário*: O Grupo avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo, em troca de contraprestações. Tal avaliação é realizada no momento inicial. Isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na rubrica "Imobilizado". O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecido na rubrica "Outras contas a pagar". Na mensuração do passivo de arrendamento, as contraprestações incorporam a inflação efetiva até o período corrente e são descontadas a taxas nominais que representam os custos de captação da Companhia. Ao considerar os fluxos futuros com expectativa inflacionária, a Companhia avaliou como não materiais os impactos no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, nas despesas de depreciação e despesa financeira. Como arrendatário, o Grupo identificou contratos que contêm arrendamentos, referente aos aluguéis da sua sede principal, sedes regionais e lojas comerciais. Os referidos contratos têm vigência entre um e dez anos e, para fins de estimativa do reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e do direito de uso, considerou-se uma prorrogação do prazo do arrendamento por igual período para as sedes e o prazo contratual para as lojas comerciais. Ao determinar o prazo de arrendamento, o Grupo considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer uma opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo de arrendamento apenas se o prazo de arrendamento for razoavelmente certo de ser estendido (ou não rescindido). A avaliação é revista se ocorrer um evento significativo ou uma alteração significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja dentro do controle do Grupo. A avaliação de extensão dos contratos afeta o valor dos passivos de arrendamentos e dos ativos de direito de uso reconhecidos. No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento. O Grupo não possui ativos de direito de uso que atendam à definição de propriedade para investimento. (m) Provisões: As provisões, incluindo a provisão para manutenção de imóveis e as provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, são reconhecidas para honrar obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. (n) Provisão para manutenção de imóveis (Garantias): As provisões para o custo esperado com a manutenção de imóveis são reconhecidas no resultado, seguindo o mesmo critério de apropriação da receita de incorporação imobiliária, descrito no item "a" acima, a partir da data da venda das respectivas unidades imobiliárias, com base na melhor estimativa da Administração em relação aos gastos necessários para liquidar as obrigações do Grupo. (o) Ações em tesouraria: Os instrumentos patrimoniais próprios que foram readquiridos pela Companhia são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Os custos de transação incorridos na aquisição de ações de emissão da Companhia são acrescidos do custo de aquisição dessas ações. (p) Lucro por ação: O lucro por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver. O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria, se houver, mais a quantidade de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado. (q) Programa de opções de compra de ações: A Companhia possui plano de opções de compra de ações como parte do seu plano de retenção de colaboradores. A Companhia reconhece os custos das opções emitidas pelo método linear durante o período de serviço requerido (*vesting period*), compreendido entre a data de outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção, com um correspondente aumento no patrimônio líquido. Os custos são mensurados pelo valor justo na data de outorga das opções de compra de ações e foram estimados com base no modelo de valorização de opções denominado Black & Scholes (nota 20 (e)). (r) Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia, efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que impactam os montantes apresentados de certos ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas nos exercícios apresentados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da receita, que considera a estimativa do custo total orçado dos empreendimentos (letra (a) acima); da provisão para manutenção de imóveis (nota 17); da depreciação e amortização, sujeitas à estimativa da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível (notas 10 e 11); das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (nota 18); do programa de opções de compra de ações (nota 20 (e)); do valor justo de instrumentos financeiros e risco de crédito (nota 25) e do ágio na aquisição de investimentos (nota 8). O Grupo revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em exercícios posteriores se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros. (s) Moeda funcional, de apresentação e conversão de moeda: A moeda funcional do Grupo e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais é o Real brasileiro, com exceção da controlada MRV (US) Holdings Corporation e suas controladas cuja moeda funcional é o dólar dos Estados Unidos. O Grupo efetua conversão das demonstrações financeiras desta controlada, conforme abaixo: • Para ativos e passivos utiliza-se a taxa de câmbio de fechamento; • Para receitas e despesas nas demonstrações do resultado e do resultado abrangente e para os fluxos de caixa utiliza-se a taxa de câmbio média do período; • Todas as variações cambiais resultantes foram reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes acumulados de conversão de moeda no patrimônio líquido. Se a controlada não for uma controlada integral, a parcela correspondente da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. (t) Tributação: O imposto de renda, a contribuição social e os impostos sobre vendas, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. As despesas com imposto de renda e contribuição social e com impostos sobre vendas representam a soma dos impostos correntes e diferidos. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Grupo espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. *Imposto de renda e contribuição social*: *Impostos correntes*: O Grupo adota, como facultado pela legislação fiscal vigente, o regime de caixa para apuração do resultado na incorporação imobiliária, sendo o resultado apurado utilizado na determinação do lucro tributável. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. A Companhia e controladas apuram o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) com base no lucro real, lucro presumido ou regime especial de tributação (RET), conforme detalhado abaixo: • Lucro real – Adotado pela Companhia. Nesta sistemática, o IRPJ é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240, e a CSLL é calculada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável em cada exercício fiscal. • Lucro presumido – Adotado por certas controladas. Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL de cada empresa é calculado aplicando-se sobre a receita imobiliária recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL). • Regime especial de tributação (RET) – Adotado para certos empreendimentos da Companhia e de controladas. Conforme facultado pela Lei 12.024 de 27 de agosto de 2009, que alterou a Lei 10.931/2004 que instituiu o RET, foi feita a opção por submetê-los ao patrimônio de afetação e optar pelo RET. Para esses empreendimentos, o encargo consolidado referente ao IRPJ e a CSLL, a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Programa de Integração Social – PIS, é calculado a alíquota global total de 4% sobre as receitas brutas recebidas, sendo 1,92% para IRPJ e CSLL e 2,08% para PIS e COFINS. *Impostos diferidos*: O imposto de renda e contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos em sua totalidade, conforme descrito no CPC 32 e "IAS 12 - Tributos sobre o Lucro", sobre as diferenças entre ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores compreendidos nas demonstrações financeiras e são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for provável que lucros tributários futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dela, o saldo do ativo é ajustado, de forma a refletir o montante que se espera que seja recuperado. *Impostos sobre as receitas*: A receita é apresentada líquida de impostos sobre as vendas (PIS e COFINS). Para fins de cálculo do PIS e da COFINS, a alíquota total é de 9,25% no lucro real, 3,65% no lucro presumido e 2,08% no RET. A partir de 01 de julho de 2015, conforme Decreto 8.426, as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativo passaram a ter incidência nas alíquotas de 0,65% para PIS e 4% para COFINS. (u) Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária: Os ativos e passivos em reais e sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. (v) Ajuste a valor presente: São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados embutidos; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. O Grupo avalia periodicamente o efeito deste procedimento. (w) Demonstração do Valor Adicionado – DVA: O Grupo elabora demonstrações do valor adicionado (DVA), Consolidado e Individual, nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3. Adoção de novos pronunciamentos contábeis e novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados

3.1. Adoção de novos pronunciamentos contábeis: Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2021 ou após essa data, que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente. 3.2. Novos pronunciamentos emitidos e ainda não adotados: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25 - IAS 37); • Imobilizado - receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 - IAS 16); • Referências à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15 - IFRS 3); • Melhorias anuais para normas IFRS - 2018-2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 - IAS 8); • Definição de estimativa contábil (CPC 23 - IAS 8); • Contratos de seguros (CPC 50 - IFRS 17); • Divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1 e IFRS demonstração prática 2); • Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture* (alterações ao CPC 36 - IFRS 10 e CPC 18 - IAS 28); • Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32 - IAS 12).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Caixa	246	354	235	326
Bancos – conta movimento	939.788	1.054.449	300.398	479.684
	940.034	1.054.803	300.633	480.010
Aplicações financeiras:				
Poupança	6.432	-	6.076	-
Fundos de investimentos não restritos	86	243	6	147
Certificados de depósitos bancários (CDB)	1.376	12.335	1.338	5.189
Operações compromissadas com lastro em debêntures	-	13.324	-	-
	7.894	25.902	7.420	5.336
Total	947.928	1.080.705	308.053	485.346

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras tiveram retornos médios equivalentes a 80,26% do CDI no Consolidado e 81,28% do CDI no Individual (98,8% do CDI no Consolidado e 100,4% do CDI no Individual, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). As mesmas possuem cláusulas de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgate antecipado e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. A Companhia avaliou o risco de crédito da contraparte das suas aplicações financeiras conforme descrito na nota 25 (e).

5. Títulos e valores mobiliários

		Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Fundos de investimentos restritos	(i)	1.539.149	1.432.714	1.262.539	1.332.794
Certificados de depósitos bancários (CDB)	(ii)	688	15.345	688	15.345
Aplicações vinculadas em poupança	(iii)	70.535	80.177	45.792	30.888
Garantia swap e conta escrow	(iv)	188.576	82.893	-	-
Letras do tesouro dos Estados Unidos		2.774	2.583	-	-
Consórcio imobiliário e outros		217	216	216	216
Total		1.801.939	1.613.928	1.309.235	1.379.243
Circulante		1.492.808	1.599.644	1.055.908	1.365.000
Não circulante		309.131	14.284	253.327	14.243
		1.801.939	1.613.928	1.309.235	1.379.243

(i) O Grupo possui fundos de investimentos restritos, administrados por instituições bancárias de primeira linha, responsáveis pela custódia dos ativos e liquidação financeira de suas operações. Os fundos constituídos têm como objetivo acompanhar a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e possuem aplicações em títulos públicos, de outras instituições financeiras e em fundos de investimentos abertos, que, por sua vez, aplicam principalmente em títulos de renda fixa. O saldo inclui valores bloqueados essencialmente decorrentes de garantias, conforme detalhado no quadro abaixo. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os referidos fundos tiveram rendimentos médios equivalentes a 157,16% do CDI no Consolidado e 158,43% do CDI no Individual (88,27% do CDI no Consolidado e 88,25% do CDI no Individual, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). (ii) Aplicações em CDB mantidos como garantia de empréstimos, financiamentos e debêntures, infraestrutura de obra e outros, conforme detalhado no quadro abaixo. (iii) As aplicações vinculadas em poupança correspondem aos aportes realizados nos projetos financiados pela instituição financiadora para a contratação do Crédito Associativo e são mantidas nesta condição até a liberação dos recursos por parte da instituição financiadora, quando das assinaturas dos contratos com os clientes ou pela evolução da obra. (iv) Refere-se a contas bloqueadas da controlada AHS Residential para honrar compromissos de compra de terrenos, dívida de construção e outros. Em 31 de dezembro de 2020, inclui também contas bloqueadas relacionadas com operações de swap. O Grupo apresenta saldos classificados como títulos e valores mobiliários bloqueados em garantias conforme demonstrado abaixo:

Bloqueios para garantias de:	31/12/21 Consolidado Fundos restritos	Consolidado Conta escrow	Consolidado CDB	Individual Fundos restritos	Individual CDB
Obras de infraestrutura	48.204	-	-	29.625	-
Compra de terrenos	-	161.634	-	-	-
Pagamento de dívidas	-	19.984	-	-	-
Outros	2.140	6.958	688	1.214	688
Total	50.344	188.576	688	30.839	688

Bloqueios para garantias de:	31/12/20 Consolidado Fundos restritos	Consolidado Garantia swap e conta escrow	Consolidado CDB	Individual Fundos restritos	Individual CDB
Obras de infraestrutura	49.074	-	-	32.153	-
Compra de terrenos	-	52.783	-	-	-
Swap	-	21.306	-	-	-
Outros	[illegible]	[illegible]	15.345	[illegible]	15.345
Total	[illegible]	[illegible]	15.345	[illegible]	15.345

A composição da carteira dos fundos de investimentos restritos, na proporção das cotas detidas pela Companhia e controladas, é demonstrada conforme segue:

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Fundos de investimentos não restritos	656.475	482.254	538.496	448.621
Letras financeiras privadas	275.507	352.282	225.994	327.713
Operações compromissadas	173.220	216.855	142.090	201.731
Certificados de depósitos bancários (CDB)	21.675	65.504	17.779	60.936
Debêntures	39.326	36.618	32.258	34.064
Títulos públicos:				
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	65.364	277.539	53.617	258.183
Notas do Tesouro Nacional - B (NTN-B)	307.343	-	252.108	-
Outros	239	1.662	197	1.546
Total	1.539.149	1.432.714	1.262.539	1.332.794

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a carteira dos fundos de investimentos não restritos é composta substancialmente por títulos públicos e privados de alta liquidez. A Companhia avaliou o risco de crédito da contraparte das suas aplicações financeiras conforme descrito na nota 25 (e).

6. Clientes

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Clientes por incorporação de imóveis				
Clientes por incorporação de imóveis	4.295.618	3.822.269	2.192.923	2.038.103
Ajustes a valor presente	(62.892)	(59.532)	(34.022)	(31.617)
Provisão para risco de crédito	(318.811)	(281.267)	(166.728)	(148.570)
	3.913.915	3.481.470	1.992.173	1.857.916
Circulante	2.273.322	1.840.376	1.202.726	1.040.242
Não circulante	1.640.593	1.641.094	789.447	817.674
	3.913.915	3.481.470	1.992.173	1.857.916
Clientes por prestação de serviços e aluguéis				
Demais clientes	2.128	3.446	1.063	1.318

Os valores relativos a clientes por incorporação de imóveis incluem contratos pré-fixados com parcelas fixas, contratos pós-fixados com juros abaixo do mercado para operações semelhantes e contratos pós-fixados com reajustes somente por inflação, sem juros, que são ajustados a valor presente pela maior taxa entre a taxa ponderada de captação da Companhia, descontada dos índices de inflação e a taxa de remuneração de títulos públicos de riscos e prazos semelhantes às condições praticadas pela Companhia; e contratos pós-fixados acrescidos de juros de 6% a 12% ao ano. As taxas aplicadas para cálculo do ajuste a valor presente para as vendas realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de 0,11799% ao mês a 0,64342% ao mês (de 0,08616% ao mês a 0,27011% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Os contratos pós-fixados são atualizados por diversos índices financeiros, com predominância do INCC-M (Índice Nacional da Construção Civil) no período pré-chaves e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ou IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) no período pós-chaves. Os contratos assinados e a assinar com a Caixa Econômica Federal (CEF e outros bancos, na modalidade de crédito associativo, correspondem a aproximadamente 50,3% do saldo total de clientes por incorporação de imóveis e receita de vendas a apropriar em 31 de dezembro de 2021 (57,1% em 31 de dezembro de 2020). Deste mesmo total, os contratos já assinados com as instituições financeiras acima correspondem a 42,8% para a CEF e 0,11% para os demais (39,8% e 0,18% em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). Para reconhecimento contábil dos resultados auferidos nas operações imobiliárias realizadas são adotadas as práticas descritas na nota 2.2 (a) e sintetizadas abaixo: • As contas a receber foram registradas até o montante das operações imobiliárias executadas no exercício, incluindo a respectiva receita financeira pelas condições descritas acima, conforme aplicável; • O ajuste a valor presente representa a parcela relativa aos juros a serem apropriados em exercícios futuros, de acordo com o regime de competência de exercícios e é realizado para apurar as receitas pelo seu valor justo, sendo suas reversões reconhecidas no resultado do exercício na rubrica de receita de incorporação imobiliária, no período pré-chaves, e na rubrica de receitas financeiras, no período pós entrega das chaves; • Os recebimentos superiores aos saldos de contas a receber reconhecidos foram registrados como adiantamentos de clientes no passivo e estão demonstrados na nota 14; e • As receitas de vendas são apropriadas ao resultado à medida que a construção avança, adotando o método chamado de POC (percentual de execução ou percentual de conclusão) de cada empreendimento, conforme descrito na nota 2.2 (a). Os custos adicionais relacionados a terrenos e de construção inerentes às respectivas incorporações das unidades vendidas são apropriados ao resultado quando incorridos. Venda de recebíveis - Desreconhecimento: Em 30 de julho de 2021, a Companhia realizou a sua primeira operação de venda de recebíveis pró-soluto pós chave mediante a emissão de certificados de recebíveis imobiliários, distribuídos pela securitizadora por meio de oferta pública com esforços restritos, que contou ainda com a classificação de risco "AA (bra)" pela Fitch Ratings Brasil Ltda. O valor total da oferta correspondeu a R$241 milhões, ao qual foram aplicados descontos relativos à constituição do fundo de reserva e de despesas, sendo o montante líquido recebido à vista pela Companhia de R$198 milhões. Nesta operação de venda, a Companhia desreconheceu títulos de recebíveis no valor de R$314 milhões. Conforme diretriz de contabilização mencionada no item 3.2.12 do CPC 48 / IRFS 9 – Instrumentos financeiros, a diferença entre o valor contábil dos títulos desreconhecidos e o valor da contraprestação recebida, incluindo o novo ativo financeiro surgido na transferência dos títulos, foi reconhecida no resultado na rubrica 'Despesas financeiras' no valor de R$23 milhões. A função de *servicer* foi retida pela Companhia. Para concluir sobre o desreconhecimento dos títulos do balanço patrimonial, a Companhia efetuou a análise da transferência de riscos e benefícios do referido ativo conforme item 3.2.7 do CPC 48 / IRFS 9 – Instrumentos financeiros, para tal, comparou a sua exposição à variabilidade dos fluxos advindos dos títulos transferidos antes da transferência, ou seja, considerando o valor de face dos mesmos R$314 milhões, com a sua exposição à variabilidade dos fluxos pós-transferência, que ficaram reduzidos ao fundo de reserva de R$33 milhões e ao valor dos títulos a serem recebidos na eventual retrocessão de R$89 milhões, uma vez que o valor já recebido de R$198 milhões não está sujeito a variabilidade pois não será reembolsado em hipótese nenhuma. Como resultado desta avaliação, a Companhia constatou que sua exposição à variabilidade dos fluxos mudou significativamente como resultado da transferência, passando então a analisar o controle do ativo transferido conforme item 3.2.6 do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Com relação ao controle, considerando que o direito de receber os fluxos advindos dos crédito imobiliários pertence aos detentores do CRI, títulos negociados no mercado de capitais e que a forma e metodologia de cobrança de tais créditos são definidas pela cessionária (securitizadora), a Companhia concluiu que não reteve o controle do ativo, procedendo a desreconhecer os créditos cedidos e reconhecer o novo ativo de retrocessão ao valor justo com suas respectivas variações no resultado, conforme item 3.2.11 do CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, estando este registrado na rubrica 'Outros ativos não circulantes'. Segue abaixo a movimentação da provisão para risco de crédito para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Saldo inicial	(281.267)	(223.291)	(148.570)	(118.774)
Adições	(213.427)	(223.126)	(110.021)	(122.387)
Recebimentos/reversões	120.432	89.049	67.302	53.398
Baixas	55.451	76.101	24.561	39.193
Saldo final	(318.811)	(281.267)	(166.728)	(148.570)
Circulante	(201.152)	(179.170)	(103.526)	(94.836)
Não circulante	(117.659)	(102.097)	(63.202)	(53.734)
	(318.811)	(281.267)	(166.728)	(148.570)

Os saldos de receita bruta de vendas a apropriar e de custo a incorrer não contabilizados de imóveis já vendidos, incluindo a respectiva receita financeira, conforme aplicável, são como segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Receita bruta de vendas a apropriar (*)	2.033.758	2.511.802	1.037.638	1.400.226
Custo a incorrer (*)	(1.333.534)	(1.527.171)	(672.791)	(842.974)

(*) Não contempla efeitos inflacionários futuros, impostos sobre vendas, encargos financeiros e custos de manutenção.

Os valores acima, referentes a clientes por incorporação imobiliária e receita de vendas a apropriar, têm a seguinte composição por expectativa de recebimento:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Expectativa de recebimento				
1 ano	3.474.507	3.088.203	1.835.282	1.785.856
2 anos	1.535.310	2.023.912	801.714	1.043.725
3 anos	508.902	456.479	245.962	230.038
4 anos	220.619	272.465	100.799	138.651
Após 4 anos	208.335	152.213	46.054	59.872
	5.947.673	5.993.272	3.029.811	3.258.142
Receita de vendas a apropriar	2.033.758	2.511.802	1.037.638	1.400.226
Clientes por incorporação de imóveis	3.913.915	3.481.470	1.992.173	1.857.916
	5.947.673	5.993.272	3.029.811	3.258.142

Nos contratos de venda com financiamento bancário, os clientes são submetidos a análise de crédito dos bancos antes da efetivação da venda. Após retorno dos valores aprovados pelos bancos com a capacidade de financiamento de cada cliente, é realizada a análise de crédito interna levando em consideração o comprometimento da renda envolvendo o montante dos valores que serão pagos diretamente ao Grupo. Caso não sejam atendidos os parâmetros estabelecidos, podem ser exigidas garantias adicionais como, por exemplo, inclusão de fiadores. Ver nota 25 (e) para o risco de crédito. Os descontos, abatimentos e devoluções são deduzidos diretamente na receita de incorporação imobiliária e referem-se, substancialmente, a distratos de contratos de promessa de compra e venda de imóveis ainda não entregues. Os valores distratados contemplam toda receita já apropriada, excluindo-se a multa contratual para reembolso de despesas incorridas pelo Grupo. Os distratos são reconhecidos à medida de sua ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui recebíveis como garantia dos financiamentos à construção, no valor de R$2.338.788 (R$1.210.645 em 31 de dezembro de 2020).

7. Estoques (Imóveis a comercializar)

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Imóveis em construção	3.076.809	2.429.656	1.517.247	1.378.608
Imóveis concluídos	116.124	120.166	58.871	53.230
Estoques de terrenos	5.885.005	5.969.889	4.198.173	4.460.209
Adiantamentos a fornecedores	88.308	81.797	49.577	44.485
Estoques de materiais	628	351	268	122
Total	9.166.874	8.601.859	5.824.136	5.936.654
Circulante	4.319.247	3.741.278	2.277.141	2.270.677
Não circulante	4.847.627	4.860.581	3.546.995	3.665.977
	9.166.874	8.601.859	5.824.136	5.936.654

Esta rubrica inclui as unidades imobiliárias a serem vendidas, concluídas e em construção, e terrenos para futuras incorporações. Em 31 de dezembro de 2021, do total do saldo consolidado de imóveis em construção e concluídos, R$2.600.672 referem-se a projetos lançados e R$592.261 refere-se a projetos iniciados, mas ainda não lançados (R$1.991.593 e R$558.229 em 31 de dezembro de 2020, respectivamente). Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas imóveis em construção, imóveis concluídos e estoques de terrenos, incluem encargos financeiros capitalizados, conforme detalhado na nota 12 (e), com saldo de R$523.045 e R$367.406 no Consolidado e Individual, respectivamente (R$489.425 e R$340.596 em 31 de dezembro de 2020, no Consolidado e Individual, respectivamente). O terreno de um empreendimento é transferido para a conta "Imóveis em construção" quando se inicia o desenvolvimento do respectivo projeto. O Grupo possui contratos com instituições financeiras para financiamento da construção de imóveis (ver nota 12). Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui imóveis em construção registrados no ativo que servem como garantias de contratos de financiamentos à construção que montam em R$276.194 e R$112.624 no Consolidado e Individual, respectivamente (R$10.925 e R$1.246 em 31 de dezembro de 2020, no Consolidado e Individual, respectivamente). As informações sobre valor da receita líquida proveniente de unidades em construção, valor dos respectivos custos incorridos e dos lucros reconhecidos até a data e os respectivos critérios adotados no seu reconhecimento contábil estão descritos na nota 22.

8. Participações em investidas

a) As principais informações das participações societárias estão resumidas a seguir:

	31/12/21 Participação	31/12/21 Patrimônio líquido	31/12/21 Investimento	2021 Resultado do exercício	2021 Resultado de equivalência patrimonial	31/12/20 Participação	31/12/20 Patrimônio líquido	31/12/20 Investimento	2020 Resultado do exercício	2020 Resultado de equivalência patrimonial
Controladas em conjunto e coligadas:										
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.										
Custo	74,14%	48.929	36.276	25.278	18.843	51,03%	32.047	16.354	24.440	12.493
Mais valia		-	12.613	-	(13.519)		-	-	-	-
Ágio		-	28.162	-	-		-	3.237	-	-
Total MRL [1]		48.929	77.051	25.278	5.324		32.047	19.591	24.440	12.493
Prime Incorporações e Construções S.A.	58,91%	40.389	23.793	48.955	29.044	59,51%	(8.811)	(5.243)	53.569	31.879
MRV MD PE Mar de Espanha SPE Ltda.	50,00%	6.435	3.218	4.458	2.080	50,00%	(1.994)	(997)	(7.472)	(3.928)
Parque Castelo de Gibraltar SPE Ltda.	65,00%	9.049	5.882	6.280	4.082	65,00%	23.745	15.434	15.857	10.307
MRV PRIME Seminário SPE Ltda.	50,00%	5.123	2.562	12.547	6.388	65,00%	2.938	1.909	1.444	938
SPEs (39)		99.657	41.430	(5.589)	675		49.496	68.282	(1.888)	(8.443)
SCPs (35)		7.175	4.294	(8.734)	(5.002)		6.616	4.931	(20.541)	(12.497)
Juros capitalizados		-	3.358	-	(1.308)		-	4.666	-	(1.396)
Total das controladas em conjunto e coligadas		216.757	161.588	83.195	41.283		104.037	108.573	65.409	29.353
Eliminação de participações indiretas		-	(346.161)	-	(93.632)		-	(275.151)	-	(76.094)
Total das controladas em conjunto e coligadas		216.757	(184.573)	83.195	(52.349)		104.037	(166.578)	65.409	(46.741)
Investimentos - Consolidado			190.530					121.002		
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado			(375.103)					(287.580)		
Total das controladas em conjunto e coligadas			(184.573)					(166.578)		
Controladas:										
MRV (US) Holdings Corporation [2]	100,00%	870.408	870.408	366.778	366.778	100,00%	442.962	442.962	17.753	17.753
MRV Construções LTDA.	95,00%	31.740	30.153	425	404	95,00%	31.315	29.749	109	104
Urba Desenvolvimento Urbano S.A. [3]	51,54%	230.509	116.944	26.332	13.572	51,44%	105.191	52.250	11.515	3.554
SCP Abílio Tavora	50,00%	29.775	14.888	13.208	6.604	50,00%	13.822	6.911	2.948	1.474
SCP Colégio Amarela	50,00%	25.915	12.958	13.945	6.973	50,00%	29.214	14.607	10.135	5.068
SCP MRV MRL Adão 3	50,00%	7.394	3.697	(1.691)	(846)	50,00%	13.576	6.788	15.413	7.707
SCP MRV MRL Cabuçu Vida Boa	50,00%	21.199	10.600	16.485	8.243	50,00%	5.395	2.698	1.756	894
SCP MRV MRL Galpão CCP 1	50,00%	12.880	6.440	2.267	1.134	50,00%	47.972	23.986	26.146	13.073
SCP MRV MRL Maxwell	50,00%	5.556	2.778	(1.715)	(858)	50,00%	27.707	13.854	14.931	7.466
SCP Parque das Águas 1	50,00%	15.114	7.557	16.861	8.431	50,00%	8.591	4.296	927	464
SCP Porto Marabella	99,99%	7.334	7.333	(2.546)	(2.546)	99,99%	18.339	18.337	13.012	13.011
SCPs (242)		709.026	402.119	108.705	53.957		629.251	371.740	80.195	37.233
MRV MDI Nasbe Incorporações SPE Ltda.	100,00%	55.454	55.454	70.909	70.909	100,00%	68.170	68.170	75.932	75.932
Caminho das Orquídeas SPE Ltda.	100,00%	5.618	5.618	516	516	100,00%	8.288	8.288	6.851	6.851
Campo Di Napoli SPE Ltda.	99,00%	6.872	6.803	13.712	13.575	99,00%	2.289	2.266	2.143	2.122
Campo Di Roma Incorporações SPE Ltda.	99,00%	3.299	3.266	(783)	(775)	99,00%	6.742	6.675	9.510	9.415
Jardim Di Stuttgart SPE Ltda.	100,00%	11.906	11.906	8.100	8.100	100,00%	3.843	3.843	2.977	2.977
MD MRV Polidoro SPE Ltda.	50,00%	24.779	12.390	2.548	1.274	50,00%	22.230	11.115	15.813	8.102
MRV & MRL Paraná Incorporações SPE Ltda.	99,00%	19.500	19.305	15.059	14.908	99,00%	6.260	6.197	5.561	5.505
MRV Lincoln Veloso Top Life Acapulco SPE Ltda.	73,17%	6.518	4.769	8.308	6.079	73,17%	1.137	832	672	492
MRV LXXXV Incorporações SPE Ltda.	100,00%	54.914	54.914	29.669	29.669	100,00%	9.929	9.929	2.214	2.214
MRV MD Vila das Amoreiras SPE Ltda.	100,00%	14.170	14.170	9.781	9.781	100,00%	8.832	8.832	5.087	5.087
MRV MDI Bahia Incorporações SPE Ltda.	100,00%	27.745	27.745	12.887	12.887	100,00%	1.725	1.725	(23)	(23)
MRV MDI ES Residencial Venice SPE Ltda.	100,00%	7.231	7.231	6.328	6.328	100,00%	1.624	1.624	1.163	1.163
MRV MRL Baía da Babitonga SPE Ltda.	100,00%	46.508	46.508	17.749	17.749	100,00%	57.271	57.302	41.782	41.519
MRV MRL IV Incorporações SPE Ltda.	99,00%	9.980	9.880	8.845	8.757	99,00%	1.135	1.124	993	983
MRV MRL LVIII Incorporações SPE Ltda.	99,00%	3.807	3.769	6.684	6.617	99,00%	5.510	5.455	5.081	5.030
MRV MRL LXIII SPE Ltda.	99,00%	8.089	8.008	6.223	6.161	99,00%	1.423	1.409	294	291
MRV MRL LXXXIX Incorporações SPE Ltda.	99,00%	16.985	16.815	16.549	16.384	99,00%	8.456	8.371	3.034	3.004
MRV MRL Plural 1 Incorporações SPE Ltda.	100,00%	3.698	3.698	5.658	5.658	100,00%	6.567	6.567	6.754	6.737
MRV MRL RJ SG4 SPE Ltda.	50,00%	7.435	3.718	(276)	(138)	50,00%	22.989	11.495	14.796	7.398
MRV MRL RJ SG5 SPE Ltda.	50,00%	20.293	10.147	14.269	7.415	65,00%	12.154	7.900	958	623
MRV Prime Incorporações Mato Grosso do Sul SPE Ltda.	50,00%	17.396	8.698	12.920	6.464	50,00%	2.050	1.025	935	461
MRV Prime LX Incorporações SPE Ltda.	99,00%	8.617	8.531	6.956	6.886	99,00%	11.389	11.275	11.457	11.342
MRV Prime LXIV Incorporações SPE Ltda.	99,00%	57.689	57.112	40.094	39.693	99,00%	6.240	6.176	837	829
MRV Prime LXXXIV SPE Ltda.	99,00%	2.271	2.248	(1.762)	(1.744)	99,00%	7.228	7.156	9.621	9.525
MRV Prime LXXXVIII Incorporações SPE Ltda.	99,00%	6.707	6.640	(2.992)	(2.962)	99,00%	17.718	17.541	15.376	15.222
MRV Prime Proj. MT U SPE Ltda.	50,00%	9.341	4.671	14.211	7.106	50,00%	4.088	2.044	3.816	1.908
MRV Prime Projeto MT N Incorporações SPE Ltda.	40,00%	7.646	3.058	298	119	40,00%	17.333	6.933	15.278	6.111
MRV Prime Projeto MT P Incorporações SPE Ltda.	40,00%	7.421	2.968	19.621	7.848	40,00%	4.272	1.709	3.222	1.289
Parque Paladino Incorporações SPE Ltda.	99,00%	4.845	4.797	(106)	(105)	99,00%	9.218	9.126	9.913	9.814
Parque Serra Bonita Incorporações SPE Ltda.	99,00%	4.825	4.777	3.389	3.355	99,00%	22.907	22.678	10.740	10.633
Porto Dos Vinhedos SPE Ltda.	99,00%	8.783	8.695	(315)	(312)	99,00%	9.101	9.010	7.447	7.373
Rec Pátio Maceió S.A. SPE Ltda.	100,00%	7.737	7.737	2.559	2.559	100,00%	12.800	12.810	15.644	14.989
Reserva Real SPE Ltda.	100,00%	22.316	22.316	7.553	7.553	100,00%	22.088	22.088	1.506	1.506
Residencial dos Lírios Incorporações SPE Ltda.	99,00%	8.721	8.634	2.232	2.210	99,00%	7.306	7.233	7.247	7.175
Roc 1 SPE Ltda.	65,00%	20.551	13.358	15.419	10.022	65,00%	5.238	3.405	3.802	2.471
Vila Velha SPE Ltda.	100,00%	20.122	20.122	9.215	9.215	100,00%	13.558	13.558	1.224	1.224
SPEs (451)		564.154	384.579	87.135	56.390		753.554	518.166	48.875	20.131
Juros capitalizados		-	134.134	-	(37.357)		-	133.928	-	(53.047)
Total das controladas		3.100.793	2.515.064	1.028.216	820.640		2.555.997	2.023.158	563.372	362.179
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas		3.317.550	2.676.652	1.111.411	861.923		2.660.034	2.131.731	628.781	391.532
Investimentos - Individual			2.865.321					2.295.412		
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual			(188.669)					(163.681)		
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas			2.676.652					2.131.731		

[1] Em fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu participação societária adicional nesta controlada em conjunto atingindo 73,56% pelo valor de R$62.868 representando 70.796.496 ações, sem configurar obtenção de controle. Os ativos líquidos da MRL foram avaliados a valor justo, desta forma, a transação gerou mais-valia de R$26.132 e ágio adicional ao anteriormente registrado de R$24.925. Da contraprestação transferida R$28.228 (R$25.488 líquidos de AVP), registrados na rubrica "contas a pagar por aquisição de investimento", serão pagos em duas parcelas de R$14.114 cada em 31 de maio de 2022 e 2024, respectivamente, podendo a sua liquidação ser menor, uma vez que dependem da performance financeira da MRL. Adicionalmente, na mesma data assinou acordo de compra de ações a termo por R$39.763 (R$35.607 líquidos de AVP) representando 44.778.181 ações, registrados na rubrica "outras contas a pagar" e sua contrapartida em "outros ativos não circulantes", que serão pagos em três parcelas de R$6.412, R$20.526 e R$12.825 em 31 de maio de 2022, 2023 e 2024, respectivamente, podendo a sua liquidação ser menor, uma vez que dependem da performance financeira da MRL. O ágio será testado por *impairment* conforme requerido pelo CPC 01/IAS 36. [2] Controlada nos Estados Unidos que recebeu o investimento na AHS Residential (participação efetiva de 89,4%), adquirida em 31 de janeiro de 2020, conforme detalhado na nota 30. [3] Em 31 de dezembro de 2021, no reconhecimento da equivalência

continua... 3/7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

patrimonial da controlada Urba Desenvolvimento Urbano S.A., foi eliminado resultado não realizado de R$1.860 (R$1.860 em 31 de dezembro de 2020) decorrentes de operações de venda de lotes. Algumas controladas têm restrições de transferir caixa à Companhia, em função da opção das mesmas pela segregação patrimonial denominada de "Patrimônio de afetação" que estabelece a permanência de valores em caixa que assegurem a continuidade e a entrega das unidades em construção aos futuros adquirentes. Em 31 de dezembro de 2021, os valores restritos para distribuição montam em R$79.458 (R$8.053 em 31 de dezembro de 2020). Em 15 de dezembro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, o aporte de capital de R$100 milhões em favor da Urba Desenvolvimento Urbano S.A., no montante proporcional à sua participação societária que foi integralizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

b) Segue abaixo movimentação dos investimentos:

	Saldos iniciais	Subscrição de capital (redução e distribuição de lucros)	Dividendos propostos	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Saldos finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:						
Controladas em conjunto e coligadas:						
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.						
Custo	16.354	-	(4.451)	18.843	5.530	**36.276**
Mais valia	-	-	-	(13.519)	26.132	**12.613**
Ágio	3.237	-	-	-	24.925	**28.162**
Total MRL [1]	19.591	-	(4.451)	5.324	56.587	**77.051**
Prime Incorporações e Construções S.A.	(5.243)	-	-	29.044	(8)	**23.793**
MRV MD PE Mar de Espanha SPE Ltda.	(997)	2.135	-	2.080	-	**3.218**
Parque Castelo de Gibraltar SPE Ltda.	15.434	(13.634)	-	4.082	-	**5.882**
MRV PRIME Seminário SPE Ltda.	1.909	(5.735)	-	6.388	-	**2.562**
SPEs (39)	68.282	(27.527)	-	675	-	**41.430**
SCPs (35)	4.931	4.365	-	(5.002)	-	**4.294**
Juros capitalizados	4.666	-	-	(1.308)	-	**3.358**
Total das controladas em conjunto e coligadas	108.573	(40.396)	(4.451)	41.283	56.579	**161.588**
Eliminação de participações indiretas	(275.151)	-	-	(93.632)	22.622	**(346.161)**
Total das controladas em conjunto e coligadas	(166.578)	(40.396)	(4.451)	(52.349)	79.201	**(184.573)**
Total das controladas em conjunto e coligadas - Consolidado	121.002	(40.806)	(4.451)	(45.148)	159.933	**190.530**
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado	(287.580)	410	-	(7.201)	(80.732)	**(375.103)**
Total das controladas em conjunto e coligadas	(166.578)	(40.396)	(4.451)	(52.349)	79.201	**(184.573)**
Controladas:						
MRV (US) Holdings Corporation	442.962	17.227	-	366.778	43.441	**870.408**
MRV Construções Ltda.	29.749	-	-	404	-	**30.153**
Urba Desenvolvimento Urbano S.A.	52.250	53.069	(3.223)	13.572	1.276	**116.944**
MRV MDI Nasbe Incorp. SPE Ltda.	68.170	(83.625)	-	70.909	-	**55.454**
SCPs (250)	463.217	(75.939)	-	81.092	-	**468.370**
SPEs (486)	832.882	(327.056)	-	325.242	8.533	**839.601**
Juros capitalizados	133.928	-	-	(37.357)	37.563	**134.134**
Total das controladas	2.023.158	(416.324)	(3.223)	820.640	90.813	**2.515.064**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	2.131.731	(456.720)	(7.674)	861.923	147.392	**2.676.652**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas - Individual	2.295.412	(478.419)	(7.674)	908.610	147.392	**2.865.321**
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual	(163.681)	21.699	-	(46.687)	-	**(188.669)**
Total das controladas, controladas em conjunto e coligadas	2.131.731	(456.720)	(7.674)	861.923	147.392	**2.676.652**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:						
Total das controladas em conjunto - Consolidado	75.675	(22.351)	(2.982)	(63.723)	134.383	121.002
Passivo a descoberto - Investimentos - Consolidado	(167.671)	(2.009)	-	16.982	(134.882)	(287.580)
Total das controladas em conjunto	(91.996)	(24.360)	(2.982)	(46.741)	(499)	(166.578)
Total das controladas e controladas em conjunto - Individual	1.875.695	(461.912)	(4.389)	438.836	447.182	2.295.412
Passivo a descoberto - Investimentos - Individual	(149.270)	32.893	-	(47.304)	-	(163.681)
Total das controladas e controladas em conjunto	1.726.425	(429.019)	(4.389)	391.532	447.182	2.131.731

[1] Outros refere-se à operação de compra de participação mencionada no quadro (a) acima.

c) As principais informações das controladas em conjunto e coligadas, de forma direta e indireta pela Companhia estão resumidas a seguir:

	31/12/21 MRL	Prime	Mar de Espanha	Pq Castelo de Gibraltar	MRV Prime Seminário	Outras SPEs (39)	Outras SCPs (35)	31/12/20 MRL	Prime	Mar de Espanha	Pq Castelo de Gibraltar	MRV Prime Seminário	Outras SPEs (39)	Outras SCPs (35)
Ativo circulante	58.518	81.027	1.372	4.290	17.231	46.294	10.100	32.147	85.957	41.643	22.727	16.283	84.482	9.724
Ativo não circulante	405.934	308.685	8.412	5.470	3.554	147.741	4.291	372.325	296.099	317	6.714	1.526	82.383	2.523
	464.452	389.712	9.784	9.760	20.785	194.035	14.391	404.472	382.056	41.960	29.441	17.809	166.865	12.247
Passivo circulante	95.244	62.982	2.303	367	10.667	79.158	1.354	242.080	242.282	43.140	3.088	14.511	74.397	(308)
Passivo não circulante	320.279	286.341	1.046	344	4.995	15.220	5.862	130.345	148.585	814	2.608	360	42.972	5.939
Patrimônio líquido	48.929	40.389	6.435	9.049	5.123	99.657	7.175	32.047	(8.811)	(1.994)	23.745	2.938	49.496	6.616
	464.452	389.712	9.784	9.760	20.785	194.035	14.391	404.472	382.056	41.960	29.441	17.809	166.865	12.247

	2021 MRL	Prime	Mar de Espanha	Pq Castelo de Gibraltar	MRV Prime Seminário	Outras SPEs (39)	Outras SCPs (35)	2020 MRL	Prime	Mar de Espanha	Pq Castelo de Gibraltar	MRV Prime Seminário	Outras SPEs (39)	Outras SCPs (35)
Receita operacional líquida	-	-	29.929	21.505	41.910	18.322	(380)	-	-	43.311	48.127	6.627	34.904	11
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(21.616)	(13.909)	(26.478)	(19.347)	(3.664)	-	-	(25.973)	(28.762)	(4.181)	(44.515)	(7.870)
Receitas (despesas) operacionais	(14.287)	(13.374)	(3.077)	(1.363)	(2.090)	(6.559)	(5.764)	(13.667)	(14.802)	(23.415)	(2.505)	(859)	(14.088)	(13.355)
Resultado de equivalência patrimonial	62.236	78.010	-	-	-	-	-	47.177	79.313	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	(22.671)	(15.681)	319	466	52	2.403	1.089	(9.070)	(10.942)	(1.244)	(12)	(5)	3.447	653
Imposto de renda e contribuição social	-	-	(1.097)	(419)	(847)	(428)	(15)	-	-	(151)	(991)	(138)	(1.686)	20
Resultado do exercício	25.278	48.955	4.458	6.280	12.547	(5.589)	(8.734)	24.440	53.569	(7.472)	15.857	1.444	(1.886)	(20.541)
Participação total %	74,14	58,91	50,00	65,00	50,00	De 30 a 70	De 32 a 95	51,08	58,51	50,00	65,00	65,00	De 30 a 70	De 32 a 95

Observação: Para todos os quadros dos itens (a) a (c) acima, alguns percentuais e outros valores incluídos foram arredondados para facilitar a sua apresentação. Assim, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar a soma aritmética exata dos valores que o precedem. Os percentuais dos ativos referentes aos empreendimentos do Grupo com segregação patrimonial de incorporação imobiliária, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, são como segue:

	Consolidado 31/12/21		31/12/20	
Empreendimentos conforme Lei nº 10.931/04 (Patrimônio de afetação)	**7.538.791**	**37,27%**	6.896.130	38,09%
Sociedades em Conta de Participação (SCPs)	**460.180**	**2,28%**	497.913	2,76%
Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs)	**736.407**	**3,64%**	1.079.638	5,98%
Outras sociedades	**4.589.128**	**22,69%**	2.654.362	14,70%
Empreendimentos com segregação	**13.324.506**	**65,88%**	11.112.042	61,53%
Saldos sem segregação	**6.900.453**	**34,12%**	6.949.973	38,47%
Total do Consolidado	**20.224.959**	**100,00%**	18.062.015	100,00%

9. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são mantidas para obter renda com aluguéis ou para valorização do capital e, a depender das condições de mercado, venda de empreendimentos e são demonstradas como segue:

Descrição	Taxas médias anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 31/12/21	Valor justo com mensuração de nível	Valor justo 31/12/21	Líquido 31/12/20
Edificações	2,56%	-	-	-		-	888.626
Obras em andamento		1.471.589	-	**1.471.589**	3	2.246.185	561.789
Estoque de terrenos		552.866	-	**552.866**	3	694.555	160.952
Subtotal AHS Residential [1]		2.024.455	-	**2.024.455**		2.940.740	1.611.367
Obras em andamento		12.688	-	**12.688**	3	29.332	165
Estoque de terrenos [1]		-	-	-		-	13.353
Subtotal Controladas		2.037.143	-	**2.037.143**		2.970.072	1.624.885
Obras em andamento		137.238	-	**137.238**	3	319.757	82.163
Estoque de terrenos [1]		144.699	-	**144.699**		144.699	90.912
Subtotal Individual		281.937	-	**281.937**		464.456	173.075
Edificações	2,56%	-	-	-		-	888.626
Obras em andamento		1.621.515	-	**1.621.515**		2.595.274	644.117
Estoque de terrenos		697.565	-	**697.565**		839.254	265.217
Total Consolidado		2.319.080	-	**2.319.080**		3.434.528	1.797.960

[1] Mantidos ao custo, conforme mencionado na política de propriedades para investimento descrita na nota 2.2 (c).

O valor justo das propriedades para investimento do Grupo, utilizado apenas para divulgação, foi calculado internamente e levou em consideração o estágio operacional de cada ativo, conforme detalhado abaixo: • Terrenos: majoritariamente mantidas ao custo por se tratar de aquisições recentes. • Projetos em construção: calculado mediante a técnica de fluxos de caixa descontado, considerando taxas de vacância estimadas de 3% e 4%, taxa de desconto entre 4,60% e 12,07% a.a. e taxa de capitalização entre 4,30% e 6,85% a.a. Não foram considerados inflação ou reajustes de aluguel durante o exercício. • Projeto concluído (ativo não circulante mantido para venda): calculado mediante a técnica do *income capitalization approach*, através da divisão da receita operacional líquida (*Net operating income* – NOI) pela taxa de capitalização, considerando taxa de 4,72% a.a. Não foram considerados inflação ou reajustes de aluguel durante o exercício. Mudanças relevantes na taxa de desconto e de capitalização, consideradas para o cálculo do valor justo dos projetos concluídos e em construção, poderiam ocasionar alterações significativas no valor justo das propriedades para investimento. A movimentação do saldo de propriedades para investimento para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Saldo inicial	**1.797.960**	33.511	**173.075**	33.511
Efeito da operação de aquisição (nota 30)	-	998.350	-	-
Adições	**1.818.597**	767.702	**125.782**	139.564
Transferências de estoque para PPI	**56.524**	-	**62.983**	-
Transferências para ativos não circulantes mantidos para venda	**(1.388.968)**	4.519	-	-
Juros capitalizados (nota 12 (e))	**24.604**	11.276	-	-
Baixa por venda de ativo	**(105.694)**	(207.122)	**(79.903)**	-
Depreciação	**(12.696)**	(22.669)	-	-
Ajuste de conversão de moeda	**128.753**	212.393	-	-
Saldo final	**2.319.080**	1.797.960	**281.937**	173.075

Ativos não circulantes mantidos para a venda: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada AHS Residential transferiu propriedades para investimento para a rubrica "ativos não circulantes mantidos para a venda", como demonstrado abaixo. A depreciação destes ativos foi cessada quando da sua transferência. Conforme mencionado na nota 1, sete empreendimentos foram vendidos em 2021 e o ativo remanescente está com venda prevista no curto prazo. Este ativo encontra-se mensurado pelo valor contábil, uma vez que este é menor que seu valor justo, avaliado em R$277.882.

	Consolidado 2021
Saldo inicial	-
Adições	**63.894**
Transferências de propriedades para investimento	**1.388.968**
Baixa por venda de ativo (*)	**(1.284.500)**
Ajuste de conversão de moeda	**5.772**
Saldo final	**174.134**

(*) Baixa pela venda dos empreendimentos Lake Osborne, Mangonia Lake, Banyan Ridge, Tamiami Landings, Pine Groves, Princeton Groves e Lake Worth da controlada AHS, conforme mencionado na nota 1.

10. Imobilizado

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Consolidado	Taxas médias anuais de depreciação	Saldo inicial	Efeito da operação de aquisição (nota 30)	Adição	Baixa	Transferência	Ajustes de conversão de moeda	Saldo final
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:								
Custo:								
Direito de uso		111.786	-	18.973	-	-	227	**130.986**
Edificações, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros		53.871	-	2.406	(2.065)	699	213	**55.124**
Aeronaves e veículos em uso		24.771	-	-	-	-	85	**24.856**
Máquinas e equipamentos		485.176	-	93.837	(19.629)	3.409	4.007	**566.800**
Móveis e utensílios		4.206	-	1.047	(114)	(2)	135	**5.272**
Equipamentos e instalações de informática		8.698	-	1.734	(837)	-	155	**9.750**
Plantão de vendas, lojas e apartamentos modelos		98.075	-	12.604	(4.631)	12.402	-	**118.450**
Adiantamentos		-	-	2.832	-	-	-	**2.832**
Obras em andamento		20.653	-	12.792	(310)	(16.508)	-	**16.627**
Total Custo		807.236	-	146.225	(27.586)	-	4.822	**930.697**
Depreciação acumulada:								
Direito de uso	Diversos	23.354	-	13.926	-	-	134	**37.414**
Edificações, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	14,34%	25.427	-	6.857	(802)	-	68	**31.550**
Aeronaves e veículos em uso	10,08%	6.389	-	1.862	-	-	61	**8.312**
Máquinas e equipamentos	12,11%	112.359	-	43.269	(5.345)	(73)	675	**150.885**
Móveis e utensílios	10,00%	3.221	-	408	(57)	(1)	60	**3.631**
Equipamentos e instalações de informática	20,00%	6.178	-	1.134	(686)	-	101	**6.727**
Plantão de vendas, lojas e apartamentos modelos	25,19%	65.915	-	15.047	(3.301)	74	-	**77.735**
Total da depreciação acumulada		242.843	-	82.503	(10.191)	-	1.099	**316.254**
Total do imobilizado líquido		564.393	-	63.722	(17.395)	-	3.723	**614.443**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:								
Total do imobilizado líquido		485.757	16.343	66.610	(3.132)	(4.519)	3.334	564.393

Individual	Taxas médias anuais de depreciação	Saldo inicial	Adição	Baixa	Transferência	Saldo final
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:						
Custo:						
Direito de uso		106.414	18.310	-	-	**124.724**
Edificações, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros		41.280	1.339	(667)	555	**42.507**
Aeronaves e veículos em uso		23.626	-	-	-	**23.626**
Máquinas e equipamentos		441.287	55.872	(11.609)	871	**486.421**
Móveis e utensílios		2.839	-	(107)	(2)	**2.730**
Equipamentos e instalações de informática		6.659	950	(837)	-	**6.772**
Plantão de vendas, lojas e apartamentos modelos		54.773	6.948	(2.667)	7.733	**66.787**
Adiantamentos		-	2.832	-	-	**2.832**
Obras em andamento		15.694	8.952	(202)	(11.624)	**12.820**
Total Custo		692.572	95.203	(16.089)	(2.467)	**769.219**
Depreciação acumulada:						
Direito de uso	Diversos	21.862	12.430	-	-	**34.292**
Edificações, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros	14,34%	21.750	5.006	(314)	(42)	**26.400**
Aeronaves e veículos em uso	10,08%	5.640	1.700	-	-	**7.340**
Máquinas e equipamentos	12,11%	104.698	37.200	(4.385)	(1.083)	**136.430**
Móveis e utensílios	10,00%	2.557	52	(50)	(1)	**2.558**
Equipamentos e instalações de informática	20,00%	5.071	500	(686)	-	**4.885**
Plantão de vendas, lojas e apartamentos modelos	25,19%	36.836	8.208	(2.111)	80	**43.013**
Total da depreciação acumulada		198.414	65.096	(7.546)	(1.046)	**254.918**
Total do imobilizado líquido		494.158	30.107	(8.543)	(1.421)	**514.301**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:						
Total do imobilizado líquido		455.229	40.498	(1.569)	-	494.158

Conforme descrito na nota 2.2 (h), o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente no final de cada exercício. Os valores do item "formas de alumínio" totalizados no grupo de "máquinas e equipamentos", no valor de R$316.666 no Consolidado e R$315.715 no Individual, líquidos de depreciação, têm seu método de depreciação baseado na utilização, que em média são 500 utilizações, desta forma, não foram considerados no cálculo da taxa média de depreciação do referido grupo.

Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração do Grupo entendeu que não havia indicação de que seus ativos de vida útil determinada pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas, conforme os itens 10 e 12 do CPC 01 / IAS 36. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo residual dos bens oferecidos como garantia monta em R$16.372 no Consolidado e Individual (R$19.049 em 31 de dezembro de 2020).

11. Intangível

A movimentação do intangível para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Consolidado	Saldo inicial	Efeito da operação de aquisição (nota 30)	Adição	Baixa	Transferência	Ajustes de conversão de moeda	Saldo final
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:							
Custo:							
Software desenvolvido internamente	186.835	-	5.671	(8.676)	54.868	898	**239.596**
Licença de uso de software	56.144	-	-	-	-	-	**56.144**
Intangível em desenvolvimento	56.040	-	46.097	-	(54.868)	-	**47.269**
Marcas e patentes	24.000	-	-	-	-	-	**24.000**
Total Custo	323.019	-	51.768	(8.676)	-	898	**367.009**
Amortização acumulada:							
Software desenvolvido internamente	104.757	-	32.686	(2.887)	-	155	**134.711**
Licença de uso de software	53.831	-	1.123	-	-	-	**54.954**
Total amortização acumulada	158.588	-	33.809	(2.887)	-	155	**189.665**
Total Intangível	164.431	-	17.959	(5.789)	-	743	**177.344**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:							
Total Intangível	118.178	7.310	37.401	-	-	1.542	164.431

Individual	Saldo inicial	Adição	Transferência	Saldo final
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:				
Custo:				
Software desenvolvido internamente	169.161	3.140	54.414	**226.715**
Licença de uso de software	56.140	-	-	**56.140**
Intangível em desenvolvimento	55.305	45.741	(54.414)	**46.632**
Marcas e patentes	24.000	-	-	**24.000**
Total Custo	304.606	48.881	-	**353.487**
Amortização acumulada:				
Software desenvolvido internamente	102.009	29.293	-	**131.302**
Licença de uso de software	53.826	1.123	-	**54.949**
Total amortização acumulada	155.835	30.416	-	**186.251**
Total Intangível	148.771	18.465	-	**167.236**
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:				
Total Intangível	115.974	32.797	-	148.771

O valor classificado em "marcas e patentes" é representado pela aquisição do direito de uso e propriedade da marca "MRV Engenharia", cujo valor contratual está suportado em estudos econômicos. Por ser um ativo intangível de vida útil não definida, não é prevista sua amortização. Esta avaliação está fundamentada na imprevisibilidade do período durante o qual este ativo gerará benefícios econômicos para o Grupo. A taxa média anual de amortização para "Desenvolvimento de software" e "Licença de uso de software" é de 20%. As despesas com amortização do intangível são alocadas à rubrica de "Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados", "Despesas comerciais" e "Despesas gerais e administrativas", na demonstração do resultado do exercício, conforme a natureza e alocação de cada item do intangível. Não há ativos intangíveis oferecidos como garantias a passivos. Nas datas de fechamento dos balanços apresentados, a Administração do Grupo entendeu que não havia indicação de que seus ativos intangíveis pudessem ter sofrido desvalorização, uma vez que não se evidenciou nenhum dos fatores indicativos de perdas conforme os itens 10 e 12 do CPC 01 / IAS 36.

12. Empréstimos, financiamentos e debêntures

(a) Empréstimos, financiamentos e debêntures

A posição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

Modalidade	Moeda	Vencimento do principal	Taxa efetiva a.a.	31/12/21 Circulante	Não circulante	Total	31/12/20 Total
Individual:							
Debênture - 9ª emissão - 2ª série	R$	02/20 a 02/22	CDI + 2,57%	**102.830**	-	**102.830**	303.024
Debênture - 9ª emissão - 3ª série (*)	R$	02/22	IPCA + 8,52%	**104.841**	-	**104.841**	101.120
Debênture - 11ª emissão - 2ª série	R$	09/21 a 09/22	CDI + 1,56%	**109.863**	-	**109.863**	216.378
Debênture - 11ª emissão - 3ª série (*)	R$	09/23 e 09/24	IPCA + 6,47%	**2.765**	**152.656**	**155.421**	152.274
Debênture - 12ª emissão - 1ª série	R$	07/23	CDI + 1,52%	**11.202**	**298.700**	**309.902**	303.617
Debênture - 12ª emissão - 2ª série	R$	07/24 e 07/25	CDI + 1,79%	**2.002**	**51.300**	**53.302**	52.220
Debênture - 12ª emissão - 3ª série	R$	07/23	CDI + 1,62%	**4.148**	**109.130**	**113.278**	110.980
Debênture - 12ª emissão - 4ª série	R$	07/23	CDI + 1,62%	**3.158**	**83.070**	**86.228**	84.478
Debênture - 13ª emissão (CRI)	R$	09/23 a 09/24	CDI + 0,83%	**1.358**	**300.000**	**301.358**	300.269
Debênture - 14ª emissão (CRI)	R$	05/24	100,4% CDI + 0,28%	**2.886**	**360.000**	**362.886**	360.621
Debênture - 15ª emissão	R$	11/22 a 11/25	CDI + 1,19%	**77.885**	**225.000**	**302.885**	300.875
Debênture - 16ª emissão	R$	04/23 a 04/25	CDI + 1,69%	**2.191**	**99.999**	**102.190**	100.832
Debênture - 17ª emissão	R$	04/21 a 04/23	CDI + 3,68%	**22.895**	**11.111**	**34.006**	50.443
Debênture - 18ª emissão	R$	08/25	CDI + 2,54%	**16.256**	**500.000**	**516.256**	507.226
Debênture - 19ª emissão (CRI) (*)	R$	04/29 a 04/31	IPCA + 5,87%	**34.153**	**389.633**	**423.786**	-
(-) Custo de captação				**(7.152)**	**(17.562)**	**(24.714)**	(21.836)
Total de debêntures e CRI - Individual				**491.281**	**2.563.037**	**3.054.318**	2.922.521
Financiamento à construção	R$	06/22 a 12/25	TR + 8,33%	**22.428**	**96.710**	**119.138**	3.925
Financiamento à construção	R$	06/22 a 05/26	CDI + 2,18%	**43.359**	**117.549**	**160.908**	1.512
Financiamento à construção	R$	07/22	Poupança + 3,60%	**30.565**	-	**30.565**	-
Leasing	R$	09/19 a 05/23	CDI + 2,00% a 2,93%	**4.567**	**13**	**4.580**	9.996
Capital de Giro	R$	04/21 e 04/22	CDI + 3,10%	**101.926**	-	**101.926**	201.731
Nota Promissória 2ª série	R$	05/21	CDI + 4,62%	-	-	-	99.950
Total empréstimos e financiamentos - Individual				**202.845**	**214.272**	**417.117**	317.114
Total Individual				**694.126**	**2.777.309**	**3.471.435**	3.239.635
Controladas:							
Debênture - 2ª emissão - Urba	R$	06/21 a 06/23	CDI + 1,73%	**20.296**	**20.002**	**40.298**	60.125
Debênture - 3ª emissão - Urba (CRI)	R$	03/24	CDI + 1,10%	**85**	**60.000**	**60.085**	60.015
Debênture - 4ª emissão - Urba	R$	04/23 a 04/25	CDI + 1,71%	**876**	**39.999**	**40.875**	40.332
(-) Custo de captação				**(745)**	**(842)**	**(1.587)**	(614)
Total de debêntures e CRI - Controladas				**20.512**	**119.159**	**139.671**	159.858
Project loans	US$	03/24 a 04/24	Libor + 2,86% a 3,11%	-	**343.323**	**343.323**	572.526
Project loans	US$	04/23	Prime + 4,25%	-	**137.677**	**137.677**	-
Project loans - Permanent loans	US$	05/26 a 10/27	3,95% a 4,38%	-	-	-	315.409
Loan agreements (*)	US$	02/25 a 02/26	3,80% a 4,00%	**9.386**	**652.919**	**662.305**	247.997
Credit line	US$	01/22	Libor + 3,17%	**97.659**	-	**97.659**	100.796
Financiamento à construção (***)	R$	04/16 a 03/23	TR + 13,53%	**1.994**	**479**	**2.473**	4.445
Financiamento à construção	R$	07/23 a 07/26	TR + 8,31%	**35.102**	**134.545**	**169.647**	5.089
Financiamento à construção	R$	12/23 a 09/26	CDI + 2,07%	**1.675**	**209.246**	**210.921**	12.070
(-) Custo de captação				**(637)**	**(1.697)**	**(2.334)**	(6.293)
Total empréstimos e financiamentos - Controladas				**145.179**	**1.476.492**	**1.621.671**	1.252.038
Total Controladas				**165.691**	**1.595.651**	**1.761.342**	1.411.896
Total Consolidado				**859.817**	**4.372.960**	**5.232.777**	4.651.531

(*) Mensurados ao valor justo por meio do resultado, uma vez que foram designados como itens protegidos conforme metodologia de contabilidade de *hedge*, detalhada na nota 25 (b).
(**) Conforme mencionado na nota 25 (b), para esta operação, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos de swap, com o objetivo de vincular os juros destas operações, originalmente atreladas ao dólar mais spread fixo, ao CDI.
(***) Conforme mencionado na nota 25 (b), para esta operação, a Companhia contratou instrumento financeiro derivativo de swap de taxa de juros, com o objetivo de vincular esta operação, originalmente atrelada à TR mais spread fixo, ao CDI.

Empréstimos e financiamentos - Ativos não circulantes mantidos para a venda

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo possui empréstimos, financiamentos e debêntures relacionados aos ativos não circulantes mantidos para venda mencionados na nota 9, como segue:

Modalidade	Moeda	Vencimento do principal	Taxa efetiva a.a.	31/12/21 Total
Project loans	US$	02/22	Libor + 2,11%	**131.142**
Total de ativos não circulantes mantidos para venda				**131.142**

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures, classificado como ativos não circulantes mantidos para venda é como segue:

	Consolidado 2021
Saldo inicial	-
Transferências de empréstimos e financiamentos	**1.032.074**
Captações	**8.347**
Amortização do custo na captação de recursos	**1.370**
Pagamento de principal	**(694.344)**
Baixa por venda de ativo (*)	**(220.178)**
Ajuste de conversão de moeda	**3.873**
Saldo final	**131.142**

(*) Baixa pela venda dos empreendimentos Lake Osborne e Mangonia Lake da controlada AHS, cujo recebimento foi líquido dos respectivos financiamentos.

As principais características dos empréstimos, financiamentos e debêntures do Grupo são como segue:

Modalidade	Série	Qtde	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Vencimentos de principal	Taxa contratual (a.a.)	Taxa efetiva (a.a.)
Debênture - 9ª emissão - 2ª série	Única	49.727	03/17	Semestral	Semestral	02/20 a 02/22	CDI + 2,30%	CDI + 2,57%
Debênture - 9ª emissão - 3ª série	Única	8.000	03/17	Parcela única	Semestral	02/22	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,52%
Debênture - 11ª emissão - 2ª série	Única	21.430	09/17	Anual	Semestral	09/21 a 09/22	CDI + 1,50%	CDI + 1,56%
Debênture - 11ª emissão - 3ª série	Única	12.120	09/17	Anual	Anual	09/23 e 09/24	IPCA + 6,45%	IPCA + 6,47%
Debênture - 12ª emissão - 1ª série	Única	29.870	08/18	Parcela única	Semestral	07/23	CDI + 1,40%	CDI + 1,52%
Debênture - 12ª emissão - 2ª série	Única	5.130	08/18	Anual	Semestral	07/24 e 07/25	CDI + 1,70%	CDI + 1,79%
Debênture - 12ª emissão - 3ª série	Única	10.913	08/18	Parcela única	Semestral	07/23	CDI + 1,50%	CDI + 1,62%
Debênture - 12ª emissão - 4ª série	Única	8.307	08/18	Parcela única	Semestral	07/23	CDI + 1,50%	CDI + 1,62%
Debênture - 13ª emissão (CRI)	-	-	03/19	Semestral	Trimestral	09/23 a 09/24	100% CDI	CDI + 0,83%
Debênture - 14ª emissão (CRI)	-	-	06/19	Parcela única	Semestral	05/24	100,4% CDI	100,4% CDI + 0,28%
Debênture - 15ª emissão	Única	300.000	11/19	Anual	Semestral	11/22 a 11/25	CDI + 1,06 %	CDI + 1,19%
Debênture - 16ª emissão	Única	100.000	04/20	Anual	Semestral	04/23 a 04/25	CDI + 1,50 %	CDI + 1,69%
Debênture - 17ª emissão	Única	50.000	04/20	Trimestral	Trimestral	04/21 a 04/23	CDI + 3,00%	CDI + 3,68%
Debênture - 18ª emissão	Única	500.000	08/20	Parcela única	Semestral	08/25	CDI + 2,40 %	CDI + 2,54%
Debênture - 19ª emissão (CRI)	-	-	04/21	Anual	Semestral	04/29 a 04/31	IPCA + 5,43%	IPCA + 5,87%
Debênture - 2ª emissão - Urba	Única	6.000	06/18	Anual	Semestral	06/21 a 06/23	CDI + 1,22%	CDI + 1,73%
Debênture - 3ª emissão - Urba (CRI)	-	-	03/19	Parcela única	Trimestral	03/24	CDI + 0,20%	CDI + 1,10%
Debênture - 4ª emissão - Urba	Única	40.000	04/20	Anual	Semestral	04/23 a 04/25	CDI + 1,50%	CDI + 1,71%
Financiamento à construção	-	-	03/16	Mensais	Mensais	04/16 a 03/23	TR + 13,29%	TR + 13,53%
Financiamento à construção	-	-	Diversos	Diversos	Mensais	06/22 a 07/26	TR + 8,32%	TR + 8,32%
Financiamento à construção	-	-	Diversos	Diversos	Mensais	06/22 a 09/26	CDI + 2,13%	CDI + 2,13%
Financiamento à construção	-	-	Diversos	Parcela única	Mensais	07/22	Poupança + 3,60%	Poupança + 3,60%
Leasing	-	-	Diversos	Mensais	Mensais	09/19 a 05/23	CDI + 2,00% a 2,93%	CDI + 2,00% a 2,93%
Capital de Giro	-	-	04/20	Anual	Trimestral	04/21 e 04/22	CDI + 3,10%	CDI + 3,10%
Project loans	-	-	Diversos	Parcela única	Mensais	03/24 a 04/24	Libor + 2,75% a 3,00%	Libor + 2,86% a 3,11%
Project loans	-	-	04/21	Parcela única	Mensal	04/23	Prime + 1,00%	Prime + 4,25%
Loan agreements	-	-	Diversos	Parcela única	Semestral	02/25 a 02/26	3,80% a 4,00%	3,80% a 4,00%
Credit line	-	-	Diversos	Parcela única	Mensal	01/22	Libor + 3,00%	Libor + 3,17%

A 13ª, 14ª e 19ª emissão de debêntures da Companhia e a 3ª emissão da controlada Urba foram efetuadas para lastrear operações de certificados de recebíveis imobiliários, conforme detalhado acima. As debêntures emitidas pela Companhia são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais. As captações de recursos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 são como segue:

Modalidade	Moeda	Captação	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Vencimentos de principal	Taxa contratual (a.a.)	Valor captado (*)
	Moeda						
Financiamentos à construção	R$	Diversos	Diversos	Mensais	02/25 a 12/25	TR + 8,33%	293.063
Financiamentos à construção	R$	Diversos	Diversos	Mensais	11/24 a 05/26	CDI + 2,18%	238.072
Financiamentos à construção	R$	Diversos	Parcela única	Mensais	07/22	Poupança + 3,60%	30.478
Debênture - 19ª emissão (CRI)	R$	04/21	Anual	Semestral	04/29 a 04/31	IPCA + 5,43%	400.000
Total - Individual							**961.613**
Financiamento à construção	R$	Diversos	Diversos	Mensais	03/24 a 01/26	TR + 8,31%	325.986
Financiamento à construção	R$	Diversos	Diversos	Mensais	06/24 a 09/26	CDI + 2,07%	302.267
Project loans	US$	Diversos	Parcela única	Mensais	02/22 a 04/24	Libor + 2,00% a 3,00%	450.470
Project loans	US$	04/21	Parcela única	Mensais	04/23	Prime + 1,00%	133.114
Loan agreements	US$	Diversos	Parcela única	Semestral	01/22 a 02/26	2,50% a 3,85%	620.489
Credit line	US$	05/21	Parcela única	Mensal	01/22	Libor + 3,00% a 4,00%	148.378
Total - Controladas							**1.980.704**
Total - Consolidado							**2.942.317**

(*) Não são considerados os custos de captação.

Em 2021, a Companhia quitou antecipadamente financiamentos a construção no valor de R$14.531, que apresentavam vencimentos entre dezembro de 2021 e dezembro de 2025, sujeitos a taxas contratuais de TR + 7,75% a TR + 11,25% a.a. e CDI + 2,08% a CDI + 2,47% a.a. Em 2020, a Companhia quitou antecipadamente financiamentos a construção no valor de R$243.945, que apresentavam vencimentos entre dezembro de 2020 e março de 2024, sujeitos a taxas contratuais de TR + 7,75% a TR + 11,25% a.a. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é como segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Saldo inicial	**4.651.531**	3.202.158	**3.239.635**	3.001.666
Efeito da operação de aquisição (nota 30)	-	626.126	-	-
Captações	**2.942.317**	2.501.375	**961.613**	1.304.188
Encargos financeiros provisionados	**320.381**	199.786	**247.115**	149.981
Ajuste ao valor justo	**(27.899)**	(7.245)	**(27.899)**	(7.245)
Custo na captação de recursos	**(13.586)**	(8.478)	**(11.696)**	(5.753)
Amortização do custo na captação de recursos	**13.906**	11.470	**8.820**	8.928
Pagamento de principal	**(1.475.713)**	(1.802.740)	**(782.213)**	(1.056.175)
Pagamento de encargos financeiros	**(234.289)**	(201.655)	**(163.938)**	(155.955)
Transferência para ativo não circulante mantido para venda	**(1.032.074)**	-	-	-
Ajuste de conversão de moeda	**88.203**	130.734	-	-
Saldo final	**5.232.777**	4.651.531	**3.471.435**	3.239.635

(b) Garantias e avais

Os tipos de garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures em 31 de dezembro de 2021, são como segue:

Consolidado	Debêntures	CRI	Financiamento à construção	Leasing	Capital de giro	Project loans	Loan agreements / credit line	Total
Real / aval	-	-	-	4.580	-	442.595	759.964	1.207.139
Real / direitos creditórios	-	-	693.652	-	-	38.405	-	732.057
Sem garantias	2.072.175	1.148.115	-	-	101.926	-	-	3.322.216
Total (*)	**2.072.175**	**1.148.115**	**693.652**	**4.580**	**101.926**	**481.000**	**759.964**	**5.261.412**

(*) Valor de empréstimos, financiamentos e debêntures não considerado os custos de captação.

continua... 4/7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os contratos de financiamento à construção têm como garantias de pagamento recebíveis caucionadas (ver nota 6) ou hipoteca de terrenos (ver nota 7). Os contratos de leasing têm como garantia os bens referidos na nota 10. A Companhia avalizou empréstimos, financiamentos e debêntures para controlada e algumas controladas em conjunto, junto a instituições financeiras, conforme descrito abaixo:

Garantias, fianças e avais	Início	Vencimento	Valor
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.	28/05/2020	30/05/2022	75.822
	08/04/2020	01/04/2025	61.315
	31/03/2021	30/03/2026	112.678
	23/09/2021	16/09/2026	152.267
Prime Incorporações e Construções S.A.	26/06/2019	26/06/2024	150.234
	23/09/2021	14/09/2026	189.021
Urba Desenvolvimento Urbano S.A.	18/03/2016	06/03/2023	2.473
	13/06/2018	06/06/2023	40.298
	28/03/2019	27/03/2024	60.085
	08/04/2020	01/04/2025	40.875
MRV US Holdings Corporation	21/02/2020	21/02/2025	266.072
	18/02/2021	18/02/2026	84.856
	03/03/2021	18/02/2026	198.033
	25/03/2021	18/02/2026	113.162
AHS Residential	23/07/2021	19/01/2022	253.930
Reserva Regatas Loteamento Ltda.	20/10/2021	28/07/2025	10.011
			1.811.132

(c) Vencimentos: A composição por vencimentos do total dos empréstimos, financiamentos e debêntures, não considerando os custos de captação, é como segue:

Período após a data do balanço	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
1 ano	868.351	697.364	701.278	562.309
2 anos	1.472.352	973.209	859.614	507.221
3 anos	1.122.932	976.306	872.763	787.177
4 anos	1.000.790	850.506	667.690	770.781
Após 4 anos	796.987	1.182.889	394.804	633.983
Total	5.261.412	4.680.274	3.496.149	3.261.471

(d) Obrigações contratuais: Relacionadas a indicadores financeiros: Algumas debêntures e empréstimos têm obrigações que se referem à manutenção de índices financeiros, apurados e revisados trimestralmente pelo Agente Fiduciário conforme segue:

	Descrição	Índice requerido
[1]	(Dívida líquida + imóveis a pagar) / Patrimônio líquido	Menor que 0,65
[2]	(Dívida líquida + imóveis a pagar) / Patrimônio líquido	Menor que 0,925
[1] [2]	(Recebíveis + receita a apropriar + estoques) / (Dívida líquida + imóveis a pagar + custo a apropriar)	Maior que 1,6 ou menor que 0

[1] Dívida líquida para alguns empréstimos e a 9ª, 11ª, 12ª, 17ª, 18ª e 2ª (Urba) emissão pública de debêntures do Grupo corresponde ao endividamento bancário de curto e longo prazo total, menos os financiamentos tomados no âmbito do Sistema Financeiro Habitacional ou os financiamentos obtidos junto ao Fundo de Investimento Imobiliário do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FI-FGTS e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras, exceto eventuais bloqueios por garantia de obra. **[2]** Dívida líquida para alguns empréstimos corresponde à soma dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, incluídos os títulos descontados com regresso, arrendamento mercantil financeiro e os títulos de renda fixa frutos de emissão pública ou privada, nos mercados local ou internacional, acrescido das fianças ou avais prestados pelo Grupo para garantir dívidas de empresas do Grupo, e menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras do Grupo cujas dívidas estejam sob garantia da devedora, exceto aplicações retidas e/ou cedidas em garantia de obrigações que não estejam contempladas na dívida líquida acima definida. Imóveis a pagar corresponde ao somatório da conta "Contas a Pagar por Aquisição de Terrenos" no passivo circulante e no passivo não circulante, excluída a parcela de terrenos adquirida por meio de permuta, se houver. Patrimônio líquido corresponde ao valor apresentado no balanço patrimonial. Recebíveis corresponde à soma dos valores a receber de clientes de curto e longo prazo, refletidos nas demonstrações financeiras. Receita a apropriar corresponde ao saldo apresentado nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas, relativo às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos, não refletidas no balanço patrimonial em função das práticas contábeis adotadas no Brasil. Estoques corresponde ao valor apresentado na conta "imóveis a comercializar" do balanço patrimonial. Custo a apropriar corresponde aos custos a incorrer relativos às transações de vendas já contratadas de empreendimentos não concluídos. Outras obrigações contratuais: O Grupo tem certas obrigações contratuais para os contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, que devem ser cumpridas durante o período da dívida, tais como: cumprir os pagamentos previstos em contrato; itens relacionados à continuidade das atividades, falência ou insolvência; itens relacionados a qualquer medida judicial que possa afetar as garantias dadas em contratos; não realizar cessão de direitos dos contratos sem anuência do agente financeiro; garantir à contratação dos devidos seguros obrigatórios dos projetos ou bens; garantir a integridade dos dados fornecidos aos agentes financeiros; não ter alterações significativas na composição societária, sem a observância das respectivas leis, e no controle acionário; comprovar a destinação imobiliária dos recursos captados nos projetos descritos em contrato; prestar informações nos prazos solicitados nos contratos; não ocorrer qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 333 e 1.425 do Código Civil; não realizar operações estranhas ao seu objeto social, observar as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; garantir o cumprimento de todas as leis, regras e regulamentos em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos; não ultrapassar valor máximo estipulado em contrato de títulos protestados; garantir a manutenção da capacidade de honrar com as garantias apresentadas nos contratos; manter válidas as licenças pertinentes ao funcionamento do negócio; expropriação, nacionalização, desapropriação ou afins de ativos ou ações, por qualquer autoridade governamental; não conclusão da obra dentro do prazo contratual, retardamento ou paralisação da mesma sem a devida justificativa aceita pelo agente financeiro; vender, hipotecar, obras de demolição, alteração ou acréscimo de modo a comprometer a manutenção ou realização da garantia dada, ou deixar de manter em perfeito estado de conservação o imóvel oferecido em garantia, sem prévio e expresso consentimento do agente financeiro; dentre outras. A falta de cumprimento dos itens citados poderá ocasionar o acionamento dos agentes financeiros que poderá resultar em vencimento antecipado dos contratos. (e) Alocação dos encargos financeiros

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Encargos financeiros brutos	301.018	211.108	210.366	148.422
Encargos financeiros capitalizados em:				
Imóveis em construção e terrenos	(181.840)	(124.414)	(114.922)	(77.844)
Propriedade para investimento (nota 9)	(24.604)	(11.276)	-	-
Investimentos	-	-	(37.563)	(25.877)
Valores registrados no resultado financeiro (nota 24)	94.574	75.418	57.881	44.701
Encargos financeiros				
Saldo inicial	510.941	552.246	479.190	534.156
Efeito da operação de aquisição	-	5.685	-	-
Ajuste de conversão de moeda	3.055	-	-	-
Encargos financeiros capitalizados	206.444	135.690	152.485	103.721
Encargos apropriados ao resultado de:				
Custo de imóveis vendidos e serviços prestados (nota 23)	(148.220)	(181.173)	(88.112)	(104.244)
Depreciação	(86)	(111)	-	-
Venda de ativos	(6.442)	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.308)	(1.396)	(38.665)	(54.443)
Saldo final	564.384	510.941	504.898	479.190
Saldo de encargos financeiros capitalizados em:				
Imóveis em construção e terrenos (nota 7)	523.045	489.425	367.406	340.596
Investimentos	3.358	4.666	137.492	138.594
Propriedade para investimento	37.981	16.850	-	-
	564.384	510.941	504.898	479.190

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o total de encargos capitalizados sobre os empréstimos, financiamentos e debêntures, representou uma taxa média de encargos de 6,18% a.a. (4,79% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

13. Contas a pagar por aquisição de terrenos

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
INCC	708.215	649.629	464.630	451.871
IGP-M	152.406	238.437	121.932	153.162
IPCA	310.971	133.065	117.195	81.435
Outros indexadores	125.715	40.535	71.088	30.032
Não remunerados	3.629.440	3.883.668	2.621.181	2.873.588
Ajuste a valor presente	(127.960)	(131.223)	(80.646)	(94.540)
Total	4.798.787	4.814.111	3.315.380	3.495.548
Circulante	768.854	1.189.205	520.020	848.854
Não circulante	4.029.933	3.624.906	2.795.360	2.646.694
	4.798.787	4.814.111	3.315.380	3.495.548

Em 31 de dezembro de 2021, do total das contas a pagar de terrenos, R$2.702.642 no Consolidado e R$1.889.299 no Individual, refere-se a permuta financeira (R$2.655.201 e R$1.883.416 em 31 de dezembro de 2020, no Consolidado e Individual, respectivamente). O ajuste a valor presente foi calculado para os pagamentos de terrenos conforme critérios descritos na nota 2.2 (v). Vários contratos de aquisição de terrenos possuem cláusulas que permitem a resolução sem qualquer ônus para a Companhia, caso determinadas condições não sejam atendidas e ou alcançadas. Estas condições abrangem principalmente a obtenção das aprovações legais, municipais ou estaduais (registro de incorporação, alvará de construção, etc.), viabilidade técnica e comercial dos empreendimentos e obtenção de financiamento para construção. Em 31 de dezembro de 2021, do total das contas a pagar por aquisição de terrenos, R$1.810.970 no Consolidado e Individual, apresentam pagamentos vinculados às condições mencionadas acima, de forma que somente ocorrerão se e quando os projetos forem viabilizados, ou seja, quando a Companhia obtiver as respectivas autorizações (R$2.197.867 em 31 de dezembro de 2020).

A composição por vencimento das contas a pagar por aquisição de terrenos é como segue:

Período após a data do balanço	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
1 ano	768.854	1.189.205	520.020	848.854
2 anos	1.967.439	2.202.816	941.483	1.325.988
3 anos	742.914	540.680	622.045	483.903
4 anos	459.925	259.602	416.856	240.132
Após 4 anos	859.655	621.808	814.976	596.671
Total	4.798.787	4.814.111	3.315.380	3.495.548

14. Adiantamentos de clientes

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Adiantamentos por recebimentos	154.843	113.305	80.165	71.940
Adiantamentos por permutas	401.889	501.351	232.544	350.390
	556.732	614.656	312.709	422.330
Circulante	227.884	254.011	125.742	170.826
Não circulante	328.848	360.645	186.967	251.504
	556.732	614.656	312.709	422.330

Vários contratos de permuta imobiliária possuem cláusulas que permitem a resolução sem qualquer ônus para a Companhia, caso determinadas condições não sejam atendidas e ou alcançadas. Estas condições abrangem principalmente a obtenção das aprovações legais, municipais ou estaduais (registro de incorporação, alvará de construção, etc.), viabilidade técnica e comercial dos empreendimentos e obtenção de financiamento para construção. Em 31 de dezembro de 2021, do total de adiantamentos por permutas, R$157.767 no Consolidado e Individual, apresentam obrigações vinculadas às condições mencionadas acima, de forma que somente ocorrerão se e quando os projetos forem viabilizados, ou seja, quando a Companhia obtiver as respectivas autorizações (R$241.117 em 31 de dezembro de 2020).

A composição dos adiantamentos de clientes, por expectativa de realização, é como segue:

Período após a data do balanço	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
1 ano	227.884	254.011	125.742	170.826
2 anos	187.663	202.988	104.084	138.057
Após 2 anos	141.185	157.657	82.883	113.447
Total	556.732	614.656	312.709	422.330

Adiantamentos por recebimentos: Nas vendas de unidades não concluídas, os recebimentos superiores ao valor das receitas de vendas apropriadas são registrados na rubrica "Adiantamentos de clientes", classificados no passivo circulante e não circulante, conforme demonstrado acima, de acordo com a expectativa de execução da obra. Estes saldos não têm incidência de encargos financeiros. Adiantamentos por permutas: Os saldos de adiantamentos por permutas referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos em estoque para incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo que a liquidação ocorre ao longo da evolução da obra até a entrega das unidades imobiliárias concluídas, de acordo com o contrato. Os montantes de fianças bancárias oferecidas para aquisição de terrenos, incluindo os adiantamentos por permuta e obras de infraestrutura (contrapartidas) da Companhia e investidas, são resumidos como segue:

Período após a data do balanço	31/12/21	31/12/20
1 ano	752.419	673.822
Após 1 ano	18.844	-
	771.263	673.822

Além de fianças bancárias, os adiantamentos de clientes por permuta contam com seguro garantia de entrega de imóvel, conforme demonstrado na nota 29.

15. Obrigações sociais e trabalhistas

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Salários e ordenados	40.794	28.687	15.054	13.153
Encargos sociais	22.891	17.545	11.456	10.206
Provisão de férias, 13º salário e encargos	88.819	70.309	44.177	39.815
Provisão para PLR de empregados e administradores	24.325	23.230	21.825	22.500
Outros	1.541	2.384	797	937
Total	178.370	142.155	93.309	86.611

A participação dos empregados e administradores nos lucros e resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas companhias ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

16. Obrigações fiscais

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Imposto de renda e contribuição social	34.440	14.333	21.102	8.087
PIS e COFINS a recolher	60.022	54.006	48.187	42.741
Impostos e contribuições retidos de terceiros	13.401	12.363	7.927	7.807
Impostos e contribuições retidos sobre salários	11.922	9.238	9.035	7.480
Outros	584	537	(148)	(36)
Total	120.369	90.477	86.103	66.079

Em 31 de dezembro de 2021, o montante de impostos a recuperar provenientes, essencialmente, dos créditos dos custos incorridos de unidades (PIS e COFINS) e aplicações financeiras foi de R$112.659 e R$62.048 no Consolidado e no Individual, respectivamente (R$78.280 e R$53.986 em 31 de dezembro de 2020), classificados na rubrica "Tributos a recuperar", no ativo circulante.

17. Provisão para manutenção de imóveis

A Companhia e controladas oferecem garantia limitada de cinco anos contra problemas na construção, em cumprimento à legislação brasileira. De forma a suportar este compromisso, sem impacto nos exercícios futuros e propiciar a adequada contraposição entre receitas e custos, para cada empreendimento em construção, foram provisionados, em bases estimadas, valores correspondentes a 1,85% a 2,20% do custo de construção em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. Esta estimativa é baseada em médias históricas e expectativas de desembolsos futuros, de acordo com análises do departamento de engenharia da Companhia, revisadas anualmente. A provisão é registrada à medida da evolução física da obra aplicando-se os percentuais supracitados sobre os custos reais incorridos.

A movimentação das provisões para manutenção é como segue:

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Saldo inicial	165.899	139.837	90.816	73.186
Adições	174.888	134.577	99.656	75.085
Baixas	(134.225)	(108.515)	(75.087)	(57.455)
Saldo final	206.562	165.899	115.385	90.816
Circulante	46.367	41.647	24.520	19.733
Não circulante	160.195	124.252	90.865	71.083
	206.562	165.899	115.385	90.816

18. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia e controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo aspectos essencialmente cíveis e trabalhistas. Desta forma, mantém provisão, em montante suficiente, para cobertura nas ações com expectativa de prováveis desembolsos de caixa. Com base em informações de seus assessores legais, na análise das ações em curso e no histórico de soluções dos processos, a Administração da Companhia, acredita que as provisões constituídas referentes aos riscos prováveis são em montante suficiente para cobrir as perdas estimadas e que a decisão final nas ações não venha a impactar substancialmente a sua posição patrimonial.

A movimentação das provisões é como segue:

	Saldo inicial	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo final
Consolidado:						
Cíveis	53.979	107.461	(10.310)	(107.896)	8.755	51.989
Trabalhistas	48.053	33.181	(10.911)	(35.318)	7.288	42.293
Outros	112	772	(17)	(504)	32	395
Total - exercício 2021	**102.144**	**141.414**	**(21.238)**	**(143.718)**	**16.075**	**94.677**
Total - exercício 2020	101.572	151.411	(17.538)	(150.921)	17.620	102.144
Individual:						
Cíveis	30.567	62.385	(6.694)	(64.730)	4.647	26.175
Trabalhistas	41.048	27.958	(7.598)	(30.842)	6.343	36.909
Outros	91	573	(11)	(376)	23	300
Total - exercício 2021	**71.706**	**90.916**	**(14.303)**	**(95.948)**	**11.013**	**63.384**
Total - exercício 2020	72.053	95.797	(12.225)	(96.309)	12.390	71.706

O número total dos processos do Grupo e o número de ações cuja probabilidade de perda foi classificada como "provável", conforme avaliação dos assessores legais do Grupo, segregados por natureza, são como segue:

Natureza	Consolidado 31/12/21 Total de ações	Consolidado 31/12/21 Ações prováveis	Consolidado 31/12/20 Total de ações	Consolidado 31/12/20 Ações prováveis	Individual 31/12/21 Total de ações	Individual 31/12/21 Ações prováveis	Individual 31/12/20 Total de ações	Individual 31/12/20 Ações prováveis
Cíveis	19.169	2.664	21.462	3.790	10.796	1.444	11.838	2.258
Trabalhistas	2.589	615	2.620	664	1.714	431	1.723	444
Outras	1.336	27	1.318	28	1.066	22	1.032	23
Total	23.094	3.306	25.400	4.482	13.576	1.897	14.593	2.725

Conforme demonstrado acima, a principal composição das causas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e das adições dos períodos findos naquelas datas é relacionada a causas cíveis e trabalhistas, que se referem principalmente a: • cíveis: ações cominatórias/indenizatórias relativas à entrega de chaves e solicitações de reparo de unidades. • trabalhistas: ações trabalhistas solicitando vínculo empregatício, causas envolvendo ex-empregados da Companhia e empreiteiros onde a Companhia tem responsabilidade subsidiária. Os processos cíveis, trabalhistas, tributários e de outras naturezas considerados pelos assessores legais do Grupo como de probabilidade de perda possível, montam em R$519.920 e R$396.735 no Consolidado e Individual, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R$512.569 e R$392.606 em 31 de dezembro de 2020, no Consolidado e Individual, respectivamente). O referido montante em 31 de dezembro de 2021, inclui dois autos de infração para a cobrança de IRPJ e CSLL relativos aos anos de 2016 e 2017, no valor total de R$186.944, que foram lavrados contra a Companhia em 14 de julho de 2020, tendo como objeto os parâmetros para a determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL. Os assessores legais da Companhia, levando em consideração os fundamentos apresentados nas autuações e, principalmente, a legislação aplicável ao tema, classificam a probabilidade de êxito referente aos processos administrativos como possível. Em fevereiro de 2021, o recurso apresentado pela Companhia foi enviado ao Conselho de Administração de Recursos Fiscais (CARF) e a Companhia entende que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal por ela adotado. Em conformidade com as práticas contábeis internacionais, com as práticas contábeis adotadas no Brasil e legislação aplicável, para esses processos não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas contingentes. A base dos processos judiciais, conforme demonstrada em quadros acima, é bastante pulverizada, não existindo processos individualmente relevantes a serem divulgados, exceto do já mencionado no parágrafo acima. A Administração do Grupo, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. Adicionalmente, a Administração do Grupo acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira do Grupo.

19. Partes relacionadas

		Consolidado Ativo 31/12/21	Consolidado Ativo 31/12/20	Consolidado Passivo 31/12/21	Consolidado Passivo 31/12/20	Individual Ativo 31/12/21	Individual Ativo 31/12/20	Individual Passivo 31/12/21	Individual Passivo 31/12/20
Aplicações financeiras e TVM									
Outras partes relacionadas									
Banco Inter S.A.	[1]	135.243	115.754	-	-	135.243	115.754	-	-
Dividendos a receber									
Controladas									
Urba Desenvolvimento Urbano S.A.		-	-	-	-	3.228	1.407	-	-
Controladas em conjunto									
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.		4.451	2.982	-	-	4.451	2.982	-	-
Créditos com empresas ligadas									
Investidas									
SPEs	[6]	41.247	31.578	-	-	950.658	796.145	-	-
Controladas em conjunto									
Prime Incorporações e Contruções S.A.	[7]	92	176	-	-	92	42	-	-
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.	[7]	730	9.535	-	-	730	9.035	-	-
Reserva Macaíba Loteamento Ltda.	[7]	-	1.246	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Parceiros em empreendimentos de incorporação imobiliária	[7]	26.158	17.588	-	-	23.458	17.588	-	-
Outros ativos									
Controladas									
SCPs e SPEs	[8]	822	3.978	-	-	26.778	21.522	-	-
Controladas em conjunto									
Prime Incorporação e Construções S.A.	[8]	1.052	3.602	-	-	471	3.434	-	-
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.	[8]	379	26.529	-	-	-	26.499	-	-
Outras partes relacionadas									
Banco Inter S.A.	[5]	288	-	-	-	288	-	-	-
Parceiros em empreendimentos de incorporação imobiliária	[8]	1.072	5.636	-	-	660	45	-	-
Acionista controlador	[9]	24.735	30.145	-	-	24.735	30.145	-	-
Fornecedores									
Controladas									
MRV Construções Ltda.	[2]	-	-	-	-	-	-	61.492	43.687
Outras partes relacionadas									
T Lott Advocacia	[10]	-	-	51	-	-	-	47	-
Radio Itatiaia Ltda.	[19]	-	-	19	-	-	-	19	-
Banco Inter S.A.	[22]	-	-	129.144	-	-	-	49.349	-
Contas a pagar por aquisição de investimento									
Outras partes relacionadas									
LOG Commercial Properties e Participações S.A.	[11]	-	-	14.797	19.445	-	-	-	-
LOG Commercial Properties e Participações S.A.	[21]	-	-	6.423	-	-	-	6.423	-
Obrigações com empresas ligadas (Outras contas a pagar)									
Investidas									
SPEs	[12]	-	-	4.326	84	-	-	5.627	36.858
Controladas em conjunto									
Prime Incorporações e Contruções S.A.	[13]	-	-	60.701	37.042	-	-	-	-
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.	[13]	-	-	74.352	57.255	-	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Parceiros em empreendimentos de incorporação imobiliária	[13]	-	-	38.658	40.382	-	-	-	-
Costellis International Limited	[18]	-	-	35.048	27.646	-	-	35.048	27.646
Passivo de arrendamento (Outras contas a pagar)									
Outras partes relacionadas:									
Conedi Participações Ltda. e MA Cabaleiro Participações Ltda.	[14]	-	-	74.042	65.687	-	-	72.347	63.305
Lakeside offos, LLC	[16]	-	-	-	868	-	-	-	-

		Consolidado Receita 2021	Consolidado Receita 2020	Consolidado Despesa 2021	Consolidado Despesa 2020	Individual Receita 2021	Individual Receita 2020	Individual Despesa 2021	Individual Despesa 2020
Receita operacional líquida									
Receitas de serviços de construção									
Controladas									
MRV Construções Ltda.	[2]	3.516	2.096	-	-	-	-	-	-
Receita financeira									
Aplicações financeiras e TVM									
Outras partes relacionadas									
Banco Inter S.A.	[1]	8.234	2.641	-	-	8.234	2.641	-	-
Créditos com empresas ligadas									
Controladas em conjunto									
Prime Incorporações e Contruções S.A.	[7]	21	17	-	-	21	17	-	-
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.	[7]	222	111	-	-	222	111	-	-
Reserva Macaíba Loteamento Ltda.	[7]	165	617	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas									
Parceiros em empreendimentos de incorporação imobiliária	[7]	1.676	847	-	-	1.436	847	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas									
Controladas									
Urba Desenvolvimento Urbano S.A.	[3]	-	-	-	-	1.589	684	-	-
Controladas em conjunto									
Prime Incorporações e Construções S.A.	[3]	2.967	1.709	-	-	2.967	1.709	-	-
MRL Engenharia e Empreendimentos S.A.	[3]	3.381	1.830	-	-	3.381	1.830	-	-
Outras partes relacionadas:									
LOG Commercial Properties e Participações S.A.	[3]	1.535	1.666	-	-	1.535	1.666	-	-
MRV Serviços de Engenharia Ltda.	[4]	82	72	-	-	82	72	-	-
Banco Inter S.A.	[5]	2.649	1.029	-	-	2.649	1.029	-	-
Acionista controlador	[9]	1.221	1.452	-	-	1.221	1.452	-	-
LOG Commercial Properties e Participações S.A.	[21]	2.328	-	-	-	2.328	-	-	-
Outros		-	33	-	-	-	33	-	-
Despesa financeira									
Outras partes relacionadas:									
Costellis International Limited	[18]	-	-	7.402	-	-	-	7.402	-
Custos e despesas operacionais									
Custos dos imóveis vendidos e serviços prestados									
Controladas									
MRV Construções Ltda.	[2]	-	-	-	-	-	-	383.579	287.183
Despesas gerais e administrativas									
Outras partes relacionadas									
T Lott Advocacia	[10]	-	-	5.774	5.024	-	-	5.390	4.573
Conedi Participações Ltda. e MA Cabaleiro Participações Ltda.	[14]	-	-	7.855	4.091	-	-	7.583	3.934
Luxemburgo Incorporadora SPE Ltda.	[15]	-	-	235	257	-	-	235	257
Radio Itatiaia Ltda.	[19]	-	-	939	-	-	-	939	-
Novus Mídia S.A.	[19]	-	-	194	-	-	-	194	-
LOG Commercial Properties e Participações S.A.	[20]	-	-	385	-	-	-	385	-
Lakeside offos, LLC	[16]	-	-	971	116	-	-	-	-
South Tamiami Airport Park, LLC	[17]	-	-	129	-	-	-	-	-

[1] Refere-se a aplicações financeiras com o Banco Inter S.A. e/ou controladas ("Inter"), que é uma empresa controlada pelo acionista controlador da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as aplicações apresentam rendimento de 142,81% do CDI no Consolidado e Individual (73,42% em 31 de dezembro de 2020). **[2]** Refere-se a serviços de construção prestados pela MC para a Companhia e suas investidas e foram registrados na rubrica "Receita de serviços de construção". As transações com a Companhia e a suas controladas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 montam em R$717.820, foram eliminadas no processo de consolidação, remanescendo a receita com controladas em conjunto (nota 22). Desta forma, o saldo remanescente no Individual na rubrica "Fornecedores" refere-se a valor a pagar pela Companhia para a MC. **[3]** Refere-se a serviços administrativos (centro de serviço compartilhado) prestados pela Companhia para a LOG, empresa de *properties* controlada pelo acionista controlador da Companhia, para a controlada Urba e para as controladas em conjunto MRL e Prime com base na quantidade de operações (entrada de notas fiscais e pagamentos). **[4]** A Companhia presta serviços de construção para esta parte relacionada. A receita é calculada à taxa de 15% sobre o custo de obra incorrido. **[5]** Refere-se ao "prêmio de preferência" pago à Companhia de 25% sobre a receita de crédito obtida pelo banco referente às faturas de fornecedores descontados junto ao mesmo. **[6]** Refere-se a aportes operacionais da Companhia em investidas, proporcional à sua participação em cada empreendimento, para viabilizar os projetos e serão recebidos à medida em que houver retorno do fluxo de caixa investido em cada projeto. No saldo Consolidado, os valores remanescentes são referentes aos aportes em coligadas. Estes saldos não possuem vencimentos pré-determinados e atualizações. **[7]** Operações de crédito efetuadas principalmente com o objetivo de viabilizar a fase inicial dos empreendimentos, em função das relações comerciais mantidas com as partes para o desenvolvimento das atividades de incorporação imobiliária. Os saldos destas operações não possuem vencimentos pré-determinados e, em 31 de dezembro de 2021, R$22.722 no Consolidado e R$21.209 no Individual (R$24.888 no Consolidado e R$23.642 no Individual em 31 de dezembro de 2020), têm rendimentos calculados substancialmente conforme o Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescidos de taxa pré-fixada de 2,98% a 4% a.a., no Consolidado e Individual (2,8% a 4% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Os saldos a receber de parceiros em empreendimentos contemplam provisão para risco de crédito no valor de R$11.630 em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. **[8]** Refere-se a saldos a receber de aportes de capital e outras transações entre empresas do grupo e outras partes relacionadas. Estes saldos não têm incidência de encargos e são recebíveis de imediato após a cobrança ser feita pela Companhia. **[9]** Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia alienou as quotas da MRV PRIME LII INCORPORAÇÕES SPE LTDA. para o acionista controlador, pelo valor de R$39.783, a ser pago em setenta e duas parcelas mensais e consecutivas, no valor de R$553 cada, a partir de fevereiro de 2020. A referida SPE possui como ativo o terreno onde está sendo construída a arena multiuso do Clube Atlético Mineiro. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo a receber inclui ajuste a valor presente de R$2.339 (R$3.560 em 31 de dezembro de 2020) e a receita reconhecida refere-se à realização do mesmo. **[10]** Refere-se a contrato de serviços advocatícios por entidade que tem como sócio administrador o conselheiro fiscal da Companhia Thiago da Costa e Silva Lott. **[11]** Em julho de 2018, a Companhia adquiriu participação societária da subsidiária MRV LOG MDI SJC I Incorporações SPE Ltda. ("LOG SJC Sony") através de sua controlada MRV MRL CAMP NOU Incorporações e Participações Ltda. O contrato determina pagamentos em duas tranches conforme detalhado abaixo: I. R$10.800 referentes a 10,81% da participação societária, pagos em 24 parcelas mensais de R$450 cada, sendo a primeira paga após a aprovação do loteamento pela prefeitura, evento ocorrido em julho de 2018; e II. R$25.523 (R$24.200 mais atualização pelo IPCA) referentes a 24,22% da participação societária, que estão sendo pagos em 48 parcelas mensais de R$532 cada, sendo a primeira paga após aprovação da alteração do zoneamento de parte da área de industrial para residencial pela prefeitura, evento ocorrido no quarto trimestre de 2019. **[12]** Refere-se a valores recebidos de investidas que serão refletidos no investimento da Companhia nestas SPEs após a conclusão do processo formal de redução de capital das mesmas. No saldo Consolidado, os valores remanescentes são referentes a saldos com coligadas. Estes saldos não possuem vencimentos pré-determinados e atualizações. **[13]** Referem-se a valores aportados por controladas em conjunto e parceiros em investidas controladas pela Companhia para viabilizarem os empreendimentos, e serão restituídos à medida em que os empreendimentos atingirem sobras de caixa e possibilitarem a distribuição dos recursos inicialmente aportados. Estes saldos não possuem vencimentos pré-determinados e atualizações. **[14]** Refere-se a contratos de arrendamento referente à sede da Companhia e da controlada Urba Desenvolvimento Urbano S.A. Estas empresas têm como sócios: acionistas, executivos e conselheiros da Companhia. Os contratos têm vigência até 28 de fevereiro de 2036, incluindo prorrogação do prazo, reajustáveis pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) e a partir da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16, o reconhecimento dos contratos passou a ser através de arrendamento e não mais como aluguel. Em 31 de dezembro de 2021 estabelecem pagamento total mensal (bruto de tributos) de R$660 (R$619 em 31 de dezembro de 2020). As controladas em conjuntos MRL e Prime mantêm contrato de aluguel referente a salas comerciais e vagas de garagens junto à Conedi. O contrato de locação é reajustável pelo IPCA, e em 31 de dezembro de 2021, estabelece pagamento mensal total de R$6 (R$6 em 31 de dezembro de 2020). As despesas registradas no resultado destas controladas em conjunto, líquidas de crédito de PIS e COFINS, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, foram de R$77 (R$64 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). **[15]** A Companhia contratou serviços de hotelaria junto ao Hotel Ramada Encore Luxemburgo, ativo detido pela Luxemburgo Administradora de Imóveis Ltda., empresa ligada a acionistas e pessoal chave da Administração da Companhia. **[16]** Refere-se a contrato de arrendamento referente à sede da controlada AHS Residential. Esta empresa tem como sócio o acionista controlador da Companhia. O contrato tem vigência até 01 de janeiro de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 estabelece pagamento total mensal de US$15. **[17]** Refere-se a contrato referente a um depósito alugado pela controlada AHS Residential. Esta empresa tem como sócio o acionista controlador da Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 estabelece pagamento total mensal de US$2. **[18]** Contraprestação contingente decorrente da operação de aquisição da controlada AHS Residential, conforme nota 30. Todos os demais valores e condições envolvidos na operação de aquisição estão detalhados na referida nota. **[19]** Refere-se a serviços de propaganda e publicidade contratados junto a veículos de imprensa ligados ao acionista controlador da Companhia. **[20]** Refere-se a contrato de aluguel de galpão no empreendimento LOG Commercial Properties e Participações S.A., empresa de properties controlada pelo acionista controlador da Companhia. **[21]** Refere-se à compra de participação societária na Cabral Investimentos SPE Ltda. ("Cabral") concluída em dezembro de 2021. O contrato estabelece pagamento de 12 parcelas de R$533 cada, atualizadas pelo INCC. A receita refere-se à ganho por compra vantajosa. **[22]** Refere-se a aquisições de terrenos para os quais o fornecedor realizou antecipação de recebíveis junto ao Banco Inter S.A., tornando-se assim o credor destas operações. **Notas:** • As operações de mútuo com partes relacionadas são efetuadas com controladas e parceiros em empreendimentos, com base em condições negociadas entre as partes. Como a Companhia não realiza transações equivalentes com partes independentes, não há comprovação de que estas operações gerariam o mesmo resultado, caso tivessem sido realizadas com partes não relacionadas. • Os acionistas da Companhia, Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez e Rubens Menin Teixeira de Souza, celebraram contrato de não concorrência com a Companhia, por meio do qual se obrigam a não desenvolver qualquer atividade no Brasil ligada ao setor de construção civil fora da Companhia por até dois anos após o eventual desligamento como acionista. Suas atividades no setor estão, portanto, circunscritas à Companhia. • Em 18 de agosto de 2020, a Companhia celebrou um Acordo Operacional com sua controlada Urba Desenvolvimento Urbano S.A., com o intuito de disciplinar a parceria entre ambas, estabelecendo os princípios que deverão nortear seu relacionamento operacional e comercial, no entanto, sem afetar o curso normal dos negócios e atividades desenvolvidas pela Urba ou pela Companhia de forma independente ("Acordo Operacional"). Remuneração do pessoal-chave - Com base no CPC 05 / IAS 24, que trata das divulgações sobre partes relacionadas, a Companhia considera pessoal-chave de sua Administração os membros do Conselho de Administração e os administradores eleitos pelo Conselho de Administração, em consonância com o Estatuto da Companhia, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades da Companhia.

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Benefícios de curto prazo a administradores:				
Honorários da administração (*)	38.936	34.439	19.604	19.921
Participação nos lucros e resultados	9.730	7.774	8.730	7.429
Benefícios assistenciais	606	522	501	474
Benefícios de longo prazo a administradores:				
Previdência privada	763	719	692	666
Plano de opção de ações	8.098	6.070	7.401	5.722
	58.133	49.524	36.928	34.212

(*) Não inclui a contribuição patronal à seguridade social na alíquota de 20%. O Consolidado inclui honorários das controladas AHS e Urba. Em 23 de abril de 2021, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global da Administração da Companhia no valor de R$39.607. Além dos benefícios demonstrados acima, não são garantidos outros benefícios como pós-emprego e de rescisão de contrato de trabalho.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é de R$4.615.171 (R$4.609.424 em 31 de dezembro de 2020), representado por 482.875 mil ações ordinárias conforme demonstrado a seguir:

Acionistas	31/12/21 Ordinárias	31/12/21 %	31/12/20 Ordinárias	31/12/20 %
Rubens Menin Teixeira de Souza (controlador)	182.208	37,7	182.334	37,8
Administradores	5.779	1,2	6.009	1,2
Conselho fiscal e comitês executivos	262	0,1	196	-
Ações em tesouraria	1	-	1	-
Outros acionistas	294.625	61,0	293.414	61,0
Total	482.875	100,0	481.954	100,0

(Quantidade (em milhares) de ações em)

De acordo com o parágrafo 5º do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias. Cada ação confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia. De acordo com o Estatuto Social e com o Contrato de Participação no Novo Mercado, a Companhia não poderá emitir ação sem direito a voto ou com direito de voto restrito ou partes beneficiárias. De acordo com o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, o capital social poderá ser aumentado, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$7.000.000 (sete bilhões de reais), incluídas as ações já emitidas, sem guardar proporção entre as ações já existentes. Respeitando tal limite, a Companhia poderá emitir ações ordinárias, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição. Qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado deverá ser aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral (AG). Cada ação ordinária é indivisível, conferindo ao seu titular o direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais de acionistas. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Assembleia Geral de Acionistas (AG), aprovou os seguintes aumentos de capital, conforme segue:

Data da aprovação	Número de ações	Preço unitário	Valor total do aumento (redução) de capital	Valor do capital após aumento (redução) de capital	Total de ações após a emissão
Exercício findo em 31 de dezembro de 2021:	(mil)	R$	R$mil	R$mil	(mil)
07/01/21 Aumento de capital	921	-	5.747	4.615.171	482.875
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020:					
31/01/20 Efeito da incorporação da MDI (*)	37.287	-	326.338	4.609.424	481.954
17/01/20 Aumento de capital	528	-	956	4.283.086	444.667

(*) O valor do aumento de capital, conforme atos societários, é de R$685.700, representado pelo valor justo dos ativos da MDI antes da incorporação. Em decorrência da operação envolver sociedades sob controle comum, os ativos foram incorporados considerando seu custo histórico. (b) Ações em tesouraria : Em 31 de agosto de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o novo programa de recompra de ações da Companhia, que deverá ser liquidado até 03 de março de 2023, na quantidade máxima de 24,1 milhões de ações, no universo das ações em circulação, sem redução do capital social, mediante a utilização de recursos de reserva de lucros ou de capital disponíveis, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas e/ou transferência para beneficiários dos planos de outorga de opções de ações da Companhia. Em 16 de março de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração, programa de recompra de ações da Companhia, liquidado até 15 de setembro de 2021, na quantidade máxima de 15 milhões de ações, no universo das ações em circulação, sem redução do capital social, mediante a utilização de recursos de reserva de lucros ou de capital disponíveis, com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas e/ou transferência para beneficiários dos planos de outorga de opções de ações da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram transferidas 317 mil ações para beneficiários do plano de outorga de opções de ações da Companhia. Não houve movimentação de ações em tesouraria no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, conforme demonstrado abaixo:

Espécie	Quantidade (mil) Saldo inicial	Adquiridas	Transferidas	Saldo final	R$ Valor de mercado (*)
Exercício 2021:					
Ações ordinárias	1	-	-	1	12
Exercício 2020:					
Ações ordinárias	318	-	(317)	1	19

(*) Valor de mercado das ações remanescentes em tesouraria em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi transferida uma perda líquida de R$2.772 da rubrica de ações em tesouraria para a rubrica de reserva de retenção de lucros referentes a transferências das ações da Companhia para beneficiários do plano de opções de ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a controlada Urba Desenvolvimento Urbano S.A., transferiu 967 mil ações de sua própria emissão para novos acionistas minoritários, pelo valor total de R$1.570 (258 mil ações pelo valor de R$258 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). A Companhia registrou o efeito reflexo desta transação, no valor de R$732, nas rubricas "Ações em tesouraria" na demonstração das mutações do patrimônio líquido, conforme sua respectiva participação acionária. (c) Reservas de capital: Os saldos das reservas de capital são decorrentes de gastos com emissão de ações relacionados com ofertas públicas de ações e de opções de ações outorgadas a executivos e empregados da Companhia, conforme item (e) abaixo. Nos termos do art. 200 da Lei das Sociedades por Ações e considerando o Estatuto Social da Companhia, esta poderá utilizar as reservas de capital para absorção de prejuízos, resgate, reembolso ou compra de ações e incorporação ao capital social. (d) Reservas de lucro: *Reserva legal* - A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R$40.247 (R$27.507 em 31 de dezembro de 2020), equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. *Reserva de retenção de lucros* - Conforme item (e), parágrafo 3º do artigo 38 do Estatuto Social, esta reserva tem o objetivo de atender às necessidades de recursos para investimentos futuros, principalmente para capital de giro, aquisição de terrenos, investimento em ativo imobilizado, intangível e pagamento de juros, de acordo com o orçamento de capital a ser apresentado para aprovação da Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração propôs para aprovação da *Assembleia Geral* a destinação do saldo remanescente total de lucros acumulados, no montante de R$573.524, para a reserva de retenção de lucros. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 23 de abril de 2021, foi aprovada a destinação dos lucros remanescentes de 2020, no montante de R$313.580, para esta reserva. (e) Plano de opções de ações: O Conselho de Administração da Companhia cria periodicamente Programas de Opção de Ações, onde são definidos o número de ações que os beneficiários terão direito de subscrever com o exercício da opção, o preço de subscrição, o prazo máximo para exercício da opção, normas sobre transferência de opções e quaisquer restrições às ações recebidas pelo exercício da opção. O preço de emissão das ações a serem subscritas pelos integrantes do plano, em decorrência do exercício da opção, será equivalente à média dos 30 (trinta) pregões anteriores à data da concessão ("preço de exercício"). Os executivos e empregados da Companhia, inclusive de controladas, direta ou indiretamente, poderão ser habilitados a participar do referido plano. Caso o contrato de trabalho ou o mandato do colaborador venha a cessar em razão: (a) de, respectivamente, pedido de demissão ou renúncia; ou (b) demissão (com ou sem justa causa) ou destituição (com ou sem justo motivo), obedecida, conforme for o caso, a definição de justo motivo prevista na legislação societária ou de justa causa prevista na legislação trabalhista, o que for aplicável, as opções cujo direito de exercício: (i) não tenham sido adquiridas, até tal data, serão canceladas; e (ii) as que já tenham sido adquiridas até tal data, poderão ser exercidas em até 90 dias, contados da data de término do respectivo contrato de trabalho ou mandato, mediante notificação por escrito enviada ao presidente do Conselho de Administração da Companhia, sendo que, após tal prazo, serão canceladas. Em caso de morte do beneficiário, seus sucessores terão o direito de exercer eventuais opções não exercidas, independentemente da observância de períodos de restrição à venda de ações no âmbito do Programa e mesmo que o direito ao exercício ainda não tenha sido adquirido, imediatamente e pelo prazo de exercício previsto no respectivo programa, sendo que o número de ações a que os sucessores do beneficiário fazem jus será calculado pro rata de acordo com o plano. Os acionistas da Companhia, nos termos do art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não têm preferência no exercício da opção de compra de ações. Em 28 de outubro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração: i) o cancelamento dos Programas 13 e 14 de outorga de opções de compra de ações da Companhia, primeiro e segundo programas do Plano III, respectivamente; ii) a criação do Programa 15 de outorga de opções de compra de ações da Companhia. O limite de outorga para este Programa será de 3.200.000 (três milhões e duzentas mil) opções, cujo preço de exercício será R$12,35. O valor justo da opção mediante o modelo de valorização de opções Black & Scholes foi de R$7,65; iii) a criação do Programa 16 de outorga de opções de compra de ações da Companhia. O limite de outorga para este Programa será de 2.337.000 (duas milhões e trezentas e trinta e sete mil) opções, cujo preço de exercício será R$12,35. O valor justo da opção mediante o modelo de valorização de opções Black & Scholes foi de R$4,97. Em 02 de setembro de 2021, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Urba Desenvolvimento Urbano S.A, a criação do Programa 2 do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações. O limite de outorga para este Programa é de 686.550 (seiscentos e oitenta e seis mil e quinhentas e cinquenta) opções, cujo preço de exercício será de R$1,49. O valor justo da opção mediante o modelo de valorização de opções Black & Scholes foi de R$1,15.

continua... 5/7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As principais características dos programas do plano de outorga são como segue:

Programa	Plano	Aprovação	Opções (mil)	Período de Vesting	Preço de exercício	Participantes	Prazo final de exercício
6	I	14/10/14	1.512	Até 5 anos	R$ 6,50	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/21
7	I	01/06/15	1.454	Até 5 anos	R$ 6,84	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/22
8	I	01/07/16	1.538	Até 5 anos	R$ 10,42	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/23
9	I	01/06/17	1.511	Até 5 anos	R$ 14,80	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/24
10	II	25/05/18	1.853	Até 5 anos	R$ 14,52	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/25
11	II	05/06/19	2.352	Até 5 anos	R$ 15,51	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/26
12	II	30/04/20	2.226	Até 5 anos	R$ 12,73	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/27
15	III	28/10/21	3.200	Até 10 anos	R$ 12,35	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/33
16	III	28/10/21	2.340	Até 5 anos	R$ 12,35	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/28
1 - Urba	I	31/08/20	2.997	Até 5 anos	R$ 1,34	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/27
2 - Urba	I	02/09/21	687	Até 5 anos	R$ 1,49	Diretores, gestores e colaboradores-chave	12/28

A movimentação das opções de cada programa da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e informações complementares são demonstradas como segue:

Programa	Quantidade de colaboradores	Movimentação 2021 (Ações mil) Saldo inicial	Concedidas	Prescritas / canceladas	Exercidas	Saldo final
6	-	351	-	-	(351)	-
7	11	551	-	-	-	**551**
8	23	848	-	-	(1)	**847**
9	60	1.290	-	(27)	(6)	**1.257**
10	69	1.666	-	(34)	(1)	**1.631**
11	73	2.282	-	(53)	-	**2.229**
12	66	2.208	-	(50)	-	**2.158**
15	7	-	3.200	-	-	**3.200**
16	69	-	2.340	-	-	**2.340**
		9.196	5.540	(164)	(359)	**14.213**
Preço médio ponderado das opções		13,23	12,35	14,34	6,66	**13,04**

Programa	Quantidade de colaboradores	Movimentação 2020 (Ações mil) Saldo inicial	Concedidas	Prescritas / canceladas	Exercidas	Saldo final
6	11	492	-	-	(141)	351
7	18	639	-	-	(88)	551
8	58	1.325	19	(33)	(463)	848
9	70	1.411	14	(43)	(92)	1.290
10	78	1.790	-	(30)	(94)	1.666
11	81	2.338	-	(26)	(30)	2.282
12	72	-	2.226	(5)	(13)	2.208
		7.995	2.259	(137)	(921)	9.196
Preço médio ponderado das opções		13,07	12,72	13,75	10,53	13,23

Programa	Outras informações Número de ações exercíveis (mil)	Custo das opções no período	Custo das opções a ser reconhecido	Período remanescente do custo das opções (em anos)	Vida contratual remanescente (em anos)
6	-	-	-	-	-
7	550	-	-	-	1,0
8	842	-	-	-	2,0
9	1.262	1.258	-	-	3,0
10	288	1.568	1.452	1,0	4,0
11	304	2.146	3.747	2,0	5,0
12	205	3.465	8.310	3,0	6,0
15	160	1.823	20.221	9,1	12,1
16	234	1.612	8.833	4,1	7,1
1 - Urba	288	839	1.964	3,0	6,0
2 - Urba	28	96	611	4,1	7,1
2021	**4.161**	**12.807**	**45.138**	**9,3**	**12,7**
2020	2.595	10.142	24.748	3,4	5,6

O preço médio ponderado de mercado das ações exercidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, considerando a data de cada exercício, foi de R$11,44 (R$19,43 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Os custos das opções de ações provenientes de controladas e controladas em conjunto, reconhecidos de forma reflexa, foram de R$595 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R$249 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram recebidos R$761 referentes a 317 mil opções exercidas em 2020, e foram entregues 317 mil ações ordinárias, que se encontravam em tesouraria, conforme letra (b) acima. A Companhia registra nas demonstrações financeiras o custo das opções de ações emitidas com base no seu valor justo. Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black & Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

Programa	6	7	8	9	10	11	12	15	16	1 - Urba	2 - Urba
Preço de exercício	R$ 6,50	R$ 6,84	R$ 10,42	R$ 14,80	R$ 14,52	R$ 15,51	R$ 12,73	R$ 12,35	R$ 12,35	R$ 1,34	R$ 1,49
Taxa livre de risco	11,34%	12,60%	11,04%	10,54%	10,28%	7,82%	7,11%	12,00%	11,82%	7,11%	8,27%
Duração do exercício em anos	7	7	7	8	8	8	8	12	7	8	8
Volatilidade anualizada esperada	58,67%	56,84%	55,14%	53,20%	36,47%	33,39%	40,75%	42,90%	43,40%	42,14%	42,49%
Dividendos esperados	5%	5%	5%	5%	5%	5%	0%	0%	0%	0%	0%
Valor justo da opção na data de outorga por ação	R$ 4,00	R$ 3,56	R$ 4,97	R$ 5,35	R$ 5,05	R$ 4,98	R$ 7,43	R$ 7,65	R$ 4,97	R$ 1,20	R$ 1,15

A volatilidade esperada foi calculada pelo histórico da Companhia até a data do início de cada plano. A taxa de juros livre de risco foi baseada na projeção anualizada do DI, considerando o prazo esperado de exercício das opções outorgadas, na data de início de cada plano. O quadro a seguir demonstra os planos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e da controlada Urba, e o percentual de concessão de cada um:

Planos	Aprovação	Opções aprovadas	Opções concedidas	Percentual concedido
I	02/04/07	24.098	21.113	87,61%
II	19/04/18	6.500	6.421	98,78%
III	21/12/20	8.200	5.540	67,56%
I - Urba	14/08/20	5.000	3.549	70,98%

Em 31 de dezembro de 2021, caso todas as opções atualmente outorgadas fossem exercidas, a Companhia emitiria 14.213 mil ações, o que representaria uma diluição de 2,86% em relação ao total de ações da Companhia de 482.875 mil.
(f) Dividendos: *Mínimo obrigatório e adicional proposto* - De acordo com o Estatuto Social da Companhia e com a Lei das Sociedades por Ações, é conferido aos titulares de ações de emissão da Companhia direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições realizadas relativamente às ações de emissão da Companhia, na proporção de suas participações no capital social. Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, que poderá ser diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição de reserva legal; (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da reserva de lucros a realizar formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso II da Lei das Sociedade por Ações. Conforme proposta da Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os dividendos mínimos obrigatórios de 2021 (os de 2020 são apresentados para fins comparativos) são como segue:

	2021	2020
Lucro do exercício	**804.945**	550.140
Reserva legal - 5% do lucro do exercício	**(40.247)**	(27.507)
Lucro disponível para distribuição	**764.698**	522.633
Dividendos propostos:		
- Mínimo obrigatório - 25% do lucro disponível para distribuição	**191.174**	130.658
- Adicional - 15% do lucro disponível para distribuição	-	78.395
Totais	**191.174**	209.053
Quantidade de ações ordinárias na data do balanço - líquido de ações em tesouraria – mil	**482.874**	481.953
Dividendos propostos por ação:		
- Mínimos obrigatórios - R$	**0,3959**	0,2711
- Adicional - R$	-	0,1627
Totais - R$	**0,3959**	0,4338

Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2020, no valor de R$130.658, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) no dia 23 de abril de 2021 e foram pagos no dia 11 de maio de 2021, sendo R$0,27058506 por ação, sem correção monetária, conforme a posição acionária do dia 29 de abril de 2021. Os dividendos adicionais propostos do exercício de 2020, no valor de R$78.395, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) no dia 23 de abril de 2021 e foram pagos no dia 16 de dezembro de 2021, sendo R$0,16235104 por ação. Os dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019, no valor de R$163.933, foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) no dia 16 de abril de 2020 e pagos no dia 23 de outubro de 2020, sendo R$0,34014373 por ação, sem correção monetária, conforme a posição acionária do dia 13 de outubro de 2020. *Extraordinários*: Em 13 de janeiro de 2021, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos extraordinários no valor de R$100.000, à conta de Lucros do exercício de 2019, os quais foram pagos no dia 28 de janeiro de 2021, sendo R$0,207093497 por ação, conforme posição acionária do dia 18 de janeiro de 2021. (g) Participações não controladoras

	Consolidado 2021	2020
Saldo no início do exercício	**361.254**	267.019
Efeito da operação de aquisição (nota 30)	-	41.517
Transações de capital	**5.577**	12.776
Aportes (distribuições) líquidas a acionistas não controladores	**(35.002)**	(28.374)
Ajuste de conversão de moedas	**5.972**	10.812
Variação das participações indiretas	**44.459**	-
Reflexo da reserva de hedge de fluxo de caixa em controlada	-	361
Reflexo de retificação de erro em controlada	-	(13.709)
Participação nos lucros do exercício	**97.732**	70.852
Saldo no fim do exercício	**479.992**	361.254

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as alterações de participações societárias da Companhia em controladas geraram um aumento de acionistas não controladores de R$5.577 e um ganho de R$1.410 para os acionistas da Controladora (aumento de acionistas não controladores de R$12.776 e uma perda líquida de R$9.471 para os acionistas da Controladora, para o mesmo período de 2020) registradas diretamente no patrimônio líquido. (h) Lucro por ação: O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Consolidado e Individual 2021	2020
Lucro básico por ação:		
Lucro líquido do exercício	**804.945**	550.140
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	**482.859**	478.865
Lucro por ação básico - em R$	**1,66704**	1,14884
Lucro diluído por ação:		
Lucro líquido do exercício	**804.945**	550.140
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (milhares de ações)	**482.859**	478.865
Efeito diluidor das opções de compra de ações (milhares de ações)	**2.215**	2.358
Total de ações após efeito diluidor (mil)	**485.074**	481.223
Lucro por ação diluído - em R$	**1,65943**	1,14321

(i) Ajustes de conversão de moeda: Os saldos são decorrentes essencialmente da conversão das demonstrações financeiras da controlada no exterior MRV (US) Holdings Corporation, que possui como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos, para a moeda de apresentação do Grupo, conforme descrito na nota 2.2 (s).

21. Informação por segmento

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelo Conselho de Administração, diferenciação dos produtos e localização geográfica. Foram identificados quatro segmentos operacionais, os quais são gerenciados separadamente, como segue: i. Incorporação imobiliária: segmento responsável pela incorporação, construção e comercialização de imóveis próprios ou de terceiros. O desenvolvimento e a construção dos empreendimentos são realizados diretamente pela Companhia, controladas, controladas em conjunto e coligadas; ii. Locação de imóveis residenciais: este segmento é responsável pela incorporação e locação de imóveis residenciais próximos a centros urbanos e prestação de diversos outros serviços de atendimento e facilitação para o locatário. O Grupo tem como estratégia desenvolver os empreendimentos (mediante construção de ativos próprios), disponibilizá-los para locação e, a depender das condições de mercado, venda dos empreendimentos. No Brasil, este segmento é subdividido e operado pela linha de negócios "Luggo" e, nos Estados Unidos, pela controlada indireta AHS Residential. iii. Loteamento: divisão responsável pelo desenvolvimento e comercialização de lotes urbanos residenciais e comerciais. O segmento de locação de imóveis residenciais foi segregado entre "Estados Unidos (EUA)" e "Brasil" por estarem inseridos em ambientes e características econômicas diferentes e possuírem diferentes gestores. A composição patrimonial do Grupo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 e do resultado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, segregado por segmentos operacionais são conforme segue:

31/12/21	Incorporação imobiliária	Locação de imóveis residenciais EUA	Locação de imóveis residenciais Brasil	Loteamento	Consolidado
Ativo					
Caixa, equivalentes de caixa e TVM	2.167.017	448.968	85.568	48.314	2.749.867
Clientes	3.627.896	1.602	15.410	271.135	3.916.043
Estoques	8.865.443	-	1.819	299.612	9.166.874
Propriedades para investimento (PPI)	-	2.024.455	294.625	-	2.319.080
PPI - Ativos não circulantes mantidos para venda (AMV)	-	174.134	-	-	174.134
Outros ativos	1.628.670	176.997	9.402	83.892	1.898.961
Total do ativo	16.289.026	2.826.156	406.824	702.953	20.224.959
Passivo e patrimônio líquido					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.778.998	1.238.670	73.002	142.107	5.232.777
Empréstimos, financiamentos e debêntures - AMV	-	131.142	-	-	131.142
Contas a pagar por aquisição de terrenos	4.583.482	-	5.704	209.601	4.798.787
Adiantamento de clientes	545.719	-	2.706	8.307	556.732
Outros passivos	2.392.479	404.596	31.086	77.862	2.906.023
Total do passivo	11.300.678	1.774.408	112.498	437.877	13.625.461
Ativos líquidos do segmento operacional	4.988.348	1.051.748	294.326	265.076	6.599.498
Total do passivo e patrimônio líquido	16.289.026	2.826.156	406.824	702.953	20.224.959

31/12/20	Incorporação imobiliária	Locação de imóvel residenciais EUA	Locação de imóvel residenciais Brasil	Loteamento	Consolidado
Ativo					
Caixa, equivalentes de caixa e TVM	2.506.560	152.263	12.850	22.960	2.694.633
Clientes	3.310.137	2.973	-	171.806	3.484.916
Estoques	8.322.724	-	2.244	276.891	8.601.859
Propriedades para investimento (PPI)	-	1.611.367	186.593	-	1.797.960
PPI - Ativos não circulantes mantidos para venda (AMV)	-	-	-	-	-
Outros ativos	1.345.334	80.517	5.787	51.009	1.482.647
Total do ativo	15.484.755	1.847.120	207.474	522.666	18.062.015
Passivo e patrimônio líquido					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.256.791	1.232.215	-	162.525	4.651.531
Empréstimos, financiamentos e debêntures - AMV	-	-	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de terrenos	4.586.570	-	7.268	220.273	4.814.111
Adiantamento de clientes	611.075	-	2.706	875	614.656
Outros passivos	1.795.499	108.767	9.064	33.802	1.947.132
Total do passivo	10.249.935	1.340.982	19.038	417.475	12.027.430
Ativos líquidos do segmento operacional	5.234.820	506.138	188.436	105.191	6.034.585
Total do passivo e patrimônio líquido	15.484.755	1.847.120	207.474	522.666	18.062.015

2021	Incorporação imobiliária	Locação de imóveis residenciais EUA	Locação de imóveis residenciais Brasil	Loteamento	Consolidado
Receita operacional líquida	6.852.011	76.503	1.082	188.804	7.118.400
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	(5.114.254)	(44.171)	(607)	(118.324)	(5.277.356)
Lucro bruto	1.737.757	32.332	475	70.480	1.841.044
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(999.233)	(99.874)	(3.621)	(42.971)	(1.145.699)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(113.591)	591.061	25.290	(4.447)	498.313
Resultado de equivalência patrimonial	(62.721)	-	-	10.372	(52.349)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	562.212	523.519	22.144	33.434	1.141.309
Resultado financeiro	51.122	(15.319)	(158)	3.120	38.765
Resultado antes do IR e CS	613.334	508.200	21.986	36.554	1.180.074
Imposto de renda e contribuição social	(138.403)	(132.191)	(2)	(6.801)	(277.397)
Resultado líquido do exercício	474.931	376.009	21.984	29.753	902.677

2020	Incorporação imobiliária	Locação de imóveis residenciais EUA	Locação de imóveis residenciais Brasil	Loteamento	Consolidado
Receita operacional líquida	6.491.233	66.132	-	88.994	6.646.359
Custo dos imóveis vendidos e serviços prestados	(4.661.068)	(56.490)	-	(54.463)	(4.772.021)
Lucro bruto	1.830.165	9.642	-	34.531	1.874.338
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(1.006.696)	(47.480)	(4.697)	(23.798)	(1.082.671)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(121.188)	97.130	(6.217)	(916)	(31.191)
Resultado de equivalência patrimonial	(48.863)	-	-	2.122	(46.741)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	653.418	59.292	(10.914)	11.939	713.735
Resultado financeiro	84.107	(39.713)	36	2.582	47.012
Resultado antes do IR e CS	737.525	19.579	(10.878)	14.521	760.747
Imposto de renda e contribuição social	(136.749)	-	-	(3.006)	(139.755)
Resultado líquido do exercício	600.776	19.579	(10.878)	11.515	620.992

22. Receita operacional líquida

A seguir é demonstrada a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Receita operacional bruta				
Incorporação imobiliária e loteamento	**7.732.389**	7.396.258	**4.148.222**	4.137.016
Unidades imobiliárias permutadas	**30.212**	39.584	**7.853**	15.636
Locação e administração de imóveis residenciais	**77.911**	66.132	**1.408**	-
Receitas de serviços de construção (nota 19 [2])	**3.516**	2.096	-	-
Distratos	**(502.645)**	(605.648)	**(262.829)**	(299.479)
Provisão para risco de crédito	**(73.265)**	(107.756)	**(33.607)**	(54.711)
	7.268.118	6.790.667	**3.861.047**	3.798.462
Impostos sobre as vendas	**(149.718)**	(144.308)	**(77.728)**	(78.628)
Receita operacional líquida	**7.118.400**	6.646.359	**3.783.319**	3.719.834

Os valores referentes às unidades em construção registrados no Consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como segue:

	Consolidado 2021	2020
Receita líquida proveniente de unidades em construção	**6.457.792**	5.772.172
Custos dos imóveis vendidos em construção	**(4.729.717)**	(4.116.601)
Lucro bruto reconhecido	**1.728.075**	1.655.571

Os valores dos adiantamentos recebidos para os contratos em andamento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são de R$181.843 e R$156.333, respectivamente. Os critérios e práticas contábeis no reconhecimento de receitas estão descritos na nota 2.2 (a). O tratamento contábil para distratos de contratos de promessa de compra e venda está descrito nas notas 2.2 (a) e 6.

23. Custos e despesas operacionais

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados:				
Encargos financeiros (nota 12 (e))	**(148.220)**	(181.173)	**(86.112)**	(104.244)
Custo de locação e administração de imóveis	**(44.778)**	(56.490)	**(607)**	-
Custos de terrenos, construção e manutenção	**(5.084.358)**	(4.534.358)	**(2.803.393)**	(2.542.482)
Total custo dos imóveis vendidos e dos serviços prestados	**(5.277.356)**	(4.772.021)	**(2.892.112)**	(2.646.726)
Despesas com vendas, gerais e administrativas:				
Salários, encargos e benefícios	**(413.845)**	(352.968)	**(263.377)**	(254.651)
Honorários da administração	**(38.936)**	(34.439)	**(19.604)**	(19.921)
Participação no resultado de funcionários e administradores	**(32.687)**	(30.329)	**(21.485)**	(23.954)
Plano de ações	**(12.807)**	(10.142)	**(11.872)**	(9.698)
Comissões e corretagens	**(161.972)**	(151.507)	**(83.659)**	(81.980)
Consultorias e serviços	**(114.747)**	(99.237)	**(101.217)**	(83.260)
Propaganda e publicidade	**(142.774)**	(150.464)	**(95.877)**	(102.622)
Utilidades	**(11.129)**	(11.400)	**(8.846)**	(8.982)
Depreciação e amortização	**(61.503)**	(53.766)	**(52.188)**	(43.392)
Treinamentos	**(4.898)**	(2.758)	**(1.121)**	(2.027)
Outras	**(150.401)**	(155.661)	**(129.484)**	(152.893)
Total despesas com vendas, gerais e administrativas	**(1.145.699)**	(1.082.671)	**(788.730)**	(783.780)
Classificadas como:				
Despesas com vendas	**(642.309)**	(649.261)	**(418.365)**	(424.605)
Despesas gerais e administrativas	**(503.390)**	(433.410)	**(370.365)**	(359.175)
	(1.145.699)	(1.082.671)	**(788.730)**	(783.780)

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:				
Contingências	**(52.727)**	(50.735)	**(33.021)**	(35.592)
Resultado na venda de imobilizado	**(1.462)**	241	**(1.464)**	86
Doações – Instituto MRV	**(6.478)**	(6.044)	**(6.478)**	(6.044)
Lucro na venda de ativos / empreendimentos	**642.246**	88.294	**26.004**	-
Outras:				
Receitas	**16.091**	9.548	**16.886**	9.468
Despesas	**(99.357)**	(72.495)	**(53.820)**	(59.840)
Total outras receitas (despesas) operacionais líquidas	**498.313**	(31.191)	**(51.893)**	(91.922)

24. Despesas e receitas financeiras

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Despesas financeiras:				
Juros de empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 12 (e))	**(94.574)**	(75.418)	**(57.881)**	(44.701)
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	**(81.829)**	4.678	**(81.567)**	4.747
Despesa com venda da carteira	**(12.264)**	-	**(3.515)**	-
Taxas, tarifas e impostos	**(14.620)**	(11.500)	**(7.454)**	(6.424)
Outras despesas financeiras	**(21.244)**	(26.289)	**(20.443)**	(9.281)
	(224.531)	(108.529)	**(170.860)**	(55.659)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	**93.981**	37.872	**83.173**	33.062
Marcação a mercado de instrumentos financeiros derivativos	**10.497**	-	-	-
Juros de contratos de mútuo (nota 19 [7])	**2.084**	1.592	**1.679**	975
Outras receitas financeiras	**34.130**	21.408	**14.681**	15.245
	140.692	60.872	**99.533**	49.282
Receita proveniente de clientes de incorporação imobiliária	**122.604**	94.669	**60.824**	44.364
	263.296	155.541	**160.357**	93.646
Resultado financeiro	**38.765**	47.012	**(10.503)**	37.987

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Gestão do risco de capital: O Grupo administra seu capital para assegurar a continuidade das suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (dívida detalhada na nota 12, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, detalhados nas notas 4 e 5, respectivamente) e pelo patrimônio líquido do Grupo. A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital do Grupo. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento do Grupo. A Administração tem como objetivo manter os índices de endividamento em linha com as exigências de seus contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os índices de endividamento são conforme segue:

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Empréstimos, financiamentos e debêntures	**5.363.919**	4.651.531	**3.471.435**	3.239.635
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	**(2.749.867)**	(2.694.633)	**(1.617.288)**	(1.864.589)
Dívida líquida	**2.614.052**	1.956.898	**1.854.147**	1.375.046
Patrimônio líquido ("PL")	**6.599.498**	6.034.585	**6.119.506**	5.673.331
Dívida líquida / PL	**39,6%**	32,4%	**30,3%**	24,2%

O Grupo não está sujeito a nenhum requerimento externo sobre a dívida, exceto pelas obrigações contratuais descritas na nota 12. (b) Categorias de instrumentos financeiros e valor justo

Consolidado	Nota	31/12/21 Valor contábil	31/12/21 Valor justo	31/12/20 Valor contábil	31/12/20 Valor justo
Ativos financeiros:					
Custo amortizado		**4.924.304**	**4.924.304**	4.599.842	4.599.842
Clientes por incorporação de imóveis	6	3.913.915	3.913.915	3.481.470	3.481.470
Créditos com empresas ligadas		68.227	68.227	60.123	60.123
Caixa e bancos	4	940.034	940.034	1.054.803	1.054.803
Clientes por prestação de serviços	6	2.128	2.128	3.446	3.446
Valor justo por meio do resultado - VJR (obrigatoriamente mensurado) (*)		**1.860.482**	**1.860.482**	1.706.920	1.706.920
Fundos de investimentos restritos	5	1.539.149	1.539.149	1.432.714	1.432.714
Fundos de investimentos não restritos	4	86	86	243	243
Certificados de depósitos bancários (CDB)		2.064	2.064	27.680	27.680
Operações compromissadas	4	-	-	13.324	13.324
Conta escrow e garantia swap	5	188.576	188.576	82.893	82.893
Letras do tesouro dos Estados Unidos	5	2.774	2.774	2.583	2.583
Aplicação vinculada em poupança		76.967	76.967	80.177	80.177
Consórcio imobiliário e outros	5	217	217	216	216
Instrumentos financeiros derivativos (**)		50.649	50.649	67.090	67.090
Passivos financeiros:					
Custo amortizado		**10.854.670**	**10.872.220**	10.094.216	10.084.016
Empréstimos, financiamentos e debêntures		4.679.871	4.697.421	4.398.137	4.387.937
Contas a pagar por aquisição de terrenos	13	4.798.787	4.798.787	4.814.111	4.814.111
Fornecedores		716.428	716.428	467.929	467.929
Contas a pagar por aquisição de investimento		47.635	47.635	19.445	19.445
Outras contas a pagar		611.949	611.949	394.594	394.594
Valor justo por meio do resultado (contabilidade de hedge) (**)		**789.204**	**789.204**	267.103	267.103
Empréstimos, financiamentos e debêntures		684.048	684.048	253.394	253.394
Instrumentos financeiros derivativos	25 (b)	105.156	105.156	13.709	13.709

(*) Ativos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo com mensuração de nível 2, mediante a técnica de fluxos de caixa descontados. De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, esses ativos financeiros foram designados como mensurados a valor justo por meio de resultado (VJR) porque são administrados com base nos seus valores justos e seus desempenhos são monitorados nesta base. (**) Reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo valor justo com mensuração de nível 2, mediante a técnica de fluxos de caixa descontados, conforme metodologia da contabilidade de *hedge*. O valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures foi estimado pela Administração do Grupo, considerando o valor futuro destes na sua data de vencimento pela taxa contratada e descontada a valor presente pela taxa de mercado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020. A Administração entende que os demais instrumentos financeiros, os quais são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores justos. O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para proteção de sua exposição a taxas de juros dos empréstimos, financiamentos e debêntures, ao dólar dos Estados Unidos e flutuação do preço das ações. Tais operações têm como objetivo a proteção patrimonial, minimizando os efeitos de tais mudanças através da substituição das mesmas. Em 31 de dezembro de 2021, a posição dos contratos de swap é como segue:

Tipo de operação	Moeda	Contratação	Ativo / Passivo	Vencimento	Valor nocional	Ponta ativa	Ponta passiva	31/12/21 Valor justo do derivativo	Efeito total acumulado no resultado: Ganho (perda) na operação	Efeito total acumulado no resultado: Marcação a mercado	Outros resultados abrangentes: Marcação a mercado
Swap	R$	03/16	TR + 13,29% / CDI + 2,55%	03/23	2.383	2.470	2.413	6	57	(51)	-
Swap (*)	R$	03/17	IPCA + 8,25% / 132,2% CDI	02/22	80.000	104.634	82.668	22.368	21.966	402	-
Swap (*)	R$	09/17	IPCA + 6,45% / 122,1% CDI	09/24	121.200	155.092	124.291	28.275	30.801	(2.526)	-
Swap (*)	R$	04/21	IPCA + 5,43% / CDI + 1,65%	04/31	403.720	435.111	411.597	(10.003)	23.514	(33.517)	-
Swap	R$	09/21	MRVE3 / CDI + 1,75%	01/23 e 02/23	328.484	293.676	336.981	(49.877)	-	(49.877)	-
Swap (*)	US$	02/20	Dólar + 4% / 76% CDI	02/23	208.487	17.826	9.334	(10.082)	8.492	-	(9.377)
Swap (*)	US$	03/21	Dólar + 3,85% / CDI - 2,94%	02/26	201.600	5.902	2.836	(17.763)	3.066	-	(17.707)
Swap (*)	US$	03/21	Dólar + 3,85% / CDI - 3,20%	02/26	114.900	3.094	1.463	(8.775)	1.631	-	(8.826)
Swap (*)	US$	02/21	Dólar + 3,80% / CDI - 2,16%	02/26	80.759	2.604	1.630	(8.656)	974	-	(8.497)
Swap (**)	US$	11/19	*Libor dólar / 1,60%*	11/29	-	-	-	-	-	(3.075)	-
								(54.507)	90.501	(88.644)	(44.407)

	Consolidado	Individual
Ativo circulante	22.368	22.368
Ativo não circulante	28.281	28.275
Passivo não circulante	105.156	105.156

(*) Derivativos designados como instrumento de hedge, conforme metodologia de contabilidade de *hedge*.
(**) Derivativo resgatado antecipadamente em dezembro de 2021.

2021: Efeito no resultado / outros resultados abrangentes	Consolidado Ganho (perda) na operação	Consolidado Marcação a mercado	Consolidado Total	Individual Ganho (perda) na operação	Individual Marcação a mercado	Individual Total
Efeito no resultado						
Swaps com hedge de valor justo	53.019	(59.589)	(6.570)	53.019	(59.589)	(6.570)
Swaps com hedge de fluxo de caixa	9.570	-	9.570	9.570	-	9.570
Swaps sem hedge	(67)	(39.642)	(39.709)	-	(49.877)	(49.877)
Efeito no resultado	62.522	(99.231)	(36.709)	62.589	(109.466)	(46.877)
Efeito redutor do *hedge*	-	27.899	27.899	-	27.899	27.899
Efeito líquido no resultado	62.522	(71.332)	(8.810)	62.589	(81.567)	(18.978)
Outros resultados abrangentes	-	(53.073)	(53.073)	-	(53.073)	(53.073)

Em 31 de dezembro de 2020, a posição dos contratos de swap é como segue:

Tipo de operação	Moeda	Contratação	Ativo / Passivo	Vencimento	Valor nocional	Ponta ativa	Ponta passiva	31/12/20 Valor justo do derivativo	Efeito total acumulado no resultado: Ganho (perda) na operação	Efeito total acumulado no resultado: Marcação a mercado	Outros resultados abrangentes: Marcação a mercado
Swap	R$	03/16	TR + 13,29% / CDI + 2,55%	03/23	4.307	4.445	4.319	336	126	210	-
Swap (*)	R$	03/17	IPCA + 8,25% / 132,2% CDI	02/22	80.000	94.764	80.746	22.533	14.018	8.515	-
Swap (*)	R$	09/17	IPCA + 6,45% / 122,1% CDI	09/24	121.200	140.506	122.021	33.919	18.485	15.434	-
Swap	US$	02/20	Dólar + 4% / 76% CDI	02/25	47.000	7.712	3.119	10.302	4.593	-	8.666
Swap	US$	11/19	Libor dólar / 1,60%	11/29	35.000	-	-	(13.709)	-	(13.572)	-
								53.381	37.222	10.587	8.666

	Consolidado	Individual
Ativo não circulante	67.090	66.754
Passivo não circulante	13.709	-

(*) Derivativos designados como instrumento de hedge, conforme metodologia de contabilidade de *hedge*.

2020: Efeito no resultado	Consolidado Ganho na operação	Consolidado Marcação a mercado	Consolidado Total	Individual Ganho na operação	Individual Marcação a mercado	Individual Total
Efeito no resultado						
Swaps com hedge de valor justo	21.275	(614)	20.661	21.324	(491)	20.833
Swaps com hedge de fluxo de caixa	-	(13.572)	(13.572)	-	-	-
Total efeito no resultado	21.275	(14.186)	7.089	21.324	(491)	20.833
Outros resultados abrangentes	-	8.666	8.666	-	8.666	8.666

A mensuração do valor justo destes instrumentos financeiros derivativos é efetuada através do fluxo de caixa descontado às taxas de mercado na data do balanço. Os efeitos no resultado referentes aos derivativos acima mencionados estão registrados na rubrica encargos financeiros e receita financeira conforme sua natureza e finalidade. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o Grupo não possui instrumentos financeiros não contabilizados. Contabilidade de *hedge*: Conforme detalhado na nota 2.2 (e), com o objetivo de representar nas demonstrações financeiras, os efeitos das atividades de gerenciamento de riscos e eliminar o descasamento contábil e a volatilidade do resultado decorrente de mensurar instrumentos financeiros em bases diferentes, o Grupo optou por adotar a contabilidade de *hedge*. Para avaliar se existe uma relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido é realizada uma avaliação qualitativa da efetividade do *hedge* através da comparação dos termos críticos de ambos os instrumentos. O Grupo designou formalmente instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* como instrumento de *hedge* e debêntures como itens protegidos, estabelecendo uma relação de proteção econômica entre eles, conforme metodologia da contabilidade de hedge. Esta designação foi classificada como hedge de valor justo, uma vez que reduz o risco de mercado decorrente da variação do valor justo dos respectivos financiamentos. Desta forma, tanto os derivativos quanto as debêntures são mensurados ao valor justo por meio de resultado, havendo a expectativa de que as mudanças nos valores justos se compensem mutuamente. Adicionalmente, o Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* para proteger pagamentos de juros de dívida em dólar dos Estados Unidos, designando-os formalmente como instrumento de *hedge* e os juros destas dívidas como item protegido. Esta designação foi classificada como *hedge* de fluxo de caixa, com os efeitos das variações no patrimônio líquido. Seguem os termos críticos dos instrumentos designados:

	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido 9ª emissão (3ª série)	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido 11ª emissão (2ª série)	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido CRI - 19ª emissão de debêntures
Valor nocional	80.000	80.000	121.200	121.200	403.720	400.000
Data de início	03/17	03/17	09/17	09/17	04/21	04/21
Data de vencimento	02/22	02/22	09/24	09/24	04/31	04/31

	Ponta ativa	Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva	
Variáveis subjacentes	IPCA + 8,25%	132,20% do CDI	IPCA + 8,25%	IPCA + 6,45%	122,10% do CDI	IPCA + 6,45%	IPCA + 5,43%	CDI + 1,65%	IPCA + 5,43%

	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido (*) Juros em dólares	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido (*) Juros em dólares
Valor nocional - US$	47.000	47.000	35.000	35.000
Data de início	02/20	02/20	03/21	03/21
Data de vencimento	02/25	02/25	02/26	02/26

	Ponta ativa	Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva	
Variáveis subjacentes	Dólar + 4%	76% do CDI	Dólar + 4%	Dólar + 3,85%	CDI - 2,94%	Dólar + 3,85%

	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido (*) Juros em dólares	Instrumento de hedge (swap)	Item protegido (*) Juros em dólares
Valor nocional - US$	20.000	20.000	15.000	15.000
Data de início	03/21	03/21	03/21	03/21
Data de vencimento	02/26	02/26	02/26	02/26

	Ponta ativa	Ponta passiva		Ponta ativa	Ponta passiva	
Variáveis subjacentes	Dólar + 3,85%	CDI - 3,20%	Dólar + 3,85%	Dólar + 3,80%	CDI - 2,16%	Dólar + 3,80%

(*) O item protegido refere-se ao fluxo de pagamento de juros em dólares dos Estados Unidos.

continua... 6/7

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Os efeitos das contabilizações de *hedge* sobre a posição patrimonial e a demonstração do resultado são como segue:

Hedge de valor justo	Contratação	Valores nocionais	Taxas	Valor justo 31/12/21	Efeito no resultado 2021	Valor justo 31/12/20	Efeito no resultado 2020
9ª emissão (3ª série)		80.000	IPCA + 8,25%	(104.841)	6.150	(101.120)	3.518
11ª emissão (3ª série)		121.000	IPCA + 6,45%	(155.421)	11.382	(152.274)	3.727
CRI - 19ª emissão de debêntures		403.000	IPCA + 5,43%	(423.786)	10.367	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures (Itens protegidos)		601.000		(684.048)	27.899	(253.394)	7.245
			Pontas ativas				
Operação de swap	03/17	80.000	IPCA + 8,25%	104.841	(6.150)	101.120	(3.518)
Operação de swap	09/17	121.000	IPCA + 6,45%	155.421	(11.382)	152.274	(3.727)
Operação de swap	04/21	403.720	IPCA + 5,43%	423.786	(10.367)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (Instrumentos de *hedge*)		604.720		684.048	(27.899)	253.394	(7.245)
			Pontas passivas				
			132,20% CDI	(82.473)	(1.967)	(78.594)	2.316
			122,10% CDI	(127.146)	(6.574)	(118.348)	4.438
			CDI + 1,65%	(433.789)	(23.149)	-	-
				(643.408)	(31.690)	(196.942)	6.754
			Posição líquida swap	40.640	(59.589)	56.452	(491)
			Posição líquida total	(643.408)	(31.690)	(196.942)	6.754

Os instrumentos financeiros do tipo *swap* (instrumentos de *hedge*) detalhados a seguir encontram-se protegendo pagamentos de juros de dívida em dólar dos Estados Unidos (itens protegidos) cujos valores nocionais e taxas remuneratórias correspondem exatamente às mesmas das pontas ativas dos referidos swaps:

Hedge de fluxo de caixa	Contratação	Valor nocional	Taxas	Valor justo 31/12/21	Outros resultados abrangentes 2021	Valor justo 31/12/20	Outros resultados abrangentes 2020
Operação de swap	02/20		Pontas ativas				
Instrumento financeiro derivativo (Instrumento de *hedge*)		US$ 47.000	Dólar + 4%	36.387	(5.059)	43.787	2.151
			Pontas passivas				
			75% CDI	(46.469)	(12.984)	(33.485)	6.515
			Posição líquida swap	(10.082)	(18.043)	10.302	8.666
Operação de swap	03/21		Pontas ativas				
Instrumento financeiro derivativo (Instrumento de *hedge*)		US$ 35.000	Dólar + 3,85%	33.143	(1.801)	-	-
			Pontas passivas				
			CDI - 2,94%	(50.906)	(15.906)	-	-
			Posição líquida swap	(17.763)	(17.707)	-	-
Operação de swap	03/21		Pontas ativas				
Instrumento financeiro derivativo (Instrumento de *hedge*)		US$ 20.000	Dólar + 3,85%	18.939	(1.112)	-	-
			Pontas passivas				
			CDI - 3,20%	(27.714)	(7.714)	-	-
			Posição líquida swap	(8.775)	(8.826)	-	-
Operação de swap	02/21		Pontas ativas				
Instrumento financeiro derivativo (Instrumento de *hedge*)		US$ 15.000	Dólar + 3,80%	14.020	(822)	-	-
			Pontas passivas				
			CDI - 2,16%	(22.676)	(7.675)	-	-
			Posição líquida swap	(8.656)	(8.497)	-	-
			Posição líquida - total	(45.276)	(53.073)	10.302	8.666

(c) Gerenciamento de riscos: No curso normal das suas operações, o Grupo está exposto aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros: (i) Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo esteja exposto somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações; (ii) Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que o Grupo possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento. O gerenciamento de riscos do Grupo é realizado pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Finanças, mediante análises de relatórios financeiros e previsões de fluxo de caixa. Risco de mercado: O Grupo realizou análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros expostos a variação de taxas de juros e indexadores. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida destes instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2021, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2021, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: Considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2022 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2021, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2021 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2021. Para as estimativas dos efeitos considerou-se uma redução para o ativo financeiro e um aumento para o passivo financeiro na taxa estimada para 2022 em 25% no cenário possível e 50% no cenário remoto.

Indicadores	Ativo financeiro	Passivo financeiro	Ativo (passivo) financeiro exposto líquido	Taxa anual efetiva de 2021	Taxa anual estimada para 2022	Variação entre taxas para cada cenário	Efeito financeiro total estimado	Efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido
Cenário provável								
CDI	1.564.021	(3.950.374)	(2.386.353)	4,39%	11,79% (i)	7,40%	(176.590)	(94.148)
IGP-M	100.242	(152.406)	(52.164)	17,78%	5,51% (ii)	-12,27%	6.401	6.401
INCC-M	1.412.643	(708.215)	704.428	14,03%	5,13% (i)	-8,90%	(62.694)	(62.694)
TR	2.393	(416.973)	(414.580)	0,03%	2,80% (i)	2,77%	(11.484)	(11.484)
IPCA	743.507	(995.019)	(251.512)	10,06%	5,13% (ii)	-4,93%	12.400	12.400
Poupança	76.967	(30.565)	46.402	2,48%	8,97% (ii)	6,49%	3.011	3.011
							(228.956)	(146.514)
Cenário I								
CDI	1.564.021	(3.950.374)	(2.386.353)	4,39%	14,74%	10,35%	(246.988)	(131.680)
IGP-M	100.242	(152.406)	(52.164)	17,78%	6,89%	-10,89%	5.681	5.681
INCC-M	1.412.643	(708.215)	704.428	14,03%	3,85%	-10,18%	(71.711)	(71.711)
TR	2.393	(416.973)	(414.580)	0,03%	3,50%	3,47%	(14.386)	(14.386)
IPCA	743.507	(995.019)	(251.512)	10,06%	6,41%	-3,65%	9.180	9.180
Poupança	76.967	(30.565)	46.402	2,48%	6,73%	4,25%	1.972	1.972
							(316.252)	(200.944)
Cenário II								
CDI	1.564.021	(3.950.374)	(2.386.353)	4,39%	17,69%	13,30%	(317.385)	(169.212)
IGP-M	100.242	(152.406)	(52.164)	17,78%	8,27%	-9,51%	4.961	4.961
INCC-M	1.412.643	(708.215)	704.428	14,03%	2,57%	-11,46%	(80.727)	(80.727)
TR	2.393	(416.973)	(414.580)	0,03%	4,20%	4,17%	(17.288)	(17.288)
IPCA	743.507	(995.019)	(251.512)	10,06%	7,70%	-2,36%	5.936	5.936
Poupança	76.967	(30.565)	46.402	2,48%	4,49%	2,01%	933	933
							(403.570)	(255.387)

(i) Dados obtidos no site da B3. (ii) Dados obtidos no site do Banco Central.

O efeito financeiro total estimado, basicamente atrelado ao CDI, seria reconhecido substancialmente nos imóveis a comercializar e alocado no resultado na medida das vendas das unidades imobiliárias. Desta forma, o efeito estimado no lucro líquido e patrimônio líquido estão líquidos da parcela remanescente nos imóveis a comercializar. Conforme requerido pelo CPC 40 / IFRS 7, a Administração entende que as taxas anuais estimadas apresentadas nos cenários prováveis acima, refletem o cenário razoavelmente possível para o ano de 2022. Risco de liquidez: A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva de Finanças, que revisa periodicamente as projeções de fluxo de caixa, através de estudo de cenários de stress e avalia eventuais captações necessárias, mantendo balanceado o perfil da dívida, em linha com a estrutura de capital e nível de endividamento a serem mantidos pelo Grupo. Tabela do risco de liquidez e juros: A tabela a seguir mostra em detalhe o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos do Grupo e os prazos de amortização contratuais, essencialmente representados por empréstimos, financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar por aquisição de terrenos. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Para os passivos com taxas pós-fixadas, o fluxo de caixa não descontado foi baseado nas projeções para cada índice em 31 de dezembro de 2021.

	Em até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Acima de 3 anos	Total
Consolidado:					
Passivos atrelados a taxas pós-fixadas	1.778.066	2.288.280	1.579.145	1.908.191	7.553.682
Passivos atrelados a taxas pré-fixadas	45.413	38.055	35.397	767.050	885.915
Passivos não remunerados	1.013.550	1.603.045	530.810	1.118.140	4.265.545
Total	2.837.029	3.929.380	2.145.352	3.793.381	12.705.142
Individual:					
Passivos atrelados a taxas pós-fixadas	1.302.738	1.428.095	1.203.169	1.726.411	5.660.413
Passivos atrelados a taxas pré-fixadas	20.335	13.156	10.402	89.305	133.198
Passivos não remunerados	607.705	737.252	497.350	1.093.919	2.936.226
Total	1.930.778	2.178.503	1.710.921	2.909.635	8.729.837

O Grupo apresenta ativos financeiros (essencialmente representados por equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e clientes por incorporação de imóveis) que considera suficientes para honrar seus compromissos decorrentes de suas atividades operacionais. (d) Risco de câmbio: Conforme mencionado no item (b) acima, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos do tipo swap para proteger pagamentos de juros de dívida em dólar dos Estados Unidos. O Grupo designou formalmente este instrumento derivativo como instrumento de hedge e os juros da dívida como item protegido, estabelecendo uma relação de proteção econômica entre eles, conforme metodologia da contabilidade de *hedge*. Esta designação foi classificada como *hedge* de fluxo de caixa, com os efeitos das variações no patrimônio líquido. *Análise de sensibilidade*: O grupo possui empréstimos e financiamentos e outros saldos denominados em dólares dos Estados Unidos. Estes financiamentos encontram-se registrados em controladas no exterior, cuja moeda funcional é o dólar dos Estados Unidos. Desta forma, conforme regras de conversão de demonstrações financeiras, os ativos e passivos destas entidades são convertidos pelas taxas de câmbio de fechamento, com os impactos das variações cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. O Grupo estimou, como cenário provável, um dólar de R$5,86, valor 5% acima da taxa de câmbio de fechamento de 31 de dezembro de 2021 (R$5,58) e faz uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados e do patrimônio líquido da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

Exposição às taxas de câmbio	Valor em dólares	Valor contábil R$5,58	Cenário provável R$5,86	Cenário possível R$6,98	Cenário remoto R$8,37
Empréstimos e financiamentos	(245.464)	(1.369.812)	(1.438.302)	(1.712.265)	(2.054.718)
Fornecedores	(33.583)	(187.410)	(196.780)	(234.262)	(281.115)
(-) Caixa, equivalentes de caixa e TVM	80.453	448.968	471.416	561.210	673.452
Passivo líquido exposto	(198.594)	(1.108.254)	(1.163.666)	(1.385.317)	(1.662.381)
Efeito líquido no resultado			-	-	-
Efeito líquido no patrimônio líquido			(55.412)	(277.063)	(554.127)

(e) Risco de crédito: Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo está exposto a riscos de crédito em relação a: i) Contas a receber de clientes: para mitigar este risco, o Grupo adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes. As contas a receber são garantidas substancialmente pelos próprios imóveis e não há concentração de clientes, o que restringe a exposição ao risco de crédito. A Companhia efetua provisão para o risco de crédito conforme mencionado na nota explicativa 2.2 (e). ii) Aplicações financeiras: para mitigar o risco de *default*, o Grupo mantém suas aplicações em instituições financeiras de primeira linha. (f) Risco socioambiental: Os riscos socioambientais nas atividades operacionais do Grupo estão relacionados a diversas leis e regulamentos ambientais e trabalhistas que regem licenças, registros, entre outros. Os riscos são geridos na forma de mitigação de impactos ambientais e na comunidade, além de garantir condições dignas de trabalho, observando o cumprimento do Código de Conduta da Companhia por nossos colaboradores, parceiros e fornecedores.

26. Impostos correntes e diferidos

Os impostos passivos de recolhimento diferido apresentam a seguinte composição:

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Imposto de renda (IRPJ)	154.207	41.107	22.185	21.011
Contribuição social (CSLL)	24.435	21.614	11.597	10.980
Total - IR e CS	178.642	62.721	33.782	31.991
PIS	13.652	12.167	6.508	6.193
COFINS	63.275	56.326	30.030	28.573
Total - PIS e COFINS	76.927	68.493	36.538	34.766
Total geral	255.569	131.214	70.320	66.757
Circulante	79.056	64.480	40.128	35.253
Não circulante	176.513	66.734	30.192	31.504
	255.569	131.214	70.320	66.757

A movimentação do IRPJ e CSLL passivo diferido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Saldo inicial	62.721	48.395	31.991	23.231
Efeito do IRPJ e CSLL diferidos no:				
Patrimônio líquido	-	787	-	-
Resultado do período	117.291	13.539	1.791	8.760
Ajuste de conversão de moeda	(1.370)	-	-	-
Saldo final	178.642	62.721	33.782	31.991

Os efeitos de imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) sobre as diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre:				
Lucros no exterior advindos da controlada MRV (US)	107.676	-	-	-
Parcela não recebida por incorporação de imóveis	75.775	65.315	37.194	33.590
(-) Adiantamentos de clientes	(4.809)	(2.594)	(3.412)	(1.599)
Valor líquido	178.642	62.721	33.782	31.991

A conciliação das despesas de IRPJ e CSLL, nominais e efetivas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, é como segue:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de incorporação imobiliária - controladas	3.308.209	2.900.029
Alíquota nominal (*)	1,92%	1,92%
Despesa de IRPJ e CSLL sobre:		
Receita de incorporação imobiliária	(63.518)	(55.681)
Lucro da controlada MRV (US)	(108.913)	-
Receitas financeiras - controladas (**)	(13.994)	(3.941)
IRPJ e CSLL nas controladas	(186.425)	(59.622)
IRPJ e CSLL no Individual	(97.059)	(76.785)
Outros	6.087	(3.348)
Despesa no resultado	(277.397)	(139.755)
Composição da despesa no resultado - Consolidado:		
Corrente	(160.106)	(126.216)
Diferida	(117.291)	(13.539)
	(277.397)	(139.755)

(*) Alíquota para controladas com patrimônio afetado optantes pelo Regime Especial de Tributação, conforme detalhado na nota 2.2 (t). (**) A receita financeira em controladas é tributada à alíquota de 34%.

	Individual 2021	Individual 2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	902.004	626.925
Alíquota - IRPJ e CSLL	34%	34%
Despesa nominal	(306.681)	(213.155)
Efeitos de IRPJ e CSLL sobre:		
Equivalência patrimonial bruta de juros capitalizados baixados	157.794	151.632
Patrimônios de afetação	179.533	235.755
Despesas indedutíveis e prejuízos fiscais não constituídos	(224.154)	(244.685)
Consumo de prejuízos fiscais e imposto pago no exterior	124.389	-
Lucros no exterior advindos da controlada MRV (US)	(23.278)	-
Outras (adições) exclusões permanentes	(4.662)	(6.332)
Despesa no resultado	(97.059)	(76.785)
Composição da despesa no resultado - Individual:		
Corrente	(95.268)	(68.025)
Diferida	(1.791)	(8.760)
	(97.059)	(76.785)

27. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Consolidado 2021	Consolidado 2020	Individual 2021	Individual 2020
Encargos financeiros capitalizados (nota 12 (e))	206.444	135.690	152.485	103.721
Direito de uso - CPC 06 (R2)	18.973	19.796	18.310	18.886
Operação de aquisição da AHS Residential	-	378.432	-	349.634
Dividendos propostos	194.205	210.381	191.174	209.053
Transferências de estoque para PPI	56.524	-	62.983	-

28. Receitas a apropriar, custos a incorrer e distratos

Em observância ao Ofício Circular nº 02/2018 de 12 de dezembro de 2018, que trata sobre o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidades imobiliárias não concluídas nas companhias brasileiras de capital aberto, apresentamos as informações abaixo, relacionadas principalmente com receitas a apropriar, custos a incorrer e distratos de unidades em construção.

Empreendimentos em construção	Consolidado 31/12/21	Consolidado 31/12/20	Individual 31/12/21	Individual 31/12/20
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas				
Empreendimentos em construção:				
(a) Receita de vendas contratadas	27.661.684	15.579.738	15.721.046	8.411.533
Receita de vendas apropriadas:				
Receita de vendas apropriadas	(25.639.708)	(13.077.447)	(14.686.281)	(7.013.298)
Distratos - receitas estornadas	11.782	9.511	2.873	1.991
(b) Receita de vendas apropriadas líquidas	(25.627.926)	(13.067.936)	(14.683.408)	(7.011.307)
Receita de vendas a apropriar (a+b)	2.033.758	2.511.802	1.037.638	1.400.226
(ii) Receita de indenização por distratos	369	370	11	32 (*)
(iii) Receita de vendas a apropriar de contratos não qualificáveis para reconhecimento da receita	276	632	139	167 (*)
(iv) Provisão para distratos (passivo)				
Ajustes em receitas apropriadas	11.782	9.511	2.873	1.991
Ajustes em contas a receber de clientes	(10.278)	(7.933)	(2.819)	(1.829)
Receita indenização por distratos	(369)	(370)	(11)	(32)
Passivo - devolução por distrato	1.135	1.208	43	130
(v) Custo orçado a apropriar das unidades vendidas (**)				
Empreendimentos em construção:				
(a) Custo orçado	16.961.327	9.331.234	9.650.196	5.034.126
Custo incorrido:				
Custos de construção	(15.631.929)	(7.806.213)	(8.978.253)	(4.191.964)
Distratos - custos de construção	4.136	2.150	848	812
(b) Custo incorrido líquido	(15.627.793)	(7.804.063)	(8.977.405)	(4.191.152)
Custo a incorrer das unidades vendidas (a+b)	1.333.534	1.527.171	672.791	842.974
(vi) Custo orçado a apropriar das unidades em estoque (**)				
Empreendimentos em construção:				
(a) Custo orçado	5.839.733	5.132.150	2.811.209	2.608.238
(b) Custo incorrido	(2.394.309)	(2.056.204)	(1.096.060)	(1.072.319)
Custo a incorrer das unidades em estoque (a+b)	3.445.424	3.075.946	1.715.149	1.535.919

(*) Valores referentes aos contratos que compõem a provisão para distratos. (**) Não considera encargos financeiros.

29. Seguros

O Grupo adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, está demonstrada a seguir:

Itens	Tipo de cobertura	Importância segurada
Seguro de construção (risco engenharia)	Garante, durante o período de construção do empreendimento, indenização decorrente de danos causados à obra, tais como: incêndio, queda de raio, roubo, dentre outras coberturas específicas de instalações e montagens no local objeto do seguro.	12.373.768
Responsabilidade civil profissional material	Garante o pagamento de indenizações decorrentes de reclamações do mutuário ou proprietário do imóvel contra o construtor e/ou responsável técnico, devidamente registrados no CREA/CAU, relacionadas a eventuais erros de projetos, execução e/ou materiais, por um período de até cinco anos da expedição do habite-se.	158.026
Seguro garantia pós entrega	Garante a manutenção e resolução de problemas em obras entregue por até 5 anos, sobre os danos previstos no Código do Consumidor.	578.152
Seguro multirisco	Garante, após conclusão da construção do empreendimento, indenização decorrente de danos causados como incêndio, queda de raio, vendaval, danos elétricos e quebra de vidros.	416.772
Responsabilidade civil (Obras em construção)	Garante indenizar até o limite máximo da importância segurada, as quantias pelas quais a Companhia vier a ser responsável civilmente relativa às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros.	2.667.000
Seguro garantia do construtor	Garante ao agente financiador do empreendimento a conclusão da construção em caso de indisponibilidade técnica e financeira da Companhia.	1.851.601
Seguro de riscos diversos	Garante ao agente financeiro, indenização decorrente de danos causados aos equipamentos que são objetos dos contratos de Finame/Leasing em andamento.	2.495
Responsabilidade civil (Administradores)	Garante a cobertura de danos morais aos administradores da Companhia (D&O).	130.000
Seguro de automóvel	Garante indenizar à Companhia quantias decorrentes de danos aos veículos cobertos, tais como roubo, colisão, danos materiais e corporais aos passageiros.	1.088
Seguro prestamista	Garante à Companhia o recebimento do saldo devedor referente imóvel vendido, caso ocorra a morte do mutuário.	27.647
Seguro de vida em grupo e acidentes pessoais	Garante indenização referente a danos corporais ocorridos involuntariamente a funcionários, empreiteiros, estagiários e administradores.	1.025.175
Seguro residencial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos nos imóveis residenciais locados, eventos tais como danos elétricos, incêndio, queda de raio, vendaval e etc.	23.119
Seguro empresarial	Garante indenização à Companhia referente aos eventos cobertos ocorridos nos imóveis comerciais locados, eventos tais como danos elétricos, incêndio, queda de raio, vendaval e etc.	205.265
Seguro aeronáutico	Garante indenização à Companhia referente a prejuízos ocorridos nos Cascos das aeronaves, riscos que sejam cobertos, tais como reembolsos de despesas e responsabilidades legais a que vier ser obrigados em decorrência da utilização das aeronaves seguradas.	55.203
Seguro garantia judicial	Garante ao beneficiário da apólice o pagamento do valor total do débito em discussão, referente à ação distribuída ou a ser distribuída perante uma das Varas Judiciais. Garantia contratada em substituição ao depósito judicial.	227.637
Seguro infraestrutura	Garantir às Prefeituras a execução das obras de infraestrutura que são exigidas para os processos de licenciamento dos empreendimentos em construção.	105.708
Seguro garantia de entrega do imóvel	Garante aos permutantes a entrega das unidades que foram objeto do Instrumento de Permuta firmado entre as partes.	137.734
Seguro garantia para obras de infraestrutura	Garante a execução das obras de infraestrutura no empreendimento exigidas pela instituição para viabilização do empreendimento.	394.034
Seguro garantia locatícia	Garante indenização ao locador o recebimento de aluguéis, IPTU, condomínio e despesas acessórias caso não sejam pagos pelo locatário.	113
Seguro garantia financeiro	Garante a indenização ao vendedor do terreno por meio de pagamento em dinheiro em caso de impossibilidade ou insolvência do Tomador.	145.855

30. Aquisição da AHS Residential

Em 31 de janeiro de 2020, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a incorporação da MDI Desenvolvimento Imobiliário Ltda. ("MDI"), a qual detinha participação na AHS Residential LLC ("AHS Residential") através da AHS Development LLC ("AHS Development"), holding domiciliada nos Estados Unidos. Nesta mesma data, foi realizada a transferência do investimento da Companhia na AHS Development (após incorporação da MDI) para sua subsidiária integral MRV (US) Holdings Corporation, domiciliada em Delaware, Estados Unidos. A AHS Residential (sociedade adquirida) é uma sociedade de responsabilidade limitada, até então controlada pelo acionista controlador da Companhia, domiciliada na Flórida, Estados Unidos, com atuação no segmento de incorporação, locação e, a depender das condições de mercado, venda de empreendimentos a investidores e fundos imobiliários nos Estados Unidos. A referida aquisição tem como objetivo consolidar o alinhamento de interesses dos acionistas da Companhia e da AHS Residential, bem como garantir que futuras oportunidades de negócio sejam integralmente aproveitadas pelo Grupo. Esta transação traz diversos benefícios como: expansão de valor para o acionista, através do acesso ao lucrativo mercado norte-americano; diversificação de mercados, em convergência com a estratégia da Companhia em busca de ser uma plataforma habitacional completa, atingindo mais clientes e fontes de funding; sinergias entre as operações norte-americana e brasileira na gestão de properties, incluindo o intercâmbio de tecnologias, pessoas, processos e métodos; dentre outros. Como o processo de aquisição da AHS Residential pela Companhia envolve entidades sobre o controle comum, os ativos e passivos adquiridos foram incorporados considerando o custo histórico, abaixo demonstrado:

Ativo	Valor Contábil	Passivo	Valor Contábil
Caixa e equivalentes de caixa	12.719	Empréstimos e financiamentos	625.126
Propriedades para investimento (PPIs)	998.350	Outros passivos	40.816
Outros ativos	47.024	Total passivo	665.942
Total ativo	1.058.093	Ativos líquidos	391.151
		(-) Acionistas não controladores	(41.517)
		Ativos líquidos adquiridos	349.634

Para a aquisição de controle, em 31 de janeiro de 2020, foram emitidas 37.286.595 novas ações ordinárias da Companhia, nominativas, escriturais e sem valor nominal (nota 20, item (a)) e bônus de subscrição de certo número de ações a ser determinado da seguinte forma: a) 8.882.794 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalentes a 2% do capital social da Companhia em 26 de dezembro de 2019, caso a taxa interna de retorno (TIR) do investimento, em Dólares, da Companhia na AHS Residential seja superior a 15% ao ano, apurada no período compreendido entre a data da Incorporação e a data de cálculo do Net Asset Value ("NAV") da AHS Residential, a ser realizado ao longo do ano de 2027; ou b) 13.324.191 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia, equivalentes 3% do capital social da Companhia em 26 de dezembro de 2019, caso a taxa interna de retorno (TIR) do investimento, em Dólares, da Companhia na AHS Residential seja superior a 20% ao ano, apurada no período compreendido entre a data da Incorporação e a data de cálculo do NAV da AHS Residential, a ser realizado ao longo do ano de 2027. O bônus de subscrição foi avaliado a valor justo na data da transação pelo montante de R$28.905 e, a partir desta data, as variações do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2021, o valor atualizado monta em R$35.048, conforme divulgado na nota 19 item 18.

31. Compromisso

Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia assinou junto à Arena Vencer Complexo Esportivo Multiuso SPE Ltda. e o Clube Atlético Mineiro (CAM) contrato de patrocínio de *naming rights* do novo estádio do CAM, que confere à MRV o direito exclusivo à nominação oficial do local como "Arena MRV" bem como à nominação de diversos espaços físicos e não físicos. O contrato entrou em vigor em março de 2021, data da aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, com vigência de dez anos após a concessão da "Licença de Operação", evento que determinará o início dos pagamentos de 120 prestações mensais e sucessivas de R$565 cada (total R$67.831) e a posse efetiva dos mencionados direitos. Em função desse evento futuro, nenhum ativo e passivo foi registrado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

32. Impactos da COVID-19 nas demonstrações financeiras

Em observância ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2020 de 10 de março de 2020, que trata sobre os impactos econômico-financeiros do COVID-19 nas demonstrações financeiras, a Administração avaliou os riscos e incertezas que poderiam afetar as demonstrações financeiras ora apresentadas, sendo os principais pontos analisados como seguem: • Equivalentes de caixa e TVM (notas 4 e 5): eventuais alterações nos ratings dos emissores dos títulos detidos na carteira destas aplicações que possam levar ao reconhecimento de ajustes ao valor recuperável destes ativos; • Clientes por incorporação de imóveis (nota 6): eventuais aumentos da inadimplência pelo aumento do risco de crédito; • Estoques (nota 7) e custo orçado: reconhecimento de ociosidade dos custos fixos de produção, eventuais riscos relacionados a realização dos estoques e aumento dos custos de produção. A Administração avaliou os itens acima e entendeu que, até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não há impactos materiais que possam afetar as mesmas, bem como não foi verificado indicativo que pudesse comprometer a continuidade dos negócios do Grupo.

33. Eventos subsequentes

Em 13 de janeiro de 2022, foi aprovado pelo Conselho de Administração, a outorga de garantia, em favor do Itaú Unibanco S.A. Nassau Branch, no âmbito da captação de até US$120 milhões (aproximadamente R$670 milhões) pela controlada MRV US Holdings Corporation, que possui as seguintes condições: prazo final de 4 anos, remuneração de 3,98% a.a. com pagamentos de juros semestrais e pagamento de principal anuais somente a partir do terceiro ano. A Companhia contratou operação de swap com o objetivo de vincular os juros desta operação, originalmente atrelada ao dólar mais spread fixo, ao CDI. Em 25 de janeiro de 2022, foi concluída a distribuição pública, com esforços restritos de colocação de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs"). A Oferta é composta por setecentos mil CRIs com lastro na 21ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para colocação privada de emissão da Companhia, no valor de R$700 milhões, que possui as seguintes condições: prazo final de 7 anos, remuneração de IPCA + 5,43% a.a. com pagamentos de juros semestrais e pagamento de principal anuais somente a partir do sexto ano. A Companhia contratou operação de swap com o objetivo de vincular os juros desta operação, originalmente atrelada ao IPCA mais spread fixo, ao CDI.

34. Autorização para emissão das demonstrações financeiras

Essas demonstrações financeiras foram analisadas pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho Fiscal e autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

DIRETORIA

Rafael Nazareth Menin Teixeira de Souza - Diretor Presidente
Eduardo Fischer Teixeira de Souza - Diretor Presidente
Ricardo Paixão Pinto Rodrigues - Diretor Executivo de Finanças e Relações com Investidores
Thiago Corrêa Ely- Diretor Executivo de Comercial e Crédito
Silvio Luiz Gava - Diretor Executivo de Produção
Júnia Maria de Sousa Lima Galvão - Diretora Executiva de Administração e Desenvolvimento Humano
Raphael Rocha Lafetá - Diretor Executivo de Financiamento à Construção, Relações Institucionais e Sustentabilidade

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rubens Menin Teixeira de Souza – Presidente
Leonardo Guimarães Corrêa – Vice Presidente
Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez – Conselheiro
Betania Tanure de Barros - Conselheira Independente
Antônio Kandir - Conselheiro Independente
Silvio Romero de Lemos Meira - Conselheiro Independente
Maria Fernanda Nazareth Menin Teixeira de Souza Maia - Conselheira

CONTROLADORIA

Marcelo Paulino Santana - Diretor de Controladoria
Roberto David Barco Villamar – Gestor de Controladoria
Simoni Regina de Carvalho Pereira - Contadora: CRC/MG – 064063/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** ("Companhia"), em cumprimento às disposições legais, de acordo com o previsto no Art. 163 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo a Proposta de Destinação dos Resultados e o Orçamento de Capital.

Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, incluindo a proposta de destinação dos resultados e o Orçamento de Capital, e, ainda, o parecer dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da Diretoria de Controladoria, dos Diretores da Sociedade e dos Auditores retro mencionados, o Conselho Fiscal, de forma unânime, opina que as Demonstrações Financeiras, incluindo a proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 e o Orçamento de Capital, bem como o Relatório Anual da Administração representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **MRV ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES S.A.** em 31 de dezembro de 2021 e estão em condições de serem apreciados e aprovados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, não tendo qualquer ressalva ou recomendação quanto a Operação CRI Pró-Soluto.

Belo Horizonte, 14 de março de 2022.

Fernando Henrique da Fonseca
Membro do Conselho Fiscal

Paulino Ferreira Leite
Membro do Conselho Fiscal

Thiago da Costa e Silva Lott
Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e administradores da **MRV Engenharia e Participações S.A.**
Belo Horizonte – MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da MRV Engenharia e Participações S.A. (Companhia), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais:** Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MRV Engenharia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Imobiliários (CVM). **Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas:** Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da MRV Engenharia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis a entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Imobiliários (CVM).

Base para opinião com ressalva

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia desreconheceu recebíveis imobiliários no montante de R$ 101.884 mil e R$ 201.689 mil no individual e consolidado, respectivamente, relativos à emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e reconheceu ativo de retrocessão e outros ativos no montante de R$ 56.269 mil e R$ 105.218 mil, individual e consolidado, respectivamente. Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria identificamos que essa operação não cumpre os requisitos para desreconhecimento de um ativo financeiro nos termos do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros, uma vez que a Companhia reteve substancialmente os riscos e benefícios do ativo. Consequentemente, o ativo individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021, está apresentado a menor em R$ 21.904 mil no circulante e R$ 23.711 mil no não circulante, e R$ 50.145 mil no circulante R$ 46.325 mil no não circulante, respectivamente, o passivo está apresentado a menor em R$ 28.776 mil no circulante e R$ 31.149 mil no não circulante e R$ 63.593 no circulante e R$ 58.748 mil no não circulante, respectivamente, o patrimônio líquido, resultado e o resultado abrangente do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, individual e consolidado, está a maior em R$ 14.311 mil e R$ 25.872 mil, respectivamente e o resultado por ação básico e diluído do exercício, do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, individual e consolidado está a maior em R$ 0,05. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM e as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento da administração da Companhia quanto a aplicação do CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS 15), alinhado com aquele manifestado pela CVM no Ofício circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da Receita - estimativa da mensuração do progresso para satisfação da obrigação de desempenho	
Notas explicativas 2.2(a) e 22 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	
Principais assuntos de auditoria	**Como auditoria endereçou esse assunto**
De acordo com CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – *Revenue from contract with customer*) e com o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular /CVM/SNC/SEP/nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15), o reconhecimento de receita da Companhia e suas controladas requer a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo. Tal mensuração requer o exercício de julgamento significativo pela Administração para estimar os insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação dos insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance e ao impacto que eventuais mudanças nessa estimativa teria sobre as demonstrações financeiras individuais, inclusive em função dos efeitos via equivalência patrimonial, e consolidadas da Companhia, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos chave relacionados à aprovação e revisão dos custos de construção a incorrer utilizados no cálculo do percentual de conclusão das obras. Com base em uma amostra de empreendimentos, obtivemos os orçamentos preparados pela Companhia com as respectivas aprovações e confrontamos com os registros contábeis. Confrontamos também por amostragem os custos incorridos, unidades vendidas e valor dos contratos de venda utilizados no cálculo da receita com a respectiva documentação suporte. Por meio de procedimentos analíticos realizados na base completa da receita de incorporação imobiliária consolidada, avaliamos a natureza de mudanças significativas ocorridas na margem dos empreendimentos e no valor dos orçamentos dos custos a incorrer, assim como exceções identificadas na análise de variação do percentual de conclusão da obra ocorrida no período. Adicionalmente, com o apoio dos nossos especialistas em avaliação patrimonial, analisamos o estágio de execução de determinada obra. Recalculamos o reconhecimento de receita para todos os empreendimentos da Companhia e suas controladas na data-base das demonstrações financeiras considerando os relatórios gerenciais conciliados com os saldos contábeis. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração do montante de receita consolidada a ser reconhecida, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Assim, com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o montante da receita e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 16 de março de 2022.

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Poliana Silveira Rodrigues
Contador CRC MG-089473/O-0

MARTA VIEIRA

MINA$ EM FOCO

>>martavieira.mg@diariosassociados.com.br

"Está previsto também para 2022 o regulamento do queijo minas artesanal com fungo branco, versão promissora da iguaria mineira"

Do Caraça à Serra da Piedade, a Diamantina e ao Serro, o queijo artesanal avança

Tradição secular em Minas Gerais e que amplia, de forma surpreendente, seu espaço na geração de renda e emprego no estado, a produção do queijo minas artesanal (QMA) promete boas notícias num cenário de dificuldades para a economia, queda na previsão de crescimento do país e mais aperto no orçamento das famílias. O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) prepara portarias para criação de mais duas regiões caracterizadas para o QMA: Diamantina, porta de entrada do Vale do Jequitinhonha, e a chamada região de Entre Serras, do Caraça à Serra da Piedade.

Está previsto também para 2022 o regulamento do QMA com fungo branco, versão promissora da iguaria mineira. Os queijos que contêm micro-organismos nas cascas não são novidade na Serra da Canastra e no Serro, mas ainda têm consumo restrito. Em 2017, pesquisadores da Universidade Federal de Lavras estudaram fungos filamentosos e leveduras encontradas em queijos do Serro e no ambiente da produção. Eles são determinantes para a textura, maturação e o sabor, que diferenciam a iguaria do produto industrializado.

Como as condições do ambiente das queijarias são favoráveis para o desenvolvimento do fungo, reafirmam a identidade regional do produto. Trata-se de um fungo que não provoca doenças. Dele surgem enzimas que modificam a aparência do queijo, cuja casca se enruga. Os micro-organismos se alimentam dos nutrientes do leite, crescem e se multiplicam.

São 13 as regiões reconhecidas como produtoras de queijos artesanais. Desse universo, as áreas responsáveis pela oferta do QMA são Araxá, Canastra, Campo das Vertentes, Cerrado, Serra do Salitre, Serras de Ibitipoca, Serro e Triângulo Mineiro. Queijos artesanais de origem local classificam outras cinco regiões: Alagoa, Mantiqueira de Minas, Serra Geral, Vale do Suaçuí e Vale do Jequitinhonha.

O reconhecimento como região produtora valoriza a produção ao permitir que as queijarias adicionem o nome da região ao rótulo do queijo. A informação fortalece as marcas diante de consumidores mais interessados, hoje, na procedência dos produtos, em especial quando se trata de alimentos.

As queijarias se favorecem de uma base importante de matéria-prima em Minas. O estado detém a maior bacia leiteira do país, com mais de 9,7 bilhões de litros por ano, de acordo com o IBGE, e representando 27% da oferta nacional. Esse volume supera o leite destinado à fabricação brasileira total de queijos, que foi de 8,7 bilhões de litros em 2020.

A produção artesanal mineira de queijos chega a 85 mil toneladas anuais, elaboradas por cerca de 30 mil produtores, segundo estimativas da Emater-MG. Ela tem raízes longas no campo, tendo em vista outra estimativa, que indica a fabricação, no ano passado, de 33,5 toneladas por estabelecimento agrícola familiar.

Quando considerada toda a produção das queijarias no país, a participação do estado sobe a 40% do total. A despeito da lenta recuperação da economia, a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem destacado iniciativas que já vinham impulsionando o setor, como o melhoramento genético dos rebanhos, o aperfeiçoamento na formação das pastagens, além da impressionante valorização da gastronomia de Minas.

No ano passado, o evento ExpoQueijo distribuiu 118 premiações a mais de 800 queijos apresentados na amostra nacional realizada em Araxá, no Alto Paranaíba. Fabricantes de Minas levaram 66 medalhas, das quais 22 de ouro. A região batizada de Entre Serras da Piedade ao Caraça recebeu neste mês o estudo de caracterização feito pela Emater-MG, que investigou não só o processo de fabricação da iguaria, como também a história, cultura e o clima local.

A área ocupada pelos municípios de Catas Altas, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Rio Piracicaba, Bom Jesus do Amparo e Caeté produz cerca de 1,4 mil queijos por mês e tem histórico associado a rico patrimônio natural, turístico e religioso. A fabricação tem raízes na antiga atividade da mineração nos tempos ainda do Brasil colônia, quando havia uma cadeia de produção de alimentos para suprir os trabalhadores nas reservas minerais de Minas. O modo local de produção é classificado como característico de uma região produtora de QMA.

EM CADEIA

1 milhão

É o número estimado de empregos gerados na cadeia da produção leiteira de Minas, com base em dados de 216 mil fazendas compilados pelo Sindicato da Indústria de Laticínios de Minas Gerais

Adversidades

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) começou, nesta semana, o acompanhamento da safra da cana-de-açúcar em Minas Gerais e Pernambuco. A Siamig, associação da indústria sucroenergética de Minas, já havia observado que, no ano passado, a seca afetou o desenvolvimento dos canaviais, assim como o fenômeno das geadas sacrificou o cultivo pronto para ser colhido e também as rebrotas. Em agosto e setembro de 2021, foi a propagação do fogo que impactou as plantações.

ENERGIA

Bolsonaro confirma retirada da bandeira da escassez hídrica nas próximas semanas, logo após aprovação de empréstimo às distribuidoras, que os brasileiros vão pagar em 2023

Alívio momentâneo na conta

Ingrid Soares e Mariana Costa*

Em live transmitida, ontem, pelas redes sociais, o presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que, nas próximas semanas, o governo vai retirar das contas de energia a sobretaxa representada pela bandeira da escassez hídrica, adotada no ano passado para compensar o insumo mais caro produzido pelas termelétricas. "Ao que tudo indica, a superbandeira de energia, nas próximas semanas, vai deixar de existir. Isso foi feito em uma decisão da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para compensar a energia de uma origem bem mais cara que a hidrológica", afirmou.

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, havia afirmado que a previsão é de que a tarifa adicional deixe de ser necessária até abril, como previsto em 2021, tendo em vista a melhora dos níveis de armazenamento de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, depois das chuvas do começo do ano. O Brasil enfrentou em 2021 a maior crise hídrica em 90 anos.

Com o acionamento das termelétricas, o governo anunciou, em agosto do ano passado, um novo patamar de cobrança nas contas de energia, adicionando R$ 14,20 às faturas para cada 100 quilowatt/hora consumidos. A nova bandeira representou aumento de 49,63% em relação à bandeira vermelha de segundo nível, que era, até então, a mais alta.

A retirada da bandeira hídrica pode levar alívio ao consumidor, mas será momentâneo. As contas devem voltar a encarecer com a aprovação, na terça-feira, dos empréstimos bancários de R$ 10,5 bilhões às distribuidoras de energia. Os recursos terão de ser quitados pelos brasileiros em duas parcelas, a partir de 2023, por meio de encargo a ser adicionado na conta.

GLADYSTON RODRIGUES/EM/D.A PRESS - 4/2/20

Há estimativas de que o reajuste que vai pagar o empréstimo bancário de R$ 10,5 bilhões será de 5% a 8%

O diretor de risco, produtos e operações da 2W Energia, Claudy Marcondes, explica que as distribuidoras de energia elétrica tiveram déficit provocado pela crise hídrica, a ser coberto com o financiamento de um conjunto de bancos públicos e privados. "No final de 2020 e início do ano passado, as distribuidoras tinham previsto custos relacionados a despacho térmico, geração hídrica. Mas, como 2021 foi totalmente fora das previsões, o custo das distribuidoras foi muito maior. Criou-se um déficit de alguns bilhões para as distribuidoras, relacionado à crise hídrica."

Para cobrir esse déficit, as distribuidoras precisam reajustar a tarifa no ano seguinte. Em 2022, ano de eleições, o empréstimo compensa parcela do rombo, passando para o ano seguinte o acréscimo nas contas do consumidor. "Para não ter esse impacto tarifário, foi acordado que haveria o empréstimo para as distribuidoras neste ano e esse valor seria pago nos próximos anos", destaca Marcondes.

REPASSE O economista Alessandro Azzoni diz que ainda não é possível saber de quanto será o aumento na conta de energia. "O prazo e a taxa de juros ainda estão para ser definidos pelos bancos. Então, não dá para saber qual vai ser o real impacto. Sabemos apenas os valores que foram liberados. A primeira parcela é de R$ 5,3 bilhões. Ela vai ser liberada agora justamente para conter um pouco as perdas que as distribuidoras tiveram no ano passado e para não ter o repasse nesse momento."

O prazo do financiamento e os juros dos empréstimos serão definidos com os bancos públicos e privados que participam da operação. Claudy Marcondes afirma que estudos feito pela TR Soluções estimam que o aumento deva ser de R$ 5 a R$ 10 por MW/hora, que representaria acréscimo de 5% a 8% para o consumidor.

* Estagiária sob supervisão da subeditora Marta Vieira

AMAURI SEGALLA

MERCADO S/A

"Aos 91 anos, Warren Buffett mantém o faro afiado para ótimos negócios. Sua fortuna é estimada em US$ 116 bilhões"

OS CORREIOS, QUEM DIRIA, TÊM O MELHOR DESEMPENHO EM 22 ANOS

Os Correios fizeram bonito em seu balanço de 2021. O lucro de R$ 3,7 bilhões é duas vezes maior que o do ano anterior e significa o melhor desempenho em duas décadas. Como a estatal, conhecida pelo seu histórico de ineficiência, chegou a resultado tão expressivo? Segundo o general Floriano Peixoto, que assumiu a presidência da empresa em junho de 2019, uma série de medidas adotadas desde então explicam os números positivos. Entre elas, aponta melhorias nos processos logísticos, adequação de linhas de negócios e uma política agressiva de corte de custos. Mesmo com as finanças um pouco mais equilibradas, Peixoto defende a privatização, que considera um caminho inevitável para tornar os Correios um competidor em condições de igualdade com os gigantes do ramo de entregas. Os Correios têm atributos valiosos. Poucas companhias têm a mesma capilaridade e são ainda mais raras as que associaram seu nome à história do Brasil.

CORREIOS/DIVULGAÇÃO

"Somos a única companhia que seguiu pagando 100% aos seus colaboradores, sem grandes desmontes de áreas e estruturas e ainda continuamos investindo. Passamos a pandemia pagando todas as dívidas e colaboradores, sem fazer redução de pessoas"

Leonel Andrade, presidente da CVC Corp

STARTUP DIZ TER EVITADO R$ 70 BILHÕES EM FRAUDES

A unico IDTech, startup especializada em tecnologias de identidade digital, tem ajudado a reduzir os danos de ataques cibernéticos. A empresa diz que a solução conhecida como unico check evitou cerca de R$ 70 bilhões em fraudes. Outro dado curioso: com a assinatura eletrônica biométrica, 500 mil pessoas assinaram 3 milhões de documentos sem precisar de papel ou caneta. No ano passado, a unico firmou parceria com a Universidade Federal do Paraná para a pesquisa de novos modelos de identificação.

VALE DESEMBOLSOU R$ 3,7 BILHÕES EM AÇÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS EM MG

A Vale fez um levantamento sobre os desembolsos realizados em Minas Gerais em 2021, considerando tanto investimentos quanto custeio. Segundo a empresa, as ações sociais e ambientais corresponderam a R$ 3,7 bilhões. Já as compras com fornecedores locais somaram R$ 21 bilhões. Devido às operações no estado, foram repassados R$ 4 bilhões em tributos para os governos municipal, estadual e federal. Os números fazem parte do relatório Vale+, que trata de sua atuação econômica, social e ambiental.

BUFFETT AMPLIA INVESTIMENTOS EM PETRÓLEO – E SE DÁ BEM

JOHANNES EISELE/AFP

Warren Buffett (foto), certamente um dos investidores mais espertos do mundo, parece não estar nem aí para as novas fontes de energia. Nos últimos dias, a Berkshire Hathaway, que pertence a ele, investiu US$ 7 bilhões na petroleira americana Occidental Petroleum, que tem se beneficiado da disparada de preços da commodity. Em menos de um mês, as ações da companhia subiram 50%. É incrível como, aos 91 anos, Buffett mantém o faro afiado para ótimos negócios. Sua fortuna é estimada em US$ 116 bilhões.

RAPIDINHAS

Lembra-se da Mobylette, a pequena motocicleta que fez sucesso entre os jovens dos anos 70 e 80? Pois ela está na ativa de novo. A Caloi relançou o modelo com o slogan "A lenda voltou". Como seria inevitável, o veículo ficou diferente. A principal mudança é o motor elétrico no lugar da gasolina, e com autonomia para rodar até 30 quilômetros.

■■■

O lançamento da Mobylette inovou na forma de expor o produto. Em vez de recorrer a lojas físicas, a Caloi preferiu iniciar as vendas na internet, pelo Mercado Livre. Só no final do mês as motocicletas estarão disponíveis nas lojas, com preço sugerido de R$ 9.199 – equivalente aos valores cobrados pelas motos populares.

■■■

Após aquisição pelo Bradesco, a plataforma de serviços financeiros Digio decidiu ingressar no mercado de seguros com o lançamento de um plano odontológico em parceria com a Odontoprev, o Grupo Bradesco Seguros e a consultoria Aon. A escolha pelo segmento se deu após pesquisa feita com a base de clientes, que indicou a modalidade como a mais desejada.

■■■

A startup brasileira Gringo, que desenvolveu um aplicativo para ajudar motoristas em tarefas como organização de documentos e contratação de seguros, recebeu um aporte de R$ 190 milhões liderado pelo fundo de venture capital VEF. Detalhe: a empresa tem menos de dois anos de vida.

4,3%

FOI QUANTO CAIU A DEMANDA DO CONSUMIDOR POR CRÉDITO NA PASSAGEM DE JANEIRO PARA FEVEREIRO, SEGUNDO PESQUISA DA BOA VISTA

OPINIÃO

E-MAIL: opiniao.em@uai.com.br
TELEFONE: (31) 3263-5373

ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

FUNDADOR DOS DIÁRIOS ASSOCIADOS: ASSIS CHATEAUBRIAND

EDITORIAL

Brasileirinhos desprotegidos

A vacinação contra a COVID-19 no Brasil chega ao marco de 14 meses como uma vitória da ciência compartilhada com os brasileiros, após superar uma série de obstáculos, incluindo os impostos por autoridades. Das dificuldades de importação de doses, passando pela escassez de matéria-prima no mercado global até chegar à possibilidade de produzir a vacina de forma 100% nacional, foi um árduo e longo caminho trilhado até os atuais indicadores epidemiológicos em queda expressiva. Mas, no momento em que o país beira os 75% de seus habitantes com esquema de duas aplicações ou aplicação única (73,9%, em dados de 12 de março), a avaliação da cobertura acende um grande sinal de alerta. E ele diz respeito a uma das parcelas mais importantes da população.

As crianças de 5 a 11 anos representam hoje praticamente 10% dos brasileiros. Foram elas as que mais tiveram de esperar pelo direito de se proteger contra o novo coronavírus com os escudos entregues pela ciência. Porém, se o período de espera as tornou descobertas por mais tempo em relação ao esquema vacinal, também permitiu que os imunizantes fossem aplicados antes a todos os públicos restantes, comprovando, para além dos testes obrigatórios para a aprovação das diversas fórmulas, a segurança das vacinas.

Ainda assim, em grande parte devido à propagação de notícias falsas, a insegurança agiu como um outro vírus, espalhando-se entre as famílias. O reflexo aparece agora, em preocupantes números de cobertura vacinal dos brasileirinhos mais jovens. Segundo nota técnica divulgada esta semana pela Fundação Oswaldo Cruz, enquanto entre a população de 80 anos ou mais as coberturas são de 99,5% para a primeira dose anti-COVID-19 e de 97,3% para o esquema de duas aplicações, entre as crianças de 5 a 7 anos o percentual não chega a 40% (39,3%) para a primeira dose e não atinge 5% (4,7%) para a segunda (em números nacionais de 12 de março).

> Entre crianças de 5 a 7 anos, o percentual de vacinação contra a COVID não chega a 40% para a primeira dose e não atinge 5% para a segunda

A situação dessa parcela da população chama a atenção em um contexto em que o Brasil, considerados os índices gerais de vacinação, é o 12º país com melhor cobertura no planeta, ultrapassando proporcionalmente nações como Estados Unidos e Reino Unido, segundo dados da Fiocruz. A nota técnica da fundação chama a atenção para outras variações, como o fato de que o alcance da vacinação se reduz de forma quase uniforme à medida que cai a idade de cada público, constatando que toda a faixa abaixo dos 29 anos no país tem percentual de duas doses abaixo de 80%.

Nada, porém, que se compare à baixa cobertura entre os 5 e os 11 anos, público que voltou a frequentar as escolas e experimenta cada vez maior contato social, na esteira das flexibilizações possibilitadas pela redução nos indicadores epidemiológicos, além do menor nível de autoproteção, comum à idade. Tem potencial aumentado, portanto, de contágio, assim como de transportar o vírus e expor públicos de outras idades.

Quando se pensa na imunização desse grupo, é preciso, sim, considerar a necessária proteção das próprias crianças de 5 a 11 anos, mas tão importante quanto é pesar o potencial da vacinação sobre toda a sociedade. Vacinar é um ato de prevenção coletiva, e como tal a aplicação de doses a esse grupo fará aumentar o percentual geral de cobertura – e de imunidade – no país. Mais ainda: ampliará o bloqueio indireto contra a COVID-19 para outras faixas – especialmente a dos menores de 5 anos, para os quais ainda não há vacina disponível.

Sobre o atual estágio da crise sanitária global, convém ouvir ainda uma vez a advertência dos cientistas da Fiocruz: "Observa-se recentemente uma alta da COVID em países da Europa e da Ásia, o que deve ser encarado como um alerta para o Brasil". É necessário, portanto, que todas as famílias se conscientizem sobre a necessidade de imunização. Que os pais deem ouvidos a quem tem conhecimento e autoridade para tratar do assunto, e não a teorias conspiratórias e "informação" sem origem definida. Os indicadores científicos não deixam dúvida: vacinar – e vacinar toda a população para a qual já existam doses disponíveis – não apenas é seguro. Vacinar é indispensável.

FRASE

Discutimos a questão da duração da emergência sanitária de importância nacional. As pessoas confundem em transformar a pandemia em endemia. Não é prerrogativa do ministro transformar pandemia em endemia

Marcelo Queiroga, ministro da Saúde, que se reuniu com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, para discutir a flexibilização de restrições pela pandemia de COVID-19

QUINHO

ESPAÇO DO LEITOR

PELA INTERNET
twitter @em_com
facebook www.facebook.com/estadodeminas
e-mail opiniao.em@uai.com.br
site www.em.com.br/opiniao

POR CARTA OU FAX
As cartas devem conter nome, endereço completo, número do telefone e cópia da carteira de identidade, podendo ser publicadas na íntegra ou parcialmente.
Avenida Getúlio Vargas, 291 - 2º andar - Funcionários - Belo Horizonte - MG - CEP 30112-020 - Fax: (31) 3263-5070

REFLEXÃO

Felicidade: o efeito dominó dos sentimentos

Beatriz Breves
São Paulo

"A felicidade é um sentimento que alguns dizem não existir, já outros afirmam acontecer apenas em alguns momentos da vida. Eu, pessoalmente, me agrego àquelas que a sentem como uma emoção permanente, provedora de bem-estar e alegria de viver. Isso porque mesmo tendo vivido diversas experiências, acontecimentos bons e ruins, sofrido tristeza, dor e agonia, por exemplo, a felicidade sempre esteve ao fundo. Como um esteio, ela me acolhe todos os dias do renascer e na reflexão de minha rotina. Entretanto, não posso deixar de admitir que, vez por outra, se faz presente o que foi escrito por Freud: 'O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança.' ('Mal-estar na civilização', 1975, p.138. ESB). No que tange ao sentimento de alegria, se torna interessante porque ele se inclui em várias situações de vida, podendo, inclusive, assumir diversos tons, e até semitons, com diferentes qualidades de vibrações. Há o sentimento de alegria de viver, por exemplo, ao qual se agrega o sentimento de paz. Esse é duradouro, pois a pessoa sente alegria com a vida e consigo mesma, apesar dos sofrimentos que possa estar enfrentando. Mas existe, também, o sentimento de alegria transitória, que costuma ser sentido pelo recebimento de um presente, pelo encontro com uma pessoa, por uma conquista na vida etc.. Essas são alegrias por situações temporárias e que se apresentam de forma fugaz, rasteira e passageira.
Já a alegria festiva costuma ser sentida em ocasiões de festas e feriados, por exemplo. A curiosidade desta qualidade é que ela está agregada aos sentimentos de mágoas, tristezas, revoltas, ou seja, aos sofrimentos internos. Essa relação eleva o seu tom e chega quase ao de sentimento de euforia.
Portanto, se é de alegria em alegria que vamos tocando a vida, é quando ela se une ao sentimento de felicidade que se inicia a formação de uma complexidade. Em um efeito dominó, ela faz ressoar diversos outros sentimentos e nos viabiliza sentir que a nossa vida está sendo vivida."
Psicanalista, física e psicoterapeuta

● BOLSONARO SOUBE ANTES DO REAJUSTE NOS COMBUSTÍVEIS E QUIS INTERFERIR

"Será que alguém pensou que a intervenção seria para não subirem os preços?"
■ **Odimar D. Martins Costa**

"Bolsonaro quis interferir no reajuste do preço dos combustíveis, mas não teve capacidade."
■ **Octacílio Araújo**

"Se ele conseguisse manter o dólar mais baixo automaticamente, o preço da gasolina cairia."
■ **Carlos Roberto Evangelista**

"Teve quase 4 anos pra interferir e não conseguiu, estamos sem opção na próxima eleição pra presidente..."
■ **Anfrisio Souza Cangussu Souza Cangussu**

"Certíssimo. Não temos que ficar pagando pra acionista da Petrobras ter lucro."
■ **Rodrigo Souza**

● MEDALHA DO MÉRITO INDÍGENA ENTREGUE A BOLSONARO CAUSA DISCÓRDIA

"Uma vergonha. Parece o personagem de desenho animado. Medalha, medalha."
■ **Andre Rodrigues**

"Parece piada! Esse sujeito nos anos 90 queria dizimar a população indígena no Brasil igual aconteceu nos EUA!"
■ **Alex Borges**

"O cara passou o mandato inteiro prejudicando e discriminando a população indígena, mas ainda há quem conteste a indignação popular perante essa contemplação."
■ **João Hörh**

"O cara que viu índios morrerem na pandemia e não tomou medida nenhuma, a não ser enviar cloroquina superfaturada, comprovadamente ineficaz para tratamento de COVID! É uma lástima!"
■ **Joe Netto**

● MINISTRO DIZ QUE BOLSONARO TEM CHANCE DE SER REELEITO NO 1º TURNO

"Depende da manipulação deles, não duvido de nada mais."
■ **cintiambh**

"Essa fala é preocupante, pois fica subentendido que poderá haver tentativa de manipulação dos resultados..."
■ **leal.carlosroberto**

"Ele tem que pensar e dizer isso mesmo, pois está ganhando muito no governo. Porém a realidade é outra."
■ **alanafreitas.br**

"Só rindo para não chorar! Mas como o brasileiro esquece fácil das coisas, eu não duvido de mais nada!"
■ **gomes.sergiobh**

A reforma tributária precisa acelerar

Luiz Nicolaewsky

Superintendente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv)

O panorama de crescimento da inflação, alta dos juros, aumento nos preços dos insumos e custos de produção, somados aos reajustes do petróleo e da energia elétrica, tem impactado (negativamente) a retomada econômica. Ainda assim somos otimistas, continuamos a acreditar na melhora gradativa, na geração de empregos e na atração de novos investimentos em um caminho na busca do equilíbrio do país.

No entanto, é indispensável voltar a discutir projetos que abram espaço para o Brasil retomar o ritmo de crescimento econômico e desenvolvimento social. E um deles é a reforma tributária.

Fruto de um extraordinário esforço do senador Roberto Rocha (PSDB/MA), temos visto maiores chances de a PEC 110 avançar ainda este ano. Em meio ao recesso parlamentar, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, sinalizou que o projeto teria prioridade na Casa com a leitura de seu relatório até o fim de fevereiro.

Em linhas gerais, trata-se de um caminho mais próximo que o setor industrial brasileiro tanto aguarda: um sistema tributário que reduza a burocracia, o contencioso jurídico, a quantidade de impostos, a complexidade e o custo da sua operação. E que traga segurança jurídica para a indústria, mas sem aumentar a carga tributária, uma das mais altas do mundo para a atividade produtiva. O impacto atual dos tributos no preço final da cerveja chega a 56%.

> Um sistema que reduza a burocracia, o contencioso jurídico, a quantidade de impostos, a complexidade e o custo da sua operação

O Brasil é o terceiro maior produtor de cerveja do mundo, atrás da China e dos Estados Unidos, com uma produção anual de mais de 14,3 bilhões de litros. Movimenta uma cadeia do "campo ao copo" que se estende desde o agronegócio, com destaque para a produção de diversos grãos, mais de 40 mil veículos empregados na distribuição e 1,2 milhão de postos de vendas espalhados por todo o país, até o consumo final das famílias.

Em números, o setor cervejeiro representa 2% do Produto Interno Bruto e contribui com mais de R$ 25 bilhões em impostos, gera uma massa salarial de R$ 27 bilhões e é responsável por mais de 2 milhões de empregos diretos, indiretos e induzidos.

Daí a importância da indústria da cerveja como uma das principais molas propulsoras na geração de empregos e retomada do país em meio à crise sanitária que vivemos.

Entendemos que a reforma tributária é um tema complexo e mesmo diante da agenda eleitoral há sensibilidade do Poder Legislativo federal para a aprovação de uma reforma estruturante que conta com o apoio e o consenso entre indústria, estados e sociedade civil. A reforma tributária precisa acelerar para que o Brasil retome os trilhos dodesenvolvimento.

Ensina com amor

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo metropolitano de Belo Horizonte
Presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Ensinar com amor é meta prioritária e compromisso interpelante da Campanha da Fraternidade de 2022 – de tema "Fraternidade e educação" –, iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), iluminada pelo horizonte do tempo da quaresma. A prioridade desta meta – ensinar com amor – formando o binômio com o "falar com sabedoria", contém propriedades para respostas urgentes na configuração civilizatória do mundo contemporâneo. E somente é capaz de ensinar com amor aqueles que são aprendizes do amor a ser ensinado. Essa capacidade para educar remete a um inteligente pensamento de Santa Tereza d'Ávila, doutora da Igreja: ensinar não é teorizar, mas transmitir convicções e compartilhar experiências.

A qualidade da educação vai além da transmissão e do aprendizado de conteúdos informativos e técnicos – essenciais para a condução de processos. Envolve o compartilhamento de convicções e de experiências, emoldurando e fecundando as dinâmicas do contexto educacional. Compreende-se, consequentemente, que ensinar com amor é força pedagógica determinante e investimento importante para que a humanidade consiga revestir-se de um novo tecido civilizatório, com mais fraternidade, justiça e paz. Por isso, abordagens relacionadas aos processos educativos não se limitam aos ambientes das escolas e academias. Oportuna é a convocação do papa Francisco para que todas as forças sejam investidas na efetivação de um Pacto Educativo Global. Isso significa compreender e atuar por uma nova realidade e um novo horizonte para a educação, incontestavelmente porque o atual cenário dá sinais evidentes de que precisa mudar, em diversos âmbitos e aspectos.

A sociedade pede rápidas mudanças, que podem ser alcançadas por meio de um processo educativo capaz de levar o ser humano a reconhecer a sacralidade da vida e a necessidade de se priorizar a fraternidade universal. Tristemente, o mundo convive com escolhas e decisões equivocadas que inviabilizam esse reconhecimento. Com isso, a justiça e a paz ficam comprometidas, convive-se com os horrores das guerras, com a exclusão social que agrava cenários de miséria e de fome. A vida – da concepção à morte, com o declínio natural – fica permanentemente ameaçada por escolhas e decisões equivocadas, também de dirigentes e líderes. Convive-se com o envenenamento das manipulações de interesses e até de legislações, para favorecer desmandos e ilegalidades. Atitudes egoístas que atrasam a sociedade na conquista de uma lucidez possível, quando considerados os avanços científicos e as lições oferecidas pela história.

> É preciso acabar com uma dívida histórica, relacionada à escolarização dos mais pobres. Trata-se de "um dever de casa" que o Brasil não conseguiu concluir

Ensinar com amor é, pois, o desafio a ser assumido para que se possa transformar a realidade. Particularmente, merece atenção o que ocorre no Brasil, onde o ensino formal avançou significativamente nas últimas décadas, mas, ao mesmo tempo, há graves desafios estruturais no campo da educação. As dimensões continentais do país, marcadas pelas singularidades regionais, configuram um cenário complexo, com problemas que, para ser superados, pedem a participação de toda a sociedade, com inteligente e arrojada articulação de instâncias governamentais. De modo especial, é preciso acabar com uma dívida histórica relacionada à escolarização dos mais pobres. Trata-se de "um dever de casa" que o Brasil não conseguiu concluir.

Investimentos mais determinantes no ensino, para superar as carências desse campo no Brasil, são especialmente relevantes no contexto de um pacto educativo global – que considera a necessidade de avanços mais expressivos, em todo o planeta, edificando nova consciência civilizatória. É hora de um novo tempo na educação – não como um processo sectário, singular, mas uma obra necessariamente social. Uma educação integral e inclusiva, cuidadosa – para não se contaminar com ideologias venenosas e prejudiciais –, capaz de promover diálogos construtivos, contribuindo para que prevaleça a unidade e sejam superados os conflitos. Pertinente é a observação do papa Francisco, na carta-encíclica Laudato Si': a educação será ineficaz e seus esforços estéreis se não houver compromisso com a construção de novos parâmetros relacionados ao ser humano, à sociedade e ao cuidado com a natureza.

A atuação de educadores no âmbito formal escolar, na família, nas instâncias governamentais e empresariais, é, pois, decisiva. Igualmente importante: cada cidadão compreenda que processos educativos são válidos e cumprem bem o seu papel à medida que se ensina com amor. Isso significa reconhecer a importância do outro, do sentido de alteridade, conforme ensina a fé cristã. Essa compreensão sublinha a importância do amor, invalidando ódios e disputas. Assim, revela-se prioridade investir na educação dos sentimentos e das emoções, de onde podem nascer preconceitos e discriminações que ferem o tecido civilizacional. Consegue aprender e, consequentemente, ensinar com amor quem se deixa fecundar pela espiritualidade da solidariedade fraterna, curando-se dos extremismos e das polarizações. Trata-se do caminho que leva à competência para falar com sabedoria. O mundo precisa, muito e urgentemente, de quem ensina com amor.

Apesar de tudo, Brasil continua atraente para o investidor

Dalton Locatelli

Sócio e presidente do Conselho de Administração da Pryor Global

Definitivamente, 2022 será um ano no mínimo desafiador para as empresas que atuam no Brasil. Além da guerra ideológica e de narrativas que já são esperadas por aqui devido às eleições presidenciais, todos nós teremos que lidar com as consequências do conflito real na Europa que, ainda que venha a ter um rápido (e assim esperamos) desfecho, certamente trará impactos no comércio internacional e na chamada ordem mundial por muitos anos.

Um rápido olhar sobre essa situação pode levar qualquer um a pensar que viveremos um ano de caos no que diz respeito a investimentos estrangeiros por aqui. A partir de minha experiência à frente de uma empresa que representa legalmente mais de 500 empresas internacionais no Brasil, tenho motivos para manter o otimismo em relação ao fluxo de investidores em nosso país e à melhoria da economia como um todo.

Posso ser tachado de exagerado ou até de louco, mas a verdade é que alguns indicadores contribuem para que eu pense dessa forma. O primeiro argumento tenho encontrado "dentro de casa". Desde o início do ano, o número de empresas estrangeiras que têm nos procurado em busca de auxílio para investir ou abrir uma operação no Brasil cresceu consideravelmente.

Invariavelmente, questiono os clientes sobre as razões pelas quais estão dando esse passo. As respostas são semelhantes: o Brasil tem um mercado enorme e de grande potencial, além de uma economia estável. Temos problemas? Claro que sim! Mas a grande maioria das grandes economias estão em dificuldades, enfrentando altos níveis de inflação, assim como o Brasil, e outras consequências trazidas pela pandemia.

Essa tendência vem se comprovando por alguns números interessantes neste início de ano. Em janeiro, por exemplo, o índice Bovespa representou o terceiro melhor investimento do mundo, com forte recuperação em relação ao ano anterior. Nos dois primeiros meses, o real também teve grande valorização frente ao dólar, sendo uma das moedas que mais se valorizaram no período.

Outro aspecto interessante: embora estejamos presenciando uma guerra armada na Europa em pleno 2022, algo que parecia inimaginável, a invasão da Ucrânia pela Rússia vem fazendo com que investidores especializados em mercados emergentes tragam capital para o Brasil, o que gerará riqueza em nosso país. E somente gerando riqueza é possível fazer com que as camadas mais pobres da sociedade, que tanto sofreram durante a pandemia, sejam beneficiadas com mais emprego e renda.

Teremos, sim, dificuldades com fertilizantes, já que 80% do utilizado por nosso agronegócio é importado, em especial da Rússia e Belarus. Ainda assim, o Brasil continuará sendo o grande exportador de alimentos do mundo, e sua força no mercado de commodities deve garantir solidez econômica em meio a um momento de dificuldade global.

No campo político, é fato que o governo atual não conseguiu avançar o suficiente nas reformas estruturantes que são necessárias para o crescimento do Brasil, e fundamentais para modernizar a economia, tendo em vista a atração de mais investidores. A aprovação do marco legal do saneamento e das reformas previdenciária e trabalhista (esta ainda no governo Temer) foram vitórias que já trazem e continuarão trazendo benefícios no longo prazo.

Seja lá a qual campo ideológico pertencer o presidente que será eleito este ano, manter o foco nas reformas será fundamental para dar sustentação ao futuro do país. O Brasil sempre será uma potência econômica e um mercado atrativo para os investidores. Só precisa parar de se "autossabotar".

S/A ESTADO DE MINAS

FUNDADO EM 7 DE MARÇO DE 1928

SEDE
Avenida Getúlio Vargas, 291 - Funcionários, Belo Horizonte-MG-Cep 30112-020

TELEFONE GERAL
(31) 3263-5000

ANJ Associação Nacional de Jornais

Filiado ao Instituto Verificador de Circulação IVC

REPRESENTANTES EXCLUSIVOS

SUCURSAL SÃO PAULO
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 732/766 - Edifício Mary Harriet Speers - 7º andar - Bairro Jardins - São Paulo - SP CEP: 01403-000 ● Fone: (11) 3372-0022 ● e-mail: sucursal.sp@uai.com.br e associadossp@uaigiga.com.br

SUCURSAL RIO DE JANEIRO
Rua Fonseca Teles, 114 a 120 – bloco 2 - 1º andar - São Cristóvão – Rio de Janeiro - RJ CEP: 20940-200 Tel.: (21) 2263-1945 ● Fax: (21) 2263-2045 e-mail: sucursal.rj@uai.com.br

TELEFONES DE APOIO

Redação (31) 3263-5330
Editorias:
Gerais (31) 3263-5244
Política (31) 3263-5293
Economia e Agropecuário (31) 3263-5103
Esportes (31) 3263-5313
Internacional (31) 3263-5301
Opinião (31) 3263-5373
Cultura - TV - Pensar e Divirta-se (31) 3263-5126
Fotografia (31) 3263-5214
Turismo (31) 3263-5333
Informática (31) 3263-5360
Vrum (31) 3263-5078
Bem Viver, Guri e Negócios e Oportunidades (31) 3263-5048
Feminino & Masculino (31) 3263-5260

SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(31) 99402-0234 fale.conosco@em.com.br | Central de atendimento (31) 3263-5800

DISTRIBUIDOR DE ASSINATURAS INTERIOR
0800 283 5062

SERVIÇO DE ATENDIMENTO À VENDA AVULSA
Capital e Contagem (31) 3263-5830
Interior de Minas Gerais 0800 283 5062
Telefax Circulação (31) 3263-5961

DEPARTAMENTO DE COBRANÇA
(31) 3263-5421

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(31) 3263-5501 e (31) 3263-5224

AGÊNCIAS
O ESTADO DE MINAS trabalha com as seguintes agências de notícias:
Agência Estado, Agência O Globo, Agência Folha, France-Presse e Reuters.

TABELA DE PREÇOS

Localidade	Venda avulsa (R$) 2ª a sábado	Domingos
MG, SP, RJ (capital)	2,50	3,50
RJ (interior), ES e DF	3,50	4,50
Outros estados	5,00	6,50

MEIO AMBIENTE

Despejo de material da mineração em curso d'água preocupa pescadores, que temem efeito da poluição. MP pede bloqueio de R$ 100 mi da empresa, que diz lamentar o fato

Vazamento da AngloGold polui córrego em Sabará

LEANDRO COURI E NATASHA WERNECK

Um tradicional ponto de pesca para moradores de Sabará, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, é o Córrego Cuiabá, afluente do Rio das Velhas. O curso d'água sofreu um despejo de rejeitos da mineradora AngloGold Ashanti no último fim de semana, após um vazamento, e agora preocupa os pescadores da região que sobrevivem da atividade. O Ministério Público de Minas Gerais interveio e bloqueou R$ 100 milhões da empresa.

Próximo ao córrego, a mineradora tem a Mina Cuiabá e a Mina Lamego. No sábado passado, foi identificado um vazamento de material industrial na baía de secagem da planta da Mina Cuiabá e, segundo a empresa, "o vazamento foi estancado imediatamente, assim que identificado". No entanto, a água que percorre o córrego próximo ao vazamento foi atingida e chegou a ficar cinza.

Pescadores, como Berenice Soares, de 55 anos, que utiliza o córrego há pelo menos 30 anos, ficaram apreensivos com a poluição do ambiente. Ela, além de trabalhar com serviços gerais, utiliza a pesca para completar a renda mensal em casa. "É uma fonte de renda que a gente tem. Na atual conjuntura, você não está conseguindo sobreviver com o que é vendido no comércio, carne e esse tipo de coisa. É uma fonte de proteína nossa também", conta.

Com o vazamento dos rejeitos, ela diz que está apreensiva, assim como centenas de outros pescadores. "Não sabemos qual a contaminação, qual tipo de metal caiu, o que aconteceu. Temos que esperar a perícia apurar e estamos esperando o resultado do teste laboratorial para ver o quanto foi contaminada essa área pra gente, que sobrevive da pesca", ressalta.

Berenice ainda afirma que, apesar do receio, não pode parar de consumir o que pesca. "Estamos vivendo numa faca de dois gumes – ou vai, ou vai de qualquer jeito", afirma. "Centenas de pessoas pescam aqui. Depois da pandemia e do desemprego, isso virou fonte de vida. Não é uma ou duas pessoas, são centenas de pessoas que ficam aqui. É um rodízio dia e noite, porque precisamos do rio e é uma fonte de renda e de alimento para todos nós", completa.

Segundo a pescadora, o córrego serve não só para pesca como para outras atividades e é preciso preservá-lo. "Já nadei, já lavei roupa no córrego. Ficamos com pena de ver o rio sendo morto e as coisas acontecendo e ninguém fazendo nada. Tem que cuidar melhor do rio, não é um favor, é uma obrigação. Não só para nós, mas para as gerações que virão."

Ela continua: "Antigamente, tínhamos o Greenpeace que protegia o lado da pesca por aqui, hoje não vemos o meio ambiente fazendo nada em prol disso. É meio ambiente para ficar sentado no gabinete? Para nós, não. Estamos no sol e sujeitos a contaminação e qualquer outro tipo de coisa. Enquanto isso, vamos pescando porque não temos outra opção."

Rodrigo Solan, de 53, técnico de patologia clínica e segurança, aproveita o córrego como lazer há 20 anos. Ele também entristeceu com o que viu. "Não sabemos o grau de contaminação da sujeira que desceu no rio. Estavam fazendo uma pesquisa pra ver a contaminação. A água muda de uma hora para a outra a cor, fica avermelhada de minério. É muita sujeira que desce, uma tristeza", aponta. Ele pede: "Tem que pedir ao pessoal mais fiscalização. Falta fiscalização por parte do Ministério da Saúde, do Meio Ambiente, porque se deixar toda responsabilidade para a Prefeitura de Sabará, não resolve."

JUSTIÇA O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) ajuizou ação contra a AngloGold e pediu à Justiça o bloqueio de R$ 100 milhões das contas da mineradora. O valor seria destinado a atividades de recuperação e compensação ambiental e à elaboração de plano de comunicação dirigido à comunidade impactada pelo vazamento. Além disso, o órgão também pediu que a empresa fique impedida de mexer na mina, nas pilhas, nas barragens e em outras estruturas operacionais da empresa até que sejam comprovadas a segurança e a estabilidade das atividades. A ação cautelar foi ajuizada por meio da Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Sabará e do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente (Caoma).

Em nota enviada do **Estado de Minas** ontem, a mineradora informou que o material que desceu para o rio é classificado como "rejeito não perigoso" e a coloração foi "devido à característica natural da própria rocha". A empresa ressaltou ainda que estão sendo feitos monitoramentos e não há nenhuma relação com a barragem, que se encontra segura e estável. A AngloGold informou ainda que foi contratada uma empresa especializada em atendimento a emergências ambientais, que realiza a limpeza do local de forma ininterrupta, 24 horas por dia.

A mineradora afirmou ainda que "a água do Rio Sabará já retornou à coloração normal". Informa ainda que "o vazamento foi estancado imediatamente, assim que identificado". Na nota, a mineradora disse lamentar "profundamente o ocorrido", além de reforçar "seu compromisso ambiental".

Sem comentar a ação ajuizada pelo Ministério Público e o pedido de bloqueio de recursos, a AngloGold disse que está colaborando com as autoridades. "Vamos cumprir todas as obrigações legais que forem determinadas", diz a empresa na nota.

MONITORAMENTO A Prefeitura de Sabará informou que solicitou à mineradora o acompanhamento da qualidade da água nos trechos afetados e também foi determinada a apresentação da classificação do material. Além disso, a empresa tem sete dias para encaminhar todos os relatórios de estudos e cronograma para avaliação dos danos causados.

Em nota, a prefeitura informou que a AngloGold foi autuada a "realizar o acompanhamento da qualidade da água nos trechos afetados pela ocorrência (Córrego Cuiabá, Córrego Gaia e Rio Sabará), com amostragens diárias, até que a qualidade da água retorne ao status quo; a apresentar classificação completa do material lançado no corpo d'água" e ainda a "encaminhar, num prazo de sete dias, todos os estudos e relatório com cronograma, contendo a avaliação da extensão dos danos causados (fauna, flora, recurso hídrico e população) pelo vazamento do material e as medidas adotadas a fim de interromper e sanear totalmente os danos causados".

FOTOS: LEANDRO COURI/EM/D.A PRESS

Riacho Cuiabá, afluente do Rio das Velhas, em Sabará, foi atingido por rejeitos da mineradora, que turvaram suas águas

Pescadora, Berenice Soares critica a falta de fiscalização e se diz apreensiva. Córrego é fonte de renda e alimento para população

> "Tem que pedir ao pessoal mais fiscalização. Falta fiscalização por parte do Ministério da Saúde, do Meio Ambiente, porque se deixar toda responsabilidade para a Prefeitura de Sabará, não resolve"
>
> **Rodrigo Solon,** técnico em patologia clínica

PROCLAMAS DE CASAMENTO

2º Subdistrito de Belo Horizonte - MG
Oficial: Maria Candida Baptista Faggion
Rua Guarani, 251 - Centro
Tel: (31) 3272-0562

Faz saber que pretendem casar-se :

REINALDO RUGGIERE BELLI DA CRUZ, solteiro, Analista de sistemas (informática), maior, residente nesta Capital, filho de José Roberto Ribeiro da Cruz, e Gilcélia Nair Belli da Cruz. BERTHA EMANUELLY DA ROCHA SILVA, solteira, Gerente de estudos e projetos, maior, residente nesta Capital, filha de Aloisio José da Silva, e Renata da Rocha Silva.

PAULO CESAR SANTOS MENDES, solteiro, Analista de suporte de sistema, maior, residente nesta Capital, filho de Ernesto Mendes, e Marisa Santos da Silva. EDISLAINE RIBEIRO CORRÊA DE SOUZA, solteira, Supervisora administrativo, maior, residente nesta Capital, filha de Nilson Corrêa de Souza, e Ana Ribeiro Corrêa de Souza.

THIAGO MEIRELES FELIX, solteiro, Médico veterinário, maior, residente nesta Capital, filho de José Felix dos Santos, e Claude Meireles de Araujo Felix. RAFAELA ALVES CORDEIRO, solteira, Cirurgiã dentista - clínico geral, maior, residente nesta Capital, filha de Rafael Alves Cordeiro, e Beatriz Maria Cordeiro.

BRÁULIO DE PAULA SAMPAIO, solteiro, Técnico em segurança do trabalho, maior, residente nesta Capital, filho de Antônio Carlos de Paula Sampaio, e Maria Aparecida da Silva Sampaio. DANIELA GERALDA DE FARIA, solteira, Auxiliar financeiro, maior, residente nesta Capital, filha de José Nobre de Faria, e Maria Augusta Alves de Faria.

CRISTIANO MATHIAS DE OLIVEIRA, solteiro, Advogado, maior, residente nesta Capital, filho de Geraldo Mathias de Oliveira, e Raimunda Herculana dos Santos Mathias de Oliveira. ROSEANE CRISTINA DOS SANTOS, solteira, Assistente social, maior, residente nesta Capital, filha de Alvimar da Cruz dos Santos, e Vânia Lucia Furtado dos Santos.

LUCAS REMIGIO DOS SANTOS, solteiro, Técnico em radiologia, maior, residente nesta Capital, filho de Hermes Remigio dos Santos, e Ilani Maria Costa Santos. LORENA AUGUSTA COELHO DE MATTOS, solteira, Técnica de enfermagem, maior, residente nesta Capital, filha de Arnaldo Francisco de Mattos, e Aparecida Ambrósio Coelho de Mattos.

QUARTO SUBDISTRITO DE BELO HORIZONTE

Faz saber que pretendem casar-se :

Profissionais da saúde ouvidos pelo *EM* alertam que mudança de classificação da doença é definida por critérios técnicos e esbarra, hoje, em repiques da infecção

Decreto de endemia seria inútil, para especialistas

MARIANA COSTA*

Mudar o status da COVID-19 de pandemia para endemia, como deseja o governo brasileiro, será medida inócua, na avaliação de especialistas consultados pelo **Estado de Minas**, que enfatizam critérios técnicos necessários para a alteração e a falta de sentido de um decreto com esse teor, num momento de nova onda de contaminações pelo coronavírus em diversos países. No início de março, o presidente Jair Bolsonaro (PL) anunciou que o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, estuda rebaixar o status da doença para endemia, "em virtude da melhora do cenário epidemiológico". Ontem, Bolsonaro disse que a portaria que prevê esse rebaixamento deve ficar pronta ainda neste mês.

"A ideia é que até o dia 31, é a ideia dele (Queiroga), passar de pandemia para endemia e vocês vão ficar livres da máscara em definitivo", afirmou o presidente em entrevista à TV Ponte Negra, afiliada do SBT, no Rio Grande do Norte. A classificação foi determinada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Pandemia é o nível mais grave de disseminação de uma doença e a escala da OMS inclui ainda os termos endemia, epidemia e surto.

"A pandemia ocorre quando alguma doença, geralmente que não se conhecia antes, acomete grande parte do planeta. É um fenômeno global. Já a endemia é usada para doenças que existem de uma forma crônica em alguns locais no país. Por exemplo, no Brasil, nós temos regiões endêmicas de esquistossomose, doença de Chagas", explica o epidemiologista Geraldo Cunha Cury, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Cury afirma que a mudança de status da doença deve levar em consideração critérios técnicos. "Não é por decreto ou portaria que se muda de pandemia para endemia. É lamentável que se pense dessa forma. A OMS ontem já deixou bem claro que para a pandemia terminar é preciso que aconteça no mundo todo, não tem como acabar em um país e não no outro. Isso não existe, pois (a COVID) é uma doença de grande difusão. Não combinaram com os vírus."

MARCOS VIEIRA/EM/D.A PRESS - 23/1/22

Feira Hippie, em BH: uso do status de endemia não significa que o país está bem nos controles, e reflete fato político, diz professora da Unifesp

A professora de Farmacologia da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenadora do centro SOU Ciência Soraya Smaili concorda. "Não cabe a um governo ou governante estabelecer se tem uma pandemia ou não. O conceito de pandemia não é determinado pelo governo. Isso vem a partir de uma análise muito criteriosa feita por organismos internacionais reguladores. A OMS apenas constata uma pandemia a partir dos dados dos países. Essa análise é feita com base no número de casos, óbitos e transmissão. Tudo isso deve ser observado criteriosamente para dizer que uma doença está sob controle e deixou de ser pandemia."

"Não precisamos entrar nesse debate. Para mim isso é inócuo, inútil, não passa de um fato político. Não tem sentido. É possível mudar um pouco as estratégias e as políticas de uso de máscaras em ambientes externos, independentemente de ser pandemia ou endemia", completa.

A professora ressalta que o fato de no país a COVID-19 ser uma endemia não torna a situação menos grave. "Se passarmos para uma situação endêmica, significa que vamos conviver com esse vírus. Ele estará presente. Em alguns momentos, vai haver um crescimento no número de casos, em outros diminuição. Mas passar de pandemia para endemia não significa que está tudo bem."

Segundo Soraya Smaili, para deixar de adotar o uso de máscaras, a testagem para a doença respiratória e outras políticas públicas em relação à COVID-19, a classificação da enfermidade como pandemia ou endemia não faz diferença. "A política pública visa à saúde da população. Se, no Brasil, o número de casos estiver elevado e no resto do mundo não, nós teremos que usar máscaras. Não é isso que determina, por exemplo, a retirada do uso de máscaras. O que determina a flexibilização das medidas sanitárias é o número de casos, a taxa de transmissão e o número de óbitos, além de outros fatores."

O epidemiologista Geraldo Cury, professor da UFMG, lembra também que a queda na contaminação se deve ao avanço da campanha de vacinação no Brasil. "Observamos que os casos têm diminuído, certamente em função do grande número de pessoas que já estão vacinadas com as duas doses e com a dose de reforço."

*Estagiária sob supervisão da subeditora Marta Vieira

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG

PROCESSO 024/2022 - PP 011/2022 - Objeto: Contratação de empresa qualificada para prestação de Serviços de Transporte Escolar, Itinerário Larga/Boqueirão ao Distrito de Covancas, a serem executados em regime de empreitada pelo menor preço do km rodado por itinerário. **Credenciamento: 31/03/2022 - 09:00h** - Edital disponível no site https://franciscodumont.mg.gov.br/ ou pelo e-mail franciscodumontlicitacao@gmail.com
Herbert Leonardo Fonseca
Pregoeiro oficial.

PREFEITURA DE VESPASIANO/MG

PROCESSO Nº 001/2022 - INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº001/2022 – A Prefeitura Municipal de Vespasiano, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, torna público a instauração do Processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2022, cujo objeto é a realização de Termo de Colaboração com a Associação Vingren de Assistência Social, para transferência de emenda parlamentar específica de nº 202141560006 do Deputado Léo Mota, para o custeio/manutenção da oferta do serviço socioassistencial denominado "Plano Social Abvas" conforme Plano de Trabalho apresentado pela Associação-Valor do repasse: R$ 140.000,00 (Cento e Quarenta Mil Reais)-Valdecy Alves Rocha-Secretário Municipal de Desenvolvimento Social Interino.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DUMONT/MG

EXTRATO DE EDITAL. PROCESSO 023/2022 - TP 005/2022 - Objeto: Contratação de Pessoa Física/Jurídica para Prestação de Serviços através de Cessão de Mão de Obra de profissionais Enfermeiros, Técnicos de Enfermagem, Biomédico e Clinico Médico Geral p/ atuação na Atenção Primaria ou Secundaria. **Entrega dos Envelopes: Até as 09:00h do dia 04/04/2022. Abertura dos envelopes: 09:15h do dia 04/04/2022** - Edital disponível no site: https://franciscodumont.mg.gov.br/. Josina Neves Fonseca - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS/MG

CREDENCIAMENTO Nº 001/2017. Torna público nos termos da Lei nº 8.666/93 - Processo nº 026/17. Objeto: Credenciamento para a prestação de serviços médicos em diversas especialidades, exames clínicos e exames laboratoriais. Altera o prazo para credenciamento para findar em 31/05/2022 e o valor estimado para a Contratação R$ 600.000,00. Melhores informações à Av. Raul Soares, nº 310, Centro, ou Tel.: (33) 3267-1932.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS/MG

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2022 - Processo nº 031/22 - Edital nº 015/22. Objeto: Contratação de Empresa técnica especializada por empreitada com o Menor Preço Global para a execução dos serviços de Reforma e Ampliação do Canil Municipal, na Sede do Município de Aimorés/MG, Resolução SEGOV Nº 011 de 03/05/2021. Abertura: 05/04/2022, às 09h00min. Melhores informações à Av. Raul Soares, nº 310, Centro, Aimorés/MG, Tel.: (33)3267-1932, site: www.aimores.mg.gov.br.

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO JOÃO DA LAGOA - SAAE. PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 04/2022. O SAAE de São João da Lagoa/MG torna público Processo nº 10/2022, Pregão Presencial por Registro de Preços nº 04/2022. Objeto: Aquisição de equipamentos para automação das Etas do SAAE. Sessão: 31/03/2022. Menor Preço Unitário. Horário: 08h00min. Inf.: e-mail: saaesjlagoa@yahoo.com.br, tel.: (38) 3228-8101.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COROMANDEL-MG

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL nº 15/2022 - SRP. Será realizado no dia 31 de março de 2022 às 08:00 hs o Processo nº 22/2022, do Tipo Menor Preço Por Item, cujo objeto é a aquisição de recargas de gás GLP 13 kg e 45 kg para atender as Secretarias e Setores da Prefeitura Municipal de Coromandel-MG, com reserva de itens para participação exclusiva de Microempresas, empresas de Pequeno Porte e Microempreendedor Individual. E-mail licitacao@coromandel.mg.gov.br no site www.coromandel.mg.gov.br, ou pelo telefone 34-3841-1344. Coromandel-MG, 17 de março de 2022. Patrick César Sucupira – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSA TEMPO-MG

PAL 016/2022 - TOMADA DE PREÇO 001/2022. Abertura: 11/04/2022 às 13:00 horas. Objeto: Contratação de empresa especializada para recapeamento de vias urbanas em CBUQ – Parte da Rua Professor Walter Veado e Parte da Rua Carlos Pinheiro Chagas, conforme projetos básicos. Edilson Rodrigues – Prefeito Municipal - CONTATO: Telefone: (37) 3335-1103 – E-mail: licitacao@passatempo.mg.gov.br – Sítio Eletrônico Oficial do Município. www.passatempo.mg.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL DE PARÁ DE MINAS

CONCORRÊNCIA Nº 01/2021 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2021

A Câmara Municipal de Pará de Minas, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 1935, Bairro Senador Valadares, nesta cidade de Pará de Minas/MG, por intermédio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, Torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Licitação Pública com as seguintes características: Modalidade: Concorrência nº 01/2021. Critério de Julgamento: Menor Preço Global (Empreitada por Preço Global). Objeto: Execução de obra civil visando continuação da construção parcial do edifício sede da Câmara Municipal de Pará de Minas, conforme especificações constantes do Edital e seus anexos. Recebimento da documentação e proposta: Em dias úteis, até o dia 18/04/2022, no horário de 8h30min às 11h00min e de 14h00min às 16h30min, e no dia 19/04/2022 até às 9h00min. Início da Abertura dos Envelopes: 19/04/2022, às 09h30min. Local: Plenarinho, sala nº 214, 2º andar, na sede da Câmara Municipal. A íntegra do Edital 03 e seus anexos estão disponíveis para leitura e obtenção na sede da Câmara Municipal de Pará de Minas ou no site: www.parademinas.mg.leg.br. Informações pelo e-mail: licitacao@camarapm.mg.gov.br ou telefones: (37) 3237-6079, (37) 3237-6081.

Pará de Minas, 17 de março de 2022.
Fernanda Teixeira Almeida
Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2022

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada de Vigilância Eletrônica para prestação de serviços de monitoramento remoto ininterrupto de Sistemas de Alarmes via rádio, incluindo o fornecimento (mediante comodato), de todos os equipamentos necessários, bem como instalação/desinstalação, configuração e manutenção preventiva/corretiva para atender as necessidades de segurança do patrimônio público do IFTM Campus Uberaba.

LOCAL, DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: www.comprasgovernamentais.gov.br, dia **19/04/2022** às **09:30h**, horário de Brasília. **MAIS INFORMAÇÕES:** Nos sites www.iftm.edu.br ou www.comprasgovernamentais.gov.br, pelo ou pelo e-mail compras.ura@iftm.edu.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA/MG
Licitação nº 035/2022
PP Nº 025/2022
Aviso de Licitação

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ELÉTRICOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA/MG, que será realizado na data de 31/03/2022, às 09h00min, no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado à PÇ JK, nº 139, Centro, Cachoeira da Prata/MG. Informações pelo e-mail: licitacao@cachoeiradaprata.mg.gov.br, ou pelo site: cachoeiradaprata.mg.gov.br.
Vitor Leonardo Freitas Barbosa
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA/MG
Licitação nº 036/2022
PP Nº 026/2022
Aviso de Licitação

OBJ: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, PAPELARIA E MATERIAIS DE CONSUMO PARA O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA DA PRATA/MG, que será realizado na data de 05/04/2022, às 09h00min, no Setor de Licitações desta Prefeitura, situado à PÇ JK, Nº 139, Centro, Cachoeira da Prata/MG. Informações pelo e-mail: licitacao@cachoeiradaprata.mg.gov.br, ou pelo site: cachoeiradaprata.mg.gov.br
Vitor Leonardo Freitas Barbosa
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRABELA-MG

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 089/2019. Partes: Município de Mirabela/MG e a Empresa Cepol Construções e Edificações Polo LTDA - EPP, CNPJ nº 10.275.598/0001-85. Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para prestação de serviço visando a construção de remanescente de obra do Centro de Educação Infantil Fada Azul – projeto padrão FNDE tipo 2, conforme projetos que integram o presente edital. Em decorrência do reajuste promovido no valor global, atualizado do contrato, as partes acordam em promover o reequilíbrio, passando de R$ 1.164.656,94 (um milhão, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e noventa e quatro centavos) para R$ 1.172.694,00 (um milhão, cento e setenta e dois mil, seiscentos e noventa e quatro reais), que corresponde a um reajuste no importe de 0,690079604%, em razão do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, que passará a vigorar a partir da regular assinatura do presente aditamento. Ratificado por Fernando Henrique Rabelo Porto – Gerente Municipal de Obras.

SINDSEP-MG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDICATO DOS TRABALHADORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS – SINDSEP-MG -, inscrito no CNPJ sob o nº 23.848.492.0001-75, com sede à Rua Curitiba, 689 – 12º andar - Centro – Belo Horizonte – MG – CEP 30170-120, por seu diretor Rafael Campos das Dores, tendo em vista o processo negocial do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) com a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) - convoca todos (as) os (as) trabalhadores (as), empregados (as) públicos (as) de serviços hospitalares no Estado de Minas Gerais, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, nos seguintes dias, locais e horários:

UBERLÂNDIA

DIA 18 DE MARÇO DE 2022 (6ª FEIRA): (PRESENCIAL) - Portaria de entrada dos funcionários do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HC/UFU) - próximo ao Banco de Leite - no estacionamento: Rua Iguaçu, 858 - Bairro Umuarama - Uberlândia – MG - CEP 38405-320 - 11h (1ª Convocação) e 12h (2ª Convocação); 13h (1ª Convocação) e 14h (2ª Convocação);

DIA 21 DE MARÇO DE 2022 (2ª FEIRA): (PRESENCIAL) - Portaria de entrada dos funcionários do Hospital de Clínicas de Uberlândia (HC/UFU) - próximo ao Banco de Leite - no estacionamento: Rua Iguaçu, 858 - Bairro Umuarama - Uberlândia – MG - CEP 38405-320 - 19h (1ª Convocação) e 20h (2ª Convocação)

JUIZ DE FORA – DIA 21 DE MARÇO DE 2022 (2ª FEIRA): (VIRTUAL) - 19h (1ª Convocação) e 20h (2ª Convocação) pela plataforma TEAMS no link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_OTc1ODAzMGUtMWE2Zi00MmE1LTk32GItNTE1ZmYzOGNiOGE4%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbeecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d para os (as) trabalhadores (as) lotados nas seguintes unidades: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA (HU/UFJF/EBSERH) - Unidade Dom Bosco; HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE JUIZ DE FORA (HU/UFJF/EBSERH) - Unidade Santa Catarina e CAPS – CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (dependências do HU-UFJF/EBSERH – Unidade Dom Bosco).

BELO HORIZONTE – DIA 22 DE MARÇO DE 2022 (3ª FEIRA): (VIRTUAL) - 14h (1ª Convocação) e 15h (2ª Convocação) pela plataforma TEAMS no link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NThlY2MyY2YtMDljMC00ZjZmLWFhMTEtNzViN2JmNGUxNzc1%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbeecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d para os (as) trabalhadores (as) lotados no Hospital das Clínicas (HC/UFMG).

UBERABA – DIA 22 DE MARÇO DE 2022 (3ª FEIRA): (VIRTUAL) - 18h (1ª Convocação) e 19h (2ª Convocação) pela plataforma TEAMS no link https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_NGNkZDg1OWUtM2UzMC00YmU3LWIzNWMtNGJiODNlNjFhYmYw%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22bdf4880b-8c41-4fcf-bd58-96e3fcbeecbd%22%2c%22Oid%22%3a%227c2fa4d4-2409-4c8a-a7a4-1c7d26c39a95%22%7d para os (as) trabalhadores (as) lotados no Hospital de Clínicas (HC/UFTM).

A pauta a ser apreciada é a seguinte:

1. Informes Gerais;
2. Apreciação pelos (as) trabalhadores (as) da proposta de Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2021/2022 apresentada pela empresa no dia 10/03/2022;
3. Instalação de Assembleia Permanente no curso de todo movimento reivindicatório;
4. Autorização ou ratificação da Condsef/Fenadsef para ingresso de dissídio coletivo ou quaisquer outras medidas judiciais em defesa dos direitos e interesses dos empregados da Ebserh em caso de impasse total ou parcial das negociações com a Ebserh acerca do ACT 2021/2022;
5. Outros encaminhamentos.

Belo Horizonte, Minas Gerais, 18 de março de 2022.

Rafael Campos das Dores
Diretor da Secretaria de Administração e Finanças
CPF 013.365.746-90

AGRO MINAS GERAIS

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DE UNIDADE AGRO DA CAIXA EM MINAS GERAIS

A Caixa Econômica Federal torna pública sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, localizado nos municípios de ARAXÁ, CARATINGA, DIVINOPOLIS, FRUTAL, PATOS DE MINAS, PATROCÍNIO e UBERABA, situados no Estado de Minas Gerais. Os imóveis devem possuir documentação regularizada junto aos órgãos públicos. Preferencialmente ter idade aparente de até 10 anos, possuir área aproximada de 100m² a 175m², com pé direito aproximado de 3,5m, em um único pavimento (térreo), com vão interno livre de colunas. Devem possuir sanitários e área de estacionamento, conforme exigências da Prefeitura local. Os interessados devem encaminhar carta de manifestação de interesse na possível locação e indicação do imóvel, contendo: 1) Endereço completo do imóvel, área construída em m² e dados para contato oferta do imóvel assinado; 2) Registro Geral de Imóveis (RGI) em nome do proponente; 3) Fotos do imóvel; 4) Planta baixa com área (se houver). Os documentos devem ser enviados para o e-mail CEOGI04@CAIXA.GOV.BR ou em qualquer Agência da CAIXA, destinado à CEOGI. Esclarecemos que a pesquisa de mercado ficará aberta ao recebimento das ofertas de imóveis até que se torne público o seu encerramento.

VAREJO MINAS GERAIS

LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO À INSTALAÇÃO DE PA DA CAIXA EM MINAS GERAIS

A Caixa Econômica Federal torna pública sua pesquisa de mercado para compor estudos quanto à viabilidade na locação de imóvel pronto, localizado nos municípios de ARAGUARI e CONSELHEIRO LAFAIETE, situado no Estado de Minas Gerais. Os imóveis devem possuir documentação regularizada junto aos órgãos públicos. Preferencialmente ter idade aparente de até 10 anos, possuir área aproximada de 220m² a 350m², com pé direito aproximado de 3,5m, em um único pavimento (térreo), com vão interno livre de colunas. Devem possuir sanitários e área de estacionamento, conforme exigências da Prefeitura local. Os interessados devem encaminhar carta de manifestação de interesse na possível locação e indicação do imóvel, contendo: 1) Endereço completo do imóvel, área construída em m² e dados para contato oferta do imóvel assinado; 2) Registro Geral de Imóveis (RGI) em nome do proponente; 3) Fotos do imóvel; 4) Planta baixa com área (se houver). Os documentos devem ser enviados para o e-mail CEOGI04@CAIXA.GOV.BR ou em qualquer Agência da CAIXA, destinado à CEOGI. Esclarecemos que a pesquisa de mercado ficará aberta ao recebimento das ofertas de imóveis até que se torne público o seu encerramento.

SINDEMED/MG SINDICATO ESTADUAL DOS EMPREGADOS DAS COOPERATIVAS DE SERVIÇOS MÉDICOS DE MINAS GERAIS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O presidente do Sindicato Estadual dos Empregados das Cooperativas de Serviços Médicos de M. G., no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, convoca os associados da entidade a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que será virtual, no dia 26 (vinte e seis) de março de 2022 (dois mil e vinte e dois), às 09:00 horas em primeira convocação, e às 09:30 em segunda e última convocação, através dos aplicativos digitais de reuniões virtuais Google Meet ou Zoom, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1) Prestação de contas do exercício 2021; 2) Assuntos gerais. Na oportunidade, informamos que o link para participação na assembleia virtual será disponibilizado no site do Sindemed, até um dia útil antes da realização da AGO.

Belo Horizonte, 18 de março de 2022.

Robson David Mahé
Presidente

SICOOB Centro-Oeste

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL
EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA**

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ITAÚNA E REGIÃO LTDA.
SICOOB CENTRO-OESTE
CNPJ Nº. 66.463.407/0001-63 - NIRE Nº. 3140000648-6**

O Presidente da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Itaúna e Região Ltda. - SICOOB CENTRO-OESTE, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os associados com direito a votar, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária e Assembleia Geral Ordinária, e que por sua sede não comportar, realizar-se-ão, no Auditório do Condomínio Edifício CDE, situado à Rua Capitão Vicente, nº. 129, 1º andar, Centro, cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais, no próximo dia 29/03/2022, em primeira convocação às 17h, com a presença de 2/3 (dois terços) do número total dos associados. Caso não haja número legal para a instalação, ficam, desde já, convocados para a segunda convocação às 18h, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais 01 (um) do número total dos associados; persistindo a falta de "quórum legal" as Assembleias realizar-se-ão então no mesmo dia e local, em terceira e última convocação, às 19h, com a presença de, no mínimo, 10 (dez) associados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Reforma Integral do Estatuto Social, do artigo 1º ao artigo 96; b) Outros assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. **PAUTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** a) Leitura para discussão e julgamento do Relatório do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral, Demonstração dos Resultados e demais contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021; b) Destinação do resultado do exercício 2021; c) Apresentação do Orçamento 2022; d) Uso e aplicação do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES; e) Deliberação da contratação de seguro coletivo para todos os cooperados utilizando recurso do FATES/Despesas; f) Atualização da Política Institucional de Governança Corporativa CI 010/2021; g) Atualização da Política de Sucessão de Administradores do Sicoob e institui o Plano de Sucesso de Administradores do Sicoob CI 044/2021; h) Institui a 2ª. Edição da Política de Controles Internos e Conformidade Resolução 027/2021; i) Assuntos de interesse geral sem caráter deliberativo. Em relação aos itens "e", "f", "g" e "h" deste Edital, estão à disposição dos interessados nos Pontos de Atendimentos (PAs) ou no site da cooperativa - www.sicoobcentrooeste.com.br.

Itaúna - MG, 18 de março de 2022.

MÁRCIO OLÍVIO VILLEFORT PEREIRA
Presidente do Conselho de Administração

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

CNPJ/MF nº 60.894.730/0001-05
Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021

Senhores Acionistas,
A Administração da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

1) CONJUNTURA ECONÔMICA

Dados da *World Steel Association* (WSA) mostram que a produção de aço bruto em 2021 alcançou 1,951 bilhão de toneladas, com alta de 3,7% na comparação com 2020. Dentre os cinco maiores produtores mundiais, China responsável por 53,0% da produção global foi o único a registrar queda (-3,0%). Completam a sequência, Índia (+17,8%), Japão (+14,9%), Estados Unidos (+18,3%) e Rússia (+6,1%). O Brasil, nono maior produtor mundial, a produção de 36,0 milhões de toneladas em 2021 significou uma alta de 14,7% em relação a 2020.
De acordo com números preliminares do Instituto Aço Brasil, o consumo de aço no país encerrou o ano de 2021 em alta de 23,2% frente ao ano anterior. No mercado de aços planos a demanda apresentou alta de 24,2%, com crescimento de 17,7% na parcela das vendas internas e forte alta de 86,2% nas importações, que responderam por 16,3% do volume consumido do ano. Em 2021, as importações responderam por 10,9% do consumo aparente. As exportações de produtos acabados planos das usinas cresceram 11,3%, para 1,6 milhão de toneladas.
A alta de demanda por aços planos foi disseminada nos principais setores consumidores, com destaque para aqueles relacionados à produção de bens de capital como é o caso dos fabricantes de implementos rodoviários, máquinas agrícolas, máquinas de construção e movimentação de terra. Setores ligados às novas tendências de geração de energia a partir de fontes renováveis, como é o caso da fabricação de torres eólicas e de painéis solares, também se destacaram em 2021. A recuperação dos investimentos em infraestrutura também favoreceu a demanda de aços planos na construção civil.
O desempenho do setor automotivo foi fortemente afetado pela crise de semicondutores que impediu uma recuperação mais expressiva da produção em 2021. Segundo dados da ANFAVEA, a produção nacional de automóveis atingiu 2,248 milhões de unidades, com alta de 11,6% na comparação com 2020, permanecendo, porém, abaixo (-23,7%) do patamar de 2,945 milhões de unidades produzidas em 2019. Outros setores industriais também enfrentaram problemas e gargalos nas suas cadeias globais de abastecimento.
O segundo semestre foi marcado por uma desaceleração do consumo aparente de aços planos. Na comparação com o 1S21 houve queda de 14,5%. Isso se deveu a normalização dos estoques de aço nas cadeias industriais e a perda do dinamismo de alguns setores, principalmente aqueles ligados à produção de bens de consumo duráveis, sensíveis ao aumento da inflação e da taxa de juros no país.

2) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de governança da Usiminas conta com um departamento de Auditoria Interna, subordinado diretamente ao Comitê de Auditoria. Ele tem a missão de monitorar as boas práticas e avaliar o sistema de controles internos e de gestão de riscos da Companhia.

Composição acionária e grupo de controle

O capital social da Companhia se compõe de 1.253.079.108 ações, sendo 56,28% de ações ordinárias com direito a voto. O Grupo de Controle possui 68,57% do capital votante.

Administração

A Diretoria Estatutária da Usiminas é composta por um diretor-presidente e cinco vice-presidentes nas áreas Comercial, Industrial, Finanças e Relações com Investidores, Tecnologia e Qualidade e Planejamento Corporativo.
O Conselho de Administração conta com oito membros efetivos e seus respectivos suplentes e se reúne, ordinariamente, quatro vezes por ano, conforme calendário previamente estabelecido, ou extraordinariamente, sempre que necessário aos interesses da Companhia. Possui dois comitês de assessoramento: o Comitê de Auditoria e o Comitê de Recursos Humanos.
A Usiminas mantém ainda um Conselho Fiscal instalado, responsável por fiscalizar os atos de gestão dos Administradores.

Remuneração da administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Estatutária, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

Remuneração da administração	2021	2020
Honorários	14.978	13.463
Encargos sociais	3.274	2.844
Planos de aposentadoria	596	321
Provisão de remuneração variável	17.723	8.477
Total	**36.571**	**25.105**

Em 31 de dezembro de 2021, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R$29.463 (31 de dezembro de 2020 - R$20.485).

Auditores independentes

A norma interna da Companhia, no que diz respeito à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou de objetividade nos trabalhos de auditoria. Esta norma fundamenta-se nos princípios internacionalmente aceitos de que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes. O Estatuto Social da Companhia também prevê que o Conselho de Administração é responsável por autorizar a contratação de quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria externa dos auditores independentes, levando-se em consideração a recomendação do Comitê de Auditoria.
A PricewaterhouseCoopers foi responsável pela auditoria externa das demonstrações financeiras das Empresas Usiminas de 31/12/2021, assim como das informações trimestrais de 30/09/2021, 30/06/2021 e 31/03/2021.
Conforme Instrução CVM 381/2003, a Companhia informa que não contratou outros serviços dos seus auditores independentes não relacionados à auditoria externa das suas demonstrações financeiras.

3) DESEMPENHO CONSOLIDADO

Destaques

R$ milhões - Consolidado	2021	2020	Var. 2021/2020
Volume de Vendas Aço (mil t)	4.823	3.723	30%
Volume de Vendas Minério (mil t)	9.023	8.683	4%
Receita Líquida	33.737	16.088	110%
EBITDA ajustado	12.830	3.194	302%
Margem EBITDA ajustado	38%	20%	+ 18 p.p.
Lucro (Prejuízo) Líquido	10.060	1.292	679%
Investimentos (CAPEX)	1.483	799	86%
Capital de giro	7.840	2.936	167%
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.024	4.868	44%
Dívida líquida	(720)	1.105	-
Dívida líquida/EBITDA Ajustado (x)	-0,06x	0,35x	- 0,41x

Receita líquida

A receita líquida de 2021 foi de R$33,7 bilhões, 109,7% superior à 2020 (R$16,1 bilhões), representando um recorde histórico para a Usiminas, com receita líquida recorde em todas as Unidades de Negócio.

Distribuição da Receita Líquida

Distribuição da Receita Líquida	2021	2020
Mercado Interno	78%	73%
Mercado Externo	22%	27%
Total	**100%**	**100%**

Custos dos produtos vendidos (CPV)

O custo dos produtos vendidos – CPV em 2021 totalizou R$22,5 bilhões, um aumento de 75,1% em relação a 2020 (R$12,8 bilhões).
O custo dos produtos vendidos - CPV da unidade de Siderurgia foi de R$21,4 bilhões em 2021, 86,0% superior ao ano anterior (2020: R$11,5 bilhões). O CPV por tonelada foi de R$4.428/t em 2021, um aumento de 30,0% na comparação com 2020 (R$3.123/t), devido os maiores custos de produção no período.
Na Mineração, o custo do produto vendido – CPV totalizou R$2,1 bilhões em 2021, 39,8% superior ao de 2020 (R$1,5 bilhão), em função do aumento do volume de vendas no ano e maiores preços de fretes marítimos. Em termos unitários, o CPV/t foi de R$229,7/t, um aumento de 34,6% em comparação a 2020 (R$170,7/t), em função dos maiores custos associados ao maior volume de vendas para a exportação.

Despesas e receitas operacionais

As Despesas com vendas em 2021 totalizaram R$571 milhões, 43,2% superiores a 2020 (R$398 milhões), com maiores despesas nas três Unidades de Negócio.
Em 2021, as Despesas gerais e administrativas totalizaram R$503 milhões, 17,9% superiores ao ano anterior (2020: R$427 milhões), com maiores despesas nas três Unidades de Negócio.
Outras receitas (despesas) operacionais em 2021 totalizaram R$1,1 bilhão positivas, 217,5% superior ao registrado em 2020 (R$337 milhões positivas), principalmente por créditos fiscais e tributários reconhecidos no 2T21 e 4T21, com valores de R$1,5 bilhão e R$335 milhões, respectivamente, e registro de receita de R$331 milhões relativa à reversão de passivo atuarial, parcialmente compensados por maiores provisões para perda pela não recuperabilidade de créditos fiscais em R$159 milhões na comparação com 2020 e registro de R$397 milhões negativos em *Impairment* de Investimentos/Ativos em 2021, ante um registro positivo nessa mesma conta de R$731 milhões em 2020. Lembrando que os resultados na conta de *Impairment* não afetam o EBITDA Ajustado.

EBITDA ajustado

Demonstrativo do EBITDA

Consolidado (R$ mil)	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	10.059.954	1.291.743
Imposto de renda / Contribuição social	2.276.323	554.230
Resultado financeiro	(845.815)	1.082.492
Depreciação e amortização	982.741	1.000.223
EBITDA - Instrução CVM 527	**12.473.203**	**3.928.688**
Resultado da Equivalência Patrimonial em Coligadas e Controladas	(218.788)	(159.759)
EBITDA proporcional de controladas em conjunto	178.166	155.345
Impairment de Ativos não financeiros líquido de realização	397.257	(730.654)
EBITDA Ajustado	**12.829.838**	**3.193.620**

O EBITDA Ajustado alcançou R$12,8 bilhões em 2021, recorde histórico para a Usiminas, sendo 301,7% superior ao registrado em 2020 (R$3,2 bilhões). A margem EBITDA Ajustado foi de 38,0% em 2021, frente a margem de 19,9% em 2020.

Resultado financeiro

O Resultado Financeiro em 2021 foi de R$846 milhões positivo, frente um resultado de R$1,1 bilhão negativo em 2020, principalmente em razão de atualização monetária dos créditos fiscais e tributários ocorridos no 2T21 e 4T21, com valores de R$904 milhões e R$377 milhões, respectivamente. Ainda, em 2021 foi registrada uma perda cambial, líquida de R$290 milhões, ante perda líquida de R$765 milhões em 2020.

Resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas

Em 2021, o resultado da equivalência patrimonial em coligadas e controladas em conjunto totalizou R$219 milhões, ante R$160 milhões em 2020.

Lucro (prejuízo) líquido

Em 2021, a Companhia registrou lucro líquido de R$10,1 bilhões, recorde histórico para Usiminas, 678,8% superior ao lucro líquido apresentado em 2020 (R$ 1,3 bilhão), refletindo o forte desempenho operacional de todas as Unidades de Negócio.

Capital de giro

No final de 2021, o capital de giro totalizou R$7,8 bilhões, superior em 167,0% na comparação com o final de 2020 (R$2,9 bilhões). As principais variações são apresentadas a seguir:
• Aumento de Estoques em R$3,6 bilhões, devido a maiores custos e volumes dos estoques de matérias primas e de aço;
• Aumento de Impostos a recuperar em R$1,2 bilhão, com o saldo de créditos fiscais relativos à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS;
• Aumento de Contas a Receber em R$1,2 bilhão, principalmente pelo maior faturamento da Usiminas no período.
Parcialmente compensado por:
• Aumento de Fornecedores em R$712 milhões, como consequência dos maiores custos de matérias primas e pelos maiores volumes de produção.

Investimentos (CAPEX)

Em 2021, o CAPEX totalizou R$1,5 bilhão, 85,7% superior ao registrado em 2020 (R$799 milhões). Os investimentos foram aplicados, principalmente, nos preparativos para a reforma do Alto Forno #3, prevista para 2023 e no *Dry Stacking* na Mineração Usiminas, inaugurado em dezembro de 2021. O restante do investimento foi feito em *sustaining* CAPEX, segurança e meio ambiente. Em 2021, 78,2% do CAPEX foi aplicado na Unidade de Siderurgia, 20,6% na Unidade de Mineração, e 1,1% na Unidade de Transformação.

Endividamento financeiro

A Dívida bruta consolidada em 31/12/21 era de R$6,3 bilhões, 5,5% superior a dívida bruta reportada em 31/12/20, devido à desvalorização do real frente ao dólar de 7,4% no período.
Assim, em 31/12/21, o Caixa e Equivalente de Caixa consolidado cobre toda a dívida bruta consolidada e ainda sobram R$720 milhões de caixa líquido, como mostrado abaixo:

Quanto à composição da dívida por prazo de vencimento, em 31/12/21, 3% da dívida era de curto prazo e 97% de longo prazo. Em 31/12/20 essa composição era de 2% no curto prazo e 98% no longo prazo.
O indicador dívida líquida/EBITDA encerrou o ano 2021 em -0,06x, ante 0,35x apresentado em 2020.
O gráfico a seguir demonstra a posição de caixa e o perfil da dívida (somente principal) em milhões de reais em 31/12/21. A posição de caixa atual cobre toda a dívida.

Dívida Bruta (somente principal)

Duration: R$ 29 meses
US$: 48 meses

7.024
1.242
5.782
11
699*
648*
647*
4.134**
Caixa 2022 2023 2024 2025 2026

*: Debêntures
**:Bonds

■ Caixa (Moeda Local) ■ Caixa (Moeda Estrangeira)
■ Dívida (Moeda Local) ■ Dívida (Moeda Estrangeira)

4) MERCADO DE CAPITAIS

Desempenho na B3

A ação ordinária (USIM3) da Usiminas encerrou o ano cotada a R$14,51 e a ação preferencial (USIM5), a R$15,16. Ao longo de 2021, as ações USIM3 desvalorizaram 8% e as USIM5 valorizaram 4%.

Bolsas Estrangeiras

OTC - Nova York

A Usiminas tem *American Depositary Receipts* - ADRs negociados no mercado de balcão americano (denominado OTC - over-the-counter): o USDMY, com lastro em ações ordinárias, e o USNZY, com lastro em ações preferenciais classe A. Em 31/12/21, o ADR USNZY, de maior liquidez, estava cotado a US$2,65 e apresentou uma valorização de 3% no ano.

Latibex - Madri

A Usiminas tem ações negociadas na LATIBEX - Seção da Bolsa de Madri: ação preferencial XUSI e ação ordinária XUSIO. Em 31/12/21, a ação XUSI encerrou cotada a €2,30, apresentando uma valorização de 1% no ano. A ação XUSIO encerrou cotada a €2,16, apresentando uma desvalorização de 11% no ano.

5) SUSTENTABILIDADE

O ano de 2021 foi o melhor em toda a história da Usiminas em termos operacionais e financeiros, com recordes registrados em todas as unidades de produção. A geração de bons resultados financeiros é altamente positiva para uma Companhia comprometida com a agenda ESG, caso da Usiminas.
Através destes resultados a Companhia consegue contribuir de forma mais regular e efetiva em ações de impacto positivo para toda a sociedade, gerando valor para seus colaboradores e colaboradoras, acionistas, clientes, comunidades, fornecedores e outros públicos de interesse.
Em 2021, ainda vivenciamos os impactos da pandemia da Covid-19. Nesse sentido, a Usiminas continuou a investir em uma série de ações com o objetivo de proteger a saúde e a segurança de seus colaboradores e colaboradoras, parceiros e comunidade. Mesmo diante do cenário singularmente desafiador gerado pela disseminação do novo Coronavírus, a Usiminas reafirmou seu compromisso com a agenda de sustentabilidade e registrou avanços importantes em diversas áreas de atuação ao longo do ano.
A estratégia da sustentabilidade de Usiminas foi reforçada no ano de 2021. No mês de abril, a Companhia aderiu ao Pacto Global da ONU e se comprometendo a contribuir com os princípios que norteiam o Pacto, bem como, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em seguida, refletindo o amadurecimento da área de Sustentabilidade da Companhia, foi lançada e divulgada a Norma de Sustentabilidade, que estabelece os princípios e diretrizes para atuação das Empresas Usiminas com enfoque no desenvolvimento sustentável. Para fazer frente à estratégia de enfrentamento às Mudanças Climáticas, foi instituído pela Companhia o Comitê de Descarbonização cuja função é estabelecer ações específicas para redução de emissão de CO_2 na atmosfera.
O pilar ambiental foi marcado principalmente por entregas voltadas à agenda de Combate às Mudanças Climáticas. No segundo trimestre de 2021 a Companhia concluiu a realização de seu inventário de emissões do ano de 2020 e os resultados deste processo têm suportado a estratégia de descarbonização da Usiminas. Ainda nesta agenda, foi realizado o reporte ao módulo "Mudança Climática" do CDP (*Carbon Disclosure Project*) e a divulgação do inventário de emissões através do GHG Protocol. Neste último, foi concedido à Usiminas o Selo Ouro, que representa a mais avançada premiação pela publicação completa de seu inventário. Em dezembro de 2021, a Usiminas passou a integrar a carteira do Índice de Carbono Eficiente – ICO2, da B3 com vigência de 03/01/22 a 29/04/22. Este índice reúne ativos de organizações que adotaram práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa.
A Usiminas anunciou novos investimentos para redução de emissão de particulados nos bairros do entorno da Usina de Ipatinga para os próximos anos. Foram definidos 11 novos investimentos de grande porte para reduzir a carga de material particulado da Companhia e atingir as metas estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta (TAC), assinado em 2019.
Na Mineração Usiminas, foi concretizado um importante avanço em direção a uma operação ainda mais segura e sustentável, com a entrega do Sistema de Disposição de Rejeitos Filtrados (*Dry Stacking*) da Mineração Usiminas. A nova tecnologia, entregue no quarto trimestre de 2021, permitiu encerrar o ciclo do uso de barragens de rejeito.
No âmbito social, no dia 26 de outubro de 2021, a Companhia inaugurou, em Ipatinga (MG), o Centro de Memória Usiminas, um local cultural de extrema relevância não apenas para a comunidade local, mas também para Minas Gerias e todo o Brasil. O espaço é mais um legado histórico, social e cultural da Usiminas para as comunidades do Vale do Aço. Em 2021, outra grande entrega para a sociedade foi instaurada. Através da Fundação São Francisco Xavier, foi iniciada a construção do Hospital Libertas, em Belo Horizonte (MG), na região da Pampulha. O hospital vai funcionar na antiga sede da Usiminas e seu objetivo é suprir a demanda de atendimento médico-hospitalar em toda Região Metropolitana de BH.
O VOU (Voluntários Usiminas) completou no mês de novembro um ano de atividades conectando pessoas e contribuindo com as comunidades onde a Usiminas está presente. Desde a sua criação, cerca de 750 colaboradores e colaboradoras de todas as empresas Usiminas, Fundação São Francisco Xavier, Previdência Usiminas e Instituto Usiminas estão reunidos na plataforma do VOU dispostos a fazer a diferença na vida das pessoas. Nesses 365 dias, 42 ações foram realizadas em nove cidades, localizadas nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Pernambuco. No total de atendimentos, foram mais de 1.200 horas dedicadas ao voluntariado, sendo 2.100 pessoas assistidas, de 39 organizações e projetos sociais. Além, da mobilização dos voluntários para 264 bolsas de sangue doadas, 590 mudas plantadas e seis mil itens doados.
O Programa de Diversidade e Inclusão, vigente desde 2019, atua para tornar a Usiminas mais diversa e inclusiva, com ambientes onde todos e todas tenham voz e lugar para serem quem são com liberdade, sem preconceito ou discriminação. No decorrer do ano de 2021, foram executados treinamentos desejáveis e obrigatórios dentro dos cinco pilares do programa, um deles sobre vieses inconscientes – estereótipos sociais que acabam se formando sem que as pessoas percebam, levando a preconceitos e pensamentos tendenciosos.
No pilar equidade de gênero, a média de mulheres nos programas de Trainee, Estágio e Aprendiz subiu 50% e nos cargos de liderança, a Companhia já dobrou o número de mulheres, além de promover ações voltadas única e exclusivamente a elas, como as turmas de mentoring e coaching realizadas ao longo de ano.
No campo da governança, em 2021, a Companhia implantou a Gerência de Gestão de Riscos. Entre as funções dessa gerência está a de assegurar para a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração que os processos internos tenham seus riscos monitorados por meio de única metodologia, bem como a de apoiar as áreas da Companhia na gestão dos seus riscos.
Dando continuidade ao seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e a transparência, as ambições da Companhia voltadas a esta agenda permanecem crescentes, e nesse sentido, para 2022, a Usiminas lança novo conjunto de metas de sustentabilidade para publicação, dessa vez em maior quantidade e abrangência de temas mantendo o compromisso de transparência com seus stakeholders.

6) PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Em 2021 o Departamento de Integridade terceirizou o Canal Aberto, com atendimento 24x7, trazendo ainda mais confidencialidade, transparência e imparcialidade no recebimento e apuração dos relatos.
Ainda, com intuito de aculturar diariamente todos os nossos colaboradores e colaboradoras, a área desenvolveu 6 novos treinamentos: Política de Conflito de Interesses e transações com partes relacionadas, e Política de Brindes, presentes e hospitalidades para 100% do público e treinamentos sobre as políticas de Patrocínio e Doações, concorrencial, e temas de assédio sexual e assédio moral para público mapeado. Além disto, foram realizadas diversas interações para o público interno, incluindo a área operacional, e público externo, contando com o apoio da Alta Liderança.
Alinhado ao DNA de Simplicidade e Agilidade, o Departamento de Integridade também automatizou o recebimento de consultas, contato com agente público, questionário de conflito de interesses e recebimento de brindes, presentes e hospitalidades. Todas essas funcionalidades estão centralizadas na "ferramenta da integridade".

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em milhares de reais

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.156.063	1.848.310	6.341.017	3.261.288
Títulos e valores mobiliários	9	92.243	716.308	682.532	1.606.816
Contas a receber de clientes	10	3.606.160	1.561.483	3.563.328	2.372.791
Estoques	11	6.461.711	3.315.958	7.516.240	3.889.695
Impostos a recuperar	12	1.199.457	251.782	1.679.278	441.572
Imposto de renda e contribuição social antecipados		-	30.883	35.011	35.780
Dividendos a receber	37	536.521	380.516	18.182	11.686
Demais valores a receber		139.538	197.555	163.882	209.974
Total do ativo circulante		14.191.693	8.302.795	19.999.470	11.829.602
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	10	57.351	87.321	88.945	87.321
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	2.204.696	2.220.876	2.982.251	2.914.338
Valores a receber de empresas ligadas	37	23.652	23.086	-	-
Depósitos judiciais	14	293.988	352.615	489.316	543.408
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	25	240.002	-	293.790	-
Impostos a recuperar	12	787.496	169.463	835.988	174.004
Indenização de seguro a receber	38	349.031	262.077	349.031	262.077
Demais valores a receber		238.997	228.869	408.991	314.224
		4.195.213	3.344.307	5.448.312	4.295.372
Investimentos	15	6.401.336	5.182.120	1.138.402	1.058.708
Propriedades para investimentos		92.624	100.822	159.054	164.222
Imobilizado	16	9.636.845	9.627.857	11.085.685	11.006.034
Intangível	18	118.666	104.112	1.650.646	1.598.199
Total do ativo não circulante		20.444.684	18.359.218	19.482.099	18.122.535
Total do ativo		34.636.377	26.662.013	39.481.569	29.952.137

	Nota	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo					
Circulante					
Fornecedores, empreiteiros e fretes	19	2.301.514	1.966.924	2.630.292	1.917.690
Empréstimos e financiamentos	20	121.204	113.610	125.078	116.738
Debêntures	21	46.748	19.214	46.748	19.214
Adiantamentos de clientes		119.545	64.305	154.267	139.678
Títulos a pagar - *Forfaiting*	19	718.054	880.711	718.054	880.711
Salários e encargos sociais		160.583	141.490	221.950	180.757
Tributos a recolher	22	87.062	105.330	137.546	164.962
Tributos parcelados	23	4.463	4.378	4.465	4.380
Passivos de arrendamento	24	5.094	6.715	29.509	26.787
Imposto de renda e contribuição social a pagar	13	24.814	-	873.306	445.842
Instrumentos financeiros	6	-	-	68.772	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP) a pagar	28	737.058	160.315	968.984	324.728
Demais contas a pagar		237.974	184.043	353.018	257.611
Total do passivo circulante		4.564.113	3.647.035	6.331.989	4.479.098
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	4.138.325	3.842.360	4.138.346	3.847.016
Debêntures	21	1.989.405	1.985.394	1.989.405	1.985.394
Valores a pagar a empresas ligadas	37	-	-	91.448	80.042
Passivos de arrendamento	24	20.826	766	53.014	37.920
Provisão para demandas judiciais	25	803.139	656.422	919.154	799.601
Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos	26	-	-	233.178	230.002
Benefícios pós-emprego	27	1.080.322	1.415.432	1.141.136	1.471.801
Demais contas a pagar		290.912	247.138	225.396	183.093
Total do passivo não circulante		8.322.929	8.147.512	8.791.077	8.634.869
Total do passivo		12.887.042	11.794.547	15.123.066	13.113.967
Patrimônio líquido	28				
Capital social		13.200.295	13.200.295	13.200.295	13.200.295
Reservas de capital		312.665	311.366	312.665	311.366
Reservas de lucros		8.324.834	1.472.967	8.324.834	1.472.967
Ajustes de avaliação patrimonial		(88.459)	(117.162)	(88.459)	(117.162)
Patrimônio líquido dos acionistas controladores		21.749.335	14.867.466	21.749.335	14.867.466
Participação dos acionistas não controladores		-	-	2.609.168	1.970.704
Total do patrimônio líquido		21.749.335	14.867.466	24.358.503	16.838.170
Total do passivo e do patrimônio líquido		34.636.377	26.662.013	39.481.569	29.952.137

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Nota	Atribuído aos acionistas controladores												
			Reservas de capital					Reservas de lucros						
		Capital social	Valor excedente na subscrição de ações	Valor excedente na alienação de ações em tesouraria	Ações em tesouraria	Reserva especial de ágio	Opções Outorgadas reconhecidas	Reserva legal	Reserva de investimentos e capital de giro	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2019		13.200.295	105.295	17.033	(100.639)	278.729	6.615	58.647	884.485	(407.037)	-	14.043.423	1.522.261	15.565.684
Resultado abrangente do período														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	672.790	672.790	618.953	1.291.743
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	-	301.670	-	301.670	1.049	302.719
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	301.670	672.790	974.460	620.002	1.594.462
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício	28													
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(159.788)	(159.788)	(171.559)	(331.347)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	33.639	496.196	-	(529.835)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	-	(5.038)	-	-	-	5.038	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria		-	-	8.041	1.330	-	-	-	-	-	-	9.371	-	9.371
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	-	(11.795)	11.795	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		13.200.295	105.295	25.074	(99.309)	278.729	1.577	92.286	1.380.681	(117.162)	-	14.867.466	1.970.704	16.838.170
Resultado abrangente do período														
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.070.524	9.070.524	989.430	10.059.954
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	-	-	-	-	-	-	-	-	51.930	-	51.930	(310)	51.620
Constituição de *hedge accounting*		-	-	-	-	-	-	-	-	(5.621)	-	(5.621)	(2.409)	(8.030)
Total do resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	-	46.309	9.070.524	9.116.833	986.711	10.103.544
Destinação do lucro (prejuízo) líquido do exercício	28													
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.564.111)	(1.564.111)	(348.247)	(1.912.358)
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(673.812)	(673.812)	-	(673.812)
Constituição de reservas		-	-	-	-	-	-	453.526	6.398.341	-	(6.851.867)	-	-	-
Plano de opção de compra de ações	39	-	-	-	-	-	(1.577)	-	-	-	1.577	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria		-	-	2.173	703	-	-	-	-	-	-	2.876	-	2.876
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	83	83	-	83
Realização do ajuste do IAS 29 no ativo imobilizado		-	-	-	-	-	-	-	-	(17.606)	17.606	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2021		13.200.295	105.295	27.247	(98.606)	278.729	-	545.812	7.779.022	(88.459)	-	21.749.335	2.609.168	24.358.503

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Controladora Exercícios findos em 31/12/2021	Controladora Exercícios findos em 31/12/2020	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2021	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2020
Operações continuadas					
Receita	30	28.347.005	12.370.762	33.736.964	16.088.052
Custo das vendas	31	(21.548.091)	(11.609.059)	(22.462.636)	(12.831.522)
Lucro (prejuízo) bruto		6.798.914	761.703	11.274.328	3.256.530
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	33	(183.939)	(140.661)	(570.675)	(398.385)
Despesas gerais e administrativas	33	(386.359)	(324.828)	(503.114)	(426.764)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	33	1.074.599	(136.639)	1.071.135	337.325
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	2.173.874	1.388.565	218.788	159.759
		2.678.175	786.437	216.134	(328.065)
Lucro (prejuízo) operacional		9.477.089	1.548.140	11.490.462	2.928.465
Resultado financeiro	34	589.922	(1.201.632)	845.815	(1.082.492)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		10.067.011	346.508	12.336.277	1.845.973
Imposto de renda e contribuição social	13				
Corrente		(972.739)	(16.710)	(2.332.338)	(684.614)
Diferido		(23.748)	342.992	56.015	130.384
		(996.487)	326.282	(2.276.323)	(554.230)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.070.524	672.790	10.059.954	1.291.743
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		9.070.524	672.790	9.070.524	672.790
Acionistas não controladores		-	-	989.430	618.953
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação ordinária	35	R$ 7,07	R$ 0,52	R$ 7,07	R$ 0,52
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação preferencial	35	R$ 7,78	R$ 0,58	R$ 7,78	R$ 0,58

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - Em milhares de reais

	Nota	Controladora Exercícios findos em 31/12/2021	Controladora Exercícios findos em 31/12/2020	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2021	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2020
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		34.311.513	14.929.375	41.853.879	19.812.127
Constituição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	31	2.341	(17.698)	(3.240)	(31.487)
Outras receitas		31.780	22.536	38.796	27.678
		34.345.634	14.934.213	41.889.435	19.808.318
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(24.808.631)	(11.657.333)	(27.461.257)	(13.347.953)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		1.063.573	(213.230)	714.712	(612.686)
Recuperação de valores ativos		(400.287)	-	(397.257)	630.976
		(24.145.345)	(11.870.563)	(27.143.802)	(13.329.663)
Valor adicionado bruto		10.200.289	3.063.650	14.745.633	6.478.655
Depreciação, amortização e exaustão	31	(781.479)	(828.415)	(982.741)	(1.000.223)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		9.418.810	2.235.235	13.762.892	5.478.432
Valor adicionado recebido em transferência					
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	2.173.874	1.388.565	218.788	159.759
Receitas financeiras	34	1.530.003	163.156	1.809.297	262.691
Receitas cambiais	34	109.154	166.186	120.405	252.339
Ganhos (perdas) atuariais	27	239.345	(85.718)	234.967	(89.692)
		4.052.376	1.632.189	2.383.457	585.097
Valor adicionado a distribuir		13.471.186	3.867.424	16.146.349	6.063.529
Pessoal e encargos					
Salários e encargos		553.368	513.615	883.824	861.725
FGTS		54.126	73.800	75.104	94.884
Remuneração da Administração		36.571	25.105	47.605	33.419
Participação dos empregados nos lucros		129.288	76.173	174.468	94.539
Planos de aposentadoria		19.427	1.270	21.966	1.444
		792.780	689.963	1.202.967	1.086.011
Impostos, taxas e contribuições					
Federais (i)		697.878	(45.930)	1.208.250	735.946
Estaduais		1.715.386	945.911	2.405.912	1.265.112
Municipais		72.422	69.590	81.040	79.894
Incentivos fiscais		72.961	4.126	104.339	7.301
		2.558.647	973.697	3.799.541	2.088.253
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		620.187	496.544	673.217	582.163
Despesas cambiais		429.048	1.035.965	410.670	1.016.894
Outras		-	(1.535)	-	(1.535)
		1.049.235	1.530.974	1.083.887	1.597.522
Remuneração de capitais próprios					
Lucros (prejuízos) retidos		9.070.524	672.790	9.070.524	672.790
Participação dos acionistas não controladores nos lucros retidos		-	-	989.430	618.953
		9.070.524	672.790	10.059.954	1.291.743
Valor adicionado distribuído		13.471.186	3.867.424	16.146.349	6.063.529

(i) Inclui os encargos previdenciários

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
Em milhares de reais

	Nota	Controladora Exercícios findos em 31/12/2021	Controladora Exercícios findos em 31/12/2020	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2021	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2020
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		9.070.524	672.790	10.059.954	1.291.743
Outros componentes do resultado abrangente					
Ganho (perda) atuarial com benefícios de aposentadoria	27	51.930	301.670	51.620	302.719
(Constituição) reversão de *hedge accounting*	6	(5.621)	-	(8.030)	-
Total de outros componentes do resultado abrangente		46.309	301.670	43.590	302.719
Total do resultado abrangente do exercício		9.116.833	974.460	10.103.544	1.594.462
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		9.116.833	974.460	9.116.833	974.460
Acionistas não controladores		-	-	986.711	620.002

Os itens da demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 13.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de reais

	Nota	Controladora Exercícios findos em 31/12/2021	Controladora Exercícios findos em 31/12/2020	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2021	Consolidado Exercícios findos em 31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		9.070.524	672.790	10.059.954	1.291.743
Ajustes para conciliar o resultado					
Encargos e variações monetárias/cambiais líquidas		(704.328)	909.769	(815.507)	924.273
Despesas de juros		261.095	319.035	259.972	312.863
Depreciação, amortização e exaustão		781.479	828.415	982.741	1.000.223
Resultado na venda/baixa de imobilizado/investimento		(49.125)	(169.521)	(64.974)	(174.766)
Perda (reversão) por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	17	400.287	(107.261)	397.257	(730.654)
Participações nos resultados de controladas, controladas em conjunto e coligadas	15	(2.173.874)	(1.388.565)	(218.788)	(159.759)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	23.748	(342.992)	(56.015)	(130.384)
Constituição (reversão) de provisões		(642.118)	52.616	642.901	743.228
Perdas (ganhos) atuariais	27	(239.345)	85.718	(234.967)	89.692
(Acréscimo) decréscimo de ativos					
Contas a receber de clientes		(2.012.676)	(186.113)	(1.116.017)	(422.648)
Estoques		(3.072.938)	(142.442)	(3.556.343)	(86.350)
Impostos a recuperar		(132.265)	(129.225)	(424.540)	(205.431)
Valores a receber de empresas ligadas		6.041	47.282	-	1.651
Depósitos judiciais		41.179	10.393	41.172	(14.349)
Valores a receber Eletrobras		-	311.534	-	311.534
Outros		(23.254)	(29.309)	(118.277)	(338.949)
Acréscimo (decréscimo) de passivos					
Fornecedores, empreiteiros e fretes		334.590	561.093	712.602	399.420
Adiantamentos de clientes		55.240	52.556	14.589	81.921
Valores a pagar a empresas ligadas		(5.392)	(174.511)	11.406	(41.796)
Títulos a pagar - *Forfaiting*		(162.657)	266.908	(162.657)	266.908
Tributos a recolher		1.106.523	499.361	1.117.666	627.306
Passivo atuarial recebido (pago)		(51.298)	365.629	(51.298)	365.629
Outros		(31.097)	98.146	(11.978)	215.171
Imposto de renda e contribuição social pagos		(810.048)	(9.980)	(1.768.479)	(230.029)
Juros pagos		(350.648)	(336.902)	(343.849)	(337.059)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais		1.619.643	2.064.424	5.296.571	3.759.388
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários	9	624.065	(716.308)	924.284	(938.641)
Compras de imobilizado	16	(1.124.264)	(548.831)	(1.389.727)	(768.707)
Valor recebido pela venda de imobilizado		53.465	100.815	105.041	121.281
Aumento de capital em subsidiária		-	-	-	(22)
Compras de intangíveis	18	(36.224)	(27.329)	(93.562)	(29.972)
Dividendos recebidos		763.522	144.942	128.235	136.902
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de investimento		280.564	(1.046.711)	(325.729)	(1.479.159)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures		(3.880)	(47.613)	(7.609)	(50.031)
Liquidação de operações de *swap*		-	9.247	(23.089)	(171.472)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	28	(1.577.423)	(50.580)	(1.849.264)	(68.083)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento		(1.581.303)	(88.946)	(1.879.962)	(289.586)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		(11.151)	17.679	(11.151)	17.679
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		307.753	946.446	3.079.729	2.008.322
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	1.848.310	901.864	3.261.288	1.252.966
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8	2.156.063	1.848.310	6.341.017	3.261.288
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa		307.753	946.446	3.079.729	2.008.322

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS ("USIMINAS", "Usiminas", "Controladora" ou "Companhia"), com sede em Belo Horizonte, Minas Gerais, é uma companhia aberta e tem suas ações negociadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (USIM3, USIM5 e USIM6).
A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas ("Empresas Usiminas") têm como principal objeto a exploração da indústria siderúrgica e atividades correlatas, como a extração de minério de ferro, transformação do aço e logística. Atualmente, possui duas usinas siderúrgicas com capacidade nominal de geração de produtos para vendas de 6,9 milhões (não revisado) de toneladas por ano, localizadas nas cidades de Ipatinga, Estado de Minas Gerais e Cubatão, Estado de São Paulo, além de reservas de minério de ferro, centros de serviços e distribuição, portos marítimos e terminais de cargas, estrategicamente localizados em diversas regiões do país.
A Companhia mantém participação, direta ou indireta, em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a seguir apresentadas:

(a) Empresas controladas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Mineração Usiminas S.A. (MUSA)	70	70	Belo Horizonte/MG	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed*, *sinter feed* e granulados.
Soluções em Aço Usiminas S.A.	68,88	68,88	Belo Horizonte/MG	Transformação de produtos siderúrgicos, além da atuação como centro de distribuição.
Usiminas Mecânica S.A. (UMSA)	99,99	100	Belo Horizonte/MG	Fabricação de equipamentos e instalações para diversos segmentos industriais.
Usiminas International Ltd.	100	100	Principado de Luxemburgo	Detém os investimentos da Companhia no exterior, além de captação de recursos no mercado externo.
Rios Unidos Logística e Transporte de Aço Ltda.	100	100	Itaquaquecetuba/SP	Prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas.
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL) (i) (ii)	100	100	Belo Horizonte/MG	Investimento na MRS Logística S.A.

(i) Participação direta da Companhia de 16,7% e indireta, via MUSA, de 83,3%.
(ii) Participação direta da Companhia no capital votante de 50,10% e indireta, via MUSA, de 49,90%.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Unigal Ltda.	70	70	Belo Horizonte/MG	Transformação de bobinas laminadas a frio em bobinas galvanizadas por imersão a quente.
Modal Terminal de Granéis Ltda.	50	50	Itaúna/MG	Operações de terminais de cargas rodoviários e ferroviários, armazenamento e manuseio de minério de ferro e produtos siderúrgicos e transporte rodoviário de cargas.
Usiroll - Usiminas Court Tecnologia de Acabamento Superficial Ltda.	50	50	Ipatinga/MG	Prestação de serviços, especialmente para retificação de cilindros e de rolos de laminação.

(c) Investimentos em coligadas

Empresas	(%) Participação	(%) Capital votante	Localização da Sede	Atividade Principal
Codeme Engenharia S.A.	30,77	30,77	Betim/MG	Fabricação e montagem de construções em aço.
MRS Logística S.A. (i)	11,41	19,92	Rio de Janeiro/RJ	Prestação de serviços de transporte ferroviário e logísticos.
Terminal de Cargas Paraopeba	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.
Terminal de Cargas Sarzedo	22,22	22,22	Sarzedo/MG	Armazenamento, movimentação e transporte de cargas e operação de terminal.

(i) Participação direta da Companhia de 0,28% e indireta, via UPL, de 11,13%.

2. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2022.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.
Políticas contábeis de transações consideradas imateriais não foram incluídas nas demonstrações financeiras.
Ressalta-se, ainda, que as políticas contábeis foram aplicadas de modo uniforme no exercício corrente, estão consistentes com o exercício anterior apresentado e são comuns à Controladora, controladas, coligadas e controladas em conjunto, sendo que, quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas foram ajustadas para atender a este critério.

3.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional e ainda considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.
A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, além do exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
As demonstrações financeiras individuais ("Controladora") e consolidadas ("Consolidado") foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.
A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), na Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

3.2. Base de consolidação e investimentos em controladas

(a) Controladas

As controladas são entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais da metade do direito a voto (capital votante). As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para as Empresas Usiminas. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.
Os saldos e ganhos não realizados e demais transações entre as Empresas Usiminas são eliminados.

(b) Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia classifica os seus empreendimentos da seguinte forma:
- coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa por meio da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detêm o controle ou o controle em conjunto sobre essas políticas; e
- controladas em conjunto são as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes.

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.
Os exercícios sociais das coligadas e controladas em conjunto são coincidentes com os da USIMINAS. Contudo, exceto para as coligadas Codeme, Terminal Paraopeba e Terminal Sarzedo, além da controlada em conjunto Modal, a Companhia utilizou, para fins de equivalência patrimonial, em consonância com o CPC 18 (R2) e IAS 28, demonstrações financeiras elaboradas em 30 de novembro de 2020.
A participação nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.
Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da sua participação. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de um *impairment* do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e das controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.
Caso a participação societária na coligada seja reduzida, mas seja mantida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.
Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

(c) Operações e participações de acionistas não controladores

As Empresas Usiminas tratam as transações com participações de acionistas não controladores como transações com proprietários de ativos das Empresas Usiminas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

3.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais foram apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. As Empresas Usiminas estão organizadas em quatro segmentos operacionais: siderurgia, mineração e logística e transformação do aço. Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração.

3.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados com base na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das Empresas Usiminas.

(b) Transações e saldos

As operações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.
Os ganhos e as perdas cambiais relacionadas a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor justo e com o objetivo de atender a compromissos de curto prazo.

(b) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários referem-se aos investimentos de alta liquidez, resgatáveis em até três meses, cuja intenção da Administração não objetiva a atender compromissos de curto prazo.

3.6. Ativos financeiros

(a) Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL").
Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:
- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir:
- o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e
- os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.
Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

(b) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de venda. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, as Empresas Usiminas estabelecem o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem: o uso de operações recentes contratadas com terceiros; a referência a outros instrumentos que são, substancialmente, similares; a análise de fluxos de caixa descontados; e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

(c) Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

As Empresas Usiminas avaliam no final de cada período de relatório se há indícios de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pelas Empresas Usiminas para determinar se há indícios de perda por *impairment* incluem:
- dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador;
- quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal;
- probabilidade do devedor declarar falência ou reorganização financeira; e
- extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

(d) Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando:
- os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa proveniente de um ativo ou executa um acordo de repasse e não o transfere ou o retém substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

3.7 Passivos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e as suas eventuais mudanças são reconhecidas no resultado do exercício.
Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

(b) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

(c) Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são compostos de juros, além de outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

(d) Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.
Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença, nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado.

3.8. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo por meio do resultado.

3.9. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das aquisições ou da produção (média ponderada móvel) ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

3.10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente, atualizados monetariamente e com o intuito de garantir a liquidação de potencial obrigação futura. Alguns depósitos judiciais que possuem vínculo com tributos parcelados são apresentados pelos saldos líquidos, conforme Nota 14.

3.11. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação. Os componentes principais de alguns bens do imobilizado, quando de sua reposição, são contabilizados como ativos individuais e separados utilizando-se a vida útil específica desse componente. O componente substituído é baixado. Os gastos com as manutenções efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho são reconhecidos no resultado durante o período em que são incorridos.
A depreciação do ativo imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado caso ele seja maior do que seu valor recuperável estimado.
A Companhia possui peças e sobressalentes de reposição destinadas à manutenção de itens do ativo imobilizado, que possuem vida útil estimada superior a 12 meses. Desta forma, o saldo dos estoques dessas peças e sobressalentes está classificado no grupo do ativo imobilizado.

3.12. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são, inicialmente, mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados. Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

3.13. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado à entidade vendida.
O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para o grupo de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

(b) Direitos minerários

Os direitos minerários são registrados pelo valor de aquisição e deduzidos com base na exaustão das reservas minerais.
Os direitos minerários provenientes de aquisição de empresas são reconhecidos pelo valor justo considerando a alocação dos ativos e dos passivos adquiridos.
A exaustão dos direitos minerários é realizada de acordo com a exploração das reservas minerais, utilizando o método de unidade de produção.

(c) Programas de computador (*softwares*)

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 18.

3.14. Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de *impairment* em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para *impairment*. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.
Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável.

3.15. Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais, relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis, são reconhecidas quando as Empresas Usiminas têm uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, sendo provável a necessidade de uma saída de recursos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor pode ser feita.

3.16. Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos

A provisão para gastos com recuperação ambiental, quando relacionados com a construção ou aquisição de um ativo, é registrada como parte dos custos desses ativos e leva em conta as estimativas da Administração da controlada Mineração Usiminas S.A.
As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
A Companhia reconhece uma obrigação referente aos custos esperados para o fechamento da mina e desativação dos ativos minerários vinculados no período em que elas ocorrerem, trazido ao valor presente. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

3.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre o lucro são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio ou no resultado abrangente.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.
O imposto de renda diferido, ativo e passivo, é apresentado pelo valor líquido no balanço patrimonial quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

3.18. Benefícios a empregados

(a) Plano de suplementação de aposentadoria

A Companhia e suas controladas participam de planos de aposentadoria, administrados pela Previdência Usiminas, que proveem a seus empregados benefícios complementares de aposentadoria e pensão.
O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado aos planos de aposentadoria de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.
Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.
Para o plano de contribuição definida (Cosiprev), a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência complementar em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

(b) Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

Para os empregados que se aposentaram na extinta controlada Companhia Siderúrgica Paulista - Cosipa, até 30 de abril de 2002, foram oferecidos benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria. Os custos esperados desses benefícios foram acumulados pelo período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de aposentadoria de benefício definido.
Adicionalmente, a Companhia registra as obrigações de acordo com a legislação vigente, que assegura, aos colaboradores que contribuíram com o plano de saúde, o direito de manutenção como beneficiário quando da sua aposentadoria, desde que assumam o pagamento integral das contribuições. O prazo de manutenção após a aposentadoria é de 1 ano para cada ano de contribuição e se a contribuição ocorreu por pelo menos 10 anos, o prazo para permanência é indefinido.
Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes.

(c) Participação nos lucros e resultados

As Empresas Usiminas provisionam a participação de empregados nos lucros e resultados, em função de metas operacionais e financeiras divulgadas a seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas de "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

(d) Remuneração com base em ações

A Companhia possui um plano de remuneração com base em ações, a ser liquidado com ações preferenciais em tesouraria, o qual permite que membros da Administração e demais executivos indicados pelo Conselho de Administração adquiram as suas ações. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa.
Quando as opções são exercidas, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados nas reservas de capital (valor nominal).

3.19. Reconhecimento de receita

A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, bem como pela eliminação das vendas entre as Empresas Usiminas para efeitos de consolidação. O seu reconhecimento é com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e as receitas e custos puderem ser mensurados com segurança. Além disso, critérios específicos para cada uma das atividades da Companhia devem ser atendidos, conforme descrição a seguir.

(a) Venda de produtos

As Empresas Usiminas, beneficiam, fabricam e vendem diversos produtos e matérias-primas, tais como aços planos, minério de ferro, peças estampadas de aço para a indústria automobilística e produtos para a construção civil e indústria de bens de capital.
A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Venda de serviços

As Empresas Usiminas realizam a prestação de serviços de transferência de tecnologia no segmento de siderurgia, no gerenciamento de projetos e na prestação de serviços na área de construção civil e indústria de bens de capital, transporte rodoviário de aços planos, galvanização de aço por imersão a quente e texturização e cromagem de cilindros.
A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data do balanço.

(c) Receita de encomendas em curso

A receita de encomendas em curso é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é calculada e contabilizada com base na aplicação, sobre o preço de venda atualizado, do percentual representado pela relação entre os custos incorridos e o custo total orçado atualizado, ajustada por provisão para reconhecer perdas de encomendas em processo de execução, quando aplicável. Os valores faturados além da execução física de cada projeto são reconhecidos como serviços faturados a executar no passivo circulante.
A variação entre o custo final efetivo e o custo total orçado, atualizado e revisado periodicamente, tem se mantido em parâmetros considerados razoáveis pela Administração. Os contratos de encomenda contêm cláusulas de garantia de fabricação dos equipamentos após entrada em funcionamento por períodos variáveis de tempo; os custos eventualmente incorridos são absorvidos diretamente no resultado.
As receitas de encomenda em curso fazem parte exclusivamente das operações realizadas pela controlada Usiminas Mecânica S.A. que, além desse tipo de receita, efetua a venda de serviços.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.20. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras das Empresas Usiminas ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de acionistas.
O benefício tributário dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

3.21. Pronunciamentos emitidos que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021

Reforma da IBOR/LIBOR - IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	Reforma do *benchmark* da taxa de juros (Fase 1) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS16 – Reforma do benchmark da taxa de juros (Fase 2).
IFRS 17	Contratos de Seguros
IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS 2018-2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 - Arrendamentos e IAS 41 - Agricultura

A Companhia não espera que a adoção dessas normas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em períodos futuros.

4. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

4.1. Julgamentos

No processo de aplicação das políticas contábeis das Empresas Usiminas, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

(a) Segregação de juros e variação monetária relacionados a aplicações financeiras e a empréstimos e financiamentos nacionais

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado seja o CDI e a TJLP. Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos, das debêntures e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários", no Resultado financeiro (Nota 34).

(b) Classificação do controle de investimentos

A Companhia efetua a classificação de seus investimentos nos termos previstos pelo CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto e pelo CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e cuja aplicação está sujeita a julgamento na determinação do controle e da influência significativa dos investimentos.

4.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste material no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

(a) Valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros
Anualmente, as Empresas Usiminas testam eventuais perdas (*impairment*) no ágio e demais ativos de longo prazo. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os valores recuperáveis das UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 17).
(b) Imposto de renda e contribuição social e outros créditos tributários
A Administração revisa regularmente os tributos diferidos ativos quanto à possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e os lucros tributáveis futuros projetados, de acordo com estudos de viabilidade técnica (Nota 13 (b) e Nota 25 (c)).
(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros
O valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Empresas Usiminas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam, principalmente, nas condições de mercado existentes na data do balanço.
(d) Reconhecimento de receita
A controlada Usiminas Mecânica S.A. utiliza o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar a receita de encomendas em curso acordada a preço fixo. O uso do método POC requer que sejam estimados os serviços realizados até a data de elaboração do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados.
(e) Benefícios de planos de aposentadoria
O valor atual de obrigações de planos de aposentadoria depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de aposentadoria, está a taxa de desconto. As Empresas Usiminas apuram a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício, para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas.
Outras premissas importantes para as obrigações de planos de aposentadoria se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 27.
(f) Provisões para demandas judiciais
Como descrito na Nota 25, as Empresas Usiminas são partes em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais que representam perdas prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, das Empresas Usiminas.
(g) Provisão para recuperação ambiental e para desmobilização de ativos
Como parte das atividades de mineração da controlada Mineração Usiminas S.A., a Companhia reconhece no Consolidado provisão face às obrigações de reparação ambiental. Ao determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo esperado para reabilitação e à época esperada dos referidos custos.
(h) Taxas de vida útil do ativo imobilizado
A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear de acordo com a vida útil dos bens. A vida útil é baseada em laudos de engenheiros das Empresas Usiminas e consultores externos, que são revisados anualmente.

5. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1. Fatores de risco financeiro
As atividades das Empresas Usiminas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros, risco de preços de *commodities* e risco de preço do aço).
A gestão dos riscos financeiros é realizada pela Diretoria Corporativa Financeira, segundo orientações do Comitê Financeiro e do Conselho de Administração. Essa equipe avalia, acompanha e busca proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as demais unidades, entre elas, operacionais, suprimentos, planejamento, dentre outras das Empresas Usiminas.
5.2. Política de utilização dos instrumentos financeiros
A política de gestão de ativos e passivos financeiros tem o objetivo de: (i) manter a liquidez desejada, (ii) definir nível de concentração de suas operações e (iii) controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro. As Empresas Usiminas monitoram os riscos aos quais estão expostas e avaliam a necessidade da contratação de operações de derivativos, visando minimizar os impactos sobre os seus ativos e passivos financeiros. Adicionalmente, avaliam as operações de derivativos para reduzir a volatilidade em seu fluxo de caixa causado pela exposição cambial, visando minimizar o descasamento entre moedas e os efeitos dos preços de *commodities*, dentre outros.
As Empresas Usiminas não possuem contratos de instrumentos financeiros sujeitos a margens de garantia.
5.3. Política de gestão de riscos financeiros
(a) Risco de crédito
O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos e aplicações em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.
A política de vendas das Empresas Usiminas se subordina às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Adicionalmente, o Comitê de Crédito avalia e acompanha o risco dos clientes. Essa ação é obtida por meio de análise criteriosa e da seleção de clientes de acordo com sua capacidade de pagamento, índice de endividamento e balanço patrimonial, bem como pela diversificação de suas contas a receber de clientes (pulverização do risco).
A Companhia conta ainda com provisão para créditos de liquidação duvidosa, conforme demonstrado na Nota 10.
No que diz respeito às aplicações financeiras e demais investimentos, as Empresas Usiminas têm como política operar com instituições financeiras de primeira linha. Adicionalmente, são aceitos somente títulos e papéis de entidades classificadas com *rating* mínimo "A-" pelas agências de *rating* internacionais.
(b) Risco de liquidez
A política responsável e conservadora de gestão de ativos e passivos financeiros envolve uma análise criteriosa das contrapartes das Empresas Usiminas, que ocorre por meio da análise das demonstrações financeiras, do patrimônio líquido e de *rating*. Essa análise visa auxiliar a Companhia a manter a liquidez desejada, a definir nível de concentração de suas operações, a controlar grau de exposição aos riscos do mercado financeiro e a pulverizar risco de liquidez.
A previsão do fluxo de caixa é elaborada com base no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração e posteriores atualizações. Essa previsão leva em consideração, além de todos os planos operacionais, o plano de captação para suportar os investimentos previstos e todo o cronograma de vencimento da dívida das Empresas Usiminas. Nesse trabalho, é observado o cumprimento de cláusulas de *covenants* e recomendação interna do nível de alavancagem. A tesouraria monitora as previsões contidas no fluxo de caixa direto da Companhia, diariamente, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, de investimentos e ao devido cumprimento de pagamento de suas obrigações.
O caixa mantido pelas Empresas Usiminas é investido em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Operações em Compromissadas e Fundos de Investimentos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados que atendam à liquidez adequada, conforme demonstrado na Nota 8.
A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros não derivativos das Empresas Usiminas e os passivos financeiros derivativos que são realizados, pelo saldo líquido, por essas mesmas empresas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Controladora			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.301.514	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	265.543	264.960	4.972.436	-
Debêntures	212.254	918.709	1.516.198	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	718.054	-	-	-
Passivos de arrendamento	7.234	6.453	21.403	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.971.348	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	248.244	247.538	736.291	4.141.239
Debêntures	77.050	77.359	2.154.825	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	880.711	-	-	-
Passivos de arrendamento	7.049	781	-	-

	Consolidado			
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.630.292			
Empréstimos e financiamentos	253.440	249.067	4.924.795	-
Debêntures	212.254	918.709	1.516.198	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	718.054	-	-	-
Passivos de arrendamento	36.339	25.799	39.377	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Fornecedores, empreiteiros e fretes	1.922.071	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	236.503	235.498	691.863	4.126.504
Debêntures	77.050	77.359	2.154.825	-
Títulos a pagar - *Forfaiting*	880.711	-	-	-
Passivos de arrendamento	31.462	23.228	20.048	-

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos, debêntures, instrumentos financeiros derivativos e outras obrigações.
(c) Risco cambial
(i) Exposição em moeda estrangeira
As Empresas Usiminas atuam internacionalmente e estão expostas ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente em relação ao dólar dos Estados Unidos e em menor escala, ao iene e ao euro. O risco cambial decorre de ativos e passivos reconhecidos em operações no exterior, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativos em moeda estrangeira				
Caixa e equivalentes de caixa	693.705	128.916	1.207.806	397.051
Títulos e valores mobiliários	-	-	33.765	32.120
Contas a receber	893.799	47.353	1.019.761	262.589
Adiantamentos a fornecedores	-	-	3	1.364
	1.587.504	176.269	2.261.335	693.124
Passivos em moeda estrangeira				
Empréstimos e financiamentos	(4.251.459)	(3.944.010)	(4.251.459)	(3.944.010)
Fornecedores, empreiteiros e fretes	(893.008)	(607.429)	(925.937)	(618.415)
Adiantamento de clientes	(10.237)	(10.682)	(10.237)	(20.074)
Demais contas a pagar	(1.172)	(2.793)	(1.164)	(2.787)
	(5.155.876)	(4.564.914)	(5.188.797)	(4.585.286)
Exposição cambial	(3.568.372)	(4.388.645)	(2.927.462)	(3.892.162)

Os valores dos empréstimos e financiamentos e das debêntures das Empresas Usiminas são mantidos nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Real	2.044.223	2.016.568	2.048.118	2.024.352
Dólar norte-americano	4.251.459	3.944.010	4.251.459	3.944.010
Total de empréstimos e financiamentos e debêntures	6.295.682	5.960.578	6.299.577	5.968.362

(ii) Análise de sensibilidade - risco cambial dos ativos e passivos em moeda estrangeira
A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos contratados em moeda estrangeira, em aberto no fim do período, considerando o câmbio vigente em 31 de dezembro de 2021. O cenário I considerou desvalorização do real em 5% sobre o cenário atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração do real em 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor da moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2021.
As moedas utilizadas na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021			
Moeda	Taxa de câmbio final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	5,5805	5,8595	6,9756	8,3708
EUR	6,3210	6,6371	7,9013	9,4815
JPY	0,0485	0,0509	0,0606	0,0727

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021		
Moeda	Cenário I	Cenário II	Cenário III
USD	(144.511)	(722.553)	(1.445.106)
EUR	(1.724)	(8.618)	(17.237)
JPY	(140)	(694)	(1.389)

(d) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado a taxa de juros
(i) Composição dos empréstimos e financiamentos por taxa de juros
O risco de taxa de juros das Empresas Usiminas decorre das taxas de juros utilizadas nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures.
A composição dos empréstimos e financiamentos e das debêntures contratados, por tipo de taxa de juros, no passivo circulante e não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2021	%	31/12/2020	%	31/12/2021	%	31/12/2020	%
Empréstimos e financiamentos								
Pré-fixada	4.259.529	68	3.955.970	66	4.263.424	68	3.963.754	66
Debêntures								
CDI	2.036.153	32	2.004.608	34	2.036.153	32	2.004.608	34
	6.295.682	100	5.960.578	100	6.299.577	100	5.968.362	100

(ii) Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros
A Companhia elabora análise de sensibilidade dos ativos e dos passivos indexados à taxas de juros, em aberto no fim do período, considerando como cenário provável o valor das taxas vigentes em 31 de dezembro de 2021. O cenário I considera um aumento de 5% sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante atual. Os cenários II e III foram calculados com deterioração de 25% e 50%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2021.
As taxas utilizadas e os seus respectivos cenários estão demonstrados a seguir:

	31/12/2021			
Indexador	Taxa ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	9,2%	9,6%	11,4%	13,7%

Os ganhos (perdas) no resultado financeiro, considerando os Cenários I, II e III, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado 31/12/2021		
Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	15.236	76.179	152.358

O passivo indexado à taxa de juros a que a Companhia está exposta, o qual é relacionado às debêntures, está apresentado na Nota 21 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo composto por Certificado de Depósito Interbancário (CDI).
5.4 Gestão de capital
Os objetivos das Empresas Usiminas ao administrar seu capital são os de assegurar a continuidade das operações, honrar os seus compromissos e aumentar os seus ganhos, oferecendo assim retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.
A seguir está demonstrado o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Total dos empréstimos e financiamentos, debêntures e tributos parcelados	6.300.145	5.964.956	6.304.042	5.972.742
Menos: caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	(2.248.306)	(2.564.618)	(7.023.549)	(4.868.104)
Dívida líquida	4.051.839	3.400.338	(719.507)	1.104.638
Total do patrimônio líquido	21.749.335	14.867.466	24.358.503	16.838.170
Total do capital	25.801.174	18.267.804	23.638.996	17.942.808
Índice de alavancagem financeira	16%	19%	-3%	6%

5.5. Estimativa do valor justo
Pressupõe-se que o saldo das contas a receber de clientes menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa seja próximo de seu valor justo devido ao seu curto vencimento. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para as Empresas Usiminas para instrumentos financeiros similares.
(a) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo no balanço patrimonial
Os instrumentos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:
• Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (preços não observáveis);
• Nível 2: Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços), seja indiretamente (derivados dos preços); e
• Nível 3: Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (inserções não observáveis).
O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação, que maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os instrumentos financeiros apresentados pela Companhia compreendem os investimentos em CDB's e os instrumentos financeiros derivativos *(swap)*, que estão demonstrados na Nota 6.
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelos níveis 1 e 3. As tabelas a seguir apresentam os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:
(i) Controladora

	31/12/2021	31/12/2020
	Nível 2	Nível 2
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	92.243	716.308

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Controladora não possuía instrumentos financeiros derivativos passivos.
(ii) Consolidado

	31/12/2021	31/12/2020
	Nível 2	Nível 2
Ativo		
Títulos e valores mobiliários	682.532	1.606.816

	31/12/2021
	Nível 2
Passivo	
Instrumentos financeiros derivativos	68.772

Em 31 de dezembro de 2020, as Empresas Usiminas não possuíam instrumentos financeiros derivativos passivos.
As técnicas de avaliação específicas, utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros, consideram cotações de preços de mercado, bem como cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos financeiros similares.
(b) Valor justo de empréstimos e financiamentos e debêntures
Nas operações de debêntures e *Bonds*, o valor justo reflete o valor praticado no mercado. A diferença entre o valor contábil e o valor de mercado, considerando a premissa de recompra desses títulos, é apurada de acordo com taxas divulgadas no site da Simplific Pavarini, Broadcast e Bloomberg e pode ser assim sumariada:

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda nacional	8.070	8.070	11.960	11.960
Debêntures – moeda nacional	2.036.153	2.046.741	2.004.608	2.019.207
Bonds	4.251.459	4.334.918	3.944.010	4.242.378
	6.295.682	6.389.729	5.960.578	6.273.545

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor patrimonial	Valor de mercado	Valor patrimonial	Valor de mercado
Empréstimos bancários – moeda nacional	11.965	11.965	19.744	19.744
Debêntures – moeda nacional	2.036.153	2.046.741	2.004.608	2.019.207
Bonds	4.251.459	4.334.918	3.944.010	4.242.378
	6.299.577	6.393.624	5.968.362	6.281.329

(c) Demais ativos e passivos financeiros
O valor justo dos demais ativos e passivos financeiros não diverge, significativamente, dos valores contábeis desses, na medida em que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As empresas Usiminas participam em operações de *swap* com o objetivo de proteger e gerenciar, principalmente, o risco de preços, quando visam reduzir a volatilidade dos preços de suas *commodities*. As empresas Usiminas não possuem instrumentos financeiros com fins especulativos. Adicionalmente, adotam a política de não liquidar as suas operações antes dos seus respectivos vencimentos originais e de não efetuar pagamentos antecipados de seus instrumentos financeiros derivativos.
Em 31 de dezembro de 2021, a controlada Mineração Usiminas possui as seguintes operações de instrumentos financeiros derivativos:
(a) Consolidado

Objeto de hedge	Faixas de vencimento mês/ano	INDEXADOR		VALOR DE REFERÊNCIA (valor contratado - Nocional)				VALOR JUSTO (MERCADO) - CONTÁBIL		Resultado do período
				31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
		Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa	Posição passiva	Posição ativa (passiva)	Posição ativa (passiva)	Ganho (perda)
PROTEÇÃO DE PREÇO DE COMMODITIES										
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/21	Minério FWD USD 104,95	Minério_Fut_SCOV1	-	-	-	-	-	-	(4.566)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/21	Minério FWD USD 98,00	Minério_Fut_SCOV1	-	-	-	-	-	-	(13.031)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/21	Minério FWD USD 109,40	Minério_Fut_SCOV1	-	-	-	-	-	-	(3.185)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/21	Minério FWD USD 113,60	Minério_Fut_SCOV1	-	-	-	-	-	-	(2.140)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	11/21	Minério FWD USD 115,10	Minério_Fut_SCOV1	-	-	-	-	-	-	(3.438)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	12/21	Minério FWD USD 108,15	Minério_Fut_SCOX1	-	-	-	-	-	-	3.569
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 106,95	Minério_Fut_SCOZ1	R$27.097	R$27.097	-	-	(1.486)	-	(1.486)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 91,50	Minério_Fut_SCOZ1	R$56.338	R$56.338	-	-	(13.001)	-	(13.001)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 91,50	Minério_Fut_SCOZ1	R$10.172	R$10.172	-	-	(2.342)	-	(2.342)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 102,00	Minério_Fut_SCOZ1	R$48.414	R$48.414	-	-	(4.978)	-	(4.978)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 90,00	Minério_Fut_SCOF2	R$25.174	R$25.174	-	-	(8.659)	-	(8.659)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/22	Minério FWD USD 102,00	Minério_Fut_SCOG2	R$84.334	R$84.334	-	-	(15.453)	-	(15.453)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/22	Minério FWD USD 105,00	Minério_Fut_SCOG2	R$87.695	R$87.695	-	-	(12.979)	-	(12.979)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/22	Minério FWD USD 109,00	Minério_Fut_SCOH2	R$29.677	R$29.677	-	-	(3.070)	-	(3.070)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/22	Minério FWD USD 111,00	Minério_Fut_SCOH2	R$61.463	R$61.463	-	-	(5.099)	-	(5.099)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 116,00	Minério_Fut_SCOF2	R$33.134	R$33.134	-	-	(1.413)	-	(1.413)
minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 120,00	Minério_Fut_SCOF2	R$33.494	R$33.494	-	-	(292)	-	(292)
									Ganho (perda) em receita de exportação no período	(91.563)
							Saldo contábil (posição ativa líquida da posição passiva)	(68.772)		

Os saldos contábeis das operações de instrumentos financeiros derivativos estão descritos a seguir:

	Consolidado
	31/12/2021
Passivo circulante	68.772

	Controladora	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Na receita bruta - mercado externo (i)	-	(44.598)	(182.841)
No resultado financeiro	1.535	-	1.535
	1.535	(44.598)	(181.306)

(i) Refere-se a operações de *hedge* de preço de minério de ferro contratadas pela controlada Mineração Usiminas S.A..
(b) Atividades de *hedge* – *hedge* de fluxo de caixa (*hedge accounting*)
A controlada Mineração Usiminas designou algumas operações de *hedge* de preço de minério de ferro como instrumento de proteção contra a oscilação da cotação dessa *commodity* incidente sobre as suas vendas ao mercado externo.
A aplicação do *hedge accounting* envolve o reconhecimento do efeito líquido no resultado de ganhos e perdas das mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge* em um mesmo momento.
Em 31 de dezembro de 2021, as operações de *hedge* de proteção de preço de *commodities* designadas como instrumentos de *hedge* estão apresentadas a seguir:

Consolidado					
		Indexador			
Objeto de hedge	Vencimento (mês/ano)	ativo	passivo	Valor de referência (Nocional)	Saldo
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 106,95	Minério_Fut_SCOZ1	R$ 27.097	(1.486)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 91,50	Minério_Fut_SCOZ1	R$ 56.338	(13.001)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 91,50	Minério_Fut_SCOZ1	R$ 10.172	(2.342)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	01/22	Minério FWD USD 102,00	Minério_Fut_SCOZ1	R$ 48.414	(4.978)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 90,00	Minério_Fut_SCOF2	R$ 25.174	(8.659)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/22	Minério FWD USD 102,00	Minério_Fut_SCOG2	R$ 84.334	(15.453)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	03/22	Minério FWD USD 105,00	Minério_Fut_SCOG2	R$ 87.695	(12.979)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/22	Minério FWD USD 109,00	Minério_Fut_SCOH2	R$ 29.677	(3.070)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	04/22	Minério FWD USD 111,00	Minério_Fut_SCOH2	R$ 61.463	(5.099)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 116,00	Minério_Fut_SCOF2	R$ 33.134	(1.413)
Minério de ferro (CFR China 62% Fe)	02/22	Minério FWD USD 120,00	Minério_Fut_SCOF2	R$ 33.494	(292)
				-	(68.772)

O reconhecimento do *hedge accounting* no patrimônio líquido pode ser demonstrado como segue:

	Consolidado
	31/12/2021
Saldo inicial reconhecido no patrimônio líquido	-
Ganho (perda) reconhecido como instrumento de *hedge* no período	(46.965)
Ganho (perda) reconhecido como objeto de *hedge* no período	34.798
	(12.167)
Tributos sobre o lucro diferidos (34%)	4.137
Saldo final reconhecido no patrimônio líquido (i)	(8.030)
Ganho (perda) revertido do patrimônio líquido para receita de exportação (resgates)	(44.598)

(i) Na Controladora, o saldo de R$5.621, reconhecido no patrimônio líquido, é proporcional à participação societária de 70% na Mineração Usiminas S.A..

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

(a) Controladora

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	2.156.063	-	2.156.063	1.848.310	-	1.848.310
Títulos e valores mobiliários	-	92.243	92.243	-	716.308	716.308
Contas a receber de clientes	3.663.511	-	3.663.511	1.648.804	-	1.648.804
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	1.249.480	-	1.249.480	971.668	-	971.668
	7.069.054	92.243	7.161.297	4.468.782	716.308	5.185.090

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

	31/12/2021 Passivos ao custo amortizado	31/12/2020 Passivos ao custo amortizado
Passivos		
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.295.682	5.960.578
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.301.514	1.966.924
Títulos a pagar – *Forfaiting*	718.054	880.711
Passivos de arrendamento	25.920	7.481
	9.341.170	8.815.694

(b) Consolidado

	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Ativos ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	6.341.017	-	6.341.017	3.261.288	-	3.261.288
Fundos de Investimentos	-	264.180	264.180	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	418.352	418.352	-	1.606.816	1.606.816
Contas a receber de clientes	3.652.273	-	3.652.273	2.460.112	-	2.460.112
Demais instrumentos financeiros ativos (excluindo pagamentos antecipados)	1.349.305	-	1.349.305	1.082.652	-	1.082.652
	11.342.595	682.532	12.025.127	6.804.052	1.606.816	8.410.868

	31/12/2021			31/12/2020
	Passivos ao custo amortizado	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Total	Passivos ao custo amortizado
Passivos				
Empréstimos e financiamentos e debêntures	6.299.577	-	6.299.577	5.968.362
Instrumentos financeiros - *swap*	-	68.772	68.772	-
Fornecedores, empreiteiros e fretes	2.630.292	-	2.630.292	1.917.690
Títulos a pagar – *Forfaiting*	718.054	-	718.054	880.711
Passivos de arrendamento	82.523	-	82.523	64.707
	9.730.446	68.772	9.799.218	8.831.470

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	120.045	27.391	151.406	43.264
Bancos conta movimento exterior	693.705	128.916	1.207.806	397.051
Certificado de depósito bancário (CDB) e aplicações em compromissadas	1.342.313	1.692.003	4.981.805	2.820.973
	2.156.063	1.848.310	6.341.017	3.261.288

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) e as aplicações em compromissadas possuem liquidez imediata, além de rendimentos cuja variação média é de 105,34% (31 de dezembro de 2020 – 104,24%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 105,70% (31 de dezembro de 2020 – 103,98%) do CDI no Consolidado.
Em 31 de dezembro de 2021, as Empresas Usiminas não possuem contas garantidas.

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Certificado de depósito bancário (CDB)	92.243	716.308	384.587	1.574.696
Aplicações financeiras no exterior	-	-	33.765	32.120
Fundos de investimentos	-	-	264.180	-
	92.243	716.308	682.532	1.606.816

As aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) possuem rendimentos cuja variação média é de 105,34% (31 de dezembro de 2020 – 104,24%) do certificado de depósito interbancário (CDI) na Controladora e 105,70% (31 de dezembro de 2020 – 103,98%) do certificado de depósito interbancário (CDI) no Consolidado.
Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.
As aplicações financeiras são compostas, principalmente, por Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Fundos de Investimentos, os quais são mantidos junto a instituições financeiras de primeira linha.

10. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber de clientes:				
Em moeda nacional	1.807.007	1.354.497	2.814.666	2.381.091
Em moeda estrangeira	752.373	34.191	878.335	249.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (i)	(135.177)	(137.208)	(201.241)	(197.946)
Contas a receber de clientes, líquidas	2.424.203	1.251.480	3.491.760	2.432.572
Contas a receber de partes relacionadas				
Em moeda nacional	1.093.379	379.969	14.584	10.185
Em moeda estrangeira	145.929	17.355	145.929	17.355
Contas a receber de partes relacionadas	1.239.308	397.324	160.513	27.540
	3.663.511	1.648.804	3.652.273	2.460.112
Ativo circulante	3.606.160	1.561.483	3.563.328	2.372.791
Ativo não circulante	57.351	87.321	88.945	87.321

(i) Do total de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na Controladora e no Consolidado, o saldo de R$4.503 (R$4.193 – 31 de dezembro de 2020) refere-se a contas a receber de clientes em moeda estrangeira.
A análise de vencimentos das contas a receber de clientes está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Valores a vencer	3.574.189	1.641.529	3.616.518	2.270.168
Vencidos:				
Até 30 dias	119.228	38.153	62.970	211.221
Entre 31 e 60 dias	7.105	4.124	7.103	5.557
Entre 61 e 90 dias	(350)	1.925	2.253	7.717
Entre 91 e 180 dias	863	2.486	1.790	5.073
Acima de 181 dias	97.653	97.795	162.820	158.322
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(135.177)	(137.208)	(201.241)	(197.946)
	3.663.511	1.648.804	3.652.273	2.460.112

Em 31 de dezembro de 2021, as contas a receber de clientes nos montantes de R$89.322 na Controladora e R$35.755 no Consolidado encontravam-se vencidas, mas não *impaired* (31 de dezembro de 2020 – R$7.275 e R$189.944, respectivamente). Essas contas se referem a diversos clientes independentes que não possuem histórico de inadimplência recente ou cujos saldos em aberto possuem garantias.
As contas a receber de clientes das Empresas Usiminas são mantidas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Real	2.769.712	1.601.451	2.632.512	2.197.523
Dólar	891.909	46.048	1.017.871	261.284
Euro	1.890	1.305	1.890	1.305
	3.663.511	1.648.804	3.652.273	2.460.112

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes das Empresas Usiminas é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(137.208)	(118.569)	(197.946)	(168.058)
(Adições) reversões ao resultado	2.341	(17.698)	(3.240)	(31.487)
Baixas contra clientes	-	-	255	2.540
Variação cambial	(310)	(941)	(310)	(941)
Saldo final	(135.177)	(137.208)	(201.241)	(197.946)

A constituição e a reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes *impaired* foram registradas no resultado do exercício como "Despesas com vendas". As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título de contas a receber de clientes sob qualquer modalidade de garantia.
A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber apresentadas. As Empresas Usiminas não mantêm nenhum título como garantia de contas a receber.

11. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ativo circulante				
Produtos acabados	1.655.902	669.208	1.802.859	786.763
Produtos em elaboração	1.936.511	1.257.692	1.963.322	1.274.666
Matérias-primas	1.888.919	685.879	2.716.510	1.072.102
Almoxarifado	607.757	484.788	685.070	546.827
Importações em andamento	281.856	160.446	286.643	160.520
Provisão para perdas	(185.379)	(120.836)	(214.309)	(129.964)
Outros	276.145	178.781	276.145	178.781
	6.461.711	3.315.958	7.516.240	3.889.695

12. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i) (ii)	189.304	127.166	20.809	13.798
COFINS (i) (ii)	770.538	585.734	80.986	103.940
ICMS	168.855	53.241	114.000	30.926
IPI	66.121	-	34.923	-
Crédito Exportação – Reintegra	4.378	19.490	1.040	18.934
Outros	261	1.865	24	1.865
	1.199.457	787.496	251.782	169.463

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
PIS (i) (ii)	243.109	144.992	36.283	14.353
COFINS (i) (ii)	1.030.722	615.135	159.117	106.633
ICMS	218.568	54.351	176.309	32.064
IPI	176.445	-	64.694	-
Crédito Exportação – Reintegra	4.378	19.490	1.040	18.934
INSS a recuperar	3.713	-	2.809	-
Outros	2.343	2.020	1.320	2.020
	1.679.278	835.988	441.572	174.004

(i) Em 31 de dezembro de 2021, no ativo circulante, refere-se principalmente a créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS/COFINS, conforme descrito na Nota 25 (c).
(ii) Em 31 de dezembro de 2021, no ativo não circulante, refere-se, principalmente, a créditos de PIS/COFINS decorrentes da depreciação de imobilizado, adquirido até 30 de abril de 2004, conforme descrito na Nota 25 (c).

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Tributos sobre o lucro
O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais desses tributos, aplicáveis ao lucro antes da tributação, na Controladora e no Consolidado, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	10.067.011	346.508	12.336.277	1.845.973
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Tributos sobre o lucro calculados às alíquotas nominais	(3.422.784)	(117.813)	(4.194.334)	(627.631)
Ajustes para apuração dos tributos sobre o lucro:				
Equivalência patrimonial	861.533	484.786	74.389	54.318
Juros sobre capital próprio recebidos	(64.906)	(52.086)	(8.067)	(8.464)
Juros sobre capital próprio pagos	229.097	-	253.457	18.698
Exclusões (adições) permanentes	(4.741)	(27.683)	83.091	(37.193)
Prejuízos fiscais diferidos reconhecidos (não reconhecidos)	439.494	39.078	455.969	(5.488)
Exclusão da Selic sobre repetição de indébitos tributários	906.310	-	967.671	-
Incentivo fiscal	59.510	-	93.149	21.979
Lucro não tributável e diferenças de alíquota de controladas no exterior	-	-	(1.648)	29.551
Tributos sobre o lucro apurados	(996.487)	326.282	(2.276.323)	(554.230)
Corrente	(972.739)	(16.710)	(2.332.338)	(684.614)
Diferido	(23.748)	342.992	56.015	130.384
Tributos sobre o lucro (prejuízo) no resultado	(996.487)	326.282	(2.276.323)	(554.230)
Imposto de renda	(717.459)	235.746	(1.649.528)	(403.942)
Contribuição social	(279.028)	90.536	(626.795)	(150.288)
Alíquotas efetivas	10%	-	18%	30%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos
Os saldos e a movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos, ativo e passivo, constituídos às alíquotas nominais, são demonstrados como segue:
(i) Controladora

	31/12/2020	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2021
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.537.974	-	(542.611)	1.995.363
Créditos fiscais não reconhecidos	(857.997)	-	439.494	(418.503)
Prejuízos fiscais sobre indébito tributário	-	-	539.908	539.908
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	292.034	7.568	(97.831)	201.771
Provisão para demandas judiciais	223.183	-	49.884	273.067
Provisão para ajustes de estoque	41.084	-	21.945	63.029
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	198.654	-	(116.529)	82.125
Provisão para lucros não realizados nos estoques	42.545	-	122.416	164.961
Outros	133.819	-	46.306	180.125
Total ativo	2.611.296	7.568	462.982	3.081.846
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	6.876	-	(1.884)	4.992
Depreciação fiscal	292.910	-	492.941	785.851
Ajuste de imobilizado – IAS 29	43.955	-	(9.070)	34.885
Correção monetária sobre depósitos judiciais	45.016	-	1.767	46.783
Outros	1.663	-	2.976	4.639
Total passivo	390.420	-	486.730	877.150
Total líquido	2.220.876	7.568	(23.748)	2.204.696

(ii) Consolidado

	31/12/2020	Patrimônio líquido/ Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	31/12/2021
No ativo				
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais	2.691.854	-	(568.896)	2.122.958
Créditos fiscais não reconhecidos	(1.064.596)	-	455.970	(608.626)
Prejuízos fiscais sobre indébito tributário	-	-	551.077	551.077
Provisões temporárias				
Provisão para passivo atuarial	311.199	7.762	(96.513)	222.448
Provisão para demandas judiciais	265.191	-	96.516	361.707
Provisão para ajustes de estoques	60.550	-	30.117	90.667
Ágio/aquisição de empresas	293.197	-	(4.497)	288.700
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	423.572	-	(124.892)	298.680
Provisão para lucros não realizados nos estoques	42.545	-	122.416	164.961
Outros	315.392	4.136	91.212	410.740
Total ativo	3.338.904	11.898	552.510	3.903.312
No passivo				
Imposto de renda e contribuição social				
Depreciação incentivada	6.876	-	(1.884)	4.992
Depreciação taxa fiscal	303.976	-	496.868	800.844
Ajuste de imobilizado – IAS 29	43.955	-	(9.070)	34.885
Correção monetária sobre depósitos judiciais	52.344	-	10.996	63.340
Outros	17.415	-	(415)	17.000
Total passivo	424.566	-	496.495	921.061
Total líquido	2.914.338	11.898	56.015	2.982.251

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia reverteu provisão para perda de créditos fiscais no montante de R$439.494 na Controladora e de R$455.970 no Consolidado (31 de dezembro de 2020 – reversão de R$39.078 e R$5.488, respectivamente). O total de créditos fiscais diferidos não reconhecidos nas demonstrações financeiras foi de R$418.503 na Controladora e de R$608.626 no Consolidado (31 de dezembro de 2020 – R$857.997 e R$1.064.596, respectivamente). A Administração da Companhia continuará monitorando esse montante não reconhecido, o qual poderá ser contabilizado tão logo seja provável a sua utilização.
Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2022	319.928	389.623
2023	311.004	349.198
2024	277.441	316.135
2025	280.145	318.839
2026 até 2028	909.779	1.025.861
2029 até 2031	982.596	1.128.046
2032 até 2034	419.456	501.884
Após 2035 (i)	-	482.352
Ativo	3.500.349	4.511.938
Créditos fiscais não reconhecidos	(418.503)	(608.626)
Ativo	3.081.846	3.903.312
Passivo	(877.150)	(921.061)
Posição líquida	2.204.696	2.982.251

(i) No consolidado os valores referem-se substancialmente a créditos fiscais oriundos de ágio na incorporação, apurados na Mineração Usiminas. Esses créditos fiscais estão sendo aproveitados com base na expectativa de vida útil das minas, cuja exaustão total foi estimada para o ano de 2053.
O reconhecimento dos créditos tributários é fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. O estudo de expectativa de lucros tributários futuros adota os mesmos dados e premissas do estudo utilizado no teste de valor recuperável dos ativos (*Impairment*) (Nota 17).
Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros das Empresas Usiminas.

(c) Imposto de renda e contribuição social no passivo circulante

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda				
Receita (despesa) corrente	(699.889)	(16.710)	(1.689.979)	(500.068)
Antecipações e compensações do período	694.881	16.710	1.050.416	169.036
	(5.008)	-	(639.563)	(331.032)
Contribuição social				
Receita (despesa) corrente	(272.850)	-	(642.359)	(184.546)
Antecipações e compensações do período	253.044	-	408.616	69.736
	(19.806)	-	(233.743)	(114.810)
Total IR e CSLL a pagar	(24.814)	-	(873.306)	(445.842)

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	176.823	(106.138)	70.685	177.021	(106.138)	70.883
IR e CSLL	152.847	(57.090)	95.757	152.847	(57.090)	95.757
INSS	37.120	(7.264)	29.856	62.949	(7.264)	55.685
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	6.249	-	6.249	10.486	-	10.486
COFINS	2.625	-	2.625	2.731	-	2.731
Trabalhistas	136.331	-	136.331	167.029	-	167.029
Cíveis	36.762	(16)	36.746	37.329	(16)	37.313
Outras	4.232	-	4.232	1.224	-	1.224
Provisão para perdas (i)	(88.493)	-	(88.493)	(88.493)	-	(88.493)
	490.880	(196.892)	293.988	549.507	(196.892)	352.615

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido	Depósitos judiciais	Tributos parcelados	Saldo líquido
IPI	176.823	(106.138)	70.685	177.021	(106.138)	70.883
IR e CSLL	158.787	(57.090)	101.697	158.787	(57.090)	101.697
INSS	46.633	(7.264)	39.369	72.219	(7.264)	64.955
CIDE	26.384	(26.384)	-	26.384	(26.384)	-
ICMS	7.434	-	7.434	11.658	-	11.658
COFINS	3.652	-	3.652	23.693	-	23.693
Trabalhistas	190.767	-	190.767	232.494	-	232.494
Cíveis	39.386	(16)	39.370	38.626	(16)	38.610
Outras	115.114	-	115.114	78.220	-	78.220
Provisão para perdas (i)	(78.772)	-	(78.772)	(78.802)	-	(78.802)
	686.208	(196.892)	489.316	740.300	(196.892)	543.408

(i) Refere-se a provisão para perda de IR/CSLL (Expurgo Plano Verão) e INSS (Autônomos).
A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	549.507	576.584	740.300	740.550
Adições	2.626	15.724	37.282	58.018
Juros/atualizações	5.292	4.193	11.005	7.728
Reversões	(66.545)	(46.994)	(102.379)	(65.996)
Saldo final	490.880	549.507	686.208	740.300

15. INVESTIMENTOS

(a) Movimentação dos investimentos
(i) Controladora

	31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Lucros não realizados nos estoques	Passivo Atuarial	Outros	31/12/2021
Controladas							
Mineração Usiminas	3.666.557	1.736.327	(542.670)	-	(939)	(5.621)	4.853.654
Soluções Usiminas	701.100	538.951	(256.004)	(360.047)	203	-	624.203
Usiminas International	73.163	(4.849)	-	-	-	-	68.314
Usiminas Mecânica	21.702	126.233	(37.500)	-	915	-	111.350
Usiminas Participações e Logística S.A. (UPL)	84.474	12.965	(5.549)	-	49	-	91.939
Outros	76.917	-	-	-	-	(1.442)	75.475
	4.623.913	2.409.627	(841.723)	(360.047)	228	(7.063)	5.824.935
Controladas em conjunto							
Unigal	503.078	112.496	(105.000)	-	(300)	-	510.274
Usiroll	12.603	2.246	(1.000)	-	(43)	-	13.806
	515.681	114.742	(106.000)	-	(343)	-	524.080
Coligadas							
Codeme	30.504	8.273	-	-	-	-	38.777
MRS	12.022	1.965	(451)	-	8	-	13.544
	42.526	10.238	(451)	-	8	-	52.321
	5.182.120	2.534.607	(948.174)	(360.047)	(107)	(7.063)	6.401.336

Em 31 de dezembro de 2021, o resultado de equivalência patrimonial na Controladora, apresentado na movimentação dos investimentos, pode ser conciliado conforme a seguir:

	Controladora
Resultado de equivalência patrimonial apresentado nas demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa	2.173.874
Passivo a descoberto da controlada Rios Unidos	686
Lucro não realizado nos estoques com as controladas Soluções Usiminas e Usiminas Mecânica.	360.047
Resultado de equivalência patrimonial apresentado na movimentação dos investimentos	2.543.607

(ii) Consolidado

	31/12/2020	Resultado de equivalência patrimonial	Juros sobre capital próprio e dividendos	Passivo atuarial	31/12/2021
Controladas em conjunto					
Participações controladas em conjunto	518.063	118.107	(109.307)	(343)	526.520
Ágio em controladas em conjunto	4.668	-	-	-	4.668
	522.731	118.107	(109.307)	(343)	531.188
Coligadas					
Participações em coligadas	528.777	100.681	(29.745)	301	600.014
Ágio em coligadas	7.200	-	-	-	7.200
	535.977	100.681	(29.745)	301	607.214
Total	1.058.708	218.788	(139.052)	(42)	1.138.402

(b) Informações financeiras das coligadas
A seguir, está demonstrada a participação da Companhia nos resultados das principais coligadas, em 31 de dezembro de 2021:

	País de constituição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro	% de participação
Codeme	Brasil	350.842	222.220	128.622	232.651	19.491	30,77%
MRS (i)	Brasil	13.436.512	8.423.185	5.013.327	4.427.385	699.294	11,41%

(i) Participação direta de 0,28% e indireta, por meio da UPL, de 11,13%.
A participação nos lucros foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e após a participação dos acionistas não controladores em coligadas.
O capital votante nas empresas coligadas corresponde ao mesmo percentual do capital social total, exceto para a empresa MRS, cujo percentual do capital votante é de 19,92%. A USIMINAS participa do grupo de controle e tem influência significativa, o que classifica esse investimento como coligada.
As informações financeiras resumidas das empresas controladas em conjunto estão demonstradas a seguir.

(i) Balanços patrimoniais resumidos

	31/12/2021			31/12/2020		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Ativo circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.753	93.155	6.538	2.460	64.433	9.245
Contas a receber	1.496	60.355	4.051	1.094	62.574	3.999
Estoques	-	45.237	1.569	-	35.726	1.049
Impostos a recuperar	-	5.845	-	-	4.215	-
Outros	7	4.284	202	8	1.371	131
Total do ativo circulante	4.256	208.876	12.360	3.562	168.319	14.424
Ativo não circulante						
Realizável a longo prazo	-	17.719	71	-	2.785	27
Imobilizado	2.001	801.148	21.124	2.205	825.149	12.245
Intangível	-	786	2	-	473	3
Total do ativo não circulante	2.001	819.653	21.197	2.205	828.407	12.275
Total do ativo	6.257	1.028.529	33.557	5.767	996.726	26.699
Passivo e Patrimônio líquido						
Empréstimos	-	-	-	-	12	-
Fornecedores	203	17.007	4.375	148	20.179	266
Contingências	-	3.497	-	-	3.494	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	226.203	-	-	221.225	-
Outros	1.175	42.785	1.571	855	28.131	1.228
Patrimônio líquido	4.879	739.037	27.611	4.764	723.685	25.205
Total do passivo e patrimônio líquido	6.257	1.028.529	33.557	5.767	996.726	26.699

(ii) Demonstrações dos resultados resumidas

	31/12/2021			31/12/2020		
	Modal	Unigal	Usiroll	Modal	Unigal	Usiroll
Receita líquida de vendas e serviços	12.033	347.841	18.968	10.374	290.198	16.033
Custo produtos e serviços vendidos	(3.971)	(129.014)	(10.268)	(3.696)	(117.037)	(8.897)
Receitas (despesas) operacionais	(19)	(17.505)	(2.313)	(3)	(12.320)	(2.387)
Receitas (despesas) financeiras	77	10.214	356	50	6.180	160
Provisão IRPJ e CSLL	(1.391)	(45.755)	(2.251)	(1.196)	(42.790)	(1.644)
Lucro líquido do exercício	6.729	165.781	4.492	5.529	124.231	3.265

16. IMOBILIZADO

Controladora	Taxa média ponderada de depreciação anual %	31/12/2021 Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	31/12/2020 Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	1.864.457	(1.208.650)	655.807	2.021.930	(1.307.671)	714.259
Máquinas e equipamentos	5	17.946.194	(11.402.986)	6.543.208	21.232.691	(14.283.215)	6.949.476
Instalações	4	988.948	(362.297)	626.651	996.228	(353.401)	642.827
Móveis e utensílios	15	60.126	(50.358)	9.768	59.253	(48.514)	10.739
Equipamentos de informática	24	221.044	(193.201)	27.843	215.097	(187.296)	27.801
Veículos	20	34.809	(34.768)	41	34.809	(34.760)	49
Ferramentas e aparelhos	20	187.862	(172.730)	15.132	211.264	(192.457)	18.807
Direito de Uso	15	56.925	(31.463)	25.462	33.149	(26.172)	6.977
		21.360.365	(13.456.453)	7.903.912	24.804.421	(16.433.486)	8.370.935
Terrenos		274.419	-	274.419	274.423	-	274.423
Total em operação		21.634.784	(13.456.453)	8.178.331	25.078.844	(16.433.486)	8.645.358
Em obras							
Obras em andamento		1.121.174	-	1.121.174	790.974	-	790.974
Imobilizado em processamento		91.178	-	91.178	48.904	-	48.904
Importações em andamento		87.882	-	87.882	35.624	-	35.624
Adiantamentos a fornecedores		63.837	-	63.837	17.032	-	17.032
Encargos de empréstimos capitalizados		29.954	-	29.954	27.576	-	27.576
Outros		64.489	-	64.489	62.389	-	62.389
Total em obras		1.458.514	-	1.458.514	982.499	-	982.499
		23.093.298	(13.456.453)	9.636.845	26.061.343	(16.433.486)	9.627.857

Consolidado	Taxa média ponderada de depreciação anual %	31/12/2021 Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	31/12/2020 Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Em operação							
Edificações	4	2.266.833	(1.467.274)	799.559	2.425.852	(1.543.039)	882.813
Máquinas e equipamentos	5	19.200.249	(12.405.367)	6.794.882	22.513.945	(15.256.875)	7.257.070
Instalações	4	1.754.146	(884.958)	869.188	1.740.728	(813.851)	926.877
Móveis e utensílios	15	74.301	(62.325)	11.976	74.778	(61.896)	12.882
Equipamentos de informática	24	275.364	(234.333)	41.031	260.067	(227.700)	32.367
Veículos	20	49.144	(47.732)	1.412	49.938	(48.033)	1.905
Ferramentas e aparelhos	20	217.893	(192.363)	25.530	243.527	(214.282)	29.245
Direito de Uso	15	164.074	(87.159)	76.915	117.599	(57.204)	60.395
Impairment (i)		-	-	-	(66.047)	-	(66.047)
Outros		115.496	(16.806)	98.690	115.496	(13.365)	102.131
		24.117.500	(15.398.317)	8.719.183	27.475.883	(18.236.245)	9.239.638
Terrenos		457.131	-	457.131	463.884	-	463.884
Total em operação		24.574.631	(15.398.317)	9.176.314	27.939.767	(18.236.245)	9.703.522
Em obras							
Obras em andamento		1.565.544	-	1.565.544	1.087.472	-	1.087.472
Imobilizado em processamento		190.096	-	190.096	106.783	-	106.783
Importações em andamento		88.148	-	88.148	35.629	-	35.629
Adiantamentos a fornecedores		65.099	-	65.099	31.443	-	31.443
Encargos de empréstimos capitalizados		30.617	-	30.617	27.576	-	27.576
Impairment (i)		(101.493)	-	(101.493)	(52.680)	-	(52.680)
Outros		71.360	-	71.360	66.289	-	66.289
Total em obras		1.909.371	-	1.909.371	1.302.512	-	1.302.512
		26.484.002	(15.398.317)	11.085.685	29.242.279	(18.236.245)	11.006.034

(i) Refere-se a perda por *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

A movimentação do imobilizado pode ser demonstrada como segue:

Controladora	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	714.259	6.949.476	642.827	18.807	274.423	982.499	6.977	38.589	9.627.857
Adições (i)	38	43.564	2.854	-	-	1.077.808	-	-	1.124.264
Remensuração	-	-	-	-	-	-	27.388	-	27.388
Baixas	(227)	(30)	(412)	-	(4)	(3.666)	-	(1)	(4.340)
Depreciação	(42.075)	(657.045)	(35.654)	(5.822)	-	-	(8.903)	(13.151)	(762.650)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	29.954	-	-	29.954
Impairment	(15.020)	(324.452)	(26.436)	(21)	-	(41.628)	-	-	(407.557)
Transferências	(1.168)	531.695	43.472	2.168	-	(588.382)	-	12.215	-
Outros	-	-	-	-	-	1.929	-	-	1.929
Saldos em 31 de dezembro de 2021	655.807	6.543.208	626.651	15.132	274.419	1.458.514	25.462	37.652	9.636.845

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R$1.124.264.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Controladora	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	745.959	7.432.000	628.079	20.745	274.985	725.075	30.572	34.898	9.892.313
Adições (i)	1.012	24.532	706	28	-	522.491	-	62	548.831
Remensuração	-	-	-	-	-	-	3.858	-	3.858
Baixas	(4.116)	(1.734)	(791)	(26)	(563)	(7.501)	(12.563)	-	(27.294)
Depreciação	(43.846)	(693.375)	(37.505)	(6.539)	-	-	(14.890)	(10.988)	(807.143)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	27.576	-	-	27.576
Transferências	15.250	188.078	52.392	4.599	-	(274.936)	-	14.617	-
Outros	-	(25)	(54)	-	1	(10.206)	-	-	(10.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	714.259	6.949.476	642.827	18.807	274.423	982.499	6.977	38.589	9.627.857

(i) As adições do imobilizado na Controladora compreendem compras à vista no valor de R$548.831.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Consolidado	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	*Impairment*	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	882.813	7.257.070	926.877	29.245	463.884	1.355.192	60.395	(118.727)	149.285	11.006.034
Adições (i)	38	45.839	2.854	339	-	1.340.484	-	-	173	1.389.727
Remensuração	-	-	-	-	-	-	50.137	-	-	50.137
Baixas	(9.755)	(18.763)	(652)	(1.332)	(5.771)	(5.733)	-	1.993	(54)	(40.067)
Depreciação	(76.696)	(719.455)	(100.289)	(8.261)	-	-	(33.615)	14.988	(20.065)	(943.393)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	29.954	-	-	-	29.954
Impairment (iii)	(15.020)	(324.452)	(26.436)	(21)	-	(41.628)	-	-	-	(407.557)
Transferências	18.179	554.642	66.839	5.564	(982)	(668.261)	1	250	23.768	-
Outros	-	1	(5)	(4)	-	856	(3)	3	2	850
Saldos em 31 de dezembro de 2021	799.559	6.794.882	869.188	25.530	457.131	2.010.864	76.915	(101.493)	153.109	11.085.685

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R$1.389.727.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Consolidado	Edificações	Máquinas e equipamentos	Instalações	Ferramentas e aparelhos	Terrenos	Imobilizado em obras	Direito de Uso	*Impairment*	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	914.012	7.766.297	954.833	31.660	654.118	964.448	106.324	(129.376)	162.375	11.424.691
Adições (i)	1.012	24.970	706	1.075	784	739.863	-	-	297	768.707
Remensuração	-	-	-	-	-	-	4.433	-	-	4.433
Baixas	(4.118)	(2.400)	(791)	(691)	(563)	(8.488)	(12.563)	1.124	(14.025)	(42.515)
Depreciação	(69.083)	(762.036)	(87.572)	(9.164)	-	-	(37.801)	15.917	(18.031)	(967.770)
Encargos de empréstimos capitalizados (ii)	-	-	-	-	-	27.576	-	-	-	27.576
Impairment (iii)	583	(1.337)	-	-	54.394	-	-	(6.392)	-	47.248
Transferências	15.250	188.078	52.392	4.599	-	(274.936)	-	-	14.617	-
Transferências para propriedade para investimento	-	-	-	-	(245.000)	-	-	-	-	(245.000)
Outros	25.157	43.498	7.309	1.766	151	(93.271)	2	-	4.052	(11.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	882.813	7.257.070	926.877	29.245	463.884	1.355.192	60.395	(118.727)	149.285	11.006.034

(i) As adições do imobilizado no Consolidado compreendem compras à vista no valor de R$768.707.
(ii) Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.
(iii) Refere-se a *impairment* do imobilizado conforme demonstrado na Nota 17.

Em 31 de dezembro de 2021, as adições do imobilizado referem-se, principalmente, aos gastos incorridos na reforma do alto forno 3, reparo do alto forno 2, reforma dos regeneradores 4, 5 e 6, construção do novo gasômetro, em Ipatinga (MG), bem como demais obras com o objetivo de garantir a capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2021, no Consolidado, o saldo do imobilizado em andamento, no montante de R$2.010.864, refere-se a projetos de melhoria nos processos industriais e de manutenção da capacidade produtiva.

Em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados juros e variação cambial sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R$29.954 na Controladora e no Consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados às taxas contratadas, as quais estão demonstradas na Nota 20.

Em 31 de dezembro de 2021, a depreciação na Controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Outras receitas (despesas) operacionais", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", nos montantes de R$596.296, R$150.754, R$3.043 e R$12.557 (31 de dezembro de 2020 – R$561.363, R$232.008, R$3.013 e R$10.759), respectivamente. No Consolidado, nessa mesma data, a depreciação foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Outras receitas (despesas) operacionais", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$762.296, R$161.385, R$4.283 e R$15.429 (31 de dezembro de 2020 - R$707.220, R$242.579, R$4.076 e R$13.895), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos e processos judiciais (Nota 40).

17. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT) NÃO FINANCEIROS

Para o cálculo do valor recuperável de cada segmento de negócio, as Empresas Usiminas utilizam o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções consideram as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação das empresas, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

As Empresas Usiminas possuem três unidades geradoras de caixa ou segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Essas unidades geradoras de caixa são determinadas com base no menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa e não existem segmentos e unidades geradoras de caixa diferentes dentro de uma mesma empresa.

As unidades geradoras de caixa e/ou segmentos reportáveis identificados na Companhia são mineração e logística, siderurgia e transformação do aço (Nota 29).

(a) Premissas e critérios gerais

Os cálculos de valor em uso utilizam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Diretoria Executiva. A Administração da Companhia estima que o valor justo líquido de despesas de alienação, sejam inferiores ao valor em uso, razão pela qual este foi utilizado para a apuração do valor recuperável.

Para o cálculo do valor recuperável do segmento de mineração e logística foram utilizadas projeções de volumes de vendas, preços médios e custos operacionais realizadas pelos setores comerciais e de planejamento para os próximos 5 anos, considerando participação de mercado, variação de preços internacionais, evolução do dólar e da inflação, com base em relatórios de mercado. Também foram considerados a necessidade de capital de giro e investimentos para manutenção dos ativos testados.

Para os anos posteriores foram adotadas taxas de crescimento em função de estimativa da inflação de longo prazo e taxa de câmbio.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Para projeção das taxas anuais de câmbio (real/dólar), foram consideradas as taxas de inflação norte-americana e brasileira de longo prazo.

A taxa de inflação de longo prazo utilizada nos fluxos projetados foi de 3,15% a.a.

As taxas de desconto aplicadas nas projeções de fluxos de caixa futuros representam uma estimativa da taxa que o mercado utilizaria para atender aos riscos do ativo sob avaliação. A Companhia adotou taxas distintas para cada segmento de negócio testado de forma a refletir sua estrutura de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados do segmento de mineração foram descontados à taxa real de 8,71% em 2021.

Os cenários utilizados nos testes são baseados nas melhores estimativas das Empresas Usiminas para os resultados e a geração de caixa futuros em seus segmentos de negócio.

Para os demais segmentos de negócio não foram identificados indicativos para a realização de teste de *impairment*.

(b) Valor recuperável e perdas reconhecidas

(i) Ativos intangíveis com vida útil indefinida

As seguintes unidades geradoras de caixa possuem ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio) para as quais os testes para verificação de *impairment* são realizados anualmente:

	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Mineração e logística	11.868	11.868
Transformação do aço	2.433	2.433
	14.301	14.301

Como resultado dos testes de valor recuperável, as seguintes perdas por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 33 (b)):

	Consolidado 31/12/2020
Mineração e logística	(3.068)

Em 31 de dezembro de 2021, não foi reconhecida perda por *impairment* no segmento de Mineração e logística.

As unidade de Siderurgia e os ativos da Usiminas Mecânica não possuíam ativos intangíveis com vida útil indefinida.

(ii) Outros ativos de longo prazo

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia efetuou testes de recuperabilidade dos ativos das suas unidades geradoras de caixa, e as seguintes (perdas) reversões por *impairment* foram reconhecidas no resultado da Companhia, na rubrica de outras receitas e despesas operacionais (Nota 33 (b)):

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Mineração e logística				
Direitos minerários (i)	-	-	-	812.576
Imobilizado	-	-	3.030	-
Siderurgia				
Investimentos (ii)	-	107.261	-	-
Imobilizado (ii)	(407.557)	-	(407.557)	53.640
Intangível (i) (ii)	-	-	-	53.621
Usiminas Mecânica				
Intangível	-	-	-	(1.191)
Imobilizado	-	-	-	(6.392)
Propriedades para investimento	7.270	-	7.270	(181.600)
	(400.287)	107.261	(397.257)	730.654

(i) A reversão do *impairment* do direito minerário ocorreu, substancialmente, devido as mudanças de estimativa de preço futuro de minério de ferro e do dólar.

(ii) Na Controladora, em 31 de dezembro de 2020, o montante R$107.261 refere-se a reversão de *impairment* de ativo gerado na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível e imobilizado.

Os ativos de longo prazo da unidade de Transformação do Aço foram revisados, não sendo verificado indicadores de *impairment*.

(c) Testes de *impairment* do segmento de mineração

O valor em uso do segmento mineração foi atualizado para refletir as melhores estimativas da Administração sobre o resultado futuro obtido com o beneficiamento e comercialização do minério de ferro, com base em projeções de preço de venda, gastos e investimentos. Tal avaliação mantém-se sensível à volatilidade dos preços da *commodity* e eventuais alterações nas expectativas de longo prazo poderão levar a futuros ajustes no valor reconhecido.

A Companhia considerou fontes de mercado para definição das taxas de inflação e câmbio utilizadas nas projeções dos fluxos futuros. Os preços projetados para o minério de ferro (CFR China 62% Fe) foram entre USD72,00/t e USD107,50/t para o curto prazo e USD70,00/t para o longo prazo. Os preços utilizados no cálculo dos fluxos de caixa futuros encontram-se dentro do intervalo das estimativas publicadas pelos analistas de mercado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi registrada reversão ou perda por *impairment* de direitos minerários, alocado no ativo intangível. Adicionalmente foi registrada reversão por *impairment* no valor de R$3.030, em propriedades para investimento, correspondente a terreno em Itaguaí. A reversão foi apurada em decorrência da valorização do valor justo, que reflete as condições do mercado na data do balanço, da propriedade em relação ao seu valor de custo.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram apuradas perdas por *impairment* de ágio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a perda por *impairment* remanescente,constituída em exercícios anteriores, no valor de R$584.366 (R$51.163 nos estoques e R$533.203 em direitos minerários), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave deste segmento de negócio.

(d) Testes de *impairment* do segmento de siderurgia

(i) Usiminas

Em linha com a Deliberação CVM 639, a Companhia efetuou análise da recuperabilidade dos seus ativos na data de fechamento de 31 de dezembro de 2021. As fontes externas foram consideradas levando-se em conta o atual cenário econômico, mais especificamente na área de siderurgia, bem como as fontes internas das ações administrativas para enfrentar este momento favorável vivido pelo setor siderúrgico. No período o cenário econômico apresentou indicadores de um crescimento gradual.

Para todos os segmentos da Companhia, esse crescimento foi refletido nas projeções dos resultados do período, quando comparado às projeções dos resultados do ano anterior.

A Administração da Companhia verificou que a projeção do fluxo de caixa operacional para os próximos anos é positiva e a expectativa é de recuperabilidade integral dos ativos, não havendo indícios de *impairment*, principalmente quando verificado que a geração de caixa da Companhia continua forte para os próximos anos, com manutenção das margens e crescimento do volume de vendas.

Foram utilizados os fluxos de caixa orçados da Usiminas para os próximos 5 anos, não sendo identificados indícios de *impairment*, dessa forma, não houve a necessidade de realização de teste de recuperabilidade para o período.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi reconhecida perda por *impairment* no segmento siderurgia no valor de R$407.557 correspondente à perda no ativo imobilizado por obsolescência de ativos após avaliação interna da Companhia. Adicionalmente, foi reconhecida reversão de *impairment* de propriedades para investimento no valor de R$7.270, por realização dos ativos, resultando no efeito líquido de R$400.287 (Nota 33 (b)).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi registrada reversão por *impairment* no segmento siderurgia no valor de R$107.261, (31 de dezembro de 2019 – R$16.731) de investimento decorrente de ativo gerado na aquisição de controlada, que no Consolidado é reclassificado para o intangível e imobilizado.

A Companhia continuará a monitorar os resultados em 2022, os quais indicarão a razoabilidade das projeções futuras utilizadas.

(ii) Usiminas Mecânica

A Usiminas Mecânica utiliza o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras que consideram as mudanças observadas no panorama econômico do mercado de bens de capital, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi registrada perda por *impairment* na Usiminas Mecânica no valor de R$7.583, sendo R$6.392 referente ao saldo do imobilizado e R$1.191 referente ao ativo intangível, reflexo da forte retração do mercado, que não retomou o crescimento com geração de resultado sustentável para a Empresa. Para o ano de 2021 não houve novas provisões.

Os ativos de longo prazo da Usiminas Mecânica foram revisados, com projeções e premissas atualizados, cujo resultado não indicou reversão de *impairment*.

Para a Usiminas Mecânica a perda por *impairment* remanescente em 31 de dezembro de 2021, que totaliza R$103.727 (R$2.230 no ativo intangível e R$101.497 no ativo imobilizado), continua sendo monitorada pela Companhia e será revertida na medida que as projeções futuras possibilitarem.

A Companhia continuará monitorando as premissas-chave para a Usiminas Mecânica.

18. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

Controladora	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	31/12/2020 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	19	294.632	(252.699)	41.933	283.763	(234.343)	49.420
Intangível em processamento	-	76.733	-	76.733	54.692	-	54.692
		371.365	(252.699)	118.666	338.455	(234.343)	104.112

Consolidado	Taxa média ponderada de amortização anual %	31/12/2021 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	31/12/2020 Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Software	19	367.061	(312.594)	54.467	349.747	(292.185)	57.562
Ágio	-	2.433	-	2.433	2.433	-	2.433
Direitos Minerários (i)	-	2.223.667	(142.952)	2.080.715	2.175.109	(119.581)	2.055.528
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	-	(568.116)	-	(568.116)	(574.605)	-	(574.605)
Outros	-	84.766	(3.619)	81.147	60.758	(3.477)	57.281
		2.109.811	(459.165)	1.650.646	2.013.442	(415.243)	1.598.199

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R$1,58 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*, que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

A movimentação do ativo intangível pode ser demonstrada conforme a seguir:

Controladora	*Software* adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	49.420	54.692	104.112
Adições	219	36.005	36.224
Transferências	13.964	(13.964)	-
Amortização	(18.829)	-	(18.829)
Outros	(2.841)	-	(2.841)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	41.933	76.733	118.666
• Custo total	294.632	76.733	371.365
• Amortização acumulada	(252.699)	-	(252.699)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	41.933	76.733	118.666
Taxas anuais de amortização %	19	-	-

Controladora	*Software* adquirido	Intangível em processamento	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	41.074	49.281	90.355
Adições	47	27.282	27.329
Transferências	29.571	(29.571)	-
Amortização	(21.272)	-	(21.272)
Outros	-	7.700	7.700
Saldos em 31 de dezembro de 2020	49.420	54.692	104.112
• Custo total	283.763	54.692	338.455
• Amortização acumulada	(234.343)	-	(234.343)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	49.420	54.692	104.112
Taxas anuais de amortização %	23	-	-

Consolidado	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	*Software* adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.480.923	2.433	57.562	57.281	1.598.199
Adições	50.000	-	5.590	37.972	93.562
Transferências	-	-	13.964	(13.964)	-
Amortização	(18.324)	-	(20.882)	(142)	(39.348)
Outros	-	-	(1.767)	-	(1.767)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.512.599	2.433	54.467	81.147	1.650.646
• Custo total	1.655.551	2.433	367.061	84.766	2.109.811
• Amortização acumulada	(142.952)	-	(312.594)	(3.619)	(459.165)
Valor residual em 31 de dezembro de 2021	1.512.599	2.433	54.467	81.147	1.650.646
Taxas anuais de amortização %	-	-	19	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R$1,58 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*, que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).

Consolidado	Direitos minerários (i)	Ágio pago em aquisições	*Software* adquirido	Outros	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2019	623.260	2.433	49.393	51.836	726.922
Adições	-	-	1.576	28.396	29.972
Transferências	-	-	30.508	(30.508)	-
Amortização	(8.534)	-	(23.776)	(143)	(32.453)
(Constituição) reversão da perda do valor recuperável de ativos (*Impairment*) (ii)	866.197	-	(1.191)	-	865.006
Outros	-	-	1.052	7.700	8.752
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.480.923	2.433	57.562	57.281	1.598.199
• Custo total	1.600.504	2.433	349.747	60.758	2.013.442
• Amortização acumulada	(119.581)	-	(292.185)	(3.477)	(415.243)
Valor residual em 31 de dezembro de 2020	1.480.923	2.433	57.562	57.281	1.598.199
Taxas anuais de amortização %	-	-	23	-	-

(i) Os direitos minerários são amortizados de acordo com a exaustão da mina ao custo médio de amortização de R$0,67 por tonelada (valor ajustado de acordo com o valor líquido do ativo, deduzindo o *Impairment*, que reflete o custo estimado de cada tonelada exaurida das minas).
(ii) Refere-se a reversão de *impairment* dos ativos intangíveis conforme demonstrado na Nota 17.

A amortização na Controladora foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$742 e R$18.087 (31 de dezembro de 2020 R$373 e R$20.899, respectivamente). No Consolidado, nessa mesma data, a amortização foi reconhecida nas rubricas "Custos das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas" nos montantes de R$19.695, R$0 e R$19.653 (31 de dezembro de 2020 - R$9.208, R$53 e R$23.192, respectivamente).

O ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e dos passivos (ágio por expectativa de rentabilidade futura) é classificado no ativo intangível nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Em 31 de dezembro de 2021, não houve reconhecimento de *impairment* no resultado das demonstrações financeiras da Controladora.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

19. FORNECEDORES, EMPREITEIROS E FRETES

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
No país	1.458.494	934.161	2.044.482	1.189.390
No exterior	177.354	166.315	210.283	177.301
Valores a pagar a empresas ligadas	665.666	866.448	375.527	550.999
	2.301.514	1.966.924	2.630.292	1.917.690

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, o saldo de R$718.054, em Títulos a pagar na Controladora e no Consolidado (em 31 de dezembro de 2020 - R$880.711), refere-se a operações de *forfaiting* e cessão de crédito com fornecedores estrangeiros de matérias-primas, cujos contratos negociados possuem prazo de pagamento de até 180 dias e taxas entre 0,99% a.a. e 1,19% a.a.

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

20.1. Composição dos empréstimos e financiamentos

A composição dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

(a) Controladora

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante
FINAME	R$	2022 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	3.398	4.672	3.910	8.050

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante
Bonds	US$	2026	5,875% a.a.	117.806	4.185.375	109.700	3.897.525
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(51.722)	-	(63.215)
				117.806	4.133.653	109.700	3.834.310
Em moeda nacional				3.398	4.672	3.910	8.050
				121.204	4.138.325	113.610	3.842.360

(b) Consolidado

(i) Em moeda nacional

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante
FINAME	R$	2022 a 2024	2,5% a 9,5% a.a.	3.422	4.693	4.016	8.096
Outros	R$	2022	8,24% a.a.	3.850	-	3.022	4.610
				7.272	4.693	7.038	12.706

(ii) Em moeda estrangeira

	Moeda / indexador	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	31/12/2021 Circulante	31/12/2021 Não circulante	31/12/2020 Circulante	31/12/2020 Não circulante
Bonds	US$	2026	5,875% a.a.	117.806	4.185.375	109.700	3.897.525
Comissões e outros custos	-	-	-	-	(51.722)	-	(63.215)
				117.806	4.133.653	109.700	3.834.310
Em moeda nacional				7.272	4.693	7.038	12.706
				125.078	4.138.346	116.738	3.847.016

20.2. Escalonamento dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
2022	-	3.378	-	6.038
2023	2.976	2.976	2.993	4.968
2024	1.696	1.696	1.700	1.700
2026	4.133.653	3.834.310	4.133.653	3.834.310
	4.138.325	3.842.360	4.138.346	3.847.016

20.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	3.955.970	3.089.589	3.963.754	3.099.971
Juros provisionados	258.951	262.435	251.952	262.851
Variação monetária	466	580	506	648
Variação cambial	287.850	874.500	287.850	874.500
Amortizações de encargos	(251.321)	(236.186)	(244.522)	(236.343)
Amortizações/baixas de principal	(3.880)	(47.613)	(7.609)	(50.031)
Diferimento de comissões	11.493	12.665	11.493	12.158
Saldo final	4.259.529	3.955.970	4.263.424	3.963.754

20.4. *Covenants*

(a) Das debêntures e dos *Bonds*

Em relação aos *covenants* financeiros, a Companhia está obrigada ao cumprimento do seguinte índice, calculado em uma base consolidada:

(i) Dívida Líquida / EBITDA ajustado:

• menor que 3,5x nas medições trimestrais para os *Bonds* e semestrais (dezembro e junho) para as debêntures.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apurou o seguinte índice, conforme demonstrado a seguir:

Indicador	Índice contratado	Índice apurado
Dívida líquida/EBITDA ajustado	< 3,5	(0,1)

Em relação aos *covenants* não financeiros, a Companhia possui controles de acompanhamento e, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram verificados descumprimentos desses *covenants*.

21. DEBÊNTURES

As duas séries de debêntures de emissão da Controladora, não conversíveis em ações e de espécie quirografária, possuem pagamentos anuais que vencem entre 2023 e 2025, além de encargos financeiros de 1,7% a.a. + 100% do certificado de depósito interbancário (CDI) para a primeira série e 2,1% a.a. + 100% do CDI para a segunda série.

A movimentação das debêntures no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Controladora e Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	2.004.608	2.006.267
Encargos provisionados	43.140	68.898
Variação monetária	87.732	30.159
Amortização de encargos	(99.327)	(100.716)
Saldo final (i)	2.036.153	2.004.608
Passivo circulante	46.748	19.214
Passivo não circulante	1.989.405	1.985.394

(i) Saldo apresentado líquido, após deduzido o valor de R$10.595 (31 de dezembro de 2020 - R$14.606), referente ao diferimento de custos da transação, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 08 - Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Em 31 de dezembro de 2021, os encargos sobre as debêntures no montante de R$46.748 estão registrados no passivo circulante (31 de dezembro de 2020 - R$19.214).

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado 31/12/2021	Controladora e Consolidado 31/12/2020
2023	696.291	694.888
2024	646.557	645.253
2025	646.557	645.253
	1.989.405	1.985.394

22. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
ICMS	26.761	48.378	39.176	57.415
IPI	41.789	37.866	45.872	41.127
IRRF	11.019	9.954	13.587	11.977
ISS	2.062	1.353	6.145	4.554
PIS e COFINS	3.459	1.897	4.578	3.485
Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM)	-	-	23.212	37.927
Outros	1.972	5.882	4.976	8.477
	87.062	105.330	137.546	164.962

23. TRIBUTOS PARCELADOS

A composição dos tributos parcelados pode ser apresentada como segue:

Controladora

	31/12/2021 Tributos Parcelados	31/12/2021 Depósitos Judiciais	31/12/2021 Saldo líquido	31/12/2020 Tributos Parcelados	31/12/2020 Depósitos Judiciais	31/12/2020 Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.542	(100.079)	4.463	104.457	(100.079)	4.378
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	16	(16)	-	16	(16)	-
	201.355	(196.892)	4.463	201.270	(196.892)	4.378

Consolidado

	31/12/2021 Tributos Parcelados	31/12/2021 Depósitos Judiciais	31/12/2021 Saldo líquido	31/12/2020 Tributos Parcelados	31/12/2020 Depósitos Judiciais	31/12/2020 Saldo líquido
INSS	7.265	(7.265)	-	7.265	(7.265)	-
IPI	104.542	(100.079)	4.463	104.457	(100.079)	4.378
Refis – Lei nº 11.941/09 – IPI e CIDE	32.443	(32.443)	-	32.443	(32.443)	-
Refis – Lei nº 11.941/09 - IRPJ/CSLL Expurgo Plano Verão	57.089	(57.089)	-	57.089	(57.089)	-
Outros	18	(16)	2	18	(16)	2
	201.357	(196.892)	4.465	201.272	(196.892)	4.380

A movimentação do saldo de tributos parcelados está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial (i)	201.270	201.204	201.272	201.206
Provisão (reversão) de juros	85	66	85	66
Subtotal	201.355	201.270	201.357	201.272
Saldo compensação depósito judicial	(196.892)	(196.892)	(196.892)	(196.892)
Saldo final	4.463	4.378	4.465	4.380

(i) Ao total de tributos parcelados apresentado no balanço patrimonial, deve-se diminuir o valor de R$196.892 (31 de dezembro de 2020 – R$196.892) na Controladora e no Consolidado, referente a compensação com depósitos judiciais.

Em 31 de dezembro de 2021, conforme os respectivos prazos de exigibilidade, o saldo dos tributos parcelados está integralmente registrado no passivo circulante.

24. PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Para a adoção do IFRS 16 / CPC 06 (R2), a Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para o prazo dos seus contratos. As taxas utilizadas no cálculo variaram de 7,34% a.a. e 10,53% a.a..

Em 31 de dezembro de 2021, a movimentação dos passivos de arrendamento está demonstrada na tabela a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial	7.481	64.707
Adição / Remensuração	27.388	50.137
Baixa		
Pagamentos	(10.655)	(39.903)
Juros	1.706	7.582
Saldo final	25.920	82.523
Circulante	5.094	29.509
Não circulante	20.826	53.014

Os futuros pagamentos mínimos estimados para os contratos de arrendamento, estão demonstrados a seguir:

(a) Controladora

31/12/2021

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos	7.234	6.453	21.403	35.090
Ajuste a valor presente	(2.140)	(1.711)	(5.319)	(9.170)
	5.094	4.742	16.084	25.920

31/12/2020

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	7.049	781	7.830
Ajuste a valor presente	(334)	(15)	(349)
	6.715	766	7.481

(i). Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2020 a Controladora não possui futuros pagamentos mínimos classificados entre 2 e 5 anos.

(b) Consolidado

31/12/2021

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	36.339	25.799	39.377	101.515
Ajuste a valor presente	(6.830)	(4.488)	(7.674)	(18.992)
	29.509	21.311	31.703	82.523

31/12/2020

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Total
Contratos de arrendamentos (i)	31.462	23.228	20.048	74.738
Ajuste a valor presente	(4.675)	(3.111)	(2.245)	(10.031)
	26.787	20.117	17.803	64.707

(i) Refere-se, substancialmente, a máquinas e equipamentos.

O quadro a seguir demonstra o valor estimado do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, o qual está embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Controladora

Fluxo de caixa	31/12/2021 Nominal	31/12/2021 Ajustado a valor presente	31/12/2020 Nominal	31/12/2020 Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	31.844	23.522	7.106	6.789
PIS/COFINS potencial (9,25%)	3.246	2.398	724	692
	35.090	25.920	7.830	7.481

Consolidado

Fluxo de caixa	31/12/2021 Nominal	31/12/2021 Ajustado a valor presente	31/12/2020 Nominal	31/12/2020 Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	92.124	74.890	67.824	58.722
PIS/COFINS potencial (9,25%)	9.390	7.633	6.913	5.985
	101.514	82.523	74.737	64.707

25. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

Controladora

	31/12/2021 Provisões	31/12/2021 Depósitos judiciais	31/12/2021 Saldo líquido	31/12/2020 Provisões	31/12/2020 Depósitos judiciais	31/12/2020 Saldo líquido
INSS	54.353	-	54.353	51.692	-	51.692
ICMS	237.039	-	237.039	52.564	-	52.564
Trabalhistas	410.033	(101.938)	308.095	399.329	(126.811)	272.518
Cíveis	101.714	(23.500)	78.214	152.837	(24.064)	128.773
	803.139	(125.438)	677.701	656.422	(150.875)	505.547

Consolidado

	31/12/2021 Provisões	31/12/2021 Depósitos judiciais	31/12/2021 Saldo líquido	31/12/2020 Provisões	31/12/2020 Depósitos judiciais	31/12/2020 Saldo líquido
INSS	64.359	(59)	64.300	52.364	(58)	52.306
ICMS	238.224	(1.279)	236.945	53.640	(1.254)	52.386
PIS/COFINS	2.101	-	2.101	2.049	-	2.049
Trabalhistas	487.858	(141.255)	346.603	491.105	(177.526)	313.579
Cíveis	114.395	(40.500)	73.895	189.510	(40.695)	148.815
Outras	12.217	(2.808)	9.409	10.933	(2.747)	8.186
	919.154	(185.901)	733.253	799.601	(222.280)	577.321

A Companhia possui ainda depósitos judiciais, registrados no ativo não circulante, para os quais não existem provisões relacionadas (Nota 14).

A movimentação das provisões para demandas judiciais pode ser assim demonstrada:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	656.422	659.318	799.601	777.386
Adições	203.069	111.644	218.676	151.410
Juros/atualizações	164.328	73.496	154.124	98.273
Amortizações/baixas	(162.170)	(73.221)	(164.735)	(76.475)
Reversões de principal	(19.733)	(88.520)	(48.829)	(118.847)
Reversões de juros	(38.777)	(24.488)	(39.683)	(26.883)
Transferências entre circulante e não circulante	-	(1.807)	-	(5.263)
Saldo final	803.139	656.422	919.154	799.601

(a) Provisões para demandas judiciais

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face às perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas, cíveis e ambientais, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo a avaliação e posição dos seus consultores jurídicos internos e externos. As causas mais relevantes em 31 de dezembro de 2021 estão descritas a seguir:

(i) Provisões da Controladora

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	64.985	64.775
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	297.309	310.352
Ação pleiteando indenização por danos materiais (pensão, gastos médicos fixos etc.) e danos morais por exposição ao gás benzeno durante o horário de trabalho.	Aguardando julgamento.	5.740	8.548
Divergências em relação ao preço pago pelas ações quando da aquisição de empresa incorporada na Soluções Usiminas.	Aguardando julgamento de recurso no STJ.	6.388	5.149
Ações anulatórias de decisões administrativas do CADE (Usiminas e antiga Cosipa).	Celebrado acordo com o CADE, prevendo o parcelamento do pagamento, em 3 anos (parcelas semestrais).	67.591	118.751
Ação anulatória ajuizada para discussão de autos de infração lavrados pelo estado do Rio Grande do sul para exigência de ICMS supostamente devido pela Usiminas.	Aguardando julgamento pelos tribunais superiores.	47.466	46.401
Ação pleiteando a não incidência de contribuição previdenciária (INSS) sobre um terço de férias.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	51.147	49.817
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros)	Aguardando desfecho final do Recurso Especial.	184.482	-
Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público de Minas Gerais para apurar os danos decorrentes da explosão no gasômetro no ano de 2018.	Assinado Termo de Ajustamento de Conduta – Em cumprimento.	4.500	-
Ações pleiteando horas extras de empregados da Usinas de Ipatinga.	-	24.578	2.808
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	17.495	20.388
Outras ações de natureza trabalhista.	-	23.161	21.394
Outras ações de natureza tributária.	-	8.297	8.039
		803.139	656.422

(ii) Provisões da controlada Soluções Usiminas

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Auto de Infração exigindo ICMS/RS em razão de suposta irregularidade na tomada de créditos presumidos.	Aguardo prosseguimento do feito em segunda instância judicial.	1.185	1.076
Ações trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	54.269	61.716
Outras ações de natureza cível.	-	8.226	7.054
Outras ações de natureza tributária.	-	11.440	10.168
		75.120	80.014

	31/12/2021	31/12/2020
Provisões da Controladora	803.139	656.422
Provisões da Soluções Usiminas	75.120	80.014
Provisões das demais empresas	40.895	63.165
Total do Consolidado	919.154	799.601

(b) Contingências possíveis

Adicionalmente, a Controladora, e algumas de suas controladas figuram como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da Administração, baseada na opinião dos consultores jurídicos, é de perda possível, entre os quais se destacam:

(i) Contingências da Controladora

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Ação contestando a não homologação da compensação de débitos de tributos federais com créditos de IRPJ apurados após revisão do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR).	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	97.719	96.518
Execuções fiscais pleiteando o estorno de créditos de ICMS/SP em razão de divergência entre o Fisco e a Usiminas referente à classificação de materiais.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	43.189	42.745
Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados.	Aguardando julgamento em primeira instância administrativa.	50.659	49.208
Execuções fiscais visando ao estorno de créditos de ICMS/SP de materiais considerados como de uso e consumo (refratários e outros).	Diversos autos, ações declaratórias e execuções fiscais, suspensos ou aguardando decisão dos tribunais superiores.	539.445	1.268.327
Execução fiscal visando ao estorno de créditos de ICMS/SP aproveitados pela Usiminas quando da contratação de serviços de transporte.	Aguardando julgamento na primeira instância judicial.	55.936	55.096
Autuação fiscal visando à cobrança de ICMS/SP sobre operações de exportação, sob a alegação de que as empresas destinatárias não constavam como habilitadas na SECEX.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	41.770	41.334
Execuções fiscais visando à cobrança de ICMS/SP incidente sobre mercadorias remetidas ao exterior, sem a efetiva comprovação da exportação.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	662.052	652.003
Pedido de compensação de débitos de IPI e de PIS e COFINS com crédito proveniente de pagamento indevido de CSL, não homologado.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	49.162	48.297
Arbitramento do adicional à contribuição previdenciária relativa ao financiamento dos benefícios concedidos em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais, saúde e segurança do trabalho.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	52.070	51.459
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS em virtude de aproveitamento indevido de créditos pela aquisição de uso e consumo utilizado na exportação de mercadorias.	Aguardando decisão na esfera administrativa e primeira instância judicial.	259.853	319.280
Autuação fiscal visando a cobrança de IRPJ e CSLL referentes aos lucros auferidos no exterior.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	115.433	115.433
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente a suspensão do imposto nas remessas de combustíveis para à Usina Termoelétrica (industrialização por transformação).	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	65.538	63.948
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente aproveitamento de créditos pela aquisição de mercadorias de uso e consumo.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	38.333	37.758
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Cubatão em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	552.365	551.732
Ações envolvendo empregados, ex- empregados próprios e terceiros da Usina de Ipatinga em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando o julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	302.066	312.187
Autuação fiscal visando à exigência de ICMS referente ao não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	76.661	75.914
Manifestações de Inconformidades apresentadas em face de Despacho Decisório que reconheceram apenas parcialmente o direito creditório advindo de ação judicial transitada em julgado que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS-Importação	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	1.164.630	1.135.011
ICMS - Execução fiscal ajuizada pelo Estado de São Paulo para cobrança do débito, decorrente da indicação da Zona Franca de Manaus como destino de mercadorias sem a respectiva comprovação do seu internamento na área incentivada.	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	46.811	47.695
Auto de infração lavrado para cobrança de multa de um por cento sobre o valor aduaneiro da mercadoria, prevista no art. 84 da Medida Provisória nº 2.158-35/01 c/c art. 69, § 1º, da Lei nº 10.833/03 e no art. 711, inciso III, do Regulamento Aduaneiro	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	26.343	25.456
Auto de infração lavrado pela Receita Federal alegando irregularidade no aproveitamento de créditos de PIS/COFINS,	Aguardando julgamento em esfera administrativa.	72.630	70.681
ICMS – Ação anulatória do débito fiscal exigido pelo Estado do Rio Grande do Sul ICMS em razão de não recolhimento da antecipação do imposto, devido na entrada de mercadorias oriundas de outras Unidades da Federação (diferencial de alíquotas).	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	307.391	299.076
ICMS – Ação anulatória do débito fiscal exigido pelo Estado do Rio Grande do Sul sob alegação de que a Usiminas estava em situação fiscal irregular quando do aproveitamento de créditos presumidos.	Aguardando julgamento em segunda instância judicial.	114.178	111.577
Auto de Infração fruto de procedimento fiscalizatório instaurado pela Delegacia da Receita Federal de Uberlândia/MG com o objetivo de averiguar a regularidade dos créditos vinculados ao PIS e à COFINS, apurados na sistemática da não cumulatividade e referentes ao ano calendário de 2018.	Aguardando julgamento do recurso voluntário.	72.937	-
Auto de Infração lavrado no âmbito de procedimento fiscalizatório instaurado pela DRF de Juiz de Fora/MG, para verificação do cumprimento de obrigações tributárias relativamente ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	Aguardando julgamento do recurso voluntário.	62.772	60.778

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
ICMS - Tutela Cautelar de Urgência, requerida em caráter antecedente, a fim de que seja determinado que os débitos não constituam óbices à renovação da certidão positiva com efeitos negativos (CPD-EN) perante a Fazenda Estadual	Aguardando desfecho da ação principal.	41.837	40.824
Manifestação de Inconformidade apresentada em face do despacho decisório que indeferiu o pedido de compensação de débito de IRPJ--estimativa	Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade.	42.279	41.788
Taxa de Ocupação incidente sobre os terrenos de marinha referente ao imóvel onde está localizado o porto de Praia Mole/ES	Aguardando julgamento de apelação.	44.109	42.677
Ação indenizatória, em que se requer indenização por dano material e moral baseada em descumprimento de suposto acordo comercial existente entre as partes.	Aguardando sentença.	359.009	294.098
Ação civil pública ajuizada pelo ministério público federal	Aguardando julgamento de recurso no STJ.	61.145	59.847
Ação de cobrança do valor correspondente aos reajustes anuais do contrato e pagamentos supostamente devidos.	Aguardando julgamento de apelação.	43.237	36.045
Ação de cobrança de valor correspondente aos reajustes anuais de contrato celebrado com um fornecedor.	Aguardando julgamento de apelação.	19.182	16.223
Execução Fiscal movida pela Fazenda Nacional, que objetiva a cobrança de créditos tributários referentes à inscrição em dívida ativa aplicada pela extinta Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB.	Aguardando julgamento de apelação da Fazenda.	13.570	13.125
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	138.946	180.090
Outras ações de natureza trabalhista.	-	69.021	65.936
Outras ações de natureza tributária.	-	281.378	224.213
		5.983.656	6.546.379

(ii) Contingências da Usiminas Mecânica

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Ação pleiteando ressarcimento de gastos diretos e indiretos apurados nas etapas de fabricação e fornecimento por motivo de desacordo entre a Usiminas Mecânica e o cliente.	Celebrado Acordo. Processo arquivado.	-	775.743
Ação Civil Pública relativa a construção de ponte, pleiteando o ressarcimento ao cliente de valores acrescidos por meio de aditamento ao contrato da empreitada.	Aguardando conclusão da perícia.	852.240	714.171
Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público contra a Usiminas Mecânica, pleiteando o ressarcimento dos supostos danos causado ao cliente em razão de valores com gastos indevidos na construção de ponte.	Aguardando conclusão da perícia.	171.009	146.476
ICMS exigido pelo Governo do Estado em razão de infrações diversas relacionadas à emissão e escrituração de notas fiscais emitidas para industrialização.	Aguardando julgamento em primeira instância judicial.	12.316	15.195
Pedido de restituição de pagamento a maior de IRPJ/CSLL cujo valor envolvido foi objeto de diversas compensações.	Aguardando decisão na esfera administrativa.	58.400	57.656
Ações envolvendo empregados, ex-empregados próprios e terceiros em que pleiteiam verbas trabalhistas e previdenciárias diversas.	Aguardando julgamento perante a Justiça do Trabalho e órgãos administrativos, em instâncias diversas.	77.069	89.665
Outras ações de natureza cível e ambiental.	-	34.782	45.681
Outras ações de natureza tributária.	-	39.174	27.254
		1.244.990	1.871.841

(iii) Contingências da Soluções Usiminas

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Diversos autos de infração decorrentes de não homologação da compensação de PIS com outros tributos como: COFINS, FINSOCIAL, ICMS e INCRA.	Autuação foi impugnada.	18.379	17.952
Processos trabalhistas sobre reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões.	Aguardando julgamento.	152.675	169.390
Outras ações de natureza tributária.	-	83.311	82.691
Outras ações de natureza cível.	-	37.661	32.398
Outras ações de natureza ambiental.	-	3.151	3.046
		295.177	305.477

(iv) Contingências da Mineração Usiminas

31/12/2021			31/12/2020
Descrição	**Posição**	**Saldo**	**Saldo**
Autuação fiscal visando a cobrança de PIS e COFINS referentes ao aproveitamento de créditos de serviços relacionados à atividade da pessoa jurídica.	Aguardando julgamento na esfera administrativa.	39.448	38.447
Ação judicial que discute a exclusão das despesas com frete e seguro, incorridas na fase de comercialização do produto mineral, na apuração e recolhimento da CFEM.	Aguardando julgamento na segunda instância judicial	91.834	58.364
Outras ações de natureza cível.	-	15.269	12.136
Outras ações de natureza trabalhista.	-	5.730	6.690
Outras ações de natureza tributária.	-	5.972	4.019
		158.253	119.656

	31/12/2021	31/12/2020
Contingências da Controladora	5.983.656	6.546.379
Contingências da Usiminas Mecânica	1.244.990	1.871.841
Contingências da Soluções Usiminas	295.177	305.477
Contingências da Mineração Usiminas	158.253	119.656
Contingências das demais empresas	30.802	29.196
Total do Consolidado	7.712.878	8.872.549

(c) Contingências ativas

A seguir estão apresentados os principais processos nos quais a Companhia figura como parte ativa em 31 de dezembro de 2021:

(i) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - valor destacado na nota fiscal

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em outubro de 2018 a Receita Federal publicou Solução de Consulta Interna COSIT 13 determinando que o ICMS pago deveria ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS. Desde dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas contabilizaram créditos de PIS e COFINS com base no entendimento da Receita Federal, pelo método do valor do ICMS pago, uma vez que se tratava da parte incontroversa dos créditos ao qual a Companhia tinha direito.

Em maio de 2021, o STF confirmou que o ICMS destacado na Nota Fiscal deve ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS, e não somente o ICMS pago. Com esta decisão favorável, referente a períodos diversos desde novembro de 2001, a Companhia apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher.

Desta forma, na Controladora, foi registrado o montante de R$2.237.035 e de R$2.623.472 no Consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, na rubrica "Impostos a recuperar" (Nota 12), em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" (Nota 33(b)) e "Resultado financeiro" (Nota 34), conforme a seguir:

ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2021
Créditos de PIS/COFINS - Outras receitas operacionais	1.389.646	1.665.061
Correção dos créditos de PIS COFINS - Resultado financeiro	847.389	958.411
Total dos créditos de PIS/COFINS reconhecidos	2.237.035	2.623.472
Provisão para perda por expectativa de realização	-	(76.558)
Total dos créditos de PIS/COFINS reconhecidos - líquidos	2.237.035	2.546.914
Créditos de PIS/ COFINS - Outras receitas operacionais (item ii)	-	31.530
Correção dos créditos de PIS/ COFINS - Resultado financeiro (item ii)	-	13.950
Total dos créditos de PIS/COFINS reconhecidos - líquidos	2.237.035	2.592.394
Total de créditos de PIS/ COFINS - Outras receitas operacionais	1.389.646	1.696.591
Total de provisão para perda por expectativa de realização	-	(76.558)
Total de correção dos créditos de PIS/ COFINS - Resultado financeiro	847.389	972.361

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia realizou compensações nos montantes de R$1.503.452 na Controladora e de R$1.592.733 no Consolidado.

(ii) ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS - valor do tributo pago

Adicionalmente ao apresentado no item (i), no final do exercício de 2020, transitou em julgado a favor da controlada Soluções em Aço Usiminas S.A., a ação judicial que questionava a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.

A controlada apurou, juntamente com os seus consultores externos, os valores dos tributos indevidamente recolhidos, considerando os aspectos relacionados ao tema no que concerne à quantificação dos créditos, em especial a Solução de Consulta Interna nº -3 - COSIT da Receita Federal do Brasil, ao método de atualização monetária dos montantes, bem como às perspectivas da sua realização mediante a compensação com tributos federais a recolher. Desta forma, em março de 2021, foi registrado o montante de R$45.480 no Consolidado, em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro", nos montantes de R$31.530 e R$13.950, respectivamente. Esses créditos foram apurados no primeiro trimestre considerando a exclusão do ICMS pago da base de cálculo do PIS/COFINS que, naquele período, era o montante incontroverso, uma vez que o julgamento dos embargos de declaração pelo STF ocorreu apenas em maio de 2021. Portanto, os montantes adicionais referentes à exclusão do ICMS destacado na nota fiscal, foram reconhecidos no segundo trimestre, conforme demonstrado na tabela do item (i).

(iii) Exclusão da Selic sobre repetição de indébito

Em julgamento finalizado em 24 de setembro de 2021, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Diante disso, a Companhia reavaliou o julgamento sobre essa ação judicial, conforme requerido pelo ICPC 22/IFRIC 23, e concluiu que houve mudança dos fatos e circunstâncias sobre os quais se baseiam essa decisão. Portanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou, no ativo não circulante, crédito de R$240.002 e de R$293.790 na Controladora e no Consolidado, respectivamente, em contrapartida do resultado, na rubrica "Imposto de renda e contribuição social". Após o trânsito em julgado das ações judiciais das empresas do grupo Usiminas, os referidos valores serão considerados nas apurações fiscais, observadas as normas da Receita Federal do Brasil.

(iv) Créditos de PIS e COFINS decorrentes da depreciação de imobilizado

Em decisão judicial definitiva proferida pelo STF, em julho de 2021, a Companhia foi autorizada a aproveitar de créditos de PIS e COFINS decorrentes da depreciação de determinados bens que compõem seu ativo imobilizado, adquiridos até 30 de abril de 2004, corrigidos pela taxa SELIC desde a geração dos respectivos créditos até a data do trânsito em julgado. Desta forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia registrou, no ativo não circulante, crédito de R$712.900 na Controladora e no Consolidado, em contrapartida das rubricas "Outras receitas operacionais" e "Resultado financeiro" os montantes de R$335.425 e R$377.475, respectivamente.

26. PROVISÃO PARA RECUPERAÇÃO AMBIENTAL E PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A controlada Mineração Usiminas S.A. possui provisão para recuperação ambiental de áreas em exploração e desmobilização de ativos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R$233.178 (31 de dezembro de 2020 – R$230.002).

Os gastos com a recuperação ambiental e desmobilização de ativos foram registrados como parte dos custos destes ativos em contrapartida da provisão que suportará tais gastos, e levam em conta as estimativas da Administração da Companhia. As estimativas de gastos são revistas periodicamente ajustando-se, sempre que necessário, os valores já contabilizados.

27. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:				
Benefícios de planos de aposentadoria	581.837	676.280	593.027	691.024
Benefícios de saúde pós-emprego	498.485	739.152	548.108	780.777
	1.080.322	1.415.432	1.141.136	1.471.801

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Receitas (despesas) reconhecidas na demonstração do resultado com (Nota 33 (b))				
Benefícios de planos de aposentadoria	(43.122)	(36.919)	(44.254)	(38.007)
Encerramento COSAÚDE	330.972	-	330.972	-
Benefícios de saúde pós-emprego	(48.505)	(48.799)	(51.751)	(51.685)
	239.345	(85.718)	234.967	(89.692)

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	161.006	(133.508)	160.696	(132.459)
Redução (aumento) no ativo (*asset ceiling*) nos outros resultados abrangentes - parágrafo 58 CPC 33 e IAS 19	(109.076)	(11.330)	(109.076)	(11.330)
Ganhos (perdas) da renegociação da dívida PB1 reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes	-	446.508	-	446.508
Ganhos (perdas) atuariais acumulados reconhecidos em outros resultados abrangentes (i)	51.930	301.670	51.620	302.719

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o total da Controladora inclui perda de R$107 (31 de dezembro de 2020 – perda de R$26.946). No consolidado inclui perda de R$419 (31 de dezembro de 2020 – perda de R$27.992) referente aos ganhos (perdas) atuariais de empresas controladas e controladas em conjunto, registradas pelo método de equivalência patrimonial.

27.1 Planos de suplementação de aposentadoria

A Companhia instituiu, em agosto de 1972, a Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA).

Em 29 de março de 2012, a PREVIC, aprovou a incorporação da Fundação Cosipa de Seguridade Social (FEMCO), instituída em agosto de 1975, pela Caixa dos Empregados da Usiminas (CAIXA), ambas entidades fechadas de previdência complementar sem fins lucrativos. Com essa aprovação, a Administradora dos planos previdenciários das Empresas Usiminas passou a se chamar Previdência Usiminas.

A Previdência Usiminas, em consonância com a legislação aplicável, tem como finalidade principal a administração e a execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Planos Administrados pela Previdência Usiminas

As reservas técnicas dos planos de benefícios administrados pela Previdência Usiminas são calculadas por atuário independente contratado pela Companhia e representam a obrigação assumida de benefícios concedidos e a conceder aos participantes e aos seus beneficiários.

(a) Plano de Benefícios 1 (PB1)

É um plano de benefício definido e se encontra fechado para novas adesões desde novembro de 1996.

Oferece os seguintes benefícios convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial, pensão por morte. Além disso, os participantes deste plano têm direito a suplementação de auxílio-doença, auxílio-reclusão e auxílio-funeral.

(b) Plano de Benefícios 2 (USIPREV)

Trata-se de um plano de benefícios de Contribuição Variável (CV), ativo em funcionamento desde agosto de 1998, oferecido aos colaboradores das empresas patrocinadoras. Atualmente é o único Plano aberto a novas adesões das Empresas Usiminas.

Durante a fase de acumulação o participante do USIPREV define sua contribuição mensal para a constituição da sua reserva de poupança. No momento da concessão do benefício, o participante pode optar em receber o seu benefício em uma renda mensal entre 0,5% e 1,5% do seu Saldo de Conta, ou em uma renda mensal por prazo determinado, entre 60 e 360 meses. O "Participante Fundador" - inscrito no plano até 13 de abril de 2011, também poderá optar por converter seu saldo de conta em uma renda mensal vitalícia. Neste caso, durante a fase de recebimento do benefício, o USIPREV terá características de um plano da modalidade Benefício Definido (BD).

Os benefícios assegurados por este plano abrangem: aposentadoria programada, benefícios decorrentes da opção pelo instituto do Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefícios gerados por recursos portados, aposentadoria por invalidez; auxílio doença e pensão por morte - antes e após aposentadoria. São ainda assegurados os Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(c) Plano de Benefício Definido (PBD)

É um plano de benefício definido e encontra-se fechado para novas adesões desde dezembro de 2000.

Oferece os seguintes tipos de benefício convertidos em renda vitalícia: aposentadoria por tempo de serviço, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria especial e pensão por morte. Oferece também, auxílio doença, auxílio reclusão e auxílios natalidade e funeral.

Além disso, os participantes deste plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

(d) COSIPREV

Trata-se de um plano de contribuição definida fechado para novas adesões desde 30 de abril de 2009.

Os benefícios de aposentadoria oferecidos são: aposentadoria programada, pecúlio por invalidez total e permanente, pecúlio por morte e auxílio-doença.

Além disso, os participantes desse plano têm direito aos Institutos do Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido-BPD, Resgate e Portabilidade.

27.2 Dívidas contratadas – requisitos de fundamentos mínimos

A Companhia possui dívidas contratadas que representam requisitos de fundamentos mínimos para pagamento de contribuições com o objetivo de cobrir a defasagem existente em relação aos serviços já recebidos.

Em razão de algum eventual superávit não ser recuperável, as dívidas contratadas são reconhecidas como um passivo adicional na apuração do passivo atuarial líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor das referidas dívidas da Companhia com o plano PBD junto à Previdência Usiminas era de R$486.878 (31 de dezembro de 2020 - R$556.510).

O saldo devedor da dívida do plano PBD é estabelecido no encerramento de cada exercício, com base em reavaliação atuarial direta das provisões matemáticas de benefícios concedidos e a conceder. No decorrer do exercício subsequente, conforme definido na sistemática de reavaliação atuarial, o valor da dívida é ajustado pelo *superávit* ou *déficit* mensal apurado no plano PBD e pelo pagamento das parcelas a vencer no período. O saldo devedor dessa dívida deverá ser amortizado em 160 parcelas, que correspondem ao valor das prestações mensais calculadas com base na "Tabela Price", com juros equivalentes a 9% (nove por cento) ao ano e atualização mensal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a dívida do plano PBD está garantida por bens patrimoniais da Companhia, cujo valor de mercado é de R$1.331.339. O valor de mercado foi obtido por laudo de avaliação na data de concessão da garantia.

27.3 Cálculo atuarial dos planos de aposentadoria

Os valores apurados, conforme laudo atuarial, e reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

Controladora 31/12/2021	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.206.816)	(1.746.836)	(894.782)	(1.511)	(6.849.945)
Valor justo dos ativos	5.073.085	1.307.486	799.591	15.536	7.195.698
	866.269	(439.350)	(95.191)	14.025	345.753
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(866.269)	(47.528)	-	(13.793)	(927.590)
	-	(486.878)	(95.191)	232	(581.837)

Consolidado 31/12/2021	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.206.816)	(1.746.836)	(999.652)	(1.534)	(6.954.838)
Valor justo dos ativos	5.073.085	1.307.486	893.269	15.565	7.289.405
	866.269	(439.350)	(106.383)	14.031	334.567
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(866.269)	(47.528)	-	(13.797)	(927.594)
	-	(486.878)	(106.383)	234	(593.027)

Controladora 31/12/2020	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.045.407)	(1.362)	(7.844.393)
Valor justo dos ativos	5.474.572	1.476.335	925.352	18.890	7.895.149
	686.637	(533.354)	(120.055)	17.528	50.756
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(686.637)	(23.156)	-	(17.243)	(727.036)
	-	(556.510)	(120.055)	285	(676.280)

Consolidado 31/12/2020	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL
Valor presente da obrigação atuarial	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.170.035)	(1.865)	(7.969.524)
Valor justo dos ativos	5.474.572	1.476.335	1.035.739	18.890	8.005.536
	686.637	(533.354)	(134.296)	17.025	36.012
Ativo de benefício (*asset ceiling*)	(686.637)	(23.156)	-	(17.243)	(727.036)
	-	(556.510)	(134.296)	(218)	(691.024)

As patrocinadoras do USIPREV são solidárias entre si no que concerne às obrigações relativas à cobertura de benefícios de risco oferecidos pela Previdência Usiminas aos participantes e respectivos beneficiários deste Plano.

Os planos USIPREV e COSIPREV possuem um Fundo Previdencial, formado por recursos dos saldos de conta de patrocinadoras não utilizados na concessão dos benefícios. Esse Fundo, com base nos regulamentos dos planos, poderá ser utilizado no futuro como fonte de custeio desses planos. Em 31 de dezembro de 2021, a parcela do Fundo Previdencial atribuído às Empresas Usiminas é de R$25.498 (31 de dezembro de 2020 – R$21.370).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia vem acompanhando o déficit patrimonial, no montante de R$154.259, referente a levantamentos de recursos do Plano PBD. Esses recursos foram levantados por ex-participantes da falida patrocinadora Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI). Em razão da ausência de solidariedade de patrocinadoras e de planos de benefícios, a Previdência Usiminas vem tomando todas as medidas judiciais cabíveis para a recuperação dos recursos levantados em favor dos ex-participantes da COFAVI, bem como para impedir que ocorram novos levantamentos de recursos.

A movimentação na obrigação de benefício definido nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	(7.844.393)	(7.779.012)	(7.969.524)	(7.901.138)
Custo do serviço corrente	(637)	(611)	(785)	(1.283)
Custo dos juros	(495.584)	(521.269)	(503.502)	(529.744)
Benefícios pagos	607.599	556.243	617.217	562.339
Ganhos (perdas) atuariais	883.070	(99.744)	901.756	(99.698)
Saldo final	(6.849.945)	(7.844.393)	(6.954.838)	(7.969.524)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano nos períodos apresentados é demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Saldo inicial	7.895.149	8.266.889	8.005.536	8.376.048
Retorno esperado dos ativos	(128.990)	239.555	(136.053)	247.844
Contribuições reais durante o ano	37.138	10.891	37.139	10.892
Benefícios pagos	(607.599)	(556.243)	(617.217)	(562.339)
Ganhos (perdas) atuariais	-	(65.943)	-	(66.909)
Saldo final	7.195.698	7.895.149	7.289.405	8.005.536

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado estão demonstrados a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Custo do serviço corrente	(637)	(611)	(785)	(777)
Custo dos juros	(541.721)	(609.892)	(550.114)	(618.367)
Retorno esperado dos ativos	500.143	551.659	507.552	559.211
Ajuste de experiência do plano	(907)	21.925	(907)	21.926
	(43.122)	(36.919)	(44.254)	(38.007)

Os encargos demonstrados foram reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" e no "Resultado financeiro", na demonstração do resultado.

As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício de 2022 totalizam R$626.909.

Premissas Atuariais

	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto	(i)	(i)
Taxa de inflação	4,00%	3,20%
Retorno esperado sobre os ativos – PB1 e PBD	9,51%	6,50%
Retorno esperado sobre os ativos – USIPREV	9,60%	6,92%
Retorno esperado sobre os ativos – COSIPREV	9,28%	5,26%
Crescimentos salariais futuros	De 1,80% a 4,20%	De 1,50% a 2,90%
Crescimento dos benefícios da Previdência Social	4,00%	3,20%

(i) Em 31 de dezembro de 2021, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 5,31%; PBD, 5,30%; USIPREV, 5,38%; e COSIPREV, 5,08%.

(ii) Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de desconto real apresenta as seguintes premissas atuariais por plano: PB1, 3,20%; PBD, 3,20%; USIPREV, 3,60%; e COSIPREV, 2,00%.

As premissas referentes à mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com estatísticas publicadas e sua experiência, conforme Nota 27.5.

27.4 Ajustes de experiências

Os efeitos dos ajustes de experiências apurados no período são apresentados como segue:

Controladora 31/12/2021	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.206.816)	(1.746.836)	(894.782)	(1.511)	(6.849.945)	(498.485)	(7.348.430)
Valor justo dos ativos do plano	5.073.085	1.307.486	799.591	15.536	7.195.698	-	7.195.698
(Déficit) excedente no plano	866.269	(439.350)	(95.191)	14.025	345.753	(498.485)	(152.732)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(348.092)	(147.755)	(66.236)	(67)	(562.150)	(28.506)	(590.656)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(376.959)	(140.989)	(128.339)	(4.366)	(650.653)	-	(650.653)

Controladora 31/12/2020	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.045.407)	(1.362)	(7.844.393)	(739.153)	(8.583.546)
Valor justo dos ativos do plano	5.474.572	1.476.335	925.352	18.890	7.895.149	-	7.895.149
(Déficit) excedente no plano	686.637	(533.354)	(120.055)	17.528	50.756	(739.153)	(688.397)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(91.834)	(36.783)	(8.294)	275	(136.636)	(47.264)	(183.900)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(230.816)	(74.351)	(20.141)	(6.189)	(331.497)	-	(331.497)

Consolidado 31/12/2021	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.206.816)	(1.746.836)	(999.652)	(1.534)	(6.954.838)	(548.109)	(7.502.947)
Valor justo dos ativos do plano	5.073.085	1.307.486	893.269	15.565	7.289.405	-	7.289.405
(Déficit) excedente no plano	866.269	(439.350)	(106.383)	14.031	334.567	(548.109)	(213.542)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(348.092)	(147.755)	(66.236)	(61)	(562.144)	(30.128)	(592.272)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(376.959)	(140.989)	(128.339)	(4.386)	(650.673)	-	(650.673)

Consolidado 31/12/2020	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV	TOTAL PLANOS DE APOSENTADORIA	PLANO SAÚDE	TOTAL
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.787.935)	(2.009.689)	(1.170.035)	(1.865)	(7.969.524)	(780.777)	(8.750.301)
Valor justo dos ativos do plano	5.474.572	1.476.335	1.035.739	18.890	8.005.536	-	8.005.536
(Déficit) excedente no plano	686.637	(533.354)	(134.296)	17.025	36.012	(780.777)	(744.765)
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(91.834)	(36.783)	(8.294)	282	(136.629)	(48.003)	(184.632)
Retorno sobre os ativos do plano maior (menor) que a taxa de desconto	(230.816)	(74.351)	(20.141)	(6.247)	(331.555)	-	(331.555)

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

NÍVEL1 BM&FBOVESPA · LATIBEX · ADR Nível 1 · ibri

27.5. Hipóteses atuariais e análises de sensibilidade

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2021			
Hipóteses atuariais significativas	PB1	PBD	USIPREV	COSIPREV
Valor presente da obrigação	(4.206.816)	(1.746.836)	(894.782)	(1.511)
Taxa de desconto aplicada aos passivos do plano	9,52%	9,51%	9,60%	9,28%
Tábua de Mortalidade aplicada aos planos	BREMS 2015	AT-2000 Basic desagravada em 10% (F) e AT-2000 Basic (M)	AT-2000 Basic desagravada em 40%	AT-2000 Basic desagravada em 30%
Tábua de Mortalidade de inválidos	AT-83 Basic	AT-83 Basic	AT-49	n/a
Análise de sensibilidade sobre a taxa de desconto dos passivos do Plano				
1% de aumento sobre a taxa real	371.881	149.316	108.512	50
1% de redução sobre a taxa real	(320.033)	(128.998)	(90.632)	(47)
Análise de sensibilidade sobre a Tábua de Mortalidade				
Suavizada em 10%	(4.322.298)	(1.796.941)	(1.102.512)	(1.475)

(i) Tábuas segregadas entre gênero masculino e feminino.

Os resultados apresentados na análise de sensibilidade das obrigações atuariais foram preparados considerando apenas a variação sobre a taxa de desconto e sobre a tábua de mortalidade aplicada aos passivos dos planos.

27.6. Plano de benefícios de assistência médica aos aposentados

(a) CoSaúde

A Fundação São Francisco Xavier (FSFX) é uma operadora de planos privados de assistência à saúde registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que administra planos individuais, familiares e empresariais. Desta forma, tinha sob a sua responsabilidade o Regulamento do Fundo de Saúde COSIPA (CoSaúde), que englobava 06 planos privados de autogestão, anteriores à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, cadastrados perante a ANS, a seguir relacionados, mantidos em virtude de grupo de beneficiários vinculados à extinta Companhia Siderúrgica Paulista (COSIPA), que nele permaneceram após a sua incorporação pela Usiminas:

a. CoSaúde A – Azul, cadastro SCPA nº 03;
b. CoSaúde A – Verde, cadastro SCPA nº 02;
c. CoSaúde B – Azul, cadastro SCPA nº 05;
d. CoSaúde B – Verde, cadastro SCPA nº 04;
e. CoSaúde C – Azul, cadastro SCPA nº 07; e
f. CoSaúde C – Verde, cadastro SCPA nº 06.

Considerando o elevado desequilíbrio econômico-financeiro, atestado por meio de estudos atuariais, e considerando o interesse das partes no distrato referente à gestão do referido plano, houve a sua extinção, em 30 de novembro de 2021, com a consequente reestruturação da oferta de planos coletivos aos seus antigos beneficiários, observando as cláusulas e condições aceitas pela ANS.

A extinção do referido plano se amparou em decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), transitada em julgado, que não apenas reconheceu a possibilidade de extinção do CoSaúde e de reestruturação de novos planos coletivos para oferta a seus beneficiários, como recomendou tal medida, em alinhamento à jurisprudência pacificada daquela corte.

Em consequência, o regulamento do CoSaúde e todos os seus 06 planos vinculados foram extintos, para todos os efeitos, no dia 30 de novembro de 2021, tendo os seus antigos beneficiários sido previamente informados e a eles conferida a oportunidade de optar pela adesão a outros planos ofertados ou avaliar as regras afetas à portabilidade dispostas na Resolução Normativa ANS nº 438, de 3 de dezembro de 2018.

A todos os beneficiários que estavam vinculados ao CoSaúde foi facultada a transferência para os seguintes planos, quais sejam:

a. Usisaúde Essencial Rede Empresarial Enfermaria Santos, registro ANS nº 483.715/19-1;
b. Usisaúde Essencial Rede Empresarial Apartamento Santos, registro ANS nº 483.716/19-9;
c. Saúde Usiminas II Enfermaria, registro ANS nº 462.157/10-3; e
d. Saúde Usiminas II Apartamento, registro ANS nº 462.159/10-0."

Diante do exposto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reverteu a totalidade do *déficit* apurado no CoSaúde, que resultou no reconhecimento de receita no valor de R$330.972.

Os novos planos de saúde mencionados anteriormente, não apuraram *déficit* para a data base de 31 de dezembro de 2021.

(b) Saúde Usiminas

A Usiminas instituiu em 2010 o Plano Saúde Usiminas. Um Plano aberto a novas adesões e abrangente a todos os empregados e aposentados. As principais características do Saúde Usiminas são:

(i) Plano regulamentado pela Lei nº 9.656/98 com coberturas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares, de acordo com o rol de coberturas estabelecido pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar;
(ii) Plano contratado junto a operadora de Planos de Saúde Fundação São Francisco Xavier, na modalidade de pré-pagamento;
(iii) Precificado por faixa etária, subsidiado pela Companhia em 60, 70 ou 80% do valor da mensalidade, de acordo com a faixa salarial do empregado;
(iv) Os desligados, por demissão ou aposentadoria, podem permanecer no Plano, de acordo com o disposto nos artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656/98, desde que assumam integralmente os valores das mensalidades.

Além das características apresentadas, o Plano Saúde Usiminas possui relevante premissa atuarial relacionada ao aumento de longo prazo nos custos dos serviços médicos, que totalizou 7,69% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial, conforme laudo atuarial, foram determinados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	(739.152)	(702.997)	(780.777)	(746.464)
Custo do serviço corrente	281	780	(1)	1.028
Custo dos juros	(48.788)	(49.577)	(51.750)	(52.582)
Benefícios pagos	13.185	13.743	13.185	13.743
Extinção COSAÚDE	330.972	-	330.972	-
Ganhos (perdas) atuariais	(54.983)	(1.101)	(59.738)	3.498
Saldo final	(498.485)	(739.152)	(548.109)	(780.777)

27.7 Ativos dos planos de aposentadoria

Os ativos dos planos de aposentadoria são compostos como segue:

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	%	Valor	%
Ações da Companhia	494.933	7	559.086	7
Títulos do Governo Federal	5.356.195	73	4.997.054	62
Renda fixa	1.264.336	17	1.854.588	23
Investimentos imobiliários	40.392	1	69.358	1
Outros	133.548	2	525.450	7
	7.289.405	100	8.005.536	100

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos do plano de aposentadoria incluem 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$494.933 (31 de dezembro de 2020 – 34.109.762 ações ordinárias da Companhia, com valor justo de R$559.086).

O retorno esperado sobre os ativos dos planos corresponde à taxa de desconto definida com base nos títulos do governo federal de longo prazo que são relacionados à inflação, alinhados com o prazo médio ponderado pelo fluxo futuro de pagamentos de benefícios ora avaliados.

28. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, que totaliza R$13.200.295, é composto por 1.253.079.108 ações, sendo 705.260.684 ações ordinárias, 547.752.163 ações preferenciais classe A e 66.261 ações preferenciais classe B, todas escriturais, sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	Ordinárias	Preferenciais Classe A	Preferenciais Classe B	Total
Total de ações em 31 de dezembro de 2021	705.260.684	547.752.163	66.261	1.253.079.108
Total de ações em tesouraria	(2.526.656)	(19.609.792)	-	(22.136.448)
Total de ações ex-tesouraria	702.734.028	528.142.371	66.261	1.230.942.660

Conforme Estatuto Social, o Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social da Companhia mediante a emissão de até 11.396.392 em ações preferenciais de classe já existente.

Cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral e as ações preferenciais não têm direito a voto, mas (i) receberão dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (ii) têm o direito de participar, em igualdade de condições com as ações ordinárias, de quaisquer bonificações votadas em Assembleia Geral; (iii) têm a prioridade no reembolso de capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia; (iv) adquirirão direito a voto nas assembleias se a Companhia deixar de pagar dividendos preferenciais durante três exercícios consecutivos.

As ações preferenciais não podem ser convertidas em ordinárias.

Os titulares de ações preferenciais Classe B gozarão de prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio, no caso de liquidação da Companhia. Os titulares de ações preferenciais Classe A gozarão da mesma prioridade, porém, somente após o atendimento da prioridade conferida às ações preferenciais Classe B. As ações preferenciais Classe B poderão, a qualquer tempo e a exclusivo critério do acionista, ser convertidas em ações preferenciais Classe A.

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício calculado nos termos da lei societária.

(b) Reservas

Em 31 de dezembro de 2021, as reservas são assim compostas:

- Valor excedente na subscrição de ações – constituída no processo de incorporação, em conformidade com o art. 14, parágrafo único da Lei nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, resgate, reembolso ou compra de ações, resgate de partes beneficiárias, incorporação ao capital social e pagamento de dividendos a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (art. 200 da Lei nº 6.404/76).
- Ações em tesouraria – em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possuía 2.526.656 ações ordinárias e 19.609.792 ações preferenciais Classe A, em tesouraria (em 31 de dezembro de 2020– 2.526.656 ações ordinárias e 20.019.445 ações preferenciais Classe A).
- Reserva especial de ágio – refere-se ao reconhecimento do benefício fiscal da incorporação reversa efetuada pela controlada Mineração Usiminas. Essa reserva poderá ser utilizada na absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros.
- Opções outorgadas reconhecidas - refere-se ao reconhecimento das ações outorgadas conforme Plano de Opção de Compra de Ações (Nota 39).
- Reserva legal – constituída na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social.
- Reserva para investimentos e capital de giro – a sua constituição não poderá ultrapassar o limite de 95% do capital social e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, distribuição de dividendos, resgates, reembolso ou compra de ações ou ainda capitalizado.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

(i) Resultado de transação de capital: corresponde ao resultado de alterações nas participações societárias que não resultaram em perda ou aquisição de controle. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o saldo credor de R$845.238, refere-se, substancialmente, a operação de reestruturação societária da Mineração Usiminas.

(ii) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 e IAS 19 (Nota 27). Em 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor dessa conta totaliza R$997.597 (31 de dezembro de 2020– R$1.049.527).

(iii) Correção monetária do ativo imobilizado: corresponde a aplicação do IAS 29. A referida correção é realizada com base na vida útil dos ativos imobilizados contra lucros acumulados. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo credor dessa conta totaliza R$69.521 (31 de dezembro de 2020 – R$87.127).

(d) Dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos propostos, relativos ao resultado do exercício de 2021, podem ser demonstrados conforme a seguir:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	9.070.524	672.790
Constituição da reserva legal (5%)	(453.526)	(33.639)
Base de cálculo dos dividendos e juros sobre capital próprio	8.616.998	639.151
Dividendos mínimos e juros sobre capital próprio propostos (25%), líquidos de IRRF	2.154.249	159.788
Dividendos propostos	1.564.112	159.788
Juros sobre capital próprio propostos	673.811	-
Total bruto de dividendos e juros sobre capital próprio	2.237.923	159.788
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(83.674)	-
Total líquido de dividendos e juros sobre capital próprio	2.154.249	159.788
Valor por ação ON (i)	R$1,678073	R$0,119924
Valor por ação PN (i)	R$1,845881	R$0,131916

(i) Em 31 de dezembro de 2021, calculado com base no montante líquido de R$2.154.249 e de acordo com a composição acionária na data do encerramento do exercício (31 de dezembro de 2020 – montante líquido de R$159.788).

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Natureza	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Dividendos a pagar no início do exercício	160.315	51.107	324.728	67.814
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(1.577.423)	(50.580)	(1.849.264)	(68.083)
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	2.237.923	159.788	2.586.277	324.997
IRRF sobre juros sobre capital próprio	(83.674)	-	(92.674)	-
Dividendos Prescritos	(83)	-	(83)	-
Total dos dividendos líquidos a pagar no fim do exercício	737.058	160.315	968.984	324.728

Os dividendos não reclamados no prazo de três anos prescrevem em favor da Companhia.

29. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As Empresas Usiminas possuem três segmentos operacionais reportáveis, que oferecem diferentes produtos e serviços e são administrados separadamente. Estes segmentos são determinados com base em empresas jurídicas distintas e não existem segmentos diferentes dentro de uma mesma empresa.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis das Empresas Usiminas:

Segmentos reportáveis	Operações
Mineração e logística	Extração e beneficiamento de minério de ferro na forma de *pellet feed*, *sinter feed* e granulados. Armazenamento, movimentação, transporte de cargas e operação de terminais de cargas rodoviários e ferroviários. As vendas de minério de ferro são destinadas principalmente para o segmento siderurgia.
Siderurgia	Fabricação e venda de produtos siderúrgicos. Parte das vendas é destinada para os segmentos transformação do aço e para a controlada Usiminas Mecânica.
Transformação do aço	Transformação e distribuição de produtos siderúrgicos.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente.

Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável

	31/12/2021					
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	6.229.143	34.480.874	10.579.892	51.289.909	(10.893.263)	40.396.646
Vendas de produtos	6.229.143	34.441.644	10.522.923	51.193.710	(10.892.929)	40.300.781
Vendas de serviços	-	39.230	56.969	96.199	(334)	95.865
Deduções	(374.097)	(6.123.772)	(2.063.499)	(8.561.368)	1.901.686	(6.659.682)
Receita	5.855.046	28.357.102	8.516.393	42.728.541	(8.991.577)	33.736.964
Custo das vendas	(2.072.141)	(21.356.821)	(7.511.164)	(30.940.126)	8.477.490	(22.462.636)
Lucro (prejuízo) bruto	3.782.905	7.000.281	1.005.229	11.788.415	(514.087)	11.274.328
(Despesas)/receitas operacionais	(354.224)	2.451.778	(77.975)	2.019.579	(1.803.445)	216.134
Despesas com vendas	(313.690)	(183.228)	(73.757)	(570.675)	-	(570.675)
Despesas gerais e administrativas	(38.130)	(420.233)	(61.650)	(520.013)	16.899	(503.114)
Outras (despesas) e receitas	(96.292)	1.114.640	57.432	1.075.780	(4.645)	1.071.135
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	93.888	1.940.599	-	2.034.487	(1.815.699)	218.788
Lucro (prejuízo) operacional	3.428.681	9.452.059	927.254	13.807.994	(2.317.532)	11.490.462
Resultado financeiro	144.121	655.700	53.145	852.966	(7.151)	845.815
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	3.572.802	10.107.759	980.399	14.660.960	(2.324.683)	12.336.277
Imposto de renda e contribuição social	(1.073.487)	(1.159.647)	(197.925)	(2.431.059)	154.736	(2.276.323)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	2.499.315	8.948.112	782.474	12.229.901	(2.169.947)	10.059.954
Atribuível aos						
Acionistas controladores	1.753.410	8.948.109	538.952	11.240.471	(2.169.947)	9.070.524
Acionistas não controladores	745.905	3	243.522	989.430	-	989.430
Ativos	9.215.607	34.909.942	3.609.566	47.735.115	(8.253.546)	39.481.569
O total do ativo inclui:						
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	545.384	54.630	-	600.014	-	600.014
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	337.439	1.181.225	17.321	1.535.985	(18.472)	1.517.513
Passivos circulante e não circulante	2.097.339	13.113.907	1.998.924	17.210.170	(2.087.104)	15.123.066

	31/12/2020					
	Mineração e logística	Siderurgia	Transformação do aço	Subtotal	Eliminações e ajustes	Total
Receita bruta de vendas de produtos e serviços	4.071.463	15.082.819	4.787.100	23.941.382	(4.856.590)	19.084.792
Vendas de produtos	908.731	13.820.794	4.784.704	19.514.229	(4.856.590)	14.657.639
Vendas de serviços	3.162.732	1.262.025	2.396	4.427.153	-	4.427.153
Deduções	(213.275)	(2.655.820)	(943.524)	(3.812.619)	815.879	(2.996.740)
Receita	3.858.188	12.426.999	3.843.576	20.128.763	(4.040.711)	16.088.052
Custo das vendas	(1.480.012)	(11.629.600)	(3.537.326)	(16.646.938)	3.815.416	(12.831.522)
Lucro (prejuízo) bruto	2.378.176	797.399	306.250	3.481.825	(225.295)	3.256.530
(Despesas)/receitas operacionais	363.028	702.188	(122.832)	942.384	(1.270.449)	(328.065)
Despesas com vendas	(194.910)	(151.092)	(52.383)	(398.385)	-	(398.385)
Despesas gerais e administrativas	(26.742)	(361.050)	(52.933)	(440.725)	13.961	(426.764)
Outras (despesas) e receitas	526.247	(166.068)	(17.516)	342.663	(5.338)	337.325
Participação no resultado de controladas, controladas em conjunto e coligadas	58.433	1.380.398	-	1.438.831	(1.279.072)	159.759
Lucro (prejuízo) operacional	2.741.204	1.499.587	183.418	4.424.209	(1.495.744)	2.928.465
Resultado financeiro	66.486	(1.141.069)	(3.583)	(1.078.166)	(4.326)	(1.082.492)
Lucro(prejuízo) antes imposto de renda e contribuiçao social	2.807.690	358.518	179.835	3.346.043	(1.500.070)	1.845.973
Imposto de renda e contribuição social	(860.238)	301.593	(60.840)	(619.485)	65.255	(554.230)
Lucro líquido(prejuízo) do exercício	1.947.452	660.111	118.995	2.726.558	(1.434.815)	1.291.743
Atribuível aos						
Acionistas controladores	1.365.529	660.115	81.961	2.107.605	(1.434.815)	672.790
Acionistas não controladores	581.923	(4)	37.034	618.953	-	618.953
Ativos	7.032.637	26.930.196	1.874.809	35.837.642	(5.885.505)	29.952.137
O total do ativo inclui:						
Investimentos em coligadas (exceto o ágio e propriedades para investimentos)	483.861	44.916	-	528.777	-	528.777
Adições ao ativo não circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	237.814	612.145	21.986	871.945	(15.226)	856.719
Passivos circulante e não circulante	1.623.569	12.015.617	675.259	14.314.445	(1.200.478)	13.113.967

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes.

O faturamento é pulverizado, e a Companhia e suas controladas não possuem clientes terceiros que representam individualmente mais de 10% do faturamento.

30. RECEITA

As normas contábeis estabelecem que a Companhia deve divulgar a receita por produto e por área geográfica, a menos que as informações necessárias não estejam disponíveis ou o custo da sua elaboração seja excessivo. A maior parte da receita líquida individual e consolidada é proveniente do mercado interno e a Administração considera que as informações por produto e por área geográfica dentro do Brasil não são relevantes na tomada de decisões e, portanto, não podem ser utilizadas como instrumento de análise sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produto e por área geográfica não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que a própria Administração não faz uso destas informações gerencialmente, a Companhia não está divulgando tais informações nestas demonstrações financeiras.

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Vendas de produtos				
Mercado interno	31.610.407	13.704.774	32.515.306	14.518.384
Mercado externo	2.818.842	1.255.889	7.784.465	4.421.017
	34.429.249	14.960.663	40.299.771	18.939.401
Vendas de serviços				
Mercado interno	28.992	31.077	91.293	139.255
Mercado externo	5.582	6.136	5.582	6.136
	34.574	37.213	96.875	145.391
Receita bruta	34.463.823	14.997.876	40.396.646	19.084.792
Deduções da receita	(6.116.818)	(2.627.114)	(6.659.682)	(2.996.740)
Receita líquida	28.347.005	12.370.762	33.736.964	16.088.052

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Depreciação, amortização e exaustão	(781.479)	(828.415)	(982.741)	(1.000.223)
Despesas e benefícios a empregados	(700.608)	(912.597)	(1.179.831)	(1.371.374)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(18.166.806)	(8.850.152)	(16.988.485)	(8.434.769)
Despesas com manutenções programadas	(261.973)	(150.883)	(254.550)	(148.335)
Fretes e seguros	(749.871)	(405.604)	(1.475.565)	(959.949)
Custo de distribuição	(124.891)	(68.597)	(455.485)	(268.169)
Serviços de terceiros	(958.591)	(803.464)	(1.381.765)	(1.141.834)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(14.231)	(19.253)	(26.357)	(33.198)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(183.336)	(23.124)	(169.523)	(32.563)
Resultado na venda energia elétrica excedente (i)	3.933	(8.019)	6.006	(8.545)
Resultado na venda/baixa de imobilizado, intangível e investimento	49.125	169.521	64.974	174.766
(Perda) Reversão do valor recuperável de ativos (*Impairment*), líquidos	(400.287)	107.261	(397.257)	730.654
Recuperação de impostos	335.425	-	335.425	-
ICMS na base de cálculo PIS e COFINS	1.389.646	21.468	1.665.061	46.048
Provisão para perda com impostos	-	-	(208.691)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.341	(17.698)	(3.240)	(31.487)
Outras	(482.187)	(421.631)	(1.013.266)	(840.368)
	(21.043.790)	(12.211.187)	(22.465.290)	(13.319.346)
Custo das vendas	(21.548.091)	(11.609.059)	(22.462.636)	(12.831.522)
Despesas com vendas	(183.939)	(140.661)	(570.675)	(398.385)
Despesas gerais e administrativas	(386.359)	(324.828)	(503.114)	(426.764)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.074.599	(136.639)	1.071.135	337.325
	(21.043.790)	(12.211.187)	(22.465.290)	(13.319.346)

(i) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía créditos a receber pela venda de energia elétrica excedente no valor R$501 na Controladora e R$648 no Consolidado (31 de dezembro de 2020 – R$3.751 e R$5.793, respectivamente), os quais estão registrados na rubrica de Outros ativos circulantes.

32. DESPESAS E BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Salários e encargos	(644.190)	(599.870)	(1.006.657)	(975.936)
Encargos previdenciários	(132.193)	(123.520)	(192.421)	(178.115)
Benefícios de planos de aposentadoria e saúde pós-emprego	239.345	(85.718)	234.967	(89.692)
Abonos	125	(12.650)	124	(14.092)
Participação dos empregados nos lucros	(129.288)	(76.173)	(174.468)	(94.539)
Custos de planos de aposentadoria	(19.427)	(1.270)	(21.966)	(1.444)
Outras	(14.980)	(13.396)	(19.410)	(17.556)
	(700.608)	(912.597)	(1.179.831)	(1.371.374)

As despesas com benefícios a empregados são registradas nas rubricas de "Custo das vendas", "Despesas com vendas" e "Despesas gerais e administrativas", de acordo com a alocação do empregado.

33. RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

(a) Despesas com vendas e despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com vendas				
Despesas com pessoal	(34.020)	(30.213)	(72.666)	(64.688)
Serviços de terceiros	(14.599)	(14.261)	(18.872)	(18.992)
Depreciação e amortização	(3.043)	(3.013)	(4.283)	(4.129)
Custo de distribuição	(124.891)	(68.597)	(455.485)	(268.169)
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	2.341	(17.698)	(3.240)	(31.487)
Despesas gerais	(9.727)	(6.879)	(16.129)	(10.920)
	(183.939)	(140.661)	(570.675)	(398.385)
Despesas gerais e administrativas				
Despesas com pessoal	(183.335)	(161.641)	(227.112)	(196.234)
Serviços de terceiros	(98.155)	(73.009)	(134.518)	(103.623)
Depreciação e amortização	(30.644)	(31.658)	(35.082)	(37.082)
Honorários da Administração	(36.571)	(25.105)	(47.605)	(33.419)
Despesas gerais	(37.654)	(33.415)	(58.797)	(56.406)
	(386.359)	(324.828)	(503.114)	(426.764)

(b) Outras receitas (despesas) operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Outras receitas operacionais				
Receita com venda de Energia Elétrica	11.366	8.234	16.010	12.029
Reversão do valor recuperável de ativos (*Impairment*)	-	107.261	-	730.654
Alienação de investimentos, imobilizado e intangível	69.011	183.763	121.714	189.305
Recuperação de impostos em processos judiciais	335.425	-	335.425	-
Recuperação de custo	91.698	4.561	94.769	6.440
Recuperação de gastos com sinistros	4.280	143.405	5.267	143.405
Recuperação de despesas	955	4.895	3.057	9.784
Receita de vendas diversas	20.414	14.302	22.786	15.649
Projeto Reintegra	3.609	13.955	3.609	13.955
ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS (i)	1.389.646	21.468	1.665.061	46.048
Outras receitas	24.344	15.549	41.281	13.608
	1.950.748	517.393	2.308.979	1.180.877
Outras despesas operacionais				
Custo com a venda de energia	(6.063)	(15.916)	(8.205)	(19.886)
Perda por valor recuperável de ativos (*Impairment*)	(400.287)	-	(397.257)	-
Despesas com ociosidade (ii)	(208.741)	(306.850)	(229.553)	(332.548)
Despesas com seguros e sinistros	(2.650)	(5.831)	(2.712)	(5.856)
Despesas com custas e obrigações judiciais	(14.231)	(19.253)	(26.357)	(33.198)
Receitas (despesas) com demandas judiciais, líquidas	(183.336)	(23.124)	(169.523)	(32.563)
PIS e COFINS sobre venda de energia	(1.370)	(337)	(1.799)	(688)
Pesquisas Tecnológicas	(28.705)	(29.356)	(28.785)	(29.356)
Custo na venda/baixa de imobilizado, investimento e intangível	(19.886)	(14.242)	(56.740)	(14.539)
Tributos (INSS, ICMS, IPTU etc.)	(7.103)	(8.471)	(38.408)	(24.602)
Controle ambiental	(1.548)	(2.054)	(1.548)	(2.134)
Benefícios de planos de pensão e saúde pós emprego	239.345	(85.718)	234.967	(89.692)
Ajuste de estoque	(114.074)	(42.967)	(114.074)	(42.967)
Provisões para perdas com tributos	-	-	(208.691)	(49.675)
Despesas de pré-projeto	(19.277)	(18.544)	(20.605)	(18.643)
Despesas com multas contratuais	-	(21.814)	-	(21.814)
Incentivos fiscais e culturais	(37.159)	-	(65.932)	(14.405)
Outras despesas	(71.064)	(59.555)	(102.622)	(110.986)
	(876.149)	(654.032)	(1.237.844)	(843.552)
	1.074.599	(136.639)	1.071.135	337.325

(i) Conforme descrito na Nota 25 (c).
(ii) Trata-se de custo de ociosidade relacionado a áreas produtivas.

34. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras				
Juros de clientes	15.682	9.930	26.864	38.384
Receita de aplicações financeiras	998	17.479	5.717	40.870
Efeitos monetários	93.343	21.499	243.700	38.631
Juros sobre créditos Eletrobras	-	5.687	-	5.687
Correção dos depósitos judiciais	5.292	4.193	11.005	7.728
Juros sobre créditos fiscais	10.343	7.411	10.724	7.761
Correção de ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS (i)	847.389	32.089	958.411	52.669
Correção de créditos fiscais – PIS/COFINS sobre depreciação	377.475	-	377.475	-
Realização do ajuste a valor presente de contas a receber de clientes	133.142	36.025	141.906	36.025
Reversão de provisão de juros de demandas judiciais	38.777	24.487	39.635	26.883
Outras receitas financeiras	7.562	4.356	(6.140)	8.053
	1.530.003	163.156	1.809.297	262.691

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

NÍVEL1 BM&FBOVESPA   ADR Nível 1 ibri

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos e tributos parcelados	(243.149)	(278.109)	(232.836)	(278.567)
Resultado das operações de *swap*	-	1.535	-	1.535
Efeitos monetários	(86.574)	(34.474)	(105.427)	(50.322)
PIS/COFINS sobre JSCP	(17.658)	(14.171)	(17.658)	(14.171)
PIS/COFINS sobre outras receitas financeiras	(64.419)	(5.823)	(79.375)	(9.734)
Juros sobre provisões para demandas judiciais	(164.328)	(73.496)	(154.124)	(98.273)
Realização do ajuste a valor presente de fornecedores	1.841	(31.164)	(13.839)	(58.063)
Comissões e outros encargos sobre financiamentos	(30.085)	(36.299)	(24.869)	(24.079)
Outras despesas financeiras	(15.815)	(23.008)	(45.089)	(48.954)
	(620.187)	(495.009)	(673.217)	(580.628)
Ganhos e perdas cambiais, líquidos	(319.894)	(869.779)	(290.265)	(764.555)
	589.922	(1.201.632)	845.815	(1.082.492)

(i) Conforme descrito na Nota 25 (c).

A Companhia efetua a segregação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) dos empréstimos e financiamentos e das aplicações financeiras, cujo indexador contratado é o Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a Taxa Referencial (TR). Desta forma, a parcela referente ao IPCA é segregada dos juros sobre empréstimos e financiamentos e do rendimento de aplicações financeiras e incluída na rubrica "Efeitos monetários".

35. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Básico e diluído

O lucro (prejuízo) básico e diluído por ação são calculados mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria (Nota 28).

A Companhia não possui dívida conversível em ações. O Plano de Outorga de Opção de Ações não apresenta ações ordinárias e preferenciais com potencial relevante de diluição (Nota 39).

	Controladora e Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Básico e diluído						
Numerador básico e diluído						
Lucro líquido (prejuízo) disponível aos acionistas controladores	4.965.218	4.105.306	9.070.524	368.416	304.374	672.790
Denominador básico e diluído						
Média ponderada de ações, excluindo ações em tesouraria	702.734.028	528.003.805	1.230.737.833	702.734.028	527.327.518	1.230.061.546
Lucro (prejuízo) por ação em R$ - básico e diluído	7,07	7,78	-	0,52	0,58	-

36. COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui compromissos diversos com terceiros cujo montante totaliza R$6.214.679 na Controladora e R$6.316.119 no Consolidado. A previsão de realização destes compromissos está demonstrada a seguir:

	Controladora - Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	632.494	60.120	1.491	-	694.105
Com fornecedores	2.111.119	1.771.939	595.870	1.041.646	5.520.574
	2.743.613	1.832.059	597.361	1.041.646	6.214.679

	Consolidado - Previsão de realização dos compromissos				
	Menos de 1 Ano	De 1 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Aquisição de ativo imobilizado	690.001	64.503	1.491	-	755.995
Com fornecedores	1.363.316	787.896	595.870	1.041.646	3.788.728
Arrendamentos mercantis operacionais	98.396	295.000	295.000	1.083.000	1.771.396
	2.151.713	1.147.399	892.361	2.124.646	6.316.119

(a) Compromissos para aquisição de ativo imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021, os compromissos para aquisição de ativo imobilizado totalizam R$694.105 na Controladora e R$755.995 no Consolidado e estão destinados, principalmente, à adequação, reformas e melhorias nas áreas primárias de Ipatinga, aumento da qualidade, redução de custos, manutenção, atualização tecnológica de equipamentos e proteção ambiental.

(b) Compromissos com fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021, os compromissos com fornecedores totalizam R$5.520.574 na Controladora e R$3.788.728 no Consolidado e decorrem principalmente de contratos na modalidade *take or pay*, contratos de aquisição de energia e de aquisição de matérias primas.

(c) Arrendamentos mercantis operacionais

Os arrendamentos mercantis operacionais da Companhia estão vinculados a arrendamentos de direitos minerários. Em 31 de dezembro de 2021, o montante destinado corresponde a R$1.771.396 no Consolidado.

37. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A posição acionária da Companhia apresenta a seguinte composição:

Acionista	31/12/2021 Ações Ordinárias Quantidade	%	Ações Preferenciais Quantidade	%	Total Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Previdencia Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Mitsubishi Corporation (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Usiminas S.A. em tesouraria	2.526.656	0,36	19.609.792	3,58	22.136.448	1,77
Demais acionistas	161.021.803	22,83	515.200.412	94,05	676.222.215	53,96
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

Acionista	31/12/2020 Ações Ordinárias Quantidade	%	Ações Preferenciais Quantidade	%	Total Quantidade	%
Nippon Steel Corporation (i)	220.320.979	31,24	3.138.758	0,57	223.459.737	17,83
Ternium Investments S.A.R.L. (i)	198.766.651	28,18	6.987.367	1,28	205.754.018	16,42
Previdência Usiminas (i)	34.109.762	4,84	-	-	34.109.762	2,72
Confab Industrial S.A. (i)	36.502.746	5,18	1.283.203	0,23	37.785.949	3,02
Prosid Investments S.C.A. (i)	29.202.198	4,14	1.026.563	0,19	30.228.761	2,41
Ternium Argentina S.A. (i)	14.601.097	2,07	513.281	0,09	15.114.378	1,21
Metal One Corporation (i)	759.248	0,11	-	-	759.248	0,06
Mitsubishi Corporation do Brasil S.A. (i)	7.449.544	1,05	59.048	0,01	7.508.592	0,60
Usiminas em tesouraria	2.526.656	0,36	20.019.445	3,80	22.546.101	1,86
Demais acionistas	161.021.803	22,83	514.790.759	93,84	675.812.562	53,87
Total	705.260.684	100,00	547.818.424	100,00	1.253.079.108	100,00

(i) Acionistas controladores, por meio de Acordo de Acionistas.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são os seguintes:

(a) Ativo

	Controladora 31/12/2021 Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	31/12/2020 Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	8.361	-	28	1.253	-	28
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Controladas	1.079.816	536.057	24.815	370.331	380.218	27.396
Controladas em conjunto	293	-	-	73	-	-
Coligadas	7.700	464	-	6.181	298	-
Outras partes relacionadas (i)	143.138	-	2.707	19.486	-	5.181
Total	1.239.308	536.521	27.550	397.324	380.516	32.605
Circulante	1.239.308	536.521	1.189	397.324	380.516	4.334
Não Circulante (ii)	-	-	26.361	-	-	28.271
Total	1.239.308	536.521	27.550	397.324	380.516	32.605

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium no valor de R$117.136 (31 de dezembro de 2020 - R$16.029).

(ii) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Demais valores a receber" possui na composição de seu saldo o valor R$2.709 refere a adiantamento de ativo imobilizado (31 de dezembro de 2020 - R$5.185), na controladora e no consolidado.

	Consolidado 31/12/2021 Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber	31/12/2020 Contas a receber de clientes	Dividendos a receber	Demais valores a receber
Acionistas controladores	8.361	-	28	1.253	-	28
Acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-
Controladas em conjunto	803	-	-	110	-	-
Coligadas	7.700	18.182	-	6.181	11.686	-
Outras partes relacionadas (i)	143.649	-	2.707	19.996	-	5.181
Total	160.513	18.182	2.735	27.540	11.686	5.209
Circulante	160.513	18.182	26	27.540	11.686	24
Não Circulante	-	-	2.709	-	-	5.185
Total	160.513	18.182	2.735	27.540	11.686	5.209

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de clientes refere-se, principalmente, à venda de produtos laminados ao Grupo Ternium no valor de R$117.647 (31 de dezembro de 2020 - R$16.540).

As contas a receber de clientes classificadas como partes relacionadas são principalmente decorrentes de operações de vendas. As contas a receber não têm garantias e estão sujeitas a juros. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não foram constituídas provisões para as contas a receber de partes relacionadas.

(b) Passivo

	Controladora 31/12/2021 Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos	31/12/2020 Contas a pagar	Outras contas a pagar	Empréstimos e financiamentos
Acionistas controladores	926	1.248	-	585	3.253	-
Controladas	302.402	147	4.292.360	309.730	20.835	3.994.000
Controladas em conjunto	63.208	-	-	66.212	-	-
Coligadas	1.819	-	-	2.706	-	-
Outras partes relacionadas (i)	295.916	-	-	463.127	-	-
Total	664.271	1.395	4.292.360	842.360	24.088	3.994.000
Circulante	664.271	1.395	117.806	842.360	24.088	109.700
Não Circulante	-	-	4.174.554	-	-	3.884.300
Total	664.271	1.395	4.292.360	842.360	24.088	3.994.000

	Consolidado 31/12/2021 Contas a pagar	Outras contas a pagar	31/12/2020 Contas a pagar	Outras contas a pagar
Acionistas controladores	926	1.248	596	3.253
Acionistas não controladores	370	113.977	-	151.096
Controladas em conjunto	64.504	-	67.277	-
Coligadas	11.469	91.911	11.456	81.058
Outras partes relacionadas (i)	295.916	77.242	463.127	11.305
Total	373.185	284.378	542.456	246.712
Circulante	373.185	192.930	542.456	166.670
Não Circulante	-	91.448	-	80.042
Total	373.185	284.378	542.456	246.712

(i) Em 31 de dezembro de 2021, contas a pagar refere-se, principalmente, à compra de placas da Ternium Brasil Ltda. no valor de R$293.322 (31 de dezembro de 2020 - R$463.123), na controladora e no consolidado.

(c) Resultado

	Controladora 31/12/2021 Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	31/12/2020 Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	197.887	3.569	(2.840)	167.475	5.318	(1.671)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	181	-
Controladas	9.705.143	1.412.037	(539.407)	4.032.552	1.018.389	(1.159.790)
Controladas em conjunto	-	408.510	(3.399)	-	332.173	(2.687)
Coligadas	52.270	161.785	-	25.260	105.183	331
Outras partes relacionadas (i) (ii)	555.787	6.031.105	1.193	178.140	2.524.625	8.296
Total	10.511.087	8.017.006	(544.453)	4.403.427	3.985.869	(1.155.521)

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, à venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R$424.695 (31 de dezembro de 2020 - R$151.486).

	Consolidado 31/12/2021 Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional	31/12/2020 Vendas	Compras	Resultado financeiro e operacional
Acionistas controladores	197.887	3.569	(2.876)	167.475	5.318	(1.716)
Acionistas não controladores	-	33.755	-	-	181	-
Controladas em conjunto	4.852	414.827	(3.820)	6.654	337.802	(3.088)
Coligadas	52.939	428.097	-	25.260	376.589	331
Outras partes relacionadas (i) (ii)	555.787	6.031.105	6.745	185.194	2.524.625	8.290
Total	811.465	6.911.353	49	384.583	3.244.515	3.817

(i) Em 31 de dezembro de 2021, o total das vendas para outras partes relacionadas refere-se, principalmente, à venda da Usiminas S.A. para o grupo Ternium, no valor de R$424.695 (31 de dezembro de 2020 - R$158.540).

(ii) Em 31 de dezembro de 2021, o total das compras de outras partes relacionadas refere-se, principalmente, à compra de placas de aço da Ternium Brasil Ltda no valor de R$6.027.223 (31 de dezembro de 2020 - R$2.518.065), na controladora e no consolidado.

A natureza das principais operações da Companhia com partes relacionadas estão descritas na Nota 37 (e).

O resultado financeiro com partes relacionadas refere-se, substancialmente, a encargos sobre empréstimos e financiamentos entre a Companhia e a sua controlada Usiminas International, conforme apresentado na Nota 20.1 (b) (ii).

(d) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração paga e a pagar ao pessoal-chave da Administração, que inclui a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Companhia, está demonstrada a seguir:

	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020
Honorários	14.978	13.463
Encargos sociais	3.274	2.844
Planos de aposentadoria	596	321
Provisão (reversão) de remuneração variável	17.723	8.477
	36.571	25.105

Em 31 de dezembro de 2021, o valor pago ao pessoal-chave da administração foi de R$29.463 (31 de dezembro de 2020– R$20.485).

(e) Natureza das operações com partes relacionadas

As principais operações da Companhia com partes relacionadas podem ser assim resumidas:

- Venda de produtos para a Confab destinados à produção de tubos de grande diâmetro e equipamentos industriais.
- Compra de serviços da Nippon Steel & Sumitomo Metal Corporation, que inclui fornecimento de tecnologia industrial avançada, serviços de assistência técnica e treinamento de empregados.
- Venda de produtos para a Ternium Argentina S.A.
- Compra de minério de ferro da Mineração Usiminas para utilização no processo produtivo.
- Venda de produtos para Soluções Usiminas para transformação e distribuição.
- Venda de produtos para a Usiminas Mecânica e compra de serviços, como a industrialização de produtos siderúrgicos e equipamentos.
- Compra de serviços de galvanização por imersão a quente e de resfriamento para a produção de chapas e bobinas galvanizadas laminadas a quente da Unigal.
- Compra de serviços de texturização e cromagem de cilindros utilizados nas laminações da Usiroll.
- Compra de serviços ferroviários da MRS para o transporte de minério de ferro.
- Compra de serviços de estocagem e carregamento de minério da Modal e da Terminal Sarzedo.
- Empréstimo financeiro junto à Usiminas International Ltd. (Nota 20).
- Venda de minério de ferro da Mineração Usiminas para a Sumitomo Corporation.
- Compra de placas da Ternium Brasil Ltda.

38. COBERTURA DE SEGUROS

As apólices de seguros mantidas pela Companhia e por algumas controladas proporcionam coberturas consideradas como suficientes pela Administração.

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Companhia e algumas de suas controladas possuíam seguros para prédios, mercadorias e matérias-primas, equipamentos, maquinismos, móveis, objetos, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos segurados e as respectivas dependências da Companhia e da Unigal, tendo como valor em risco US$10.710.788 mil (31 de dezembro de 2020 - US$10.710.788 mil), uma apólice de seguro de riscos operacionais (*All Risks*) com limite máximo de indenização de US$600.000 mil por sinistro. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a franquia máxima para danos materiais era de US$10.000 mil, e, para as coberturas de lucros cessantes (perda de receita), a franquia máxima era de 45 dias (tempo de espera). O término desse seguro ocorrerá em 30 de janeiro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui indenização de seguro a receber referente ao sinistro, ocorrido em 10 de agosto de 2018, em um dos quatro gasômetros da usina de Ipatinga. A referida indenização de seguro, que corresponde aos valores apurados a título de danos materiais e aos gastos adicionais de operação, está registrada no ativo não circulante e totaliza R$349.031 (31 de dezembro de 2020 - R$262.077). Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia recebeu, a título de adiantamento da indenização de seguro, o montante de R$116.219 (31 de dezembro de 2020 - R$62.245). Para o saldo remanescente de R$232.812, a Administração da Companhia prevê receber indenização de seguro na medida em que os documentos probatórios forem fornecidos às seguradoras, conforme contrato estabelecido.

39. PLANO DE OUTORGA DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

A Companhia possui Plano de Opção de Compra de Ações ("Plano") de sua emissão, que é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia. O referido Plano, observadas as suas delimitações contratuais, possui assessoria do Comitê de Recursos Humanos.

Os principais objetivos do Plano são:

- Alinhamento de interesses entre executivos e acionistas;
- Incentivo à criação de valor sustentável;
- Atração e retenção de talentos; e
- Manutenção da competitividade com as práticas de mercado.

Ao longo da vigência do Plano, a Companhia concedeu aos seus executivos opções de compra de ações por meio dos programas 2011, 2012, 2013 e 2014.

Em 30 de novembro de 2021, o Programa 2014 foi encerrado de acordo com o prazo de vigência, de 7 anos, estabelecido no Plano. Com isso, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possui programa de opção de compra de ações em vigor.

Em 31 de dezembro de 2021, houve impacto de R$1.577, decorrente do exercício de opções remanescentes do Programa 2014, nas reservas de capital constituídas da Companhia (31 de dezembro de 2020 – R$5.038).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram exercidas 468.259 opções remanescentes do Programa 2014, o que resultou na baixa da mesma quantidade de ações preferenciais em tesouraria do patrimônio líquido da Companhia.

40. GARANTIAS

A composição dos ativos dados em garantia pode ser apresentada conforme a seguir:

Ativos em garantia	Passivos garantidos	Controladora 31/12/2021	Controladora 31/12/2020	Consolidado 31/12/2021	Consolidado 31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	Processos judiciais	41.106	40.692	41.106	40.692
Estoques	Processos judiciais	1.093	710	1.093	710
Imobilizado	Processos judiciais	177.739	359.846	203.678	390.027
Imobilizado	Empréstimos e financiamentos	-	-	11.437	724
Imobilizado	Passivo atuarial	1.331.339	1.331.339	1.331.339	1.331.339
		1.551.277	1.732.587	1.588.653	1.763.492

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ruy Roberto Hirschheimer - Presidente
Edílio Ramos Veloso - Conselheiro
Elias de Matos Brito - Conselheiro
Hiroshi Ono - Conselheiro
Oscar Montero Martinez - Conselheiro
Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca - Conselheira
Ronald Seckelmann - Conselheiro
Yuichi Akiyama - Conselheiro

CONSELHO FISCAL

Wanderley Rezende de Souza - Presidente
Fabricio Santos Debortoli - Conselheiro
Paulo Frank Coelho da Rocha - Conselheiro
Sérgio Carvalho Campos - Conselheiro
Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

Sergio Leite de Andrade - Diretor Presidente
Alberto Akikazu Ono - Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores
Américo Ferreira Neto - Diretor Vice-Presidente Industrial
Kohei Kimura - Diretor Vice-Presidente de Tecnologia e Qualidade
Miguel Angel Homes Camejo - Diretor Vice-Presidente Comercial
Yoshiaki Shimada - Diretor Vice-Presidente de Planejamento Corporativo

CONTADORA

Adriane Vieira Oliveira - CRC MG 070.852/O

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – USIMINAS, em cumprimento às disposições legais e estatutárias examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; e (iii) Destinação dos Resultados de 2021, incluindo a data para pagamento dos dividendos (27 de junho de 2022) e o orçamento de capital. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer dos Auditores Independentes (PwC) sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2022.
Wanderley Rezende de Souza - Presidente
Fabricio Santos Debortoli
Paulo Frank Coelho da Rocha
Sérgio Carvalho Campos
Tácito Barbosa Coelho Monteiro Filho

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. ("Companhia" ou "Usiminas"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior.

Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles dos exercícios anteriores.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Realização de tributos diferidos (Notas explicativas 3.17 e 13) e valor recuperável do ativo intangível (Notas explicativas 3.13, 17 e 18)	
A Companhia e suas controladas possuem saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos substancialmente referentes a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias decorrentes de provisões constituídas. Esses saldos de tributos diferidos foram reconhecidos com base em estudos que contêm as projeções de lucro tributável futuro. A controlada Mineração Usiminas S.A. também possui saldo relevante de intangível para o qual uma provisão para redução ao valor recuperável pode ser necessária sempre que eventos ou mudanças em circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos envolve o uso de julgamentos críticos e nem sempre objetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados, lucros tributáveis e fluxos de caixa, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro adicional de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. Em função desses aspectos, esse tema foi mantido como um dos principais assuntos de auditoria.	Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, checamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência das principais informações e premissas utilizadas nas projeções de lucros tributáveis futuros e de fluxos de caixa, mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Adicionalmente, quanto aos trabalhos relacionados com os tributos diferidos, testamos, com o apoio de nossos especialistas em tributos, as bases de cálculo dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias, confrontando-as com as escriturações fiscais correspondentes. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as principais premissas utilizados pela administração para a avaliação da recuperabilidade desses ativos são razoáveis e as divulgações são consistentes com os dados e informações obtidos.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

NÍVEL 1 BM&FBOVESPA · LATIBEX · ADR Nível 1 ·

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Provisões para demandas judiciais (Notas explicativas 3.15 e 25)	
A Usiminas e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. O reconhecimento da provisão e a classificação da probabilidade de êxito nos processos envolvem a avaliação do mérito das causas e aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente, que demandam julgamento relevante pela administração da Companhia, reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável. Em função desses aspectos, esse tema foi mantido como um dos principais assuntos de auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e teste sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e avaliação dos processos, bem como a quantificação dos riscos para fins de constituição da provisão para demandas judiciais ou sua divulgação em nota explicativa quando as estimativas indicarem perspectiva de perda provável ou possível, respectivamente. Efetuamos procedimentos de confirmação dos processos com os advogados que patrocinam os principais processos judiciais e administrativos para obtenção dos dados relacionados a avaliação do prognóstico, completude das informações e adequação do valor da provisão constituída ou do valor divulgado. Adicionalmente, contamos com o apoio de nossos especialistas em tributos para a análise de razoabilidade dos prognósticos de perda das causas mais significativas, sobretudo as de natureza tributária. Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração da Companhia, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos consultores jurídicos.
Ganhos em ações judiciais tributárias (Notas 12, 25(c), 33(b), 34)	
Durante os exercícios de 2018 e 2019, transitaram em julgado, com êxito para a Companhia e suas controladas, ações judiciais relacionadas ao direito de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Como consequência, naqueles exercícios sociais, a Companhia e suas controladas contabilizaram créditos tributários calculados com base no entendimento manifestado da Receita Federal, pelo método do valor do ICMS pago, uma vez que se tratava da parte incontroversa dos créditos que a Companhia e suas controladas tinham direito. Em maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou o julgamento dos embargos de declaração no processo em que foi firmada a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, decidindo de forma favorável aos contribuintes, que o ICMS a ser excluído deveria ser o destacado na nota fiscal e não o efetivamente pago. Como resultado dessa decisão, foram registrados novos créditos tributários em 2021, nos montantes R$2.237.035 mil na Controladora e R$2.623.472 mil no Consolidado. Em julho de 2021, também houve o trânsito em julgado da ação ajuizada pela Companhia para pleitear o direito de apurar créditos de PIS e COFINS sobre os encargos mensais de depreciação de determinados bens do ativo imobilizado adquiridos até 30 de abril de 2004, o qual estava vedado pelo artigo 31 da Lei 10.865 daquela mesma data. Como resultado dessa evolução, foram registrados nesse exercício créditos tributários de PIS e COFINS no montante de R$ 712.900 mil na Controladora e no Consolidado. Adicionalmente, em julgamento finalizado em setembro de 2021, em sede de repercussão geral, o STF afastou a incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores de juros de mora (SELIC) recebidos pelos contribuintes em decorrência de repetição de indébito tributário. Diante disso, a Companhia registrou créditos de R$240.002 mil na Controladora e R$293.790 mil no Consolidado. Esses assuntos foram considerados entre os principais assuntos de auditoria, tendo em vista a sua complexidade, inclusive quanto à quantificação dos valores envolvidos, bem como a sua relevância e sua correspondente contabilização e divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas.	Como parte de nossos procedimentos de auditoria, obtivemos o entendimento do andamento dos processos mediante discussões com o departamento jurídico e a administração da Companhia. Obtivemos os resultados dos trabalhos de apuração dos créditos tributários levantados pela Companhia e suas controladas, com o apoio de consultores externos. Procedemos ao entendimento dos critérios empregados na apuração dos créditos, à conferência de sua exatidão matemática e ao confronto, em bases amostrais, de apurações mensais com os registros contábeis e fiscais históricos. Efetuamos leitura das informações apresentadas pela Companhia nas notas explicativas às demonstrações financeiras e verificamos que as contabilizações efetuadas e as divulgações correspondentes são consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria.
Benefícios pós-emprego (Notas explicativas 3.18 e 27)	
A Usiminas e suas controladas são patrocinadoras em planos de suplementação de aposentadoria administrados pela Previdência Usiminas. A Companhia também possui obrigação com benefícios de plano de saúde pós-aposentadoria, relativa aos colaboradores da Companhia Siderúrgica Paulista – Cosipa, incorporada pela Companhia em 2009, que se aposentaram até 30 de abril de 2002 e que ainda mantêm o direito ao benefício. Os cálculos atuariais base para determinação dessas obrigações são elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram premissas atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde. Mantivemos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor da obrigação presente com os planos e o elevado grau de julgamento em relação a premissas atuariais empregadas em sua determinação.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, testes de detalhes sobre as informações individuais de participantes ativos e assistidos dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde, cadastradas nos bancos de dados usados para o cálculo do passivo atuarial. Com o apoio de nossos especialistas em cálculos atuariais, analisamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo utilizado para estimar o valor presente das obrigações atuariais e discutimos as premissas-chave empregadas no cálculo do passivo atuarial, tais como projeções de crescimento salarial, tábuas de mortalidade e invalidez, custos médicos e taxa de desconto. Também procedemos à revisão da conciliação preparada pela administração do laudo atuarial com os saldos apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Efetuamos, ainda, avaliação da competência técnica do atuário externo independente responsável por preparar os cálculos atuariais. Em relação aos ativos dos planos de suplementação de aposentadoria, efetuamos testes detalhados que compreenderam a obtenção de confirmação com o gestor dos planos de previdência quanto à carteira de investimentos desses planos bem como efetuamos testes, em base de amostras, da estimativa do valor justo da carteira de investimentos. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Companhia na apuração das obrigações de benefício pós-emprego, bem como as divulgações em notas explicativas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de fevereiro de 2022.

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Guilherme Campos e Silva
Contador
CRC 1SP218254/O-1

TOMBAMENTO HÍBRIDO

Cidade mineira com origem no século 18 será primeira a ganhar preservação simultânea de bens históricos e de tradições e atividades culturais que representam o patrimônio imaterial

Inovação e preservação em Santana dos Montes

Gustavo Werneck

Com raízes no século 18, olhos no presente e portas abertas às oportunidades futuras, o município de Santana dos Montes, na Região Central de Minas, está na reta final para ser protegido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (Iepha) com uma novidade: o tombamento híbrido. Pela primeira vez, serão agregados ao dossiê elementos do patrimônio imaterial, incluindo atividades artísticas, como a Escola de Violeiros, e manifestações populares (congado e folia de reis). "Teremos, dessa forma, mais garantia de participação comunitária e menos arbitrariedades no processo", disse, ontem, o presidente do Iepha, Felipe Pires.

Amanhã e domingo, Pires estará em Santana dos Montes, a 130 quilômetros de Belo Horizonte, para encontro com autoridades municipais, integrantes do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Compac) e outros representantes da cidade. "Vamos fazer um inventário participativo, com informações que serão adicionadas ao dossiê convencional de tombamento", disse Felipe Pires, que é engenheiro civil, arquiteto e tem especialização em engenharia de monumentos. Amanhã, a reunião terá a presença do secretário de Estado de Cultura e Turismo, Leônidas Oliveira, e do prefeito local, Avanilson Alves de Oliveira.

A expectativa é de que o tombamento do núcleo histórico ocorra no próximo mês pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (Conep). O órgão tem Leônidas Oliveira como presidente e Felipe Pires como secretário-executivo, e apresentará nova composição (21 conselheiros) para o período 2022-2024. Para o secretário estadual, a cidade de Santana dos Montes é singular, e merece destaque o inédito tombamento híbrido. "A paisagem cultural que a circunda, seu casario, igrejas e fazendas são de uma beleza ímpar. Ao terminar esse dossiê e propor sua ampla proteção como patrimônio cultural material e imaterial do estado, o governo de Minas quer eternizar mais um capítulo importante da história originária da mineiridade, fundada no período colonial brasileiro. Ao proteger arquitetura, estilos e, de forma conjunta, suas tradições, torna-se também o primeiro modelo de tombamento híbrido."

O secretário destaca que arte, materialidade e modos de vida são fundamentos de um povo. "Ganhamos enquanto povo, enquanto governo, e ganha o Brasil. Esperamos que a economia criativa promovida pelo turismo possa ser, a partir desse momento, indutora do desenvolvimento local, tendo o patrimônio histórico como centralidade. São dias de festa para a mineiridade. Ao povo de Santana, nossa reverência e gratidão por preservar a história de Minas Gerais."

ENQUANTO ISSO...

...IDENTIFICAÇÃO DE BENS CULTURAIS

O Ministério Público de Minas Gerais, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, em parceria com o Observatório Lei.A, lançou uma ferramenta que permitirá a fácil identificação de quantos e quais são os bens culturais protegidos de cada localidade do estado. O objetivo do mapa, com georreferenciamento de mais de 4 mil bens culturais imóveis de Minas protegidos nos âmbitos federal (Iphan), estadual (Iepha) e municipal, é facilitar o acesso das pessoas a esse tipo de informação e, dessa forma, aumentar a salvaguarda do patrimônio mineiro. "Partindo da premissa de que a população é a melhor guardiã do seu patrimônio, a iniciativa busca trazer mais efetividade ao processo contínuo de vigilância do nosso patrimônio cultural", diz o coordenador da CPPC, promotor de Justiça Marcelo Maffra.

PREFEITURA DE SANTANA DOS MONTES/DIVULGAÇÃO

Visão mineira: núcleo histórico de Santana dos Montes, município a 130 quilômetros de BH, que deve ser tombado em abril

VALORIZAÇÃO A expectativa é grande no município de 3,8 mil habitantes, que comemora este ano o cinquentenário de emancipação de Conselheiro Lafaiete. "O tombamento do conjunto edificado e o reconhecimento do patrimônio imaterial são importantes não só para a valorização cultural e preservação dos monumentos, como para alavancar nosso turismo, que perdeu muito no período da pandemia", ressalta a secretária Municipal de Cultura, Desenvolvimento, Turismo, Esportes e Lazer, Adriana Couto.

"Temos belos casarões, imponentes fazendas coloniais, natureza, a Igreja Matriz de Santana, da qual há registro em 1740, a Escola de Violeiros, fundada há 16 anos e reconhecida como patrimônio do município...", enumera a secretária, lembrando que o núcleo histórico tem proteção municipal desde 2003. Outra iniciativa importante é a Via Liberdade, eixo turístico-cultural ligando o Rio de Janeiro (RJ) a Brasília (DF) pela rodovia BR-040, caminho que atravessa 70% do patrimônio nacional tombado e nove sítios reconhecidos como patrimônio mundial. "Estamos a 17 quilômetros da estrada. Conforto e tranquilidade são ingredientes de destaque nos hotéis-fazenda e pousadas da região", observa Adriana Couto.

A secretária conta que a região foi habitada inicialmente por indígenas do povo carijó, seguidos dos colonizadores portugueses. Depois, recebeu escravizados africanos, cujos descendentes "mantêm viva a tradição da Festa do Rosário, a folia de reis e o congado".

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **MIRTES ANTONIA FERREIRA,** CPF/CNPJ nº 37351109672, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 8.119,72, em 02/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844441186539-1 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 33785, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **ANDRE LUIZ MENDONCA,** CPF/CNPJ nº 85885959668, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 69.328,07, em 02/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844440998197-5 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 21478, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **CARLOS ALEXANDRE DOS REIS,** CPF/CNPJ nº 08241626681, **MAITHE SEBASTIANA SILVA MATTOS,** CPF/CNPJ nº 07468306613, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 34.579,19, em 02/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 855552596755-1 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 31578, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **KARINA KATIA BARBOSA,** CPF/CNPJ nº 08011039679, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 77.246,62, em 04/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 855551596439-8 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 28785, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **DIENE BARREIROS ALECRIM,** CPF/CNPJ nº 11757092633, **ARIEL AUGUSTO ALVES SANTOS,** CPF/CNPJ nº 13435662662, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 10.984,76, em 04/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 878770148684-1 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 44845, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **EDELTON ALVES DA SILVA,** CPF/CNPJ nº 80346243653, **KARLA APARECIDA FERNANDES,** CPF/CNPJ nº 87448394649, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 12.815,81, em 02/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 144440872520-9 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 37986, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **GLEICIANE OLIVEIRA DE PAULA,** CPF/CNPJ nº 05865288652, **SANDRA APARECIDA DINIZ O D PAULA,** CPF/CNPJ nº 68159765649, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 11.807,50, em 02/10/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844441044669-7 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 37723, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **HUGO FIGUEIRA DA SILVA WAICHERT,** CPF/CNPJ nº 13804263755, **AMANDA DE SOUZA WAICHERT FIGUEIRA,** CPF/CNPJ nº 15175331710, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 11.767,05, em 02/10/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844441623076-9 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 27114, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **JAIRO DA GRACA CORDEIRO,** CPF/CNPJ nº 03563267642, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 6.394,92, em 18/10/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 144440153160-3 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 26116, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **JOSE GERALDO BARBOSA,** CPF/CNPJ nº 29356822620, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 5.488,21, em 02/10/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844440072287-0 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 29216, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **RENATO FRANCISCO CAETANO,** CPF/CNPJ nº 04044052662, **ANA CRISTINA OTONI CAETANO,** CPF/CNPJ nº 01258408619, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 244.199,93, em 18/10/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 144440104470-2 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 22174, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

Cartório Ribeirão Das Neves
Endereço: Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630
Horário de atendimento: De segunda à sexta, das 09:00 ás 17:00

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

COMARCA DE RIBEIRÃO DAS NEVES - EDITAL DE INTIMAÇÃO

O/A Oficial do Cartório Ribeirão Das Neves, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o(a) devedor(a) fiduciante, **ADRIANA ALVES BELO,** CPF/CNPJ nº 01388616688, que está(ão) em lugar(es) ignorado(s), incerto(s) ou inacessível(eis), para se dirigir(em), preferencialmente, ao endereço do(a) credor(a) fiduciário(a) CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, ou ao endereço do Cartório Ribeirão Das Neves, Rua David Miguel, 21, sala 01, Centro, Ribeirão das Neves, MG - 33805-630, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$ 3.785,75, em 09/09/2021, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, relativo ao contrato nº 844440675852-3 e garantido por alienação(ões) fiduciária(s) registrada(s) na(s) matrícula(s) nº(s) 30598, do Livro 2 – Registro Geral, do Cartório Ribeirão Das Neves . Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente ao credor, o recibo deverá ser apresentado ao Cartório Ribeirão Das Neves. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a(o) credor(a), o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal ao credor fiduciário ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel em favor do credor fiduciário CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, nos termos do art. 26, §7º da Lei 9.514/1997. E, para que chegue ao conhecimento do(a) devedor(a), expediu-se este edital.

Ribeirão das Neves, 17 de Março de 2022
Marisa Silveira Neto Otaviano Andrade
Oficial de Registro

KELEN CRISTINA

TIRO LIVRE

> "A queda precoce no Estadual é ruim, mas não é nenhum desastre. Ficou evidente que a cabeça do grupo americano estava na Libertadores"

>>tirolivre.mg@diariosassociados.com.br

ESTA COLUNA É PUBLICADA ÀS SEXTAS-FEIRAS

Não há escolha de Sofia para o América

Quando uma temporada se inicia, a palavra de ordem de qualquer time é planejamento. Nele entram os objetivos a serem atingidos e o que o clube precisa fazer, administrativa e esportivamente, para alcançá-los. Uma das premissas desse trabalho é saber bem o caminho a seguir. Fazer escolhas. Em alguns casos, priorizar competições. Neste momento, para o América, deve estar claro: a Copa Libertadores, cereja do bolo, não tem concorrentes.

Não é questão de estabelecer o título como meta. A realidade americana aponta para outra direção, talvez nem tão ambiciosa. É preciso ciência dessa realidade. Mas, desde que já está na fase de grupos, que mal faz desejar um pouco mais? E, para que essa preparação seja adequada, pode ser que o Mineiro fique, a partir de agora, um pouco de lado. Quer saber? Não é uma escolha difícil. Não é uma escolha de Sofia. A decisão é óbvia. Sempre foi – desde o primeiro jogo de 2022.

O América já entrou o ano determinado a fazer história na Libertadores. Tem feito, por meios tortuosos que, certamente, não estavam no roteiro. A classificação para a fase de grupos era o troféu continental do Coelho. Com o nível técnico da competição aumentando, será preciso mostrar mais. Como sonhar (ainda) é de graça, desde que já atingiu a meta, por que não dobrá-la? Tentar não custa nada. Pelo contrário: pode render muito.

A queda precoce no Estadual é ruim, mas não é nenhum desastre. Ficou bem evidente que a cabeça do grupo americano estava totalmente na Libertadores, por mais que, por formalidade, eles também dissessem que davam igual importância para o Mineiro. A troca, precisamos admitir, era justa.

Aí que entra a decisão fria que precisa ser tomada (se é que já não foi) por quem dirige os sonhos americanos. Não há mais chance matemática de ir ao mata-mata do Estadual. Amanhã, o Coelho entrará em campo para cumprir tabela, pela última rodada da fase de classificação, contra o Tombense. O máximo que pode mirar, a esta altura, é o Troféu Inconfidência – que pouco lhe acrescentaria.

Por isso, mais do que nunca, a Libertadores tem de dominar a pauta. Se o Coelho parar na fase de grupos, já fez bem papel. Se seguir adiante na competição (e o futebol é pródigo em proporcionar esse tipo de enredo), conseguirá um feito de repercussão internacional. O céu deve ser o limite.

Com a campanha atual, o América já contabilizou visibilidade, dinheiro e, por que não dizer, admiradores. Histórias particulares ajudam muito a dar mais emoção a esse script, como a jornada pessoal do goleiro Jailson, que, aos 40 anos e depois de um acerto frustrado com o Cruzeiro, pensou em encerrar a carreira. Foi convencido pela mulher a continuar, chegou a acordo com o alviverde e tem sido um dos grandes nomes do time até aqui, com defesas decisivas, inclusive de pênaltis.

Pois com suas vitórias épicas, arrancadas ao custo de muito sofrimento para o torcedor, o América já angariou R$ 5,6 milhões de premiação. Cada jogo da próxima etapa (são três) renderá de cota como mandante, aproximadamente, R$ 5,13 milhões, totalizando R$ 15,4 milhões. Com isso, o clube já tem garantidos R$ 21 milhões. Cifra considerável para quem precisa de recursos e viu seus gastos aumentarem na busca para se firmar na elite do Campeonato Brasileiro.

A primeira partida do Coelho pela fase de grupos da Libertadores está marcada para 6 de abril. A estreia na edição 2022 da Série A será quatro dias depois. O que vier antes disso (no caso, os jogos pelo Troféu Inconfidência) deve ser encarado como a oportunidade de preparação para esses desafios. De repente, vale até poupar jogadores, fazer testes, dar ritmo a quem tem atuado pouco, cuidar do aprimoramento físico, tático e técnico. Psicológico também, e esse é um aspecto por vezes negligenciado nos clubes.

O América chegou a um patamar no qual sonhava, mas não tinha certeza de que alcançaria. Alcançou. As partidas da fase preliminar da Libertadores mostraram que há muitos acertos ainda por fazer. O ataque carece de maior afinação, o que é compreensível com a perda de um de seus pilares, Ademir. Que esse tempo até a volta a campo pelo torneio continental sirva para o técnico Marquinhos Santos fazer esses ajustes. A partir de agora, o que vier é lucro. Literalmente.

ATLÉTICO

Galo encerra hoje quarta semana cheia de trabalho e encara a Caldense amanhã, antes de iniciar a sequência de jogos do mata-mata do Mineiro, Copa do Brasil e Brasileirão

Preparação para maratona

PAULO GALVÃO

O Atlético encerra, hoje, a quarta semana livre seguida para trabalhar sabendo que a tendência é ter calendário cada vez mais apertado a partir de agora. Amanhã, faz, contra a Caldense, o último jogo da fase de classificação do Campeonato Mineiro. Na sequência, além do mata-mata do Estadual, começará as disputas da Copa Libertadores, da Copa do Brasil e, depois, do Campeonato Brasileiro. Desde 20 de fevereiro, quando ganhou do Flamengo nos pênaltis e conquistou a Supercopa do Brasil, o técnico Antonio "El Turco" Mohamed teve dias livres, pois a equipe jogou apenas nos fins de semana. Fez 3 a 2 no Pouso Alegre, 2 a 1 no Cruzeiro e 1 a 0 no Democrata-GV.

As chamadas "semanas cheias" possibilitaram ao treinador começar a implantar suas ideias táticas no time alvinegro, além de permitir aos jogadores apurarem as formas técnica e física. A intenção é colocar tudo em prática nos jogos decisivos que terá pela frente e também para arrancar bem na busca do tri do Nacional. "A gente tem aprimorado muito as partes física, técnica, tática, até por nossa pré-temporada ter sido tão curta. Vai ser importante este período para a gente suportar a sequência de jogos que teremos. Será outra temporada mais curta, em função da Copa do Mundo, e temos de estar prontos", afirma o lateral-direito Guga.

Ele se refere ao fato de o Atlético ter jogado até 15 de dezembro, quando foi campeão da Copa do Brasil vencendo o Athlético-PR por 2 a 1, em Curitiba. O início da pré-temporada 2022 foi em 17 de janeiro, 10 dias antes da estreia no Mineiro, ou seja, sem prazo mínimo para os atletas se condicionarem. Com isso, o recém-contratado El Turco optou por manter o que vinha sendo feito por Cuca e também por rodar o elenco, com quase nenhum atleta jogando duas partidas seguidas no começo. Até 15 de fevereiro, foram sete jogos, ou mais de um a cada três dias.

Guga vê vantagens nesse rodízio. "A partir de abril, serão muitos jogos e todos têm de estar preparados para não deixar o nível cair. Foi assim que fizemos no ano passado. Todo mundo que entrou deu a resposta. Temos de seguir assim este ano", argumenta ele. Ele vem sendo titular nas últimas partidas, até porque ede-ma na coxa esquerda tirou o experiente Mariano momentaneamente de combate. E acredita que vem dando conta do recado, como ocorreu desde que chegou à Cidade do Galo, há três anos.

"A diferença do (Jorge) Sampaoli (técnico entre 2020 e o início de 2021) para o Cuca foi grande, por questões táticas e falta de tempo para treinar, foi uma temporada emendada na outra praticamente. Eu vinha jogando e acabei tendo queda de rendimento por conta de muitos jogos seguidos. Mas pude jogar bastante no ano passado, entregar bem na minha função de acordo com o que o Cuca queria. Acredito ter sido importante. E o Turco faz leitura de cada jogo, tem vez que pede para segurar um pouco mais, outras em que solta um pouco mais. Todo mundo quer jogar e eu não sou diferente. Quem tem a ganhar é o Atlético, a lateral direita está bem entregue, seja comigo ou com o Mariano."

EVOLUÇÃO Para a sequência da temporada depois de quatro semanas livres para trabalhar, a aposta é em um Galo cada vez mais forte. Até pelo trabalho do treinador argentino. "O Turco é uma excelente pessoa, com história de vida incrível e que sempre foi vitorioso. E sempre fala que veio para marcar história. No início, não quis mexer tanto, até porque logo teríamos a decisão da Supercopa do Brasil. A partir de então, começou a implementar o que ele pensa. É excepcional e tem tudo para dar certo aqui", declara Guga, que mostra desejo de seguir usando alvinegro. "Jogar no Atlético é a realização de um sonho. Sempre falo com a família que estou em um dos melhores clubes do Brasil e do mundo, com uma torcida gigante. Claro que não estou satisfeito, quero conquistar ainda mais. Desde a chegada, acredito que evoluí em vários aspectos, dentro de campo, fora de campo, físico, na marcação. Espero continuar aqui por muito tempo e vou me dedicar muito para isso", concluiu o lateral.

PEDRO SOUZA/ATLÉTICO

O lateral-direito Guga treina na Cidade do Galo: tempo é usado para aprimorar partes física, técnica e táticas

RESULTADOS DOS DUELOS EM 2022

DATA	PLACAR	ADVERSÁRIO
26/1	1 x 1	Villa Nova (F) Mineiro
29/1	3 x 0	Tombense (C) Mineiro
2/2	4 x 0	Uberlândia (F) Mineiro
6/2	3 x 0	Patrocinense (C) Mineiro
9/2	0 x 1	URT (F) Mineiro
12/2	2 x 0	América (C) Mineiro
15/2	1 x 0	Athletic (C) Mineiro
20/2	2 (8) x (7) 2	Flamengo (N) Supercopa do Brasil
26/2	3 x 2	Pouso Alegre (F) Mineiro
6/3	2 x 1	Cruzeiro (C) Mineiro
12/3	1 x 0	Democrata - GV (F) Mineiro

AMÉRICA

De folga pela classificação

JOÃO VICTOR PENA E LUCAS BRETAS

O elenco principal do América ganhará folga de quatro dias pela classificação à fase de grupos da Copa Libertadores. A reapresentação dos jogadores titulares será na próxima terça-feira (22/3). Amanhã, às 16h30, contra o Tombense, uma equipe alternativa entrará em campo. A partida, que é válida pela última rodada da primeira fase do Campeonato Mineiro, será realizada no Independência, em BH. Além de atletas que vêm tendo menos espaço entre os titulares, entrarão em campo jogadores do time sub-20.

A equipe comandada por Marquinhos Santos se reapresentou nessa quinta-feira, no CT Lanna Drumond. No último jogo, o América empatou por 0 a 0 com o Barcelona de Guayaquil, no Equador, e se classificou nos pênaltis (5 a 4) para a fase de grupos da Libertadores. Os atletas ganharam folga após o treino na manhã de ontem.

O América está na sexta posição da tabela do Estadual, com 14 pontos em 10 jogos. O Coelho não tem mais chances de se classificar às semifinais do torneio, que serão disputadas por Atlético (1º, com 25), Cruzeiro (2º, com 22), Athletic (3º, com 22) e Caldense (4º, com 18).

Após o fim da primeira fase, o alviverde terá pela frente o Torneio Inconfidência (5º x 8º e 6º x 7º). As semifinais da competição serão disputadas em jogos de ida e volta, em 23 (quarta-feira) e 27 (domingo) de março. Caso avance, o clube alviverde disputará a final do torneio em 2 de abril (sábado). Logo em seguida, o América terá os inícios da fase de grupos da Copa Libertadores e do Campeonato Brasileiro. Se houver classificação para a final do Inconfidência, o Coelho disputará 10 partidas em 39 dias.

SONHO MAIS ALTO Com a vaga na fase de grupos da Copa Libertadores conquistada de forma emocionante, o América mira objetivos maiores na principal competição sul-americana. Estreante no torneio, o Coelho desbancou Guaraní-PAR e Barcelona-EQU, ambos nos pênaltis, para avançar no torneio. Em entrevista coletiva ontem, no CT Lanna Drumond, o atacante Everaldo ressaltou que o grupo não está acomodado e pensa grande na temporada. "Uma coisa que a gente carrega aqui no grupo é não se acomodar. Graças a Deus, a gente conseguiu entrar na fase de grupos na Libertadores, mas não é o suficiente. A gente trabalha forte todos os dias para alcançar os nossos objetivos. Daqui em diante, vamos traçar novos objetivos", comentou.

Everaldo também destacou o aprendizado que o América tirou na fase preliminar da Copa Libertadores. "Deu para perceber que os confrontos da Libertadores são bem atípicos. Tem a questão da catimba. Os jogos são mais fortes. Contra o Barcelona, o número de faltas foi impressionante, mas o árbitro não deu e deixou o jogo seguir. A gente tira de aprendizado que a Libertadores é uma competição diferente. Nesses quatro jogos podemos tirar muitas coisas como lição", garantiu.

MOURÃO PANDA/AMÉRICA – 19/1/22

O atacante Everaldo vê aprendizado na Libertadores e metas maiores

CRUZEIRO

Após Conselho considerar "lesivo" o acerto de "compra" do time, presidente do clube defende negócio. Ronaldo explica contrato ao pedir inclusão da Toca I e II no acordo

À espera de solução na SAF

PAULO GALVÃO

Exatamente três meses depois de assinarem intenção de compra e venda de 90% das ações da Sociedade Anônima do Futebol (SAF), Cruzeiro e o grupo Tara, capitaneado por Ronaldo Nazário, parecem mais distantes de sacramentar o negócio. Enquanto os investidores reivindicam a inclusão das Tocas da Raposa I e II nos ativos a serem transferidos para a nova empresa, a Mesa Diretora do Conselho Deliberativo considera o contrato que está sendo elaborado "lesivo" à instituição.

Em meio a tudo isso, a torcida espera que seja tomada a decisão que permita manter um time minimamente competitivo para buscar o acesso à Série A do Campeonato Brasileiro. Já atletas e integrantes da comissão técnica procuram se concentrar apenas no trabalho do dia a dia e nos jogos, a começar os compromissos pelo Campeonato Mineiro, como contra o Patrocinense, amanhã, em Patrocínio, e as semifinais, na próxima semana.

No acordo anunciado em dezembro de 2021, Ronaldo se comprometeu a investir R$ 400 milhões no futebol ao longo dos próximos anos, além de gerar recursos que viabilizem a diminuição da dívida da associação civil, atualmente calculada em mais de R$ 1 bilhão. Inicialmente, os patrimônios continuariam com o clube, porém o Fenômeno pretende efetuar ajustes no contrato, de modo que as Tocas I e II se tornem propriedades da SAF. Em troca, ele assumiria a dívida tributária do Cruzeiro, estimada em R$ 180 milhões e com parcelas mensais acima de R$ 1 milhão até 2032.

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO – 11/1/22

Mandatário do Cruzeiro, Ronaldo Fenômeno diz que transferência preserva patrimônio, ameaçado por dívidas tributárias

"A proposta assinada pelo grupo representado por Ronaldo certamente não é lesiva ao Cruzeiro. O clube passa por difícil momento financeiro e é preciso ter este fato em perspectiva ao analisarmos propostas. Para isso, o Cruzeiro contou com duas das empresas mais respeitadas e qualificadas do Mercado, XP e Alvarez & Marsal, e ambas asseguram tratar-se de excelente negócio para o clube", defendeu o presidente Sérgio Santos Rodrigues, em nota oficial, rebatendo as acusações dos conselheiros.

O próprio Ronaldo se manifestou, também através da assessoria de imprensa. "A opção de incremento de receita favorece diretamente a associação, uma vez que a lei das SAF obriga o repasse de 20% das receitas para quitação da dívida bilionária acumulada por anos de má gestão – fato esse que pode gerar mais R$ 70 milhões em receitas para a quitação da dívida e que parece ser ignorado pelos responsáveis pela nota (da Mesa Diretora do Conselho)", escreveu o craque.

Ele também defendeu a reivindicação dos centros de treinamentos por parte da SAF. "O pedido de inclusão das Tocas I e II na transação é simplesmente para proteção do patrimônio do Cruzeiro diante de uma realidade que se revelou significativamente mais grave do que aquela indicada nas informações inicialmente disponibilizadas e que foram utilizadas para a elaboração da proposta apresentada ao Cruzeiro. Hoje, a Toca I, a sede do Barro Preto e parte de todas as receitas do futebol estão comprometidas em razão de dívidas tributárias de aproximadamente R$ 400 milhões, as quais não estavam previstas na negociação inicial. No curto prazo, os imóveis podem ser leiloados e as receitas apropriadas por falta de pagamento."

Responsável por intermediar a operação de compra de 90% da Sociedade Anônima do Futebol do Cruzeiro por Ronaldo, a XP Investimentos se manifestou na noite de quarta-feira sobre a nota da Mesa Diretora do Conselho Deliberativo do clube, que considerou a operação lesiva. Em sua manifestação, a XP afirmou que a cúpula do Conselho fez "interpretações errôneas do formato dos aportes da proposta vinculante assinada por Ronaldo". A empresa ainda alertou que o contrato assinado entre Cruzeiro e Ronaldo é protegido por cláusulas de confidencialidade. Por essa razão, não poderia fazer publicamente as correções necessárias no documento da Mesa Diretora do Conselho.

REUNIÃO A intenção, tanto dos investidores quanto do mandatário do clube, é que se convoque uma reunião do Conselho Deliberativo para votar as mudanças desejadas. Isso tem de acontecer o mais rápido possível, pois a prioridade dada ao grupo de Ronaldo se encerra em 18 de abril. Se o contrato não for assinado, a partir de então o clube pode negociar com outros interessados. Porém, isso não parece tão fácil, visto que a situação do clube é muito delicada e exigiria investimentos muito altos.

A favor do craque está a torcida. Grupos já se organizam nas redes sociais para tentar pressionar os conselheiros a aprovarem tudo que os investidores querem. A insatisfação dos torcedores é grande, principalmente porque consideram que o Conselho Deliberativo foi conivente com administrações que levaram o clube à situação atual.

Time na estrada por vitórias

Nem bem chegou do interior do Maranhão, onde na noite de quarta-feira venceu o Tuntum-MA por 3 a 0, avançando à terceira fase da Copa do Brasil, e a delegação do Cruzeiro já tem nova viagem marcada. Hoje, no começo da tarde, pega estrada rumo a Patrocínio, local da partida contra o Patrocinense, pela 11ª e última rodada da primeira fase do Campeonato Mineiro, amanhã, às 16h.

A equipe vem enfrentando muitos deslocamentos na semana. Na segunda-feira, embarcou para Teresina, de onde foi, de ônibus, para Tuntum no dia seguinte, rodando 232 quilômetros em estrada bastante deteriorada e sob chuva. Ontem, fez o caminho de volta até a capital piauiense, de onde pegou o voo para Belo Horizonte, com escala em São Paulo. Hoje, serão 412 quilômetros de transporte terrestre. Ao menos as condições do asfalto parecem ser bem melhores, mas, mesmo assim, é um deslocamento bastante cansativo, de sete horas.

Nada que desanime os atletas, bastante animados com as últimas apresentações. "Foi importante a classificação, a gente sabia das adversidades, o campo, a chuva, os deslocamentos. Mas era hora de esquecer tudo isso e se entregar, dar o máximo. Foi o que fizemos", afirma o atacante Edu, autor de dois gols na quarta-feira, chegando a oito na temporada. "Agora a gente continua nossa caminhada. Não gostei de ficar fora da última partida do Mineiro (contra o Pouso Alegre, devido a pancada na cabeça no clássico contra o Atlético), mas respeito os médicos. Agora, é pensar no Patrocinense."

O goleiro Rafael Cabral também destacou o empenho de todos para superar as dificuldades e garante que isso seguirá ao longo da temporada. "As condições que encontramos (no Maranhão) não foram as que a gente gosta, mas essa é também a beleza da Copa do Brasil. A gente tem de saber que é uma festa para a torcida, para a cidade, e a gente representa um clube gigante, pelo qual temos de dar sempre nosso melhor. O Cruzeiro é o maior vencedor da Copa do Brasil e temos de honrar essa história. Nós ainda estamos começando, não conquistamos nada, mas o clube tem muita tradição no futebol brasileiro e mundial", declara ele.

Para o jogo de amanhã, o técnico Paulo Pezzolano não poderá contar com os volantes Willian Oliveira e Filipe Machado, suspensos por terem recebido o terceiro cartão amarelo. A expectativa é pela volta do armador Giovanni, que passou a semana aprimorando a forma física depois de se recuperar de contusão. Os jogadores foram liberados no desembarque, ontem, no aeroporto de Confins, e se reapresentam hoje pela manhã, na Toca da Raposa II. A lista de relacionados deve ser divulgada depois do treinamento.

Com 22 pontos, o Cruzeiro ainda pode terminar a fase de classificação em primeiro lugar. Para isso, além de vencer o Patrocinense, precisa contar com derrota do Atlético para a Caldense, no Mineirão, e tirar diferença de quatro gols de saldo, além de não ser superado no quesito pelo Athletic, que recebe o Villa Nova.

GUSTAVO ALEIXO/CRUZEIRO – 21/1/21

Goleiro Rafael Cabral destaca empenho dos jogadores e lembra histórico de títulos na Copa do Brasil

Clube recusa consulta de R$ 20 mi por Roque

TIAGO MATTAR

O início avassalador de temporada do jovem Vitor Roque, que completou 17 anos no mês passado, já chama a atenção do mercado. Ao Superesportes, o empresário André Cury, membro do estafe do atacante, confirmou que o Cruzeiro descartou, há cerca de 10 dias, uma consulta de R$ 20 milhões por 70% dos direitos econômicos do jogador.

Cury optou por não dar detalhes. Contudo, não existiu uma proposta oficial por Vitor Roque, que assinou seu primeiro contrato profissional com o Cruzeiro no meio do ano passado. O agente apenas levou uma consulta de um clube do futebol brasileiro até a cúpula da Sociedade Anônima do Futebol (SAF). Há expectativa de que os interessados não desistam das investidas – até por isso, o nome é mantido sob sigilo. Procurado por meio da assessoria de imprensa, o Cruzeiro optou por não comentar o tema.

Vale lembrar que a Fifa impede transferências internacionais de jogadores menores de idade. Por esse motivo, ainda que seja negociado com alguma equipe do futebol europeu, por exemplo, Roque só poderia deixar o Brasil em março de 2023 – ele completa 18 anos em 28 de fevereiro.

Vitor Roque chegou ao Cruzeiro em março de 2019, após uma manobra que envolveu até uma falsa peneira na Toca da Raposa I. Antes, o atacante defendia as cores do América, clube que detém 30% dos direitos econômicos do atacante. De acordo com outros membros do estafe do atleta, a Raposa é dona de 50%, enquanto o próprio goleador detém os 20% restantes.

Depois de ser lançado em 2021 pelo técnico Vanderlei Luxemburgo, Vitor Roque voltou a ganhar oportunidades com Paulo Pezzolano. Nesta temporada, o atacante, que dá indícios de que será titular do Cruzeiro, já tem cinco gols e uma assistência em sete jogos disputados.

(PENSAR)

Philip Roth fez de si mesmo um personagem e descreveu em sua obra seu percurso como escritor e as razões que o levaram a criar alter egos

PÁGINAS 2 E 3

Montagem do texto de Mike Bartlett sobre conflitos geracionais cumpre curta temporada até domingo, no teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas

"LOVE, LOVE, LOVE" ESTREIA HOJE EM BH

Débora Falabella e Yara de Novaes dividem uma mesma personagem em fases distintas e também interpretam mãe e filha na montagem, que tem três atos e 140 minutos de duração

FOTOS: JOÃO CALDAS/DIVULGAÇÃO

GUILHERME AUGUSTO

Seis anos após estrear no Rio de Janeiro, a montagem brasileira da peça "Love, love, love", do Grupo 3 de Teatro, será apresentada pela primeira vez em Belo Horizonte nesta sexta-feira (18/3), às 20h, no teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas. Com sessões também no sábado (19/3) e no domingo (20/3), o espetáculo abre a programação deste ano do projeto Teatro em Movimento, que completa 21 anos em 2022.

Com direção de Eric Lenate e elenco composto por Alexandre Cioletti, Ary França, Débora Falabella, Mateus Monteiro e Yara de Novaes, a peça acompanha diferentes gerações de uma mesma família, em três atos.

O primeiro se passa em 1967, na noite em que os Beatles cantaram na TV a música "All you need is love", o que entrou para a história como a primeira transmissão ao vivo via satélite.

É nesse contexto que Sandra (Débora) tem um encontro com Henry (Mateus Monteiro), mas acaba se interessando pelo irmão dele, Kenneth (Alexandre Cioletti).

No segundo ato, em meados dos anos 1990, Sandra (agora interpretada por Yara) e Kenneth (agora interpretado por Ary França) são um casal de classe média com dois filhos e um casamento prestes a ruir.

No terceiro e último ato, ambientado em 2011, a família se reúne e Rose (Débora), a filha, expõe suas insatisfações com a vida e culpa os pais por sua infelicidade.

GERAÇÃO "É um espetáculo que se passa dentro de uma casa e mostra que, no passado, era hippie, e, aos poucos, se rendeu a tudo aquilo que eles eram contra. No último ato, aparece essa filha adulta que entra em busca de um acerto de contas. Ela é dessa geração que continua patinando para conquistar alguma coisa na vida", explica Débora Falabella.

> "Sempre estamos em conversa com os produtores para levar as nossas peças para BH. Eu adoro me apresentar na cidade onde eu nasci. O meu pai [Rogério Falabella] vai em todas as sessões, fica nos bastidores com a gente. Como o Grupo 3 nasceu aí, é sempre uma festa se apresentar em BH. Dá um frio na barriga diferente"
>
> **Débora Falabella**, *atriz*

Além do revezamento de atores de acordo com as fases da vida dos personagens, a passagem de tempo também está traduzida no cenário e no figurino, que vão se modificando diante dos olhos da plateia, ao longo dos 140 minutos de espetáculo.

"Na montagem original, que esteve até na Broadway, esse espetáculo tinha cenários grandes. Nós optamos por fazer algo mais simples e promover as mudanças de cenário diante do público. São signos que marcam a passagem do tempo. É quase como se esses anos que a peça retrata estivessem passando na frente de quem está assistindo", afirma Débora.

"Love, love, love" é o segundo trabalho do Grupo 3 de Teatro feito a partir de um texto do dramaturgo britânico Mike Bartlett. O primeiro foi "Contrações", montado em 2013, que retratava a relação manipuladora de uma gerente com sua funcionária.

O primeiro ato é ambientado em 1967, na noite de apresentação da música "All you need is love", dos Beatles, na TV

Débora Falabella conta que um texto levou ao outro. "Quando começamos a pesquisar, a nossa vontade era fazer um texto só para duas atrizes. Eu já tinha gostado muito desse formato. Então a gente se deparou com o 'Love, love, love', que requer um elenco maior".

Para ela, as duas peças se relacionam porque apresentam temas bastante comuns e se passam dentro de um espaço específico. "O texto do [Mike] Bartlett conta a história de um jeito que é quase mundial e aborda temas muito ligados à nossa sociedade, mas dentro de lugares menores. 'Contrações' se passava dentro de um escritório. 'Love, love, love' se passa dentro de uma casa. É como se fosse a ampliação de um mesmo debate", analisa.

ÉPOCA A atriz acrescenta que, por se passar em diferentes épocas, o texto mostra como a vida é uma sucessão de situações semelhantes. "Eu acho que, apesar de se passar em uma época determinada, ele mostra como a nossa história é cíclica. Quando a gente acha que acabou, volta."

A chegada da peça em BH demorou principalmente por conta da pandemia. Apesar de ter estreado em 2017, "Love, love, love" seguiu sendo encenada até o início da crise sanitária. Nesse meio tempo, Débora acumulou outros trabalhos, como a minissérie "Se eu fechar os olhos agora" e a série "Aruanas", o filme "Depois a louca sou eu" (2021) e a peça "Neste mundo louco, nesta noite brilhante", do Grupo 3.

"Tem uma série de fatores que explicam essa demora. E um deles é a dificuldade de continuar fazendo teatro do Brasil. As leis de incentivo à cultura estão cada vez mais difíceis. Além disso, a gente ficou parada dois anos, justamente um período em que estávamos planejando uma viagem com o repertório do grupo", comenta a atriz.

Apesar disso, ela afirma que pretende retornar a Belo Horizonte em breve, com "Neste mundo louco", cujo texto é de Silvia Gomez e a direção é de Gabriel Fontes Paiva. Enquanto isso, ela também se prepara para a estreia do filme "Bem-vinda, Violeta", de Fernando Fraiha.

"Sempre estamos em conversa com os produtores para levar as nossas peças para BH. Eu adoro me apresentar na cidade onde eu nasci. O meu pai [Rogério Falabella] vai em todas as sessões, fica nos bastidores com a gente. Como o Grupo 3 nasceu aí, é sempre uma festa se apresentar em BH. Dá um frio na barriga diferente", ela afirma.

> "No fim das contas, todo mundo tem muito a dizer, mas sempre há pouco espaço para ouvir. E o mais brilhante (do texto) é que, no final, todo mundo tem razão. Não dá para tomar partido porque não existe razão inexorável. Todo mundo tem os seus porquês"
>
> **Eric Lenate**, *diretor*

CONVITE Convidado para dirigir "Love, love, love", o diretor e ator Eric Lenate conta que sempre acompanhou o trabalho do Grupo 3 de longe, com admiração. A relação ficou mais estreita depois que ele dirigiu a peça "Mantenha fora do alcance do bebê", com Débora Falabella no elenco.

"Eu acompanho o grupo desde o primeiro trabalho deles. Tinha uma certa proximidade, mas não passava de coleguismo. Depois que eu trabalhei com a Débora e ela conheceu o meu trabalho de perto, essa relação ficou mais estreita. Foi aí que surgiu o convite para fazer o 'Love, love, love'", ele diz.

Sem apresentar o espetáculo por dois anos, o grupo precisou retomar o ritmo para se preparar para a nova temporada. Segundo Eric, o fundamento da peça é o jogo de cena entre os atores e também os diálogos.

"Quando as pessoas assistem, ficam com a sensação de que todo mundo fala, mas ninguém se ouve. Esse é um tipo de espetáculo em que é necessário manter em sala de ensaio. Sempre. Quando estamos em temporada, isso não é necessário, a prática vai se desenrolando no palco. Mas quando estamos em turnê, é sempre bom ensaiar mais uma vez", ele afirma.

Segundo o diretor, "Love, love, love" é um comentário sobre conflitos geracionais e a desilusão com ideologias. Em cena, o que impera são as angústias de cada um, sem que necessariamente se chegue em algum lugar.

"O autor traça um panorama histórico de conflito de gerações e mostra uma disfuncionalidade nisso. Os filhos, que teoricamente deveriam ter tomado o lugar dos pais, não conseguiram chegar até lá", ele diz.

"No fim das contas, todo mundo tem muito a dizer, mas sempre há pouco espaço para ouvir. E o mais brilhante é que, no final, todo mundo tem razão. Não dá para tomar partido porque não existe razão inexorável. Todo mundo tem os seus porquês", Eric acrescenta.

Para ele, o texto de "Love, love, love" permite "grandes atuações". "É um texto muito bom, muito bem escrito. Ele permite atrair grandes atuações. E é totalmente calcado em uma grande dramaturgia. O primeiro ato começa bagunçado e, aos poucos, ele vai ganhando um aspecto asséptico. Tudo isso na frente do público."

Além do espetáculo com o Grupo 3, Eric Lenate assina a direção do espetáculo "Misery – Louca obsessão", adaptado da obra do autor norte-americano Stephen King, com Mel Lisboa e Marcello Airoldi no elenco.

"Estamos terminando uma temporada em São Paulo, depois faremos uma temporada no Rio de Janeiro e então a gente deve fazer outras cidades. Acredito que a peça chegue em BH em 2023", ele adianta.

"LOVE, LOVE, LOVE"

Nesta sexta (18/3) e sábado (19/3), às 20h, e domingo (20/3), às 18h, no teatro do Centro Cultural Unimed-BH Minas (Rua da Bahia, 2.244, Lourdes). Ingressos: R$ 80 (inteira – plateia 1) e R$ 50 (inteira – plateia 2). Vendas pelo site Eventim e na bilheteria do teatro. Mais informações: (31) 3516-1360

ANNA MARINA

Dia Mundial do Sono: a qualidade influencia na saúde mental'

Para dormir bem

Recebemos de novo o mineiríssimo Josué Alencar, fundador e diretor do Persono, para falar de um assunto que é de todos nós: o sono. Isso porque hoje, 18 de maio, é comemorado o Dia Mundial do Sono, iniciativa da World Sleep Foundation, representada no Brasil pela Associação Brasileira do Sono. Com o tema "Sono de qualidade, mente sã, mundo feliz", a data pretende alertar para o aumento de transtornos psicológicos, como ansiedade e depressão, e sua correlação com a qualidade do sono.

De acordo com pesquisa do Instituto Ipsos, encomendada pelo Fórum Econômico Mundial, 53% dos brasileiros declararam que seu bem-estar mental piorou um pouco ou muito no último ano. Essa porcentagem só é maior em quatro países: Itália (54%), Hungria (56%), Chile (56%) e Turquia (61%).

"O sono está intimamente ligado com a saúde mental. Ele faz parte do tripé para mais qualidade de vida e uma rotina adequada, junto com alimentação saudável e exercício físico," diz Josué Alencar, do Persono, unidade de negócios da Coteminas que promove iniciativas para melhorar a qualidade de vida das pessoas através do sono.

Confira abaixo quatro pontos para entender como a qualidade do sono influencia na saúde mental:

■ **1. Relação que começa bem cedo**: estudo de pesquisadores britânicos e finlandeses encontrou uma associação entre a irregularidade das rotinas de sono em crianças a partir dos seis meses de idade com o surgimento de experiências psicóticas no início da pré-adolescência, mais precisamente aos 12 e 13 anos de idade. Esse mesmo grupo de estudiosos também foi capaz de relacionar a falta de sono em crianças de 3 anos e meio com sintomas de transtorno Borderline (transtorno de personalidade limítrofe) aos 10 e 11 anos de idade.

"Ao nascer, a qualidade do sono já deveria ser prioridade dos pais com relação à criança, mas a natureza particular do sono infantil, muito mais longo que o do adulto, faz com que isso acabe passando batido. Sendo comum pais acreditarem que como a criança está dormindo mais do que sete horas, ela está dormindo bem. O que não é uma verdade", explica Alencar.

■ **2. Fator de risco para apneia do sono**: a apneia do sono é um distúrbio do sono cuja principal característica são as alterações respiratórias enquanto a pessoa dorme, com períodos de respiração pouco profunda e até microparadas respiratórias. Entre os fatores de risco para a apneia estão a obesidade, amígdalas, língua e úvula grandes, grande circunferência do pescoço e síndromes genéticas com deformidades craniofaciais evidentes. O sexo biológico masculino também é fator de risco, assim como a presença de distúrbios psiquiátricos.

PIXABAY

Ter uma noite de sono de qualidade traz benefícios tanto para a mente quanto para o corpo

"Sim, a saúde mental afetada pode facilitar a aparição da apneia do sono, assim como o uso de algumas medicações psicotrópicas usadas no seu tratamento. Reforçando a bilateralidade do sono-saúde mental, também sabemos que a apneia pode prejudicar a saúde emocional devido a ela diminuir a qualidade do sono", complementa Alencar.

■ **3. O estresse diminui o sono profundo**: um grupo de pesquisadores na Suíça testou um grupo de pessoas e encontrou evidências de que o estresse é capaz de reduzir a quantidade de sono profundo, também conhecido como sono de ondas lentas. Alencar esclarece que "o sono profundo é a etapa da noite na qual efetivamente descansamos. Esse descanso permite o melhor funcionamento de diversas funções do corpo, da musculatura ao sistema imunológico. Também ocorrem nessa fase a reparação e a reconstrução de tecidos, ossos e músculos. Por isso ele é especialmente importante para atletas antes e depois de uma competição. O estresse deixa você sem tudo isso.

■ **4. Hiperexcitação mental ansiosa dificulta o início do sono**: a hiperexcitação mental é característica clássica de pacientes com ansiedade, que não conseguem "desacelerar" os pensamentos, bastante intrusivos, seja como um repasse do que aconteceu no dia ou com a agenda do dia seguinte. Essa mente acelerada é um dos fatores-chave da dificuldade para dormir e ainda aumenta a frequência dos despertares noturnos.

Também falando de ansiedade, tanto ela causa problemas para dormir quanto dormir mal pode causá-la. "Disrupções do sono estão presentes em quase todos os distúrbios psiquiátricos, assim como pessoas com insônia crônica têm mais chances de desenvolver distúrbios de ansiedade", explica a Associação Americana de Ansiedade e Depressão.

HORÓSCOPO

ÁRIES (21/3 a 20/4)
Verifique uma e outra vez o que supostamente deveria funcionar direito, porque sempre o fez. Você não perderá tempo, ainda que corra o risco de ser tratado como uma pessoa chata.

TOURO (21/4 a 20/5)
Descansar é preciso. Porém, com comedimento, pois excesso nenhum conduziria sua alma ao estado desejável de leveza. Modere seus impulsos, sempre haverá outra oportunidade para se jogar nos braços do exagero.

GÊMEOS (21/5 a 20/6)
Nada dê por sabido, verifique tudo o que normalmente colocaria no automático. Num dia como hoje, até as mínimas questões cotidianas podem sair do controle.

CÂNCER (21/6 a 22/7)
Hoje será melhor medir as palavras com muita sabedoria. Se for pedir demais, então será preferível optar pelo silêncio, pois as pessoas estão prontas para interpretar de forma distorcida tudo o que você disser.

LEÃO (23/7 a 22/8)
É fácil o dinheiro se transformar em motivo de preocupação. Você tomaria uma atitude sábia resistindo a isso num dia como hoje, em que qualquer detalhe sem importância tende a se converter em preocupação enorme.

VIRGEM (23/8 a 22/9)
Melhor não se arriscar a tomar iniciativas importantes. Neste dia, misturam-se emoções a pensamentos que podem não ser tão claros. Tendo de tomar iniciativas, verifique tudo exaustivamente.

LIBRA (23/9 a 22/10)
Quando a consciência começar a apertar diante da complexidade do que se apresenta hoje, em vez de reagir com mau humor, tente se retirar e, em silêncio, pensar em algo diferente.

ESCORPIÃO (23/10 a 21/11)
Tudo o que já foi acordado pode eventualmente ser mudado. Isso pode ser apenas temporário, fruto de maus humores e distorções que passarão sem deixar rastros, desde que você não faça drama.

SAGITÁRIO (22/11 a 21/12)
Aceite as discordâncias, hoje não é dia de enfrentá-las, muito menos de tentar resolver definitivamente qualquer coisa. Melhor deixar passar e aguardar outro momento melhor.

CAPRICÓRNIO (22/12 a 20/1)
Ideias que surgem como ótimas e luminosas precisam do crivo da prática. É provável que muitas delas não passem de ilusão.

AQUÁRIO (21/1 a 19/2)
Nem toda suspeita merece ser passada a limpo. Muitas delas conduzem a becos sem saída e são motivadas por sua própria inteligência, que embrenha por argumentos complicados e inúteis.

PEIXES (20/2 a 20/3)
Os acertos se misturam com os desacertos e isso complica bastante a harmonia nos relacionamentos. Contudo, uma boa risada pode superar tudo com facilidade.

SUDOKU

		1	5		9	3		
	5	9			4			
					3		2	
						8		
	2	3			7	4		9
			2					
6				7				8
						1		
4			3				6	

www.cruzadas.net

Para jogar basta completar cada linha, coluna e quadrado 3 x 3 com números de 1 a 9. Não há nenhum tipo de matemática envolvida.

SOLUÇÃO ANTERIOR

2	6	9	1	7	4	5	3	8
4	7	3	5	9	8	1	2	6
8	5	1	6	3	2	9	4	7
7	8	4	3	1	6	2	5	9
3	1	6	9	2	5	7	8	4
5	9	2	8	4	7	3	6	1
9	4	7	2	8	3	6	1	5
6	3	8	7	5	1	4	9	2
1	2	5	4	6	9	8	7	3

CRUZADAS

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

Partícula com carga elétrica negativa (Quím.)
De forma prática
WWF ou SOS Mata Atlântica
Juiz do Direito religioso islâmico
Contente, em inglês
Roedor silvestre
Apelido do ex-jogador Ronaldo (fut.)
Filme com Buster Keaton (1924)
Invento de Thomas Edison
Terrorista morto em 2011
Atividade de cassinos
Oliveira Vianna, escritor "imortal"
Única colônia finlandesa do Brasil
A vitamina de ação antigripal
Notre-(?), catedral
O caule da couve
Imóvel; estático
Egberto Gismonti, músico brasileiro
Expressão de susto
Peça de barbeador
Região do Ceará
Vírus da aids
Objeto direto (abrev.)
Para mais adiante
Vaguear
Ajuntamento de pessoas ou coisas
José (?), lutador brasileiro de MMA
(?) Johnson, ator carioca
"Sex (?) The City", série dos EUA (TV)
Proferir discurso (na formatura)
Organização Social (sigla)
Diz-se da natureza das Ilhas Galápagos
Fechado com chave
Rígidos; resistentes

BANCO

28

PROGRAMAÇÃO DA TV ABERTA

O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA POR MUDANÇAS DE ÚLTIMA HORA, FEITAS PELAS EMISSORAS, NA PROGRAMAÇÃO

RAMON LISBOA/EM/D.A PRESS

Carolina Saraiva apresenta o "Jornal da Alterosa", programa que está há 25 anos no ar na TV Alterosa

2 RECORD
CAT: (11) 3660-4000
www.rederecord.com.br

06:30 MG no ar
08:30 Fala Brasil
10:00 Hoje em dia
11:45 Jornal da Record 24h
11:50 Minuto do casamento
11:51 Balanço geral Minas
13:45 Iurd
13:48 Balanço geral Minas
15:15 Chamas da vida
16:45 Cidade alerta
17:10 Jornal da Record 24h
17:15 Cidade alerta
17:40 Jornal da Record 24h
17:45 Balanço Geral Minas
18:00 Cidade alerta Minas
18:55 MG Record
19:55 Jornal da Record
21:00 A Bíblia
22:30 Super tela
00:30 Jornal da Record 24h
00:45 Iurd

4 REDE TV!
CAT: (11) 3306-1000
www.redetv.com.br

05:00 Igreja Internacional da Graça de Deus
08:30 Polishop
09:15 Brasil que faz notícias
09:30 Vou te contar
10:45 Você na TV
12:00 Opinião no ar
13:00 Iurd
15:00 A tarde é sua
17:00 Iurd
18:00 Alerta nacional
19:30 TV fama
20:30 Igreja Internacional da Graça de Deus
21:30 RedeTV! news
22:30 Operação de risco
23:30 RedeTV! extreme fighting
00:30 Leitura dinâmica
01:10 Encrenca: Melhores momentos
02:15 Peanuts apresenta
02:50 Te peguei
03:00 Igreja da Graça no seu Lar

5 SBT/ALTEROSA
CAT: (31) 3237-6000
www.alterosa.com.br

06:00 Primeiro impacto
09:30 Bom dia & cia
11:45 Alterosa esporte
12:45 Alterosa alerta
13:30 Alterosa agora
14:20 Casos de família
15:20 Fofocalizando
17:00 Mar de amor
17:45 Amanhã é para sempre
18:45 Se nos deixam
19:15 Jornal da Alterosa
19:45 SBT Brasil
20:30 Carinha de anjo
22:15 Programa do Ratinho
23:15 Tela de sucessos
01:00 The noite
02:00 Operação Mesquita
02:45 Conexão repórter
03:15 SBT Brasil – Reprise
04:00 Big bang, a teoria

7 BANDEIRANTES
CAT: (11) 3742-3011
www.redeband.com.br

03:45 1º Jornal
05:50 + info
07:30 Bora Brasil
09:00 The chef com Edu Guedes
11:00 Jogo aberto
12:50 Os donos da bola
14:00 Mundo dos negócios
14:30 Melhor da tarde
16:00 Brasil urgente Minas
17:00 Brasil urgente
18:50 Jornal Band Minas
19:20 Jornal da Band
20:30 Faustão na Band
22:30 1001 perguntas
23:45 Jornal da Noite
00:25 Que fim levou?
00:30 Esporte total
01:30 Mais geek
02:25 + Info
02:50 Jornal da Band – Reapresentação
03:45 Estação cinema

9 REDE MINAS
CAT: (31) 3254-3000
www.redeminas.tv

06:30 Vale agrícola
07:30 Se liga na educação
11:15 Se liga no tira dúvidas
12:30 Jornal Minas 1ª edição
13:00 Brasil das Gerais
13:30 Detetives do Prédio Azul
14:00 Dango Balango
14:30 Quintal da cultura
16:00 Brasil visto de cima
16:30 Ibéria selvagem
17:30 Criaturas estranhas
18:00 Histórias de vida
19:00 Conhecendo museus
19:30 Jornal Minas 2ª edição
20:00 Cinematógrafo
20:30 Agenda
21:00 Jornal da Cultura
22:00 Estação livre
23:00 Faixa de cinema

12 GLOBO
CAT: (31) 4002-2884
www.redeglobo.com.br

04:00 Hora um
06:00 Bom dia Minas
08:30 Bom dia Brasil
09:30 Mais você
10:45 Encontro
12:00 MGTV 1ª edição
13:00 Globo esporte
13:25 Jornal Hoje
14:45 O cravo e a rosa
15:30 Sessão da tarde
17:05 O clone
18:25 Além da ilusão
19:10 MGTV 2ª edição
19:40 Quanto mais vida, melhor!
20:30 Jornal Nacional
21:30 Um lugar ao sol
22:15 Big brother Brasil
23:00 Globo repórter
23:50 Sessão Globoplay – S.W.A.T
00:35 Jornal da Globo
01:25 Conversa com Bial
02:05: Corujão 1
03:25 Corujão 2
04:30 Corujão 3

FILMES

15h30 na Globo

UM SANTO VIZINHO
EUA, 2014. Direção de Theodore Melfi. Com Bill Murray, Melissa McCarthy e Naomi Watts. Maggie acaba de se divorciar. Ela e o filho de 12 anos se mudam. Um vizinho se oferece para cuidar do menino e nasce uma grande amizade entre eles.

23h15 no SBT/Alterosa

STUART LITTLE 2
EUA, 2002. Direção de Rob Minkoff. Com Geena Davis, Hugh Laurie e Jonathan Lipnicki. Sentindo - se sozinho, o simpático ratinho Stuart procura por um novo amigo. Por coincidência, ele salva Margalo, uma delicada canária, das garras de um falcão e a acolhe na casa dos Little. Os dois se tornam muito amigos, até que de repente ela desaparece.

2h05 na Globo

SABOTAGEM
EUA, 2016. Direção de David Ayer. Com Arnold Schwarzenegger, Sam Worthington, Olivia Williams, Josh Holloway e Mireille Enos. Membros da agência antidrogas dos EUA roubam o quartel - general de um cartel de drogas. A situação se complica quando eles começam a morrer pouco a pouco.

3h25 na Globo

A FLORESTA QUE SE MOVE
Brasil, 2015. Direção de Vinicius Coimbra. Com Gabriel Braga Nunes, Ana Paula Arosio, Nelson Xavier, Angelo Antonio, Fernando Alves Pinto, Tatsu Carvalho, Rui Ricardo Diaz e Miriam Freeland. Elias é um bem - sucedido empresário do segundo maior banco do Brasil. Seu destino muda quando ele encontra uma misteriosa flautista que se diz vidente.

AUDIOVISUAL

Depois de um hiato de 20 anos na carreira, Adrian Lyne, o diretor de "Atração fatal", retoma seu pendor pelo thriller erótico com o longa "Águas profundas", sobre um casamento aberto

SÓ SE FOR A **TRÊS**

Se existe um diretor que sabe fazer um thriller erótico em Hollywood é Adrian Lyne. Autor dos filmes "Nove e meia semanas de amor" (1986), "Atração fatal" (1987) e "Proposta indecente" (1993), Lyne, de 81 anos, definiu o gênero nas décadas de 1980 e 1990.

Em seguida, sua carreira parou, no início dos anos 2000. Ele não rodava um filme há duas décadas, mas seu retorno às telas tem sido grande. "Águas profundas", que será lançado pela Amazon Prime Video nesta sexta-feira (18/3), revisita a questão da infidelidade conjugal, com Ben Affleck e Ana de Armas.

Os dois foram brevemente um casal na vida real e com menos drama do que no filme, em que a personagem de Armas quase enlouquece o marido com sua infidelidade.

"Quando fiz a seleção de elenco, fiz um teste em minha casa em Los Angeles", explicou Lyne, em entrevista via Zoom. "Eu não sabia muito sobre Ana... Mas quando vi como ela trabalhava com Ben, imediatamente percebi que a química entre eles funcionava. Não é sobre ele ou ela, mas sobre os dois juntos", disse.

Uma das coisas que mudaram desde que Lyne deixou as câmeras é a aparição na indústria cinematográfica de "coordenadores de intimidade", uma espécie de mediadores para que as cenas de sexo sejam o mais confortável possível para os atores. Esse é um dos desdobramentos do movimento #MeToo, que tornou pública a prática de assédio em Hollwyood.

CONFIANÇA "Fiquei chocado com a perspectiva (de trabalhar com os 'coordenadores de intimidade')", afirma Lyne. "Eu não gosto que não haja confiança entre os atores e o diretor. Se você não tem isso, não tem nada. Tenho que estar disposto a morrer por eles e eles por mim."

A parte mais difícil, no entanto, foi preservar a mensagem desestabilizadora do filme: "Muitas vezes, o instinto dos estúdios é eliminar as partes estranhas de um roteiro. Mas essas partes geralmente são as mais interessantes."

PRIME VIDEO/DIVULGAÇÃO

Ana de Armas e Ben Affleck vivem o casal de protagonistas do novo filme de Adrian Lyne, que chega hoje ao Prime Video

Lyne diz que "queria fazer um filme em que houvesse cumplicidade entre os dois. Não é um casamento feliz, convencional. Há uma sensação de desconforto". No filme, a personagem interpretada por Ana de Armas engana abertamente o marido, com certa cumplicidade da parte dele, algo que colide com a atual onda de puritanismo e discurso politicamente correto presente em Hollywood.

O tema central do filme é o ciúme. "Uma emoção tão complicada... Obviamente, incrivelmente destrutiva, mas também tem um componente erótico", argumenta o diretor.

Lyne está casado há quase 50 anos. Seu último filme foi "Infidelidade" (2002), com Richard Gere. Sua esposa se incomoda com essa obsessão pelo adultério?, é a pergunta. "Ela está sentada ao meu lado, então eu tenho que ter cuidado", responde Lyne com uma risada, durante a entrevista em vídeo. "Não sei por que continuo fazendo esse tipo de filme", confessa.

"Pode parecer brega, mas gosto de filmes em que você pode se colocar no lugar do ator. Posso gostar de 'Duna' ou 'Matrix', mas prefiro filmes de orçamento menor sobre você ou sobre mim."

Lyne afirma que não há nenhuma razão específica para ter ficado afastado das filmagens por 20 anos. Simplesmente, a realidade da indústria cinematográfica, na qual os projetos às vezes naufragam após anos de esforço. "Não posso esperar outros 20 anos", ele ri. "Terei 100 anos!" (AFP)

HIT

HELVÉCIO CARLOS

>>helveciofigueiredo.mg@diariosassociados.com.br

TERCEIRO SINAL

VIVA KAFKA!

Carlos Rocha
Diretor

Quando o escritor tcheco de língua alemã Franz Kafka (1883-1924) relata, em seu diário, se sentir um prisioneiro dentro das quatro paredes do próprio corpo, de onde tentava se relacionar com a família e o mundo, de estranhos costumes, ele não necessariamente falava, apenas, de seu real isolamento, mas de um choque que nomino de estranhamento existencial.

Choque de uma potência, que pulsa vida e criatividade (que somos nós), contra um mundo pronto, acabado e rígido (a cultura do estabelecido).

Talvez três outros elementos, mesclados, tenham o mesmo peso em sua vida e escrita: a ambiguidade, o humor e o absurdo – que de tão sem sentido, tornam-se risíveis.

Quando, em "O processo", o personagem central Josef K, um pacato e solitário bancário que jamais tinha se envolvido em ilícitos, recebe a visita de policiais para informá-lo, no dia de seu aniversário, de que estava sendo processado por algo que ele nem sequer saberá do que se trata até sua condenação, o autor não necessariamente está a retratar apenas as entranhas confusas, absurdas e burocráticas da Justiça, com seus membros imersos em vaidade, cobiça, avareza e todo tipo de abuso, num horizonte em que "o que realmente importa são as relações" – como diz, textualmente, o conceituado advogado Dr. Huld.

Talvez o autor queira, mais uma vez, nos falar sobre o estranhamento de como é possível haver no mundo culpados e inocentes, quando somos todos seres humanos. Ou somos todos culpados, ou todos inocentes, "já que a verdadeira Justiça é inacessível, a mim, a você e a todos!" – também nas palavras do citado advogado.

Quanto às três montagens desse texto, a primeira, com grande impacto na cena teatral de Belo Horizonte, ocorreu em 1981, na recém-inaugurada Sala Multimeios da Biblioteca Pública Luiz de Bessa, na Praça da Liberdade, onde, além de sermos um dos primeiros grupos a montar espetáculo no que seria denominado, mais tarde, de Espaço Alternativo, ousávamos verter literatura ao palco e com um autor dessa envergadura – considerado "pesado", "complicado" e até mesmo "incompreensível para o público", que, não sabendo disso, comparecia à sala e saía satisfeito com o espetáculo.

> *"Talvez o autor queira, mais uma vez, nos falar sobre o estranhamento de como é possível haver no mundo culpados e inocentes, quando somos todos seres humanos. Ou somos todos culpados, ou todos inocentes"*

A segunda, remontagem com várias novidades, se deu em 1984, a convite do Goethe Institut, para comemorar o centenário de nascimento de Kafka. Ambas com a Cia. Sonho e Drama, cujo elenco reunia Cida Falabella, Luiz Maia, Paulo Lisboa, Gil Amâncio e Bernardo Mata Machado.

Já a terceira, em 1996, com cenografia e elenco diferentes, foi montada como espetáculo de formatura dos alunos do Centro de Formação Artística do Palácio das Artes (Cefar).

Sobre a questão da atualidade da obra, confesso que até hoje passeia em mim o desejo de uma quarta montagem, pois autores das chamadas obras abertas (passíveis de variadas abordagens), como Kafka, beiram ao eterno... até que a humanidade supere suas problemáticas.

Então, viva Kafka! E que por meio de seu exemplo possamos ter outros Camus, Sartres, toda a turma do Absurdo, García Márquez, Borges, nosso querido Rubião. E muito mais!

Se o artista é "a antena da raça", a arte estará sempre olhando à frente da humanidade.

ÀS SEXTAS-FEIRAS, A COLUNA HIT PUBLICA A SEÇÃO "TERCEIRO SINAL". DIRETORES, ATORES E PRODUTORES ESCREVEM SOBRE PEÇAS QUE FIZERAM SUCESSO ENTRE OS ANOS 1960 E 1990 E COMO SERIA A REAÇÃO DO PÚBLICO SE ELAS FOSSEM REMONTADAS. É ENCARAR OS DESAFIOS DO TEATRO NA PANDEMIA.

A COLUNA MÁRIO FONTANA NÃO SERÁ PUBLICADA HOJE

EM ☆ SÉRIE

A logomarca de hoje homenageia a série "grace e frankie"

HBO MAX/DIVULGAÇÃO

Luísa Sonza e Pabllo Vittar apresentam "Queen stars Brasil", aposta da HBO Max no formato reality show, que estreia na semana que vem

RAINHAS DO LOOK

GUILHERME AUGUSTO

Em meio ao 'boom' dos reality shows, que são o formato mais assistido na TV e no streaming, desde o início da pandemia, a HBO Max decidiu investir numa produção original e inédita. O "Queen stars Brasil" terá episódios semanais lançados pela plataforma a partir da próxima quinta (24/3). O programa passa a ser exibido também na TNT, às segundas, às 20h, a partir de 4 de abril.

Diferentemente dos realities de confinamento ou daqueles focados em pegação, namoro e casamento, o "Queen stars" será uma competição musical entre drag queens de diferentes partes do Brasil. Ao longo dos oito episódios, as participantes serão julgadas por suas habilidades de canto, dança e performance.

A produção é apresentada por Pabllo Vittar e Luísa Sonza, dupla que também atua como conselheira das 20 competidoras. Essa é a primeira vez que as duas assumem o posto de apresentadoras neste tipo de atração.

"Foi muito 'doido' todo o processo de gravação porque nós passamos um mês ao lado das participantes e, conforme elas iam sendo eliminadas, era muito triste", conta Pabllo. "Mas num reality show as coisas são assim, é como tem que acontecer. Elas foram incríveis, maravilhosas e mostraram sua melhor face para a gente."

INDÚSTRIA Luísa concorda e afirma que se identificou com cada uma das drags participantes. "Todas nós somos artistas e meio que já estivemos nesse lugar no início da carreira. Artista é artista, independentemente do tamanho. Nós nos identificamos com os sentimentos delas. No programa, os jurados funcionavam como a indústria é aqui fora, então a gente já sentiu na pele esse processo de ser julgada pelos nossos atributos artísticos."

O júri do programa é composto pela cantora Vanessa da Mata, pelo empresário musical Diego Timbó e pelo ator, cantor e ex-BBB Tiago Abravanel. O anúncio de que Tiago estaria na produção da HBO Max, gravada em 2021, ocorreu 11 dias depois que ele desistiu do "Big brother Brasil 22", da Globo, após 41 dias confinado.

O programa também conta com um time de mentoria composto por Bruno Barbosa, Blacy Gulfier, Michelly X e Flávio Verne, que são os responsáveis por dar dicas de dança, voz, visagismo e direção artística, respectivamente, para as participantes.

A cada episódio, as competidoras passam por provas coletivas e individuais. As que menos se destacam se tornam purpurinas, ou seja, são eliminadas. Na final, três delas serão coroadas com o título de "Rainhas do Pop", além de receber o prêmio de R$ 100 mil cada uma e um contrato com uma gravadora.

"A gente está muito acostumada a ver drags fazendo lip sync, mas cantando ao vivo em um reality show eu nunca tinha visto. Então, acho que a HBO Max está sendo muito pioneira com esse programa. Será uma plataforma para que essas drags mostrem seu talento. E elas entregaram tudo", diz Pabllo.

Segundo Luísa Sonza, o reality está em busca de um novo nome para a música brasileira, que cada vez mais tem se mostrado aberta para drag queens. "É uma grande aposta e também uma oportunidade para a arte drag do Brasil ganhar o mundo. Para mim, é muito especial estar ao lado da Pabllo e apresentar meninas tão talentosas."

COMENTÁRIOS Questionadas sobre um conselho que gostariam de ter recebido antes da fama e do escrutínio público, Pabllo e Luísa concordam que há prós e contras na carreira de sucesso que elas trilharam até aqui.

"Tem muita coisa boa e muita coisa ruim. É importante lembrar que somos humanas, mas não podemos nos deixar abalar com os comentários negativos das pessoas. E ter em mente que o nosso trabalho é a realização de um sonho. É algo que te deixa plena", afirma Pabllo.

"Queen stars Brasil" estreia na esteira do sucesso dos reality shows de competição entre drag queens, encabeçado principalmente pela franquia "Drag Race", criada nos Estados Unidos e hoje presente no Canadá, Reino Unido, Austrália, Espanha, Holanda, Tailândia e Itália.

Apesar do sucesso de artistas como Gloria Groove, Lia Clark, Aretuza Lovi e a própria Pabllo, uma edição nacional do programa ainda não saiu do forno, o que faz do "Queen stars" o primeiro reality de competição entre drag queens do Brasil.

Na opinião de Pabllo, há algo que explica o sucesso desse tipo de programa. "Somos carismáticas e talentosas. Cheias de atitude. As pessoas gostam de ver isso na TV."

"QUEEN STARS BRASIL"

● Reality show em oito episódios. Estreia na próxima quinta-feira (24/3), na HBO Max. Os demais episódios serão lançados semanalmente. A partir de 4/4, o programa será exibido às segundas-feiras, às 20h, na TNT

SÓ, MAS BEM ACOMPANHADO

MATHEUS HERMÓGENES*

Qualquer desavisado que estiver zapeando pelo catálogo da Netflix e escolher assistir à animação japonesa "Kotaro vai morar sozinho" pode, a princípio, pensar tratar-se de um garoto de 4 anos tendo de enfrentar os desafios de cuidar de si mesmo. A premissa pode parecer aprioristicamente absurda, mas, à medida que os episódios avançam, percebe-se que a série vai muito além disso.

Dividido em pequenas histórias ao longo dos 10 episódios, o anime vai em contraposição ao que nos acostumamos a assistir por aqui da cultura pop japonesa. A produção da Netflix, disponível também em life motion, é uma adaptação do mangá em oito volumes "Kotarou wa hitorigurashi", de Mami Tsumura, e corresponde a um gênero do universo do entretenimento japonês com que não costumamos nos deparar no Brasil, o realismo dos pequenos fatos da vida cotidiana.

Negligenciado pelos pais por motivos revelados ao longo da trama, Kotaro é uma criança incomum. Obrigado a amadurecer precocemente, ele adota uma fala e um gestual pomposos, aprendidos com seu desenho de TV favorito, "Tanosaman", que está às vésperas de ser cancelado.

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

Série de anime "Kotaro vai morar sozinho", disponível na Netflix, tem drama tocante sobre aceitação e também boas pitadas de humor

CARISMA A formalidade exagerada de Kotaro no trato com as pessoas, entretanto, não passa da página dois. Com leveza e carisma, ele é capaz de tocar tanto os personagens da série quanto o espectador.

Como uma espécie de Amélie Poulain, Kotaro cria ao seu redor uma corrente do bem, fazendo de tudo para ajudar todos que cruzam seu caminho, sem deixar que eles o ajudem de volta. O drama de Kotaro, porém, é mais profundo que o da heroína do filme cult francês.

O garoto é submetido a uma rotina de abuso físico, rejeição e abandono parental, em cenas que podem ser especialmente difíceis para uma parcela do público. No entanto, assim como os personagens são afetados pelo protagonista, ele também acaba se deixando tocar pelos gestos de carinho e cuidado e desabrochando, como as flores das cerejeiras, tão presentes nos cenários do anime.

Nem tudo são lágrimas na série. Acompanhado de sua espadinha, que emula a usada pelo seu ídolo da TV, Kotaro garante boas risadas e entretenimento ao lado de seus vizinhos, um mangaká relapso, uma garota de programa, e um mafioso da Yakuza. Todos eles veem suas vidas transformadas após a chegada do pequeno.

* Estagiário sob a supervisão da editora Silvana Arantes

RECAP

MIGUEL MEDINA / AFP

"OUTER RANGE" ESTREIA EM ABRIL

O Prime Video definiu para 15 de abril o lançamento da série dramática "Outer range". Estrelada por Josh Brolin (**foto**), a trama terá oito episódios, com uma hora de duração cada um. A produção foca na história de Royal Abbott, papel de Josh, um fazendeiro que se dedica à sua terra e à família, que descobre um mistério insondável à beira do deserto no estado de Wyoming (EUA). Trata-se de uma fábula de faroeste familiar, mas com toques de humor irônico e de elementos sobrenaturais.

MAIS CAPÍTULOS DE "JUSTIÇA JOVEM"

A segunda parte da quarta temporada de "Justiça jovem" chegará ao catálogo da HBO Max no próximo dia 31. A animação, lançada em 2010, explora a história de jovens heróis que tentam provar que são capazes de se tornar membros da Liga da Justiça. Todos os episódios já lançados estão disponíveis na plataforma para seus assinantes.

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

"THE UMBRELLA ACADEMY" VOLTA EM JUNHO

A espera dos fãs de "The Umbrella Academy" (**foto**) está perto de se encerrar. A Netflix anunciou para 22 de junho a chegada da terceira temporada da série à plataforma. A história acompanha uma família disfuncional de heróis, que precisa se unir após a morte misteriosa do excêntrico bilionário que os adotou, quando eram apenas crianças singulares.

"O CLUBE DAS BABÁS" FECHA AS PORTAS

Sucesso de umas, despedida de outras. A Netflix também decidiu cancelar "O clube das babás" depois de duas temporadas produzidas. A série é inspirada nos livros de Ann M. Martin, estrelada por Xochitl Gomez, Shay Rudolph, Sophie Grace, Momona Tamada e Malia Baker e acompanha um grupo de amigas pré-adolescentes que monta uma agência de babás para juntar uma grana.

FIREWORK/DIVULGAÇÃO

SÉRIE NACIONAL FICA PARA 2023

Nova série dramática nacional da Netflix, "Todo dia a mesma noite" deve estrear com cinco episódios no ano que vem, inspirada na história real do incêndio na Boate Kiss, que tirou a vida de 242 jovens em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, em 2013. A produção começou a ser gravada sob a direção-geral de Julia Rezende e tem no elenco Thelmo Fernandes, Paulo Gorgulho, Bianca Byington, Leonardo Medeiros, Debora Lamm, Raquel Karro, Bel Kowarick, Erom Cordeiro, Paola Antonini (**foto**), Nicolas Vargas, Flavio Bauraqui e Laila Zaid.

PRÓXIMOS EPISÓDIOS

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

"RECURSOS HUMANOS"

Besouros-do-amor, monstros hormonais e outras criaturas vivem romances e dramas no trabalho enquanto atendem seus clientes humanos nesta série derivada de "Big Mouth".
- **Nesta sexta (18/3), na Netflix**

"LIFE & BETH"

Amy Schumer é Beth, uma moradora de Nova York com a vida aparentemente perfeita, até ser abruptamente obrigada a enfrentar seu passado para mudar seu futuro. Regada a vinho e flashbacks da adolescência da protagonista, a série terá um episódio exibido por semana.
- **Nesta sexta (18/3), no STAR+**

"TOP BOY"

Segunda temporada da série britânica que acompanha os integrantes de uma gangue londrina. Nos novos episódios, Dushane quer expandir seu império. Mas, ao receber um grande investimento e arrumar sócios no exterior, ele descobre que ter mais dinheiro significa ter mais problemas.
- **Nesta sexta (18/3), na Netflix**

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

"LIGHT THE NIGHT"

Terceira parte da série sobre mulheres que trabalham na boate Light, em Taiwan, nos anos 1980.
- **Nesta sexta (18/3), na Netflix**

"AMSTERDAM"

A série mexicana acompanha os tumultos românticos de Nadia e Martín, um casal que passa por momentos difíceis e que, em sua busca por realizar suas aspirações pessoais, adota um novo parceiro que será decisivo para o futuro de seu relacionamento: o cachorro Amsterdam.
- **Domingo (20/3), na HBO Max**

NETFLIX/DIVULGAÇÃO

"CLIMA DO AMOR"

Drama romântico coreano. Para ela, não é fácil prever os dias de sol e chuva, mesmo sendo meteorologista. Mais difícil ainda é prever o amor, mesmo quando ele bate à porta.
- **Domingo (20/3), na Netflix**

"TRINTA E NOVE"

Três melhores amigas à beira dos 40 anos passam por tudo juntas e permanecem unidas na vida, no amor e na perda.
- **Quinta (24/3), na Netflix**

"HALO"

Os extraterrestres ameaçam a existência humana em um confronto épico do século 26. A série é baseada no videogame de mesmo nome.
- **Quinta (24/3), no Paramount+**

ESTADO DE MINAS
SEXTA - FEIRA, 18 DE MARÇO DE 2022

Por dentro de uma OUTRA GUERRA

Com relatos de combatentes e civis, o livro "Vietnã: Uma tragédia épica" expõe traumas do conflito na segunda metade do século 20 e que voltam à tona após a invasão russa da Ucrânia

EDUARDO OLIVEIRA

UNITED PRESS INTERNACIONAL/O CRUZEIRO - 8/7/1965

Soldados vietnamitas carregando vítimas da guerra

"Viver é muito perigoso." Publicado em 1956, "Grande sertão: Veredas", um dos maiores clássicos da literatura brasileira, continua provocando inúmeras reflexões. Possivelmente, João Guimarães Rosa, mineiro de Cordisburgo, estaria assustado com o momento em que vivemos. É verdade que a vida quer da gente coragem, mas tanto assim? Depois de dois anos de muita tristeza e apreensão provocadas pela COVID-19, a expectativa era de que as coisas entrassem novamente nos eixos. Afinal de contas, graças à vacinação, os números de casos e óbitos provocados pela doença começaram a cair. Porém, logo em seguida, com o mundo ainda convalescente, a Rússia decidiu invadir a Ucrânia. Uma guerra pandêmica em um planeta doente.

Assim como no surgimento do novo coronavírus, quando as pessoas queriam saber o que havia provocado o início do surto da doença e quais poderiam ser as melhores formas de proteção, agora as dúvidas passaram a ser sobre os motivos que levaram o presidente russo Vladimir Putin a iniciar uma invasão ao território ucraniano. Entre as questões apontadas por especialistas estão a possível adesão da Ucrânia à Otan, a aliança militar de 30 países liderada pelos EUA, e o desejo de Putin em restabelecer a zona de influência da extinta União Soviética. Enquanto isso, imagens de mísseis, tanques de guerra e bombas, paralelamente ao desespero de milhares de refugiados que buscavam abrigo em outros países, são divulgadas pelos veículos de imprensa e nas redes sociais.

Infelizmente, a lista de conflitos recentes não é pequena. Ainda está fresca na memória a tomada de Cabul, capital do Afeganistão, organizada pelo grupo Talibã. As guerras do Iraque, da Síria e da Bósnia também são exemplos de crises da história contemporânea. Se pesquisarmos mais a fundo, veremos que, nas últimas décadas, o homem, sistematicamente, vem recorrendo às armas para "resolver" seus problemas. Há cerca de 70 anos, por exemplo, o padrão se repetia: começava a Guerra do Vietnã, que se estenderia por muito tempo. O livro "Vietnã: Uma tragédia épica", do jornalista britânico Max Hastings, lançado no Brasil pela editora Intrínseca, mostra com riqueza de detalhes o que estava por trás de todo esse problema na região.

"Stop, com Rolling Stones / Stop, com Beatles songs / Mandado foi ao Vietnã / Lutar com vietcongs." Na década de 1990, a versão brasileira da música "Era um garoto, que como eu, amava os Beatles e os Rolling Stones", interpretada pela banda gaúcha Engenheiros do Hawaii, foi um grande sucesso em todo o país. A letra fala de um jovem convocado para servir aos EUA na guerra e que acaba morrendo. Artistas como Bob Dylan, Marvin Gaye, Jim Morrison e John Lennon também gravaram músicas sobre a guerra. Agora, sem os solos de guitarra, mas com a mesma empolgação, Max Hastings contextualiza em uma única obra todo aquele conflito, que provocou a morte de, aproximadamente, três milhões de pessoas.

Tudo começou com a Guerra da Indochina, quando vietnamitas ligados ao Vietminh, um movimento revolucionário, lutaram contra as tropas francesas para colocar fim ao domínio colonial dos europeus na região. Anos depois, com a Conferência de Genebra, ficou estabelecida a independência do Vietnã, um país pobre do Sudeste Asiático, formado por montanhas, florestas e arrozais. O território foi dividido em dois: a capital do Norte era Hanói, aliada à União Soviética. A do Sul, Saigon, alinhada aos EUA. A ideia era que eleições fossem realizadas em 1955 para a unificação definitiva do país, mas a grande rivalidade entre as duas partes deu início a um novo conflito: a Guerra do Vietnã.

O Exército norte-vietnamita era composto por guerrilheiros vinculados à Frente Nacional de Libertação, conhecidos como vietcongues, os soldados regulares enviados pelo governo e o apoio da União Soviética. Os sul-vietnamitas também tinham muitos combatentes, além da ajuda de tropas americanas, que ainda ofereciam armas e treinamento. Os dois grupos carregavam características ditatoriais, onde eram frequentes as violações aos direitos humanos. Para ilustrar toda essa batalha, o autor apresenta em "Vietnã: Uma tragédia épica" vários relatos emocionantes de guerrilheiros, paraquedistas, estudantes e soldados narrando a situação política da época, o que permite ao leitor mergulhar profundamente em toda a história.

UPI/ DIVULGAÇÃO 6/8/1962

Crianças vietnamitas correndo por uma estrada após ataque com Napalm, em um vilarejo perto de Saigon

REVISTA O CRUZEIRO/ACERVO ESTADO DE MINAS - 17/2/1968

Família fugindo pelas ruas de Nang, em meio a um tiroteio entre guerrilheiros e soldados sul-vietnamitas

Obviamente, qualquer cenário de guerra é cruel, mas o Vietnã também apresentava dificuldades peculiares. No verão, as temperaturas chegavam aos 49°C e a umidade relativa do ar a 85%. Os homens sofriam muito por causa de doenças como a malária e o beribéri, eram vítimas de úlceras e insônias crônicas. A alimentação sempre foi extremamente precária, muitas das vezes apenas abóbora, espinafre e bananas. Mosquitos, sanguessugas, lacraias e cobras atacavam os dois lados, enquanto soldados febris com roupas encharcadas guerreavam com tiros de AK-47, AR-15 e M-16.

Destruição da natureza

Houve, também, a destruição sistemática da natureza com finalidade tática. Ao todo, cerca de 20 milhões de galões de desfolhantes foram despejados na Indochina, quase metade contaminada com dioxina, "o agente laranja", produto químico altamente tóxico. O objetivo era privar os comunistas de rotas de comunicação na selva, especialmente nos manguezais ao longo do Rio Saigon. Mas a perversidade não parava por aí: além de ataques com gás lacrimogêneo, granadas e bombas, o napalm, gel composto por líquido inflamável que gruda na pele, foi muito utilizado durante a guerra no país.

"À noite, a floresta era um sem-fim de soluços e uivos carregados pelo vento. Dava para ouvir pássaros gritando como seres humanos. Eles jamais voavam, apenas gritavam entre os ramos. E em nenhum outro lugar era possível encontrar brotos de bambu de cor tão horrível. Aqui, quando escurece, as árvores e plantas gemem em espantosa harmonia. Quando começa essa música fantasmagórica, a alma fica transtornada. Não é um lugar para medrosos", disse um soldado do Exército norte-vietnamita.

O abuso de drogas era um problema que afligia, sobretudo, os mais jovens. Devido ao grande sofrimento, muitos deles se tornavam alcoólatras. Sabendo disso, milhares de adolescentes americanos passaram a criar estratégias para evitar o recrutamento. A corrupção era endêmica no Vietnã do Sul, onde redes de falsificação acabaram se institucionalizando. "Tudo, de cimento a congeladores, veículos, armas e munição estava à venda." A promoção por mérito, tanto no Exército quanto na vida civil, era praticamente impossível. Oficiais ficavam décadas no mesmo cargo por falta de influência ou de dinheiro.

A guerra custou aos EUA algo próximo de US$ 150 bilhões, bem menos do que a do Iraque duas gerações depois. Porém, o verdadeiro preço não foi pago em dinheiro, mas com o trauma que ela causou. "Muita gente morreu em troca de nada. Todos os monumentos de guerra homenageiam vitórias. O Vietnam Memorial comemora tristeza e desperdício", diz o jornalista Neil Sheehan. É impossível falar dessa guerra sem lembrar a fotografia de terror e desespero protagonizada por uma menina nua, com o corpo queimado, e que fugia, ao lado de outras crianças, dos efeitos de uma bomba química. A dúvida agora é: qual imagem angustiante ficará da guerra na Ucrânia?

TRECHO

"O comandante do Corpo de Fuzileiros Navais lamenta profundamente informar que seu filho faleceu em 2 de junho de 1968. Ele foi ferido por estilhaços de um bombardeio aéreo amigo que não acertou o alvo. Seus restos mortais serão preparados, encaixotados e despachados sem qualquer custo para os senhores, acompanhados de um escolta, para um funerária ou cemitério nacional de sua escolha. Além disso, os senhores serão reembolsados por gastos não superiores a quinhentos dólares com despesas de funeral e sepultamento. Por favor, informem ao Corpo de Fuzileiros Navais, por telegrama a cobrar, os seus desejos nesse sentido." No fim daquele ano, milhares de telegramas desse tipo tinham sido recebidos nos Estados Unidos.

VIETNÃ: UMA TRAGÉDIA ÉPICA 1945 -1975

- De Max Hastings
- Tradução de Berilo Vargas
- Editora Intrínseca
- 848 páginas
- R$ 79,90 (impresso)
- R$ 27,48 (e - book)

"Para mim, o trabalho de escrever significa transformar a loucura do eu na loucura do ele"

***Philip Roth** (1933-2018)*

Minhas vidas de escritor

Em coletânea de ensaios e outros textos de não ficção, Philip Roth (1933-2018) passa em revista os valores que nortearam sua trajetória como ficcionista e o levaram a criar alter egos como Nathan Zuckerman: "Um escritor necessita de seus venenos"

PAULO PANIAGO*
ESPECIAL PARA O EM

A vantagem do mágico, do ventríloquo, é dizer na sua cara que vai te enganar e você, mesmo sabendo que isso deve acontecer, ainda assim acha tudo muito fascinante no espetáculo. Não é muito diferente da função do escritor. Ele também te engana, você tem consciência de que está sendo enganado, o contrato entre vocês tem regras claras e a verdade é que todo mundo termina mais ou menos contente com a relação. Mas de vez em quando o tipo de ruído provocado por um escritor fica alto demais.

É o caso do escritor norte-americano Philip Roth, que desde que publicou o primeiro livro de contos, "Adeus, Columbus", sofreu acusações de antissemitismo e entrou numa roda viva de debates em arena pública. A essas acusações agregou-se mais tarde a de misoginia, aversão a mulheres. Fruto de más leituras, de interpretações pobres e de um clima crescente de desconfiança generalizada, que ergue tarjas de perigo a qualquer aviso de controvérsia potencial. É preciso coragem para enfrentar a oposição, quando se tem certeza de que se está fazendo a coisa certa. No caso, escrever a respeito da complexidade da vida. Por isso, o lançamento de "Por que escrever?", que reúne sobretudo trechos dos dois livros de não ficção do escritor, vem em boa hora. Numa entrevista do volume, ele mesmo dá a dica: "Quem quer que busque encontrar o pensamento do escritor nas palavras e nos pensamentos de seus personagens está olhando no lugar errado".

Primeiro, um esclarecimento. Logo na abertura do volume, Roth alega que dos 31 livros que publicou, 27 foram de ficção, uma conta intencionalmente embaralhada. Na verdade, há dois claramente de não ficção, "Lendo o que eu e outros escreveram", que reúne ensaios, e "Entre nós", uma série de entrevistas de Roth com colegas de profissão e alguns ensaios (um deles absolutamente brilhante e impecável, a respeito de Saul Bellow, a quem Roth admirava muito). Os outros dois livros que ele coloca na conta, bem, são "Patrimônio", um relato do fim da vida do próprio pai, e "Os fatos", uma breve autobiografia "sobre a minha evolução como escritor", alega. O primeiro pode ser lido como uma manifestação de um dos mais conhecidos alter egos de Roth, para e provocativamente um certo "Philip Roth". Os demais alter egos são David Kepesh, que aparece em "O seio", "O professor de desejo" e "Animal agonizante", e o mais longevo deles, Nathan Zuckerman, que comparece em nove livros, desde "O escritor fantasma" até "Fantasma sai de cena", e rendeu alguns dos grandes livros, talvez os melhores, de Roth. Mas por cinco vezes ele usou a si mesmo ou familiares mais próximos para ficcionalizar a própria vida, começando justamente com "Patrimônio" e indo até "Complô contra a América". É, portanto, essa conta anunciada pelo escritor não fecha bem. Além disso, no fim de "Os fatos" ele acrescenta uma carta de Zuckerman endereçada a Roth a lhe dizer que não publique a alegada autobiografia, porque o texto está não apenas [illegible] mas claramente ruim e [illegible]. O que deixa [illegible] o papel de separar o que é [illegible] na história (e, sim, o livro foi publicado, o que significa que Roth, ou "Philip Roth", esse peculiar alter ego, se sobrepõe a Zuckerman, cujo recado não foi levado em conta, ou talvez deva ser lido como apenas mais uma diatribe de escritor a exibir talento e criar biombos e disfarces por trás dos quais esconde as verdadeiras intenções). Não à toa, Roth diz numa entrevista que o que pode ser considerado "pelos ingênuos" como autobiografia pura é "mais provavelmente uma autobiografia falsa, uma autobiografia hipotética ou uma autobiografia grandiosamente ampliada". Durma-se com a barulheira.

De volta à ativa

A vantagem clara de "Por que escrever?", além da reunião de alguns textos fundamentais em que Roth explica os próprios processos e decisões narrativas, está em algumas palestras que profere depois de 2009, quando anunciou que não ia mais escrever, ficção ou qualquer outra coisa. Ora, esses textos de palestras são, de algum modo, a escrita de Roth ainda em atividade, embora não mais como ficcionista praticante, bem mais como memorialista de si. Na última das palestras, aliás, ele termina lendo um trecho de "O teatro de Sabbath" – em minha opinião, o melhor de todos os seus livros. E na apresentação do volume, o escritor ecoa uma frase de Sabbath, quando deixa uma pedrinha em cima das lápides de seus parentes no cemitério à beira-mar onde se encontram os restos dos familiares. Sabbath diz a seus mortos: "Aqui estou". Pois Roth o secunda: "Aqui estou, tendo saído de detrás do biombo de disfarces, invenções e artifícios do romance". Numa entrevista em outra parte, ele diz: "Para mim, o trabalho de escrever significa transformar a loucura do eu na loucura do ele".

O primeiro dos textos de "Lendo o que eu e outros escreveram" contido neste volume dá um toque da embocadura especial utilizada por Philip Roth. Chama-se "'Eu sempre quis que vocês admirassem meu jejum'; ou Contemplando Kafka" e está dividido em duas partes, a primeira delas um ensaio a respeito do escritor tcheco a quem Roth (e qualquer escritor que se preze) admira, a segunda um conto em que ele transforma Kafka num professor severo que ele, menino de nove anos, um dia teve, e que chegou inclusive a ter um breve namoro com uma de suas tias. Ou seja, a ideia de misturar as instâncias, ficção e não ficção, faz parte do projeto do escritor em qualquer que seja a modalidade em que invente – o que deve no mínimo levantar suspeitas a respeito do que ele diz nas entrevistas. E é importante saber que, quando dava aulas a respeito de Kafka na Universidade da Pensilvânia no mesmo momento em que brincava "com as ideias que se cristalizaram em 'O complexo de Portnoy'", isso ajuda a entender o alcance que o livro adquiriu. Foi o mais vendido e é ainda o mais conhecido da carreira do escritor, em que pese ele ter feito coisas melhores e ainda mais provocativas depois. Há inclusive vários textos dele a respeito especificamente desse romance, além de uma entrevista sobre o assunto concedida a George Plimpton, nada menos que o fundador da revista literária "The Paris Review". O volume tem, aliás, a entrevista oficial de Roth para a revista, na qual ele comenta que escreve às vezes cem ou mais páginas antes que apareça o parágrafo que será o início do próximo livro. E sim, ele descarta as páginas anteriores sem piedade. Na parte das conversas com outros escritores, o que se sobressai nem é tanto o contato com nomes do primeiro time, como Primo Levi, Aharon Appelfeld, Ivan Klíma ou Milan Kundera. É a capacidade analítica de se posicionar enquanto parece fazer uma entrevista. Algumas são brilhantes em toda a sua plenitude e desenvolvimento e é importante para saber, por exemplo, o que aconteceu com alguns escritores obrigados a viver sob regime da Cortina de Ferro ou submetidos às agruras de campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial. Ajuda o fato de Roth ter coordenado a série Escritores da Outra Europa para a editora Penguin, que se concentrou em lançar livros de escritores do Leste europeu.

Autocontrole a toda prova

A argumentação de Roth como ensaísta é tão brilhante quanto sua prosa de ficção e, no frigir dos ovos, o que se sobressai de tudo é a decisão dele de ter controlado com mão de ferro a própria carreira para erratir, de forma até econômica, os 31 livros que lançou, entre 1959 e 2010. "Por que escrever?" é, não apenas um adendo, um apêndice, com pouco mais de uma dúzia de textos realmente inéditos, mas também um novo ângulo para enxergar a não ficção desse grande prosador, morto em 2018. Depois de explicar, por exemplo, a repercussão provocada pela única coletânea de contos da carreira, "Adeus, Columbus", ele lista os adjetivos que recebeu na época: a obra seria "perigosa, desonesta e irresponsável", segundo seus detratores. Não com enfado, mas na verdade com enorme disposição para luta, ele pondera: "As pessoas que sentem que fincaram meus dentes em suas carnes, é difícil, se não impossível, explicar que muitas vezes elas nem foram mordidas". Não à toa, ele termina por cunhar uma expressão sintética que dá conta da postura de seus detratores: ele fala em "leitura equivocada imaginativa". Em outro ponto, afirma que apartada da ficção, "a sabedoria de um romancista não passa de conversa pura". E como gosta de conversar, talvez de jogar conversa fora. Se bem que ele se comporta como se nada do que diz fosse (e não é) banal.

Nem sempre Roth conviveu com os adversários usando bons modos e moderação. Numa entrevista concedida a Joyce Carol Oates, ele conta a respeito do trabalho que teve para responder, de forma pública e extensa, a toda sorte de acusações que angariou, e que lhe custou muito tempo e empenho. "Fora isso, eu me enfureço e ensaço, e continuo a esquecer até que – milagre dos milagres – esqueço de verdade." É interessante pensar que numa resposta concedida nesta mesma entrevista ele termina por responder, indiretamente, a quem lhe acusa de misoginia, quando Oates lhe pergunta se ele gostaria de viver como homem ou como mulher e ainda lhe oferece a possibilidade de assinalar "outro", que sua opção seria por ambos os sexos. "Como a personagem central de 'Orlando' [romance de Virginia Woolf em que a personagem muda de sexo ao longo de séculos]. Quer dizer, sequencialmente, e não ao mesmo tempo". E esse o papel do escritor, entender a variedade humana. Como ele mesmo diz em outra parte, "estamos escrevendo versões inventadas de nossa vida o tempo todo, histórias contraditórias porém mutuamente entrelaçadas, histórias que, falsificadas de forma sutil ou grosseira, constituem nosso domínio sobre a realidade e são a coisa que temos mais próxima da verdade".

A terceira parte é toda constituída por palestras, discursos em prêmios ou para comemorar aniversários. É a parte mais recente e mistura em doses mais ou menos iguais memória, avaliação e nostalgia. Uma vida literária passada em revista pelo mecanismo emocional. Tem ainda a discussão tornada pública, quando Roth tentou corrigir distorções da Wikipédia e os editores exigiram "fontes secundárias". Meus amigos e amigas, se o autor que escreveu aquelas coisas não puder atestar a veracidade das informações... bem, este é o mundo que afinal Roth ajudou a construir, de desconfianças perpétuas.

A belicosidade com que precisou enfrentar uma série de adversários ao longo da carreira parece ter desviado um pouco da energia que ele poderia ter empregado escrevendo outros tantos livros. Mas também é verdade que se alimentava de controvérsias, que isso o tornou um dos mais judeus entre os escritores judeus, e, afinal, ele demonstrava gostar de sua dose cotidiana de veneno. Como um pactuário que aceitou o preço estipulado pelo Diabo, ele precisou enfrentar uma briga que lhe atravessou a vida inteira, o mais longo round de duração. Aliás, o escritor disse que judeus não gostam de virar lutadores de boxe justamente pelo risco de ter a mandíbula quebrada e não poderem mais falar por um tempo, algo inimaginável. Em contrapartida, Roth pôde embaralhar o quanto quis as marcas fronteiriças entre o real e a ficção, fazendo uso indiscriminado de "gradações expressivas de comicidade". Não é pouco. O tempo dirá se ele acertou nas escolhas. Na última entrevista recolhida no volume diz que todas as manhãs, durante cinquenta anos, "encarei a página seguinte indefeso e despreparado". Para concluir: "Foi a obstinação, e não o talento, que salvou minha vida." Um grande número de fãs discorda que tenha sido só obstinação.

* Paulo Paniago é professor
de jornalismo da Universidade de Brasília

- **"POR QUE ESCREVER? — CONVERSAS E ENSAIOS SOBRE LITERATURA (1960-2013)"**
- **Philip Roth**
- Companhia das Letras
- Tradução de Jorio Dauster
- 568 páginas
- R$ 89,90 e - book: 39,90

Trecho

"Escrever para mim não é uma coisa natural, que eu simplesmente vou fazendo, como um peixe nada ou um pássaro voa. É algo feito sob uma espécie de provocação, uma urgência especial. É a transformação, mediante uma personificação complexa, de uma emergência pessoal num ato público (nos dois sentidos da palavra 'ato'). Pode ser um exercício espiritual muito exasperante filtrar através do seu ser qualidades que são estranhas à sua constituição moral – tão exasperante para o escritor como para o leitor. O escritor às vezes se usa de modo bem cruel a fim de alcançar o que está, literalmente, mais além dele. O imitador não pode se entregar aos instintos humanos comuns que determinam o que as pessoas querem exibir e o que querem ocultar."

LINHA DO TEMPO

Os livros de Philip Roth em ordem cronológica. O ano de publicação corresponde ao texto original. Os títulos em inglês são dos livros ainda sem tradução.

1959
"Adeus, Columbus"

1962
"Letting Go"

1967
"Quando ela era boa"

1969
"O complexo de Portnoy"

1971
"Our Gang"

1972
"O seio"
David Kepesh (1)

1973
"The Great American Novel"

1974
"Minha vida de homem"

1975
"Lendo o que eu e outros escreveram"*

1977
"O professor de desejo"

1979
"O escritor fantasma"

1981
"Zuckerman libertado"

1983
"Lição de anatomia"

1985
"A orgia de Praga"

1986
"O avesso da vida"

1988
"Os fatos: a autobiografia de um romancista"

1990
"Mentiras"

1991
"Patrimônio: uma história verdadeira"

1993
"Operação Shylock: uma confissão"

1995
"O teatro de Sabbath"

1997
"Pastoral americana"

1998
"Casei com um comunista"

2000
"A marca humana"

2001
"O animal agonizante"

2001
"Entre nós"

2004
"Complô contra a América"

2006
"Homem comum"

2007
"Fantasma sai de cena"

2008
"Indignação"

2009
"Humilhação"

2010
"Nêmesis"

A vida é um tiro curto

Em seu primeiro livro, o jornalista mineiro Paulo B. Paiva se inspira em obras de Bob Dylan e John Fante para criar Johnny Blue, escritor fracassado, dependente de álcool e drogas e de uma paixão arrebatadora

PAULO NOGUEIRA

"– Percebi que o senhor gosta de Bob Dylan – disse, indicando a coleção de CDs.

– Quase tanto quanto droga, uísque, cigarro, rock, blues e sexo.

Ele parou. Peguei um copo d'água e dei a ele. Ele olhou a barata morta na pia antes de aceitar. Mas pegou o copo e bebeu.

– O que mais é a vida, Blue?

– Um tiro curto.

– Tiro curto? Como assim?

– Um tiro curto. Um tiro de revólver calibre 38 à queima-roupa. Um relâmpago. Um livro curto. Um conto. A vida é um amontoado de tiros curtos. O nascimento. Uma paixão. Uma paixão proibida. Uma paixão não correspondida. Dor. O nascimento de um filho. Uma alegria. Uma tristeza. Um caminho, uma escolha. São tiros curtos que vão formando a vida. O inesperado. A curva na estrada. A cidade. A morte. Uma traição, a tempestade. Um momento bom. Um momento ruim. A noite. A solidão. Esta entrevista. Um momento de luz. Um momento de sombra. Uma notícia no jornal. A raiva. A insanidade. Os tolos pensam que a vida é um tiro longo de rifle, onde se mira no alvo e se dispara na certeza de acertar. Não é. São pequenos tiros curtos. Todos nós damos tiros curtos. E recebemos tiros curtos dos outros. No final, vence quem ficar de pé.

– O senhor continua de pé?

– Ainda, garoto. Pelo menos até a próxima curva. Até vir o carro que vai me atropelar.

– Que carro, Sr. Blue?

– Não sei. Não ainda. Mas já posso ouvir o barulho das rodas.

– E como é o barulho das rodas?

– É como o diabo cantando ópera no inferno."

É assim que o protagonista de "Tiro curto – Confissões de Johnny Blue", o primeiro livro do jornalista mineiro Paulo B. Paiva, manifesta sua visão de mundo ao repórter que entrevista escritores que publicaram apenas uma obra de sucesso e sumiram. O autor buscou inspiração em fonte bem original, o escritor americano John Fante (1909-1983). E de tabela em seu principal seguidor, o escritor alemão, naturalizado americano, Charles Bukowski (1920-1994). Fante escreveu uma série de obras autobiográficas, como destaque para "Pergunte ao pó", na qual seu alter ego, Arturo Bandini, é um escritor fracassado, afundado em dívidas, que vive um inusitado romance com uma garçonete mexicana que sonha conhecer um americano rico, mas esbarra num homem miserável, em todos os sentidos da palavra.

"Pergunte ao pó" foi "ouro no lixo" para Bukowski, em sua própria definição, depois de encontrar um exemplar do livro na Biblioteca Pública de Los Angeles. Ele inspirou parte de suas obras em Bandini para criar um dos seus protagonistas, Henry Chinaski, beberrão, briguento, que pula de emprego em emprego e de mulher em mulher. Bukowski revela essa influência em "Pedaços de um caderno manchado de vinho", livro em que mostra sua atração por Bandini e que marcou, definitivamente, sua literatura visceral, escrachada e ácida, sempre com pitadas autobiográficas.

Pois, agora, Belo Horizonte também tem sua espécie de Bandini e Chinaski na pele de Johnny Blue. É um jornalista de meia-idade, abandonado pela mulher, que vive no Baixo Centro da cidade, na região da Praça Raul Soares, literalmente mergulhado no fracasso dentro de uma quitinete imunda na Avenida Augusto de Lima, regado a sexo, uísque (é claro, afinal seu nome de guerra é Johnny Blue) falsificado, cocaína, maconha e cigarro, sempre no embalo de rock e blues, estimulado nada menos do que pelas canções de Bob Dylan e um painel rasgado na parede com a foto de Edgar Allan Poe e uma versão de sua obra máxima, "O corvo" e seu mantra "Nunca mais", uma expressão que vira maldição em sua vida, porque não consegue mais escrever e vive de frilas e bicos.

Com frases curtas e diálogos enxutos, sem rodeios, indo direto ao ponto, isto é, como um tiro curto, Paulo B. Paiva consegue prender a curiosidade do leitor do início ao fim das 199 páginas com a conturbada e inacreditável sina de Johnny Blue, escritor de um livro de sucesso há mais de 20 anos e só. Enquanto tenta escrever algo que preste de novo, é descrente da vida e do amor, mas viciado numa paixão fatalista pela prostituta Melinda, que apenas faz sexo, e a quem pretende dar uma vida melhor. Blue tem paixão, não amor, porque neste ele não acredita: "O amor é uma grande merda. Não serve para nada. É um conceito superestimado para medir outros conceitos superestimados e inventados pelo homem", diz.

Sua vida é um inferno e o diabo seu interlocutor. "O diabo mora na Raul Soares. Mora nas ruas da cidade. Mora em qualquer lugar onde tenha uma alma fracassada e cansada da vida. O diabo nunca sai de férias e, ao contrário de Deus, não descansa nem no sétimo dia", afirma Blue ao repórter, garantindo que, quando está "cheirado", bebe com o diabo, que não tem chifre nem rabo, usa terno branco e gomalina no cabelo e fuma charuto. Fracassado e endiabrado, o que sobra então para esse homem desiludido se o amor e a vida não têm o menor sentido? Seriam as músicas de Bob Dylan, que ele sempre está curtindo em sua quitinete? Ele segue ouvindo o cantor e compositor americano: "It's all over now, Baby Blue... Strike another match, go start anew." Está tudo acabado. Acerte outro lance. É o que resta a Johnny Blue para sobreviver. Será que ele consegue? Sem spoiler.

ENTREVISTA

PAULO B. PAIVA

JORNALISTA E ESCRITOR

Johnny Blue é o alter ego de Paulo B. Paiva como Arturo Bandini é o de John Fante em "Pergunte ao pó" e Henry Chinaski o é de Bukowski?

Bandini e Chinaski são 100% alter egos de Fante e Buk. Blue pode ser considerado um alter ego, mas não 100%. Digamos que é 70%, principalmente na forma cinzenta de ver a vida, na descrença, no pessimismo. Mas os atos dele são puramente ficcionais.

Johnny Blue é o suprassumo dos uísques. O personagem do livro é culto, mas devasso, bebe uísque falsificado, vive na lama, entre sexo e drogas. Não é um pouco demodê esse modelo hoje em dia?

Não acho que Blue seja demodê. É muito mais comum que imaginamos. É possível encontrar alguns Blues numa simples rodada pelo Baixo Centro de BH

"O amor é uma grande merda. Não serve para nada. É um conceito superestimado para medir outros conceitos superestimados e inventados pelo homem. A vida não tem sentido algum." É o que diz Johnny Blue ao repórter. Blue, então, é uma grande contradição, só discurso da boca pra fora? Menospreza o amor, mas é capaz de matar por ele?

Blue não é contraditório. Ele não ama Melinda. O que ele sente por ela é uma paixão e, mais que isso, ele vê nela e na vontade de tirá-la da prostituição a sua própria redenção na vida de merda em que ele vive. Uma forma de deixar o inferno menos incandescente.

Em seu mais famoso livro, "Cleo e Daniel", o escritor e psicanalista Roberto Freire diz que "é o amor o contrário da morte, não a vida". Dessa forma, então a vida teria sentido e Johnny Blue seria uma espécie de herói da resistência?

Blue está se lixando pra vida e para o amor. Não o vejo como herói de nada, nem da resistência. Ele é só um fracassado num mundo de fracassados.

"Somos todos personagens. Definimos um papel, um personagem do que seremos na vida. Às vezes, desempenhamos mais de um papel. Um para cada gosto. Deixamos nosso lado verdadeiro enterrado nas sombras. Somos todos assim." É o que diz também Johnny Blue na entrevista, confessando ser personagem de si mesmo. O amor também desmascara todo mundo, inclusive Blue?

Blue não ama verdadeiramente. Ele simplesmente é tomado por um misto de paixão e redenção. Ele assume sua miséria. Ele já não usa mais máscaras.

"Os tolos pensam que a vida é um tiro longo de um rifle, onde se mira no alvo e se dispara na certeza de acertar. Não é. São pequenos tiros curtos. Todos nós damos tiros curtos. E recebe os tiros curtos dos outros. No final, vence quem ficar de pé." Afinal, o que seria um tiro curto. Uma vida sem rodeios? Arriscar-se? Matar ou morrer?

Tiros curtos são os pequenos fatos e acontecimentos que nos bombardeiam todos os dias. E pode ser que a sequência, a continuidade dos pequenos fatos, nos levem a matar ou morrer. Quem sabe?

TRECHO DO LIVRO

"– O mundo acredita no amor. Estão todos errados?
– Acho que não estamos falando do mesmo mundo, garoto. No mundo em que vivo não há amor. Há pessoas vazias e estúpidas que precisam de um preenchimento. Precisam de conforto para suas vidas mesquinhas. Precisam partilhar suas almas pequenas em outras almas pequenas.
– O que então move o mundo?
– A imbecilidade. Todos os dias, bilhões de pessoas se levantam fazendo sonhos e traçando planos. Até vir a morte e acabar com tudo. Bilhões de pessoas são movidas por vaidades tolas. Algumas, mais espertas, tentam aproveitar as coisas boas, como o sexo. Até ficarem velhas ou doentes e morrerem podres. No fim acabamos todos debaixo da terra. Isso é a vida. Tiros curtos.
– O que move Johnny Blue? O que o faz levantar-se todos os dias?
– O sol. Quando o sol bate na minha cara, eu acordo. Posso virar para o lado e dormir ou me levantar e beber. Tanto faz.
– Não há mais nada no mundo, além disso?"

TIRO CURTO

Confissões de Johnny Blue

- De Paulo B. Paiva
- 199 páginas
- Editora Viseu
- RS 43 (impresso)
- R$ 10 (digital)
- Venda: Amazon e www.editoraviseu.com.br

(PENSAR ● Edição: Carlos Marcelo ● Edição de arte: Júlio Moreira ● Revisão: Ademar Fulgêncio ● Contato: pensar.mg@diariosassociados.com.br)